



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

CA Auto Bank S.p.A.

Sede social: Corso Orbassano, 367 - 10137 Turim www.ca-autobank.com - Capital social realizado: Euro 700.000.000 - Registro Comercial de Turim n.º. 08349560014 - Código fiscal e número de IVA. 08349560014 - Registro italiano de bancos n.º. 5764 - Empresa-mãe do Grupo Bancário "CA Auto Bank" - Inscrita no Registro Italiano de Grupos Bancários código ABI 3445 - Registro Único Italiano de Corretores de Seguros (RUI) n.º. D000164561, Membro do Fundo Nacional Interbancário de Garantia de Depósitos. Sociedade unipessoal, sujeita à gestão e coordenação do Crédit Agricole Consumer Finance S.A.

ÍNDICE DE CONTEÚDOS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, CONSELHO FISCAL E AUDITOR EXTERNO	9
PROPOSTA DE AFECTAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO	10
LINHAS DE NEGÓCIOS	16
DESENVOLVIMENTO DO MERCADO E DAS MARCAS AUTOMÓVEIS	24
RELATÓRIO DE GESTÃO	26
Cenário Macroeconómico, o Mercado Automóvel e os Mercados Financeiros	27
ESTRATÉGIA FINANCEIRA	38
ESTRATÉGIA DE CRÉDITO	47
ORGANIZAÇÃO E RECURSOS HUMANOS.....	50
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	71
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	71
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	73
DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL	74
DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024.....	75
DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023.....	76
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	77
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	79
PARTE A - POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	80
PARTE B - NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	118
PARTE C - INFORMAÇÃO SOBRE A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	169
PARTE D - DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL	189
PARTE E - INFORMAÇÕES SOBRE O RISCO E POLÍTICAS CONEXAS DE GESTÃO DO RISCO E DE COBERTURA	191
PARTE F - INFORMAÇÕES SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	270
PARTE G - CONCENTRAÇÕES DE ACTIVIDADES EMPRESARIAIS QUE ENVOLVAM SOCIEDADES OU SUCURSAIS DE SOCIEDADES.....	274
PARTE H - TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	275
PARTE I - ACORDOS DE PAGAMENTO COM BASE EM ACÇÕES E LIQUIDADOS COM CAPITAL PRÓPRIO	277
PARTE L - RELATO POR SEGMENTOS.....	277
PARTE M - RELATÓRIOS DE LOCAÇÃO	277
RELATÓRIO DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS RELATÓRIO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	285
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES RELATÓRIO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	295

CA AUTO BANK: RUMO A UM SÉCULO DE HISTÓRIA E MAIS ALÉM

GIACOMO CARELLI - DIRECTOR EXECUTIVO E DIRECTOR GERAL

2024 foi um ano crucial para o CA Auto Bank e a Drivalia, marcado por marcos importantes e por uma visão estratégica forte e virada para o futuro. A integração no Grupo Crédit Agricole reforçou a nossa liderança no sector da mobilidade, assente em valores fundamentais como a universalidade e a sustentabilidade. Estes princípios guiam-nos todos os dias, inspirando-nos a criar valor para os nossos clientes, colaboradores e comunidades de uma forma responsável e virtuosa.

À medida que se aproxima do seu 100º aniversário em 2025, o CA Auto Bank continua a ser uma força líder na Europa, passando com sucesso de um banco cativo para uma entidade financeira independente. No ano passado, o nosso Grupo atingiu 29,8 mil milhões de euros em empréstimos e locações financeiras, um aumento de 10% em relação ao ano anterior, e gerou 11,3 mil milhões de euros em produção anual. O nosso compromisso com a transição energética continua a ser forte, com quase 40% do nosso financiamento dedicado a veículos totalmente eléctricos, sublinhando a nossa missão de democratizar a mobilidade, respeitando o ambiente.

O sector da mobilidade continua a evoluir, impulsionado pela inovação tecnológica e pela procura de soluções mais ecológicas. O CA Auto Bank e a Drivalia reforçaram a sua presença no mercado, aprofundando as colaborações já existentes, como as com a Tesla e a Mazda, e estabelecendo novas parcerias estratégicas com intervenientes mundiais do sector automóvel, incluindo a BYD, a Dongfeng e o Grupo Chery (através das marcas Omoda e Jaecoo). Foram também assinados acordos significativos com a GM Financial (o braço financeiro da General Motors) para fornecer soluções de financiamento dedicadas à Cadillac, e com a GAC International, a filial europeia da Guangzhou Automobile Corporation (GAC), um dos maiores fabricantes chineses.

Outro marco foi a renovação da nossa joint venture com a Ferrari, em vigor desde 2016, reafirmando a confiança na nossa capacidade de fornecer soluções à medida para clientes de gama alta.

O nosso compromisso de sustentabilidade foi ainda reforçado com o lançamento do nosso primeiro Plano de Sustentabilidade 2024-2026, que define a nossa estratégia ESG (Ambiental, Social e de Governação) com objectivos claros e mensuráveis baseados em quatro pilares fundamentais: Mobilidade Sustentável, Inovação e Digitalização, Ambiente e Pessoas.

Para aumentar a transparência com as partes interessadas, publicámos também o nosso Relatório Voluntário, que descreve em pormenor as realizações ESG do Grupo e as iniciativas conexas em curso.

A tecnologia tem desempenhado um papel crucial na racionalização dos serviços financeiros. O desenvolvimento da nossa plataforma de Open Banking em Itália tornou os pedidos de empréstimo e de financiamento mais rápidos e mais seguros, permitindo a tomada de decisões finais em apenas três minutos, sem exigir documentação adicional sobre os rendimentos.

A nossa expansão na banca de retalho prosseguiu com a colocação de depósitos a prazo na Áustria, na Irlanda, nos Países Baixos e em Espanha, que se juntaram à nossa presença em Itália e na Alemanha. Por outro lado, a criação do CA Auto Bank France, na sequência da fusão com a Sofinco Auto Moto Loisirs, consolidou a nossa posição de segundo maior operador no mercado francês.

A nossa missão, "Criar soluções de mobilidade quotidianas para um planeta melhor", foi concretizada através do desenvolvimento da Drivalia.

As principais realizações incluíram a expansão da Future, a nossa marca orientada para a economia circular, e a criação da Drivalia Lease Sverige na Suécia.

Olhando para o futuro, 2025 apresenta tanto desafios ambiciosos como oportunidades excitantes. Um destaque é o papel da Drivalia como Apoiante Oficial da Mobilidade do Jubileu 2025, que levou à abertura de uma nova Loja da Mobilidade na Via della Conciliazione, a poucos passos da Praça de São Pedro, um centro vital para os peregrinos vindos de todo o mundo, que poderão assim explorar as soluções de mobilidade da Drivalia.

As realizações de 2024 foram possíveis graças à dedicação e ao trabalho árduo da equipa do nosso Grupo. Juntos, continuaremos a impulsionar a inovação e a sustentabilidade, reforçando o nosso papel como o Banco de Mobilidade para um Planeta Melhor e moldando o futuro da mobilidade sustentável e responsável.

A POLÍTICA DE FINANCIAMENTO DO BANCO NO ACTUAL CONTEXTO MACROECONÓMICO

LUCA CAFFARO - DIRECTOR FINANCEIRO

No que se refere ao contexto económico, após um período de melhoria na primavera de 2024, surgiram sinais de fraqueza na economia mundial no segundo semestre do ano, impulsionados principalmente por uma contração no sector da indústria transformadora.

Especificamente, a economia da área do euro continuou a recuperar em 2025, apoiada principalmente pelo aumento da procura interna, em particular no sector dos serviços.

De acordo com as últimas estimativas do Banco Central Europeu (BCE), o PIB da área do euro deverá crescer 0,7 % em 2024, enquanto a inflação deverá diminuir para 2,4 %, acabando por se alinhar com o objetivo do BCE, próximo dos 2 %, durante 2025-2026.

Neste contexto, o BCE iniciou um ciclo de flexibilização da política monetária, reduzindo as taxas directoras em 25 pontos base em junho, setembro, outubro e dezembro, sugerindo que as decisões futuras serão orientadas pelas tendências macroeconómicas e pelos níveis de inflação na zona euro.

Embora muitos analistas prevejam a continuação da flexibilização monetária em 2025, a imprevisibilidade dos dados económicos poderá criar volatilidade nos mercados financeiros, complicada ainda mais por um cenário geopolítico incerto.

Perante estas condições económicas, o CA Auto Bank continuou a acompanhar de perto a evolução macroeconómica para avaliar os potenciais impactos no crescimento e nos mercados financeiros.

Em 2024, o Banco prosseguiu uma estratégia de diversificação das suas fontes de financiamento, tendo captado 1 900 milhões de euros no âmbito do programa EMTN e 125 milhões de francos suíços no mercado interno suíço, e recorrido ao financiamento do Grupo Crédit Agricole.

Além disso, em março e dezembro, foram concluídos dois empréstimos AT1 entre empresas, no montante total de 600 milhões de euros, bem como três novas emissões obrigacionistas sénior não preferenciais, no montante de 700 milhões de euros, em junho e dezembro, ambas realizadas pelo Crédit Agricole Personal Finance & Mobility.

Por último, em dezembro, o Banco obteve um empréstimo Tier 2 de 250 milhões de euros (integralmente subscrito pelo acionista direto) e reembolsou um empréstimo existente de

Empréstimo de nível 2 no valor de 126 milhões de euros.

Estas operações reforçaram ainda mais os passivos elegíveis para bail-in do CA Auto Bank, garantindo uma proteção sólida aos credores seniores.

Durante o ano, os serviços de receção de depósitos expandiram-se para a Áustria, Irlanda, Países Baixos e Espanha, complementando os canais de depósito direto existentes na Itália e na Alemanha.

Esta expansão contribuiu para um aumento dos depósitos, que atingiram cerca de 3,4 mil milhões de euros.

A combinação destas iniciativas, juntamente com a obtenção de novas linhas de crédito bancário no montante total de 2,5 mil milhões de euros e colocações de ABS no valor de 900 milhões de euros, assegurou os recursos necessários para apoiar as actividades do Grupo num contexto de aumento das necessidades de financiamento devido ao crescimento do volume.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, CONSELHO FISCAL E AUDITOR EXTERNO

Conselho de Administração

Presidente

Stéphane Priami

Diretor Geral

& Diretor Geral

Giacomo Carelli

Diretores

Richard Bouligny

Paola De Vincentiis*

Anne Marie Guirchoux

Jerome Hombourger

Sophie Lazarevitch*

Yannick Mouillet**

Vittorio Ratto

Ana Vicente Laimè

Conselho Fiscal

Presidente

Maria Ludovica Giovanardi

Revisores oficiais de contas permanentes

Mauro Ranalli

Vincenzo Maurizio Dispinzeri

Revisores oficiais de contas suplentes

Francesca Pasqualin

Francesca Michela Maurelli

Auditores externos

PricewaterhouseCoopers S.p.A.

*Diretores independentes

**nomeado por cooptação em 28 de outubro de 2024

PROPOSTA DE AFECTAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO

Caros acionistas,

Na sequência da aprovação das Demonstrações Financeiras de e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, propomos que o resultado líquido do exercício, no valor de €119.381,386, seja afeto integralmente a resultados transitados.

	montantes apresentados em euros
Lucro do exercício	119,381,386
Reserva legal	-
Reserva extraordinária	-
Resultados transitados	119,381,386

Turim, 27 de fevereiro de 2025

Diretor Executivo e Diretor Geral
Giacomo Carelli

ANTECEDENTES E APRESENTAÇÃO

No dia 4 de abril de 2023, uma nova era despontou em Turim, inaugurando um novo capítulo para as finanças e para o automobilismo, com a capital piemontesa a assumir novamente o protagonismo. Nesse dia nasceu o CA Auto Bank, o novo ator pan-europeu, um banco digital omnicanal de vanguarda, especializado na mobilidade verde, presente em 18 países europeus e em Marrocos. Com uma posição única, sendo o único operador independente com a experiência de uma empresa cativa, a empresa nasceu da transformação do Banco FCA.

Em abril de 2023, tornou-se totalmente independente do Stellantis Group, na sequência da venda da sua participação pelo fabricante ao Crédit Agricole, que passou a deter 100% da nova entidade através do Crédit Agricole Personal Finance & Mobility (atualmente CA Personal Finance & Mobility).

Enraizado em alicerces históricos bem estabelecidos, o CA Auto Bank retira força das suas origens, sublinhando o significado do seu património, ao mesmo tempo que promove um compromisso com a inovação e o avanço no sector do financiamento automóvel:

- As origens do Grupo remontam a 1925, quando foi fundado como S.A.V.A., a primeira empresa de financiamento automóvel em Itália, criada para facilitar a compra de automóveis Fiat.
- Em dezembro de 2006, a Fiat Auto S.p.A. e o Crédit Agricole S.A. criaram uma joint venture 50/50 destinada a desenvolver actividades financeiras na Europa. Em 28 de dezembro de 2006, a Fiat Sava S.p.A. e a sua , a Fidis Retail Italia, fundiram-se e a entidade resultante foi inscrita na lista especial nos termos do artigo 107 do Decreto Legislativo 385/1993 e passou a designar-se Fiat Auto Financial Services S.p.A., com o Grupo Crédit Agricole a tornar-se acionista a 50%.
- Em 5 de abril de 2007, a empresa sofreu uma nova alteração de nome e passou a designar-se Fiat Group Automobiles Financial Services S.p.A.
- Em 2009, a empresa (que entretanto mudou de nome para FGA Capital) tornou-se a cativa de todas as marcas Chrysler na Europa.
- Em 16 de janeiro de 2015, a empresa foi transformada em banco e assumiu o nome de FCA Bank S.p.A. Sob esta nova identidade, continuou a crescer e a estabelecer-se como um ator significativo no negócio do aluguer em toda a Itália e na Europa, até se tornar o CA Auto Bank em abril de 2023.

Assim, o novo ator pan-europeu nasceu com "os olhos postos no futuro, mas firmemente enraizado numa tradição histórica bem estabelecida". A sua ambição é destacar-se como um ator independente e transversal líder nos domínios do financiamento automóvel, do aluguer e da mobilidade, prestando os seus serviços aos sectores automóvel, dos veículos automóveis, do lazer, dos veículos comerciais ligeiros e pesados e com planos para entrar nos sectores marítimo e agrícola.

O ritmo da mudança é evidente, uma vez que o sector automóvel está a sofrer uma profunda evolução nas tecnologias de fabrico e nos padrões de utilização dos veículos. Uma mudança significativa é a transição da mobilidade centrada nos combustíveis térmicos para a mobilidade impulsionada por veículos híbridos e eléctricos

automóveis. Por outro lado, há uma transformação na economia, com os consumidores a afastarem-se da noção tradicional de propriedade de veículos e a adoptarem modelos de utilização e aluguer.

A prova da nova orientação é evidente com a criação da Drivalia, a empresa inovadora de aluguer e mobilidade do Grupo, que sucede à Leasys Rent e posiciona o CA Auto Bank como um ator independente, pronto a abraçar novas oportunidades de colaboração para tornar a mobilidade sustentável e acessível a todos.

Apresentada no Salão Automóvel de Paris, em outubro de 2022, a Drivalia já estabeleceu uma presença significativa em quinze países europeus (Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Noruega, Países Baixos, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Espanha e Sverige).

A Drivalia pretende ser um ator-chave na condução da transição para a mobilidade sustentável, e a experiência do CA Auto Bank é fundamental. Além disso, a empresa oferece soluções personalizadas para tornar os veículos eléctricos e híbridos mais acessíveis a um público mais vasto, garantindo uma gama abrangente de opções inovadoras.

O Grupo CA Auto Bank é atualmente um modelo pan-europeu exemplar de inovação, liderando o caminho para uma mobilidade mais sustentável. A adoção de novas tecnologias e da digitalização será fundamental para o futuro do Grupo. Uma vez que o crescimento e a diversificação continuam a ser objectivos fundamentais, a evolução dos instrumentos financeiros, de seguros e de pagamento será alinhada com os mais recentes desenvolvimentos nos sectores das fintech, insurtech e open banking.

O CA Auto Bank prosseguirá com determinação inabalável a sua trajetória de transição energética, acelerando o processo de transformação em curso. Através de uma vasta gama de produtos financeiros e de soluções de mobilidade ecológica, os clientes podem contribuir ativamente para a proteção do ambiente. O Banco aspira a estabelecer-se como líder da mobilidade sustentável à escala europeia e a ser reconhecido como o "Banco da Mobilidade para um planeta melhor".

ESTRUTURA ACCIONISTA

CRÉDIT AGRICOLE FINANÇAS PESSOAIS & MOBILIDADE

O Crédit Agricole Personal Finance & Mobility é líder no mercado de crédito ao consumo, com uma carteira de empréstimos de 119 mil milhões de euros em ³¹ de dezembro de 2024. Oferecendo soluções de financiamento flexíveis e responsáveis, adaptadas às necessidades específicas dos seus clientes e parceiros de negócios, opera em 19 mercados europeus, bem como na China e em Marrocos.

Com base no seu vasto know-how e experiência, a empresa garante que as políticas de retenção de clientes implementadas pelos seus parceiros, incluindo fabricantes de veículos, concessionários, bancos e organizações institucionais, conduzam ao sucesso comercial.

A satisfação do cliente está no centro da sua estratégia, levando o Crédit Agricole Personal Finance & Mobility a dotar os clientes de ferramentas que lhes permitam tomar decisões bem informadas sobre os seus projectos.

Dando ênfase à inovação e ao investimento em tecnologias digitais, a empresa está empenhada em fornecer as melhores soluções aos seus acionistas, promovendo assim uma nova e melhorada experiência de financiamento.

Em 2006, o Crédit Agricole personal Finance & Mobility e a Fiat Auto estabeleceram uma parceria 50/50 joint venture conhecida como FIAT GROUP AUTOMOBILES FINANCIAL SERVICES, mais tarde renomeada FGA Capital em 2009. Depois de se transformar banco em 2015, a empresa adoptou o nome FCA Bank S.p.A.

No entanto, em 4 de abril de 2023, houve uma mudança significativa quando o Stellantis saiu da parceria e o Crédit Agricole Personal Finance & Mobility adquiriu a totalidade da sua participação. Este desenvolvimento levou ao nascimento de um novo banco chamado Crédit Agricole Auto Bank.



CRÉDIT AGRICOLE S.A.

100 %



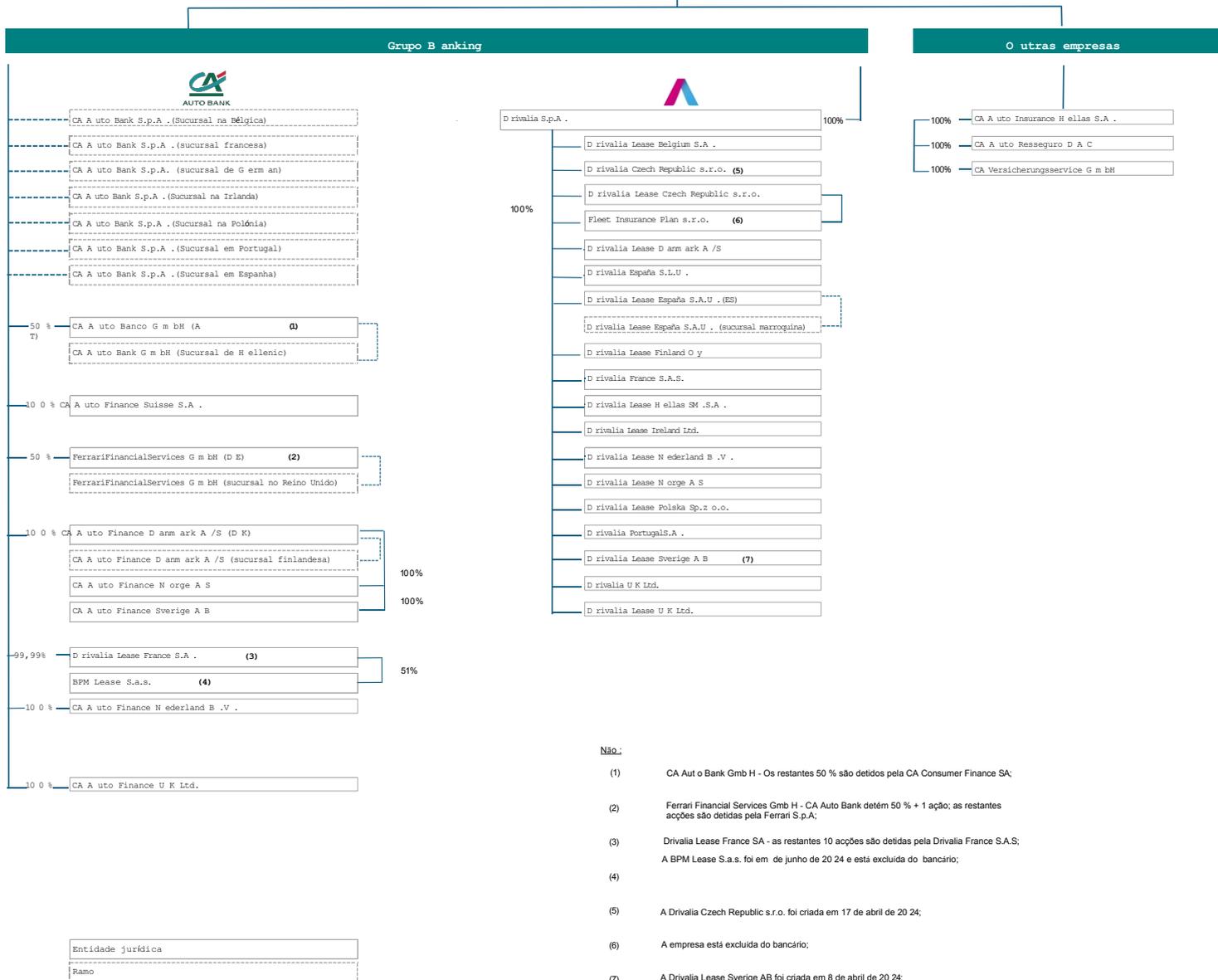
**PERSONAL FINANCE
& MOBILITY**

100 %



AUTO BANK

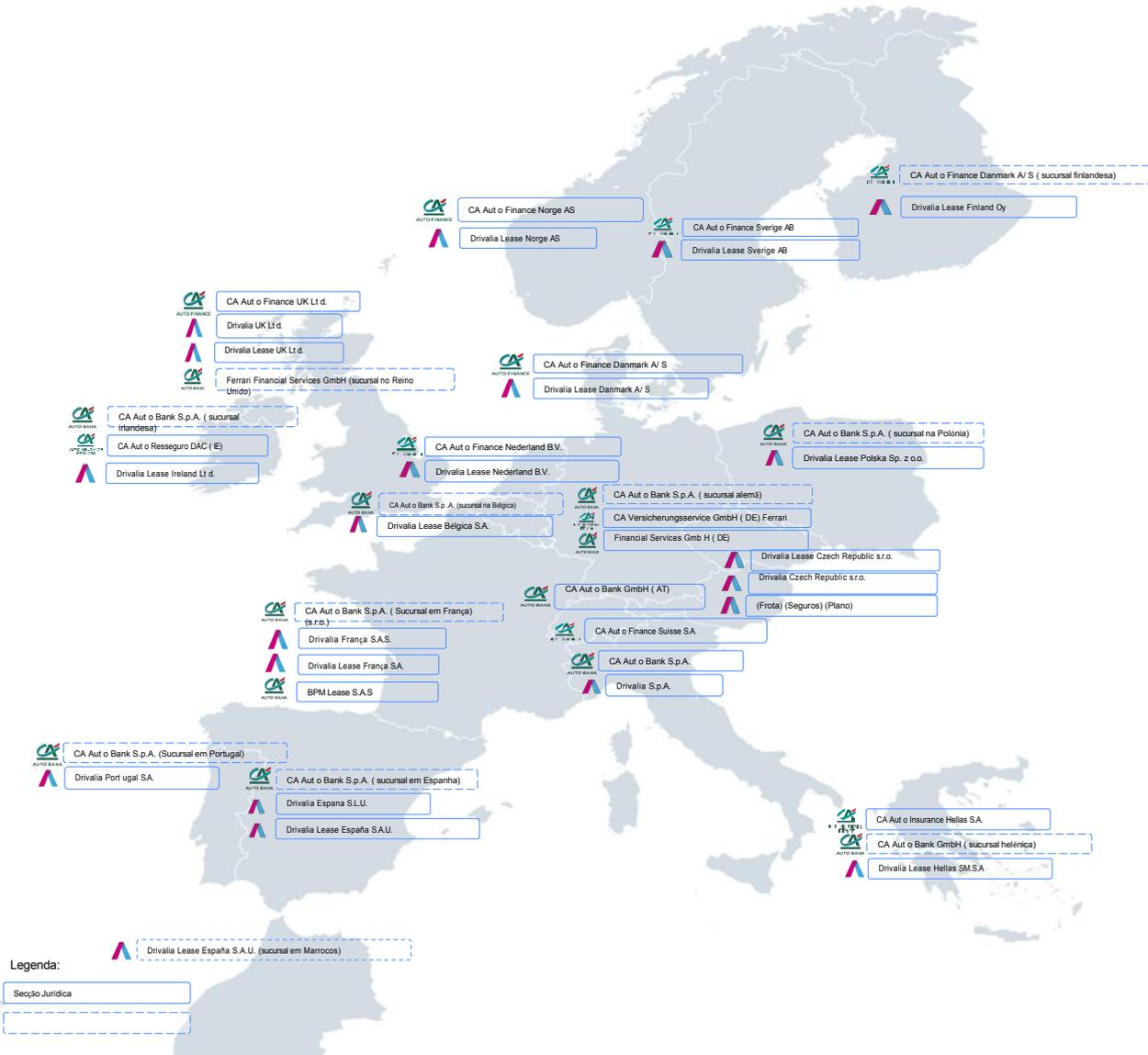
ESTRUTURA DO GRUPO



Não:

- (1) CA Auto Bank GmbH - Os restantes 50 % são detidos pela CA Consumer Finance SA;
- (2) Ferrari Financial Services GmbH - CA Auto Bank detém 50 % + 1 ação; as restantes ações são detidas pela Ferrari S.p.A.;
- (3) Drivalia Lease France SA - as restantes 10 ações são detidas pela Drivalia France S.A.S.; A BPM Lease S.a.s. foi em de junho de 2024 e está excluída do bancário;
- (4)
- (5) A Drivalia Czech Republic s.r.o. foi criada em 17 de abril de 2024;
- (6) A empresa está excluída do bancário;
- (7) A Drivalia Lease Sverige AB foi criada em 8 de abril de 2024;

PRESENÇA GEOGRÁFICA

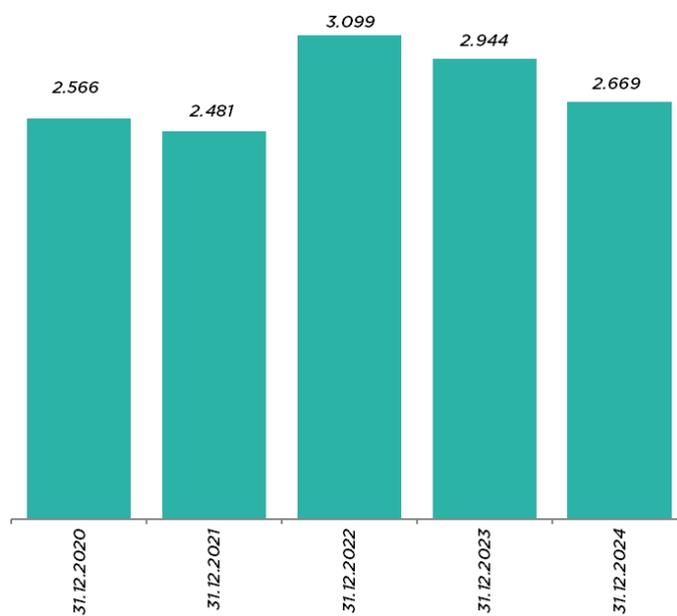


LINHAS DE NEGÓCIO

O CA Auto Bank S.p.A. opera através de duas linhas de negócio: Financiamento por grosso e Financiamento e Leasing a retalho, cujos resultados financeiros são apresentados de seguida:

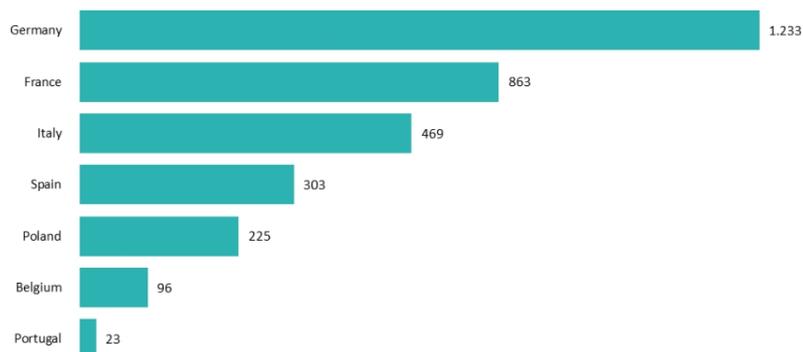
Banca - Financiamento grossista

Financiamento por grosso - Empréstimos médios no final do ano (€/mln)



Financiamento por grosso - Empréstimos médios no final do ano por mercados (€/mln)*

* O conjunto de dados inclui tanto veículos de demonstração como empréstimos comerciais



A Direção de Distribuição do CA Auto Bank gere o financiamento das redes de concessionários e distribuidores que operam no sector da mobilidade, com o objetivo de apoiar a distribuição de veículos através de uma vasta gama de produtos de financiamento por grosso, oferecendo condições comerciais de pagamento e financiamentos adaptados à atividade dos concessionários.

A empresa opera em Itália, Polónia, Bélgica, França, Portugal, Alemanha e Espanha.

O ano de 2024 marcou o primeiro ano completo de funcionamento como banco independente, dedicado à consolidação das parcerias existentes nos sectores automóvel, lazer, motociclos, camiões e marítimo, ao mesmo tempo que prestava um serviço de tipo cativo aos nossos parceiros. Além disso, a Empresa continuou a expandir as suas operações para novos clientes adquiridos durante 2024.

Graças às suas competências específicas, ao excelente nível de serviço que o Banco desenvolveu ao longo da sua história de quase um século e à sua capacidade de melhoria contínua e de inovação, o CA Auto Bank prosseguiu a sua expansão em 2024, estabelecendo novos acordos de parceria, como os da Chery em Itália e da Ebro em Espanha, e alargando também o âmbito das parcerias com a Mazda, a BYD e outras.

Durante o ano de 2024, o CA Auto Bank alargou a sua base de clientes em França, na sequência da fusão com a Sofinco Auto Moto Loisirs, o que lhe permitiu tornar-se um dos principais intervenientes no financiamento automóvel em França.

As formas clássicas de apoio aos concessionários/distribuidores são as extensões de pagamento de veículos novos, usados, de demonstração e de peças sobressalentes. Para além deste tipo de produtos financeiros, o CA Auto Bank dispõe de uma carteira de produtos destinados a cobrir as diversas necessidades dos seus clientes:

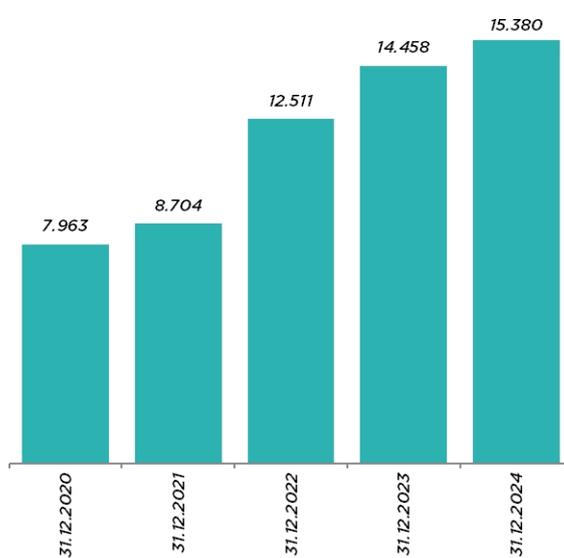
-
- Financiamento a curto prazo para satisfazer necessidades de liquidez a curto prazo (por exemplo, financiamento do fundo de maneio);
 - Financiamento a médio/longo prazo desembolsado para apoiar actividades de investimento específicas ou para realizar acções destinadas a melhorar os pontos de venda (showrooms), muitas vezes na sequência de iniciativas promovidas por parceiros.

Além disso, através de actividades de crédito comercial, o CA Auto Bank continua a oferecer apoio financeiro à venda direta de veículos novos e usados, normalmente a grandes clientes, como empresas de aluguer e de leasing, e grandes empresas nacionais e multinacionais.

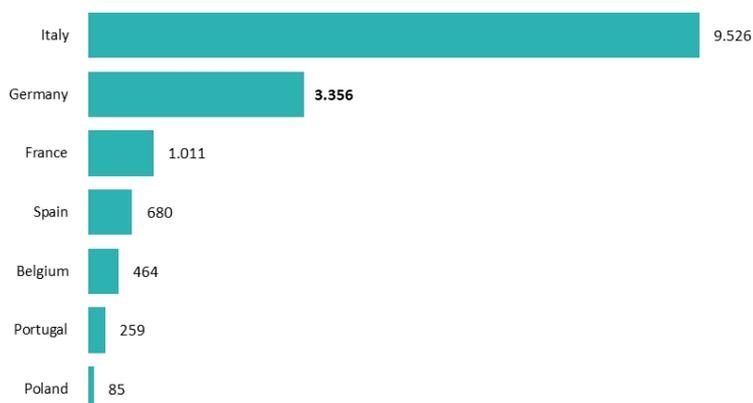
Com o objetivo de melhor servir os seus clientes, o Departamento Grossista centrou-se na expansão das actividades "multimarca", desenvolvendo soluções financeiras que integram a oferta de produtos tradicionais. Esta abordagem destina-se a fornecer uma gama completa de serviços de financiamento por grosso, respondendo simultaneamente aos desafios decorrentes da evolução dos modelos de distribuição e das novas tendências dos consumidores através de uma investigação específica.

Banca - Financiamento e Leasing

Financiamento e locação financeira - Empréstimos médios no final do ano (€/mln)



Financiamento e locação financeira - Empréstimos médios no final do ano por mercados (€/mln)*



Em 2024, o Banco continuou a alargar a sua presença nos sectores do retalho e da banca, reforçando a sua oferta de Financiamento, Leasing, Contas de Depósito, Cartões de Crédito e Crédito Pessoal.

Para o , foram assinados novos acordos com parceiros de prestígio, alargando o número de marcas que irão adotar os seus serviços financeiros. A visão partilhada nas parcerias celebradas tem como objetivo tornar a mobilidade urbana mais sustentável e acessível. Neste sentido, o CA Auto Bank continuou a desenvolver soluções e serviços de financiamento que promovem as motorizações híbridas e eléctricas em detrimento das tradicionais.

Alguns dados corroboram o caminho escolhido pelo Banco: até à data, a gama de veículos híbridos e eléctricos atingiu mais de 32% dos veículos financiados pelo Banco.

Tal como indicado no Relatório de Gestão, o CA Auto Bank prosseguiu a sua evolução no domínio dos empréstimos garantidos relançando o InstantCar e o InstantMoto: uma solução simples, segura e omnicanal para aceder ao financiamento em 3 minutos.

No sector bancário, o CA Auto Bank continuou desenvolver projectos para posicionar, cada vez mais, como um ponto de referência na banca diária e na inovação digital.

Prova disso é a internacionalização do sistema CA Auto Pay, que permite aos concessionários aderentes oferecerem novos métodos de pagamento, imediatos e de vanguarda, ideais para a venda de serviços, reparações, peças e acessórios a prestações, com ou sem juros, ou num único pagamento final.

Relativamente à gama de Cartões de Crédito, em 2024 prosseguiu a promoção dos Cartões de Crédito Futura e Drivalia e do Cartão CA Auto Bank. Os cartões foram concebidos para gerar um círculo virtuoso entre mobilidade e estilos de vida mais sustentáveis, graças ao programa de fidelização associado que permite a entrada automática no Clube CA Auto Bank €co, o programa de fidelização gratuito que ajuda a transformar as compras num estilo de vida mais consciente do ponto de vista ambiental.

2024 foi certamente também o ano do Open Banking para o CA Auto Bank Italia. Num contexto em que a inovação é uma condição fundamental para satisfazer clientes cada vez mais exigentes, foi decidido aproveitar a experiência adquirida com o produto InstantCar para dar uma volta decisiva a uma utilização cada vez maior deste novo método de integração de clientes. Um método rápido, simples e seguro. Graças à plataforma Open Banking, o processo de pedido de empréstimo ou crédito foi simplificado, eliminando a necessidade de fornecer documentação adicional sobre os rendimentos. O

As vantagens são muitas: melhores tempos de aprovação do financiamento (em 3 minutos), maior segurança (o processo baseia-se na diretiva PSD2), segurança na gestão dos dados pessoais.

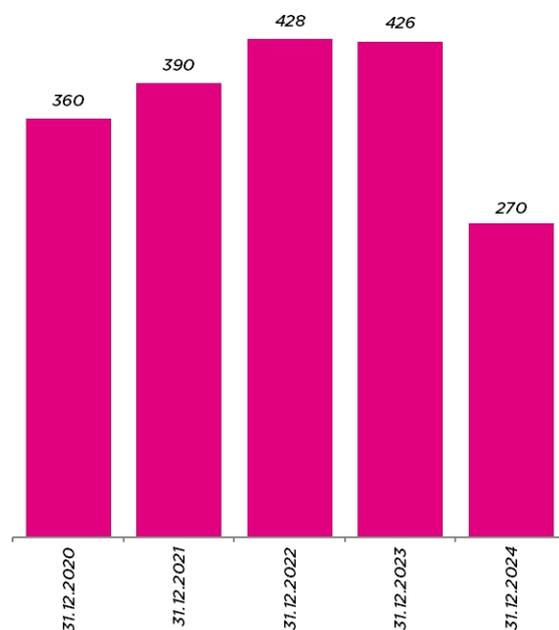
Em 2024, o CA Auto Bank prosseguiu a sua atividade de concessão de crédito pessoal, centrando-se exclusivamente na clientela existente e desenvolvendo acções pontuais de fidelização, reforçando o seu compromisso para com os seus clientes de valor.

O Conto Deposito continuou a suscitar um interesse crescente, confirmando o seu papel produto de poupança apreciado pela sua segurança e condições atractivas. Entre as inovações introduzidas em Itália, destaca-se o novo depósito a prazo a 6 meses, que vem complementar a oferta existente de prazos de 12, 24, 36, 48 e 60 meses. Outra inovação importante foi a introdução do reconhecimento à distância através do SPID ou VIDEO SELFID, que garantem um acesso fácil e rápido ao produto.

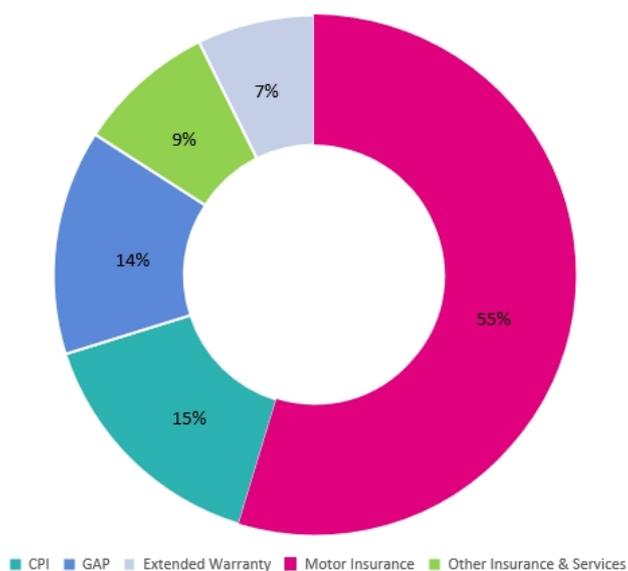
A nível internacional, o CA Auto Bank alargou também a sua oferta de depósitos à Áustria, Irlanda, Países Baixos e Espanha, para além da Itália e Alemanha, onde o banco já está presente. As contas de depósito podem ser subscritas e geridas online graças à parceria com a Raisin, uma plataforma ativa na União Europeia, no Reino Unido e nos Estados Unidos. Através da Raisin, os clientes residentes na Áustria, Irlanda, Países Baixos e Espanha podem facilmente descobrir e aceder ao depósito do CA Auto Bank com as taxas de juro mais atractivas.

Seguros e serviços

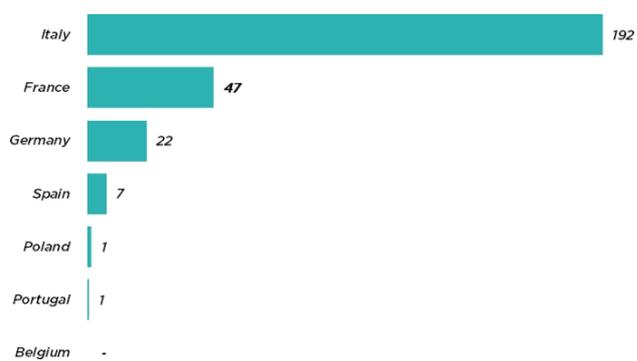
Prémios brutos emitidos (€/mln)*



Prémios brutos emitidos por produtos de seguros (€/mln)*



Prémios brutos emitidos por mercado (€/mln)*



O CA Auto Bank oferece uma gama completa de soluções e serviços de seguros associados aos contratos de financiamento, abrangendo a proteção do crédito e a proteção do veículo. Os produtos propostos estão adaptados às diferentes necessidades dos clientes, abrangendo um vasto leque de veículos: desde os cidadãos aos comerciais, passando pelos supercarros, veículos pesados, motocicletas e bicicletas eléctricas.

Apresentamos de seguida os principais serviços de seguros oferecidos em vários mercados europeus:

- Seguro de proteção ao crédito, que liberta o cliente da obrigação de reembolsar, total ou parcialmente, a sua dívida em caso de acontecimentos específicos súbitos e/ou inesperados;
- Proteção Patrimonial Garantida (GAP), que protege o valor do veículo adquirido, em caso de roubo ou perda total, com o pagamento do veículo pelo valor total durante um determinado número de anos após a compra ou um pagamento substancial, que pode variar em função da legislação aplicável no país
- Seguro de responsabilidade civil automóvel: esta cobertura é oferecida, quer em conjunto com a prestação de financiamento, quer como produto autónomo;
- Seguro contra roubo e incêndio que, quando financiado durante toda a vigência do contrato, cobre roubo, incêndio, furto, fenómenos naturais, fenómenos sociopolíticos, vandalismo e estilhaços de vidro;
- Seguro Kasko e de colisão: O seguro Kasko cobre os danos em caso de colisão com outro veículo, colisão de objectos fixos e móveis, capotamento do veículo e saída da estrada. O seguro de colisão só é acionado em caso de colisão com outro veículo identificado.
- Extensão da garantia, que prolonga o período de garantia padrão do fabricante com uma gama de soluções que cobrem as necessidades do cliente
despesas em caso de avaria do veículo;
- Marcação dos vidros/veículos: serve como um importante fator de dissuasão contra o roubo.

Em 2024, o foco principal foi o aprimoramento da oferta de CVT. Esta iniciativa teve como objetivo capitalizar plenamente as oportunidades de negócio decorrentes da estratégia de marca branca e da finalização de acordos comerciais com novos parceiros.

O CA Auto Bank continua a desenvolver o seu canal digital para a distribuição de apólices de seguro, incluindo as não diretamente relacionadas com veículos, aos seus clientes. Desta forma, pode oferecer soluções que respondem a todas as necessidades dos diferentes tipos de clientes.

Relações com parceiros comerciais

Durante o ano, foram estabelecidas colaborações com marcas internacionais muito importantes, nomeadamente

- BYD, um dos principais fabricantes chineses de veículos totalmente eléctricos;

- OMODA & JAECOO, duas marcas pertencentes ao Grupo Chery, um dos maiores produtores automóveis da China. A Chery é um gigante da indústria automóvel chinesa, conhecida por produzir veículos acessíveis e inovadores, incluindo modelos eléctricos e SUV.

Estas relações destinavam-se a atingir objectivos económicos para a empresa, bem como para os fabricantes e concessionários parceiros, através de

- Actividades promocionais tradicionais, como o pagamento a prestações e o leasing, a par de opções mais inovadoras e flexíveis como o pagamento a prazo com garantia de recompra. Estas soluções têm como objetivo oferecer aos consumidores taxas preferenciais para facilitar o acesso ao crédito e, conseqüentemente, reforçar a capacidade de distribuição do fabricante. Além disso, o desenvolvimento de produtos e serviços responde à evolução das necessidades de mobilidade, cada vez mais frequentes entre as gerações;
- Ofertas específicas "de apoio ao lançamento de novos modelos e versões", com especial referência aos veículos híbridos e eléctricos, que desempenharam um papel fundamental no apoio às escolhas estratégicas dos construtores e concessionários;
- Uma gama completa de serviços (roubo/incêndio, kasko, RCA, etc.) que protegem o cliente de qualquer imprevisto. Estes serviços podem ser combinados com soluções de financiamento ou de aluguer.

A estratégia comercial implementada permitiu-nos fechar mais de 103.000 contratos de financiamento e de locação financeira em Itália em 2024, confirmando o nosso compromisso e o nosso crescimento no sector.

Este resultado consolidou ainda mais a nossa posição como parceiro estratégico líder no sector automóvel.

DESENVOLVIMENTO DO MERCADO E DAS MARCAS AUTOMÓVEIS

O mercado automóvel na Europa (União Europeia+ Reino Unido+ EFTA) registou 13,0 milhões de automóveis e veículos comerciais em 2024 (mais 0,9% do que em 2023).

Parceiros do "CA Auto Bank

A vasta experiência do CA Auto Bank em matéria de crédito e locação financeira automóvel e no sector da mobilidade posicionou-o como um parceiro de confiança de numerosas marcas automóveis de prestígio. Isto levou a uma oferta diversificada de veículos, incluindo modelos eléctricos e híbridos, para apoiar tanto as marcas como os grandes grupos de distribuição.

No primeiro semestre de 2024, o CA Auto Bank registou 6 233 milhões de euros em novos volumes de financiamento, dos quais 4 620 milhões de euros foram atribuídos ao financiamento de retalho e ao financiamento da locação financeira, 627 milhões de euros ao crédito comercial e às demonstrações, sendo os restantes 985 milhões de euros atribuídos ao aluguer/mobilidade.

O ano de 2024 foi um período de crescimento contínuo para o CA Auto Bank.

Em primeiro lugar, o Banco reforçou as suas parcerias com os actuais fabricantes de equipamento de origem e, em seguida, procurou novas parcerias para desbloquear novas oportunidades. Uma parceria que cresceu significativamente este ano foi a com a Mazda, que agora inclui dois novos mercados, ou seja, a Polónia e a Áustria.

O CA Auto Bank assinou acordos com mais de 60 marcas dos sectores automóvel, das duas rodas, do lazer, dos veículos comerciais ligeiros e pesados e da marinha.

A CAAB também lançou novas parcerias com OEM (fabricantes de equipamento original) que estão a entrar no mercado europeu. Um exemplo destas novas colaborações é o acordo com a BYD em Itália e Espanha, a Dongfeng e a Chery com as suas marcas Omoda e Jaecoo em Itália.

O CA Auto Bank uma vasta gama de serviços financeiros e de mobilidade inovadores e flexíveis, destinados a tornar mais acessíveis os produtos dos principais fabricantes.

A colaboração com marcas que vendem carros eléctricos, como a Tesla, a Lucid, a General Motors e a Vinfast, acelera o nosso plano para uma mobilidade mais sustentável (em 2024, mais de 50% dos volumes financiados para veículos novos referem-se a carros eléctricos ou híbridos).

É também de salientar que o modelo de vendas de produtos financeiros e de aluguer continua a evoluir, com 15% dos volumes financiados a serem agora gerados através do comércio eletrónico, principalmente através das marcas Lucid e Tesla.

O CA Auto Bank confirma as suas ambições no sector náutico através da sua parceria com o Groupe Beneteau, ator mundial e fabricante de renome de barcos à vela e a motor. No primeiro semestre de 2024, foram lançados produtos por grosso em 8 países e produtos a retalho em 3.

RELATÓRIO DE GESTÃO

31 de dezembro de 2024

Cenário Macroeconómico, o Mercado Automóvel e os Mercados Financeiros

Após uma melhoria na primavera, estão a surgir sinais de um abrandamento da economia mundial, principalmente devido à fraqueza da indústria transformadora. Nos Estados Unidos, a atividade mantém-se robusta; o mercado de trabalho está a arrefecer ligeiramente. Na China, a fraca procura interna, que continua a ser afetada pela crise do sector imobiliário, está a travar o crescimento da produção. De acordo com as estimativas de setembro da OCDE, o crescimento do PIB mundial será ligeiramente superior a 3% em 2024 e 2025, em linha com o valor do ano passado, mas abaixo da média registada na década anterior à pandemia. As tensões políticas internacionais, em especial no Médio Oriente, continuam a representar um elevado risco de abrandamento.

Na zona euro, a atividade continua a ser dececionante e a desinflação prossegue; a estagnação substancial do PIB continuou nos meses de verão: o ciclo da indústria transformadora manteve-se fraco, enquanto a expansão dos serviços prosseguiu, reflectindo especialmente o bom desempenho da época turística.

Em setembro, a inflação continuou a diminuir, incluindo a componente principal. A dinâmica dos preços dos serviços, especialmente os que se atrasam em relação à inflação passada, continua a ser elevada. De acordo com as projecções de setembro dos peritos do BCE, a inflação no consumidor diminuirá gradualmente, passando de 2,5%, em média, no corrente ano para 2,2% em 2025 e 1,9% em 2026.

Após uma redução inicial em junho, o Conselho do Banco Central Europeu voltou a baixar a taxa de juro dos depósitos no Eurosistema em 25 pontos base na reunião de setembro.

Em Itália, o crescimento nos meses de verão foi moderado; uma nova expansão nos serviços foi associada a uma fraqueza persistente na indústria transformadora. A procura agregada beneficiou principalmente das tendências do consumo, apoiadas por uma recuperação do rendimento disponível, compensada por um contributo negativo das exportações líquidas, num contexto de lentidão nas principais economias da zona euro.

Embora a expansão do emprego tenha continuado nos meses de verão, há alguns sinais de enfraquecimento da procura de mão de obra: as vagas diminuíram e as horas trabalhadas contraíram-se no segundo trimestre. A participação diminuiu ligeiramente no verão, contribuindo para a descida da taxa de desemprego. As recentes renovações de contratos estão a apoiar uma recuperação gradual dos salários reais.

Depois de ter subido em julho, a inflação voltou a uma tendência descendente, afetada por uma nova redução dos preços da energia. Tanto as famílias como as empresas continuam a prever um crescimento moderado dos preços a curto e médio prazo.

O custo do crédito desce ligeiramente, mas a procura de financiamento continua a ser reduzida. As condições de financiamento das famílias e das empresas beneficiaram de uma redução do custo dos empréstimos bancários.

Apesar de uma ligeira flexibilização dos critérios de oferta na primavera, os empréstimos bancários às empresas continuaram a contrair-se, principalmente devido à menor procura de empréstimos ao investimento. Em contrapartida, foi travada a descida dos empréstimos às famílias, que, ainda que marginalmente, voltaram a aumentar pela primeira vez desde o início de 2023.

No que diz respeito ao mercado automóvel, os registos de automóveis (União Europeia + Reino Unido + EFTA), apresentaram um aumento de 0,8% em 2024 em comparação com 2023, para um total de 10,6 milhões de unidades registadas.

Em 2024, a Espanha registou um crescimento sólido de 7,1%, enquanto outros grandes mercados europeus registaram diminuições nos registos: A França registou um decréscimo de 3,2%, a Alemanha um decréscimo de 1% e a Itália um decréscimo de 0,5%.

Em termos de preferências dos compradores, os automóveis eléctricos a bateria continuam a ser a terceira escolha mais popular, com uma quota de mercado de 13,6% em dezembro de 2024, ultrapassando novamente o diesel, que caiu para 11,9%.

Os automóveis a gasolina continuam a manter a liderança do mercado com 33,3%, enquanto os automóveis híbridos-eléctricos consolidam a sua segunda posição com 30,9%.

Os registos de automóveis eléctricos a bateria apresentaram um declínio de 10,2% para 144 367 unidades. Este declínio foi principalmente influenciado por fortes contracções na Alemanha (-38,6%) e em França (-20,7%), que contribuíram para uma diminuição global de 5,9% no volume do mercado de automóveis eléctricos em 2024 em comparação com o ano anterior.

Apesar , a quota de mercado total dos automóveis eléctricos a bateria estabilizou nos 13,6%.

Os registos de automóveis híbridos plug-in aumentaram 4,9% em dezembro, com um forte crescimento em França (+44,9%) e na Alemanha (+6,8%). No entanto, os volumes globais de 2024 diminuíram 6,8% em termos homólogos, com a quota de mercado a manter-se estável em 8,3%.

Os automóveis híbridos-eléctricos, por outro lado, registaram um aumento significativo de 33,1% em dezembro, atingindo uma quota de mercado de 33,6%, contra 26,5% no mesmo mês do ano passado, ultrapassando as matrículas de automóveis ICE pelo quarto mês consecutivo.

Os registos de automóveis ICE diminuíram 1,8%, com descidas registadas em todos os principais mercados, exceto em Espanha, que registou um aumento de 16%. Em França, a descida foi significativa (23%), seguida de uma descida de 11,4% em Itália e de uma descida de 7,4% na Alemanha. Em consequência, a quota de mercado dos automóveis a gasolina desceu para 29,6%, contra 31,6% no mesmo mês do ano passado.

O mercado de automóveis a gasóleo registou uma contração de 15%, com a quota de mercado a situar-se em 9,8% em dezembro de 2024. De um modo geral, a atividade automóvel na UE registou flutuações negativas em vários segmentos, com descidas de dois dígitos em vários mercados importantes.

O registo de autocaravanas em 2024 na Europa aumentou 8,5%, o que também contribuiu para a diminuição das existências em alguns mercados. Nos últimos 11 meses, de janeiro a novembro de 2024, o mercado registou excelentes resultados, nomeadamente em países como a Espanha, que registou um crescimento superior a 30%; a Itália, com um aumento de 20,9% em relação ao mesmo período do ano passado, a França e a Alemanha, com aumentos superiores a 10%. Por conseguinte, todos os fabricantes estão satisfeitos com o desempenho alcançado e o crescimento do mercado é constante e sólido há vários anos, o que constitui um bom augúrio para o futuro.

Por último, no que diz respeito ao mercado dos motociclos, 2024 foi um ano particularmente positivo. O ano que agora termina registou números que não se viam desde 2010. De facto, o mercado nacional de motociclos, scooters e ciclomotores confirmou a sua liderança na Europa, fechando 2024 com mais de 373 mil unidades registadas (+10,5% face a 2023).

ACONTECIMENTOS SIGNIFICATIVOS E TRANSACÇÕES ESTRATÉGICAS

CONFLITO RÚSSIA UCRÂNIA - IMPACTOS POTENCIAIS

O conflito entre a Rússia e a Ucrânia continua a ser uma preocupação constante para o ciclo económico, uma vez que os principais analistas prevêem a sua duração prolongada e a possibilidade de uma escalada.

Além disso, os preços do petróleo e do gás registaram uma descida na parte final do ano. A descida dos preços do petróleo foi atribuída principalmente à redução da procura, enquanto a descida dos preços do gás foi também influenciada por condições meteorológicas mais amenas e pelo aumento da capacidade de armazenamento. No entanto, 2023 e 2024 são considerados anos de transição nos cenários de referência, com uma ligeira projeção de crescimento do PIB e taxas de inflação ainda elevadas, embora inferiores às de 2022, devido à continuação de uma política monetária restritiva. Nos Estados Unidos, a fase de subida das taxas oficiais está a chegar ao fim, enquanto na Europa se esperam novos cortes nas taxas de juro por parte do BCE.

Embora o quadro esteja em constante evolução, excluindo cenários extremos de escalada do conflito que poderiam levar a resultados geopolíticos e económicos difíceis de avaliar, é de salientar que o Grupo, desde o início do conflito, continuou a acompanhar de perto a evolução das consequências da crise russo-ucraniana na economia real italiana e nas principais variáveis financeiras.

Dado o agravamento das já pesadas sanções impostas à Rússia pelos países ocidentais durante 2023 e 2024, o Grupo não tem quaisquer exposições a contrapartes russas sancionadas a nível europeu e internacional e não tem filiais a operar na Rússia ou na Ucrânia.

CA AUTO BANK EXPANDE OS DEPÓSITOS NOUTROS PAÍSES EUROPEUS

O desenvolvimento internacional do CA Auto Bank no sector da banca diária prossegue, nomeadamente na captação de depósitos, que tem vindo a registar um aumento das taxas de juro e uma forte inovação dos produtos, num contexto cada vez mais competitivo.

O CA Auto Bank, que faz parte do Grupo Crédit Agricole, décimo maior banco do mundo e primeiro na Europa em termos de número de clientes de retalho, lançou os seus depósitos a prazo na Áustria, Irlanda, Países Baixos e Espanha durante o primeiro semestre do ano. Estes quatro países juntam-se assim à Itália e à Alemanha, onde o banco está desde há muito ativo com os seus depósitos a prazo.

Em 2025, prevê-se que as actividades de colocação de depósitos comecem também no mercado polaco.

Os novos depósitos a prazo, destinados a pessoas singulares com residência fiscal na Áustria, nos Países Baixos, na Irlanda e em Espanha, têm prazos de 6, 12, 24 e 36 meses.

, prazos de 48 e 60 meses, com rendibilidades competitivas.

O CA Auto Bank junta-se ao mercado de depósitos a prazo em rápido crescimento nestes quatro países. Este tipo de poupança está a tornar-se cada vez mais popular devido às taxas de juro mais elevadas e à certeza de um rendimento fixo.

Os depósitos a prazo podem ser subscritos e geridos totalmente online, graças a uma parceria com a Raisin, uma empresa ativa na União Europeia, no Reino Unido e nos Estados Unidos. Através da plataforma digital da Raisin, os clientes dos quatro países poderão descobrir as contas de depósito a prazo do CA Auto Bank e subscrever a que melhor se adapta às suas necessidades de investimento.

LIDERANÇA NO FINANCIAMENTO AUTOMÓVEL E NA MOBILIDADE EM FRANÇA

Alcançar a liderança no financiamento automóvel e na mobilidade em França. É com este objetivo que a sucursal francesa do CA Auto Bank se expande através da fusão, que teve lugar a 1 de janeiro de 2024, com a Sofinco Auto Moto Loisirs.

O novo operador ocupa agora a segunda posição no mercado francês, com a ambição de se tornar líder até 2026, visando uma produção retalhista de 3,2 mil milhões de euros.

Esta entidade representa a fusão dos pontos fortes dos dois mundos que a compõem. Por um lado, o CA Auto Bank France, que beneficia da expansão pan-europeia do Grupo, de uma vasta gama de ferramentas e serviços digitais e de uma vasta experiência como cativo. Por outro lado, a Sofinco Auto Moto Loisirs dispõe de uma forte rede comercial em França, de uma qualidade de serviço reconhecida no mercado e de uma experiência em todos os sectores (automóveis, motociclos, lazer e náutica).

As soluções financeiras do novo CA Auto Bank França incluirão também o catálogo CA Mobility Services, que oferece garantias alargadas e contratos de manutenção (através da joint-venture entre a CA Consumer Finance e a Opteven), entregas de veículos com a Hiflow e outros serviços. A Drivalia contribuirá com a sua experiência e soluções de mobilidade, incluindo serviços de aluguer de curta e longa duração, para apoiar ainda mais a distribuição de veículos.

ALARGAMENTO DAS PARCERIAS

Em 2024, o CA Auto Bank prosseguiu a sua estratégia de crescimento com o objetivo de se afirmar como o Banco de referência para a nova mobilidade. Desde o início do segundo semestre do ano, o Banco alcançou os seguintes objetivos:

- assinou uma parceria financeira com a OMODA&JAECOO, pertencente ao grupo asiático Chery, que escolheu a Itália como ponto de partida para a sua expansão europeia;
- chegou a um acordo como novo parceiro financeiro do gigante asiático BYD em Itália e Espanha. O CA Auto Bank e a BYD partilham a missão de promover a mobilidade sustentável através da utilização generalizada de veículos com zero ou baixas emissões. Este acordo permitirá ao CA Auto Bank reafirmar o seu empenho na democratização da utilização de veículos eléctricos e aproximar-se do objetivo de se tornar o parceiro independente das grandes marcas no sector da nova mobilidade;
- assinou uma nova parceria estratégica com a GAC International, a filial europeia da Guangzhou Automobile Corporation (GAC). Com a sua experiência centenária e presença em 18 países europeus, o CA Auto Bank apoiará o construtor chinês no desenvolvimento da sua rede de distribuição na Europa;
- celebrou um acordo com a AIXAM Mega GmbH no mercado austríaco, prestando serviços financeiros aos concessionários da marca

e clientes. O CA Auto Bank e a Aixam trabalharão em conjunto para oferecer soluções de financiamento personalizadas (empréstimos e leasing).

A Drivalia contribuirá com a sua experiência e soluções de mobilidade, incluindo serviços de aluguer de curta e longa duração, para continuar a apoiar a distribuição de veículos.

Em novembro, foi também renovado o acordo de colaboração financeira com a Ferrari N.V. (NYSE/MTA: RACE) para a gestão conjunta da Ferrari Financial Services GmbH ("FFS").

Plano de Sustentabilidade 2024 - 2026

Em abril, o Grupo delineou a sua estratégia ESG, com o objetivo de criar valor e gerar lucros de uma forma virtuosa. O plano trienal assenta em quatro pilares: Mobilidade Sustentável, Inovação e Digitalização, Ambiente e Pessoas.

Partindo da razão de ser do CA Auto Bank - "criar soluções de mobilidade todos os dias para um planeta melhor" - o Plano engloba todos os objectivos ambientais, sociais e de governo corporativo do Grupo, delineando uma estratégia ESG (Environmental, Social, and Governance) que visa criar valor e gerar lucros de forma virtuosa. Um exemplo desta abordagem virtuosa é a ambição do Banco de ter 80% da sua nova carteira de veículos composta por modelos eléctricos e híbridos até 2030.

O Plano tem como objetivo reforçar o comportamento sustentável e ético de todas as empresas do Grupo, a fim de alcançar um crescimento responsável e gerar lucros com um impacto ambiental e social positivo, respeitando todas as partes interessadas: não só os funcionários, clientes e fornecedores, mas também o território e a comunidade.

Entre os principais objectivos: garantir que, em 2026, mais de um em cada dois automóveis financiados seja eléctrico ou híbrido, elevar a percentagem de novos modelos BEV e PHEV na frota da Drivalia para 35% e aumentar o número de estações de carregamento próprias na Europa em 45% (em comparação com 2023).

A informação relativa ao Plano de Sustentabilidade 2024-2026 é fornecida ao nível do Grupo e é apresentada na secção do Relatório Consolidado de Sustentabilidade das Demonstrações Financeiras Consolidadas publicadas, disponível no seguinte link: <https://www.ca-autobank.com/>

GRUPO DRIVALIA

No que diz respeito ao Grupo Drivalia, as empresas de aluguer (presentes em quinze países) sofreram novos desenvolvimentos durante 2024, que já tinham começado em 2022, envolvendo principalmente novas aquisições.

Drivalia, a empresa de aluguer, leasing e mobilidade do Grupo CA Auto Bank, aspira a ser uma força líder no sector da nova mobilidade em toda a Europa.

Com uma gama abrangente de soluções de mobilidade - desde a partilha de carros eléctricos até às assinaturas e alugueres flexíveis de automóveis - a Drivalia responde às necessidades de indivíduos e empresas de todas as dimensões.

As transacções de expansão que tiveram lugar durante o ano são descritas em maior detalhe abaixo.

DRIVALIA LEASE SVERIGE AB

Em 8 de abril de 2024, Drivalia S.p.A. adquiriu a terceiros na Suécia a totalidade da participação na nova empresa Gotlex Lageraktiebolag n. 1357 AB, com sede no escritório de advogados Wistrand, com um capital social de 25.000 SEK dividido em 500 ações, e registada na Conservatória do Registo Comercial sueca sob o número 559474-3907.

Na mesma data, 8 de abril, a empresa resolveu, entre outras coisas:

- a alteração da denominação social de Gotlex Lageraktiebolag n. 1357 AB para Drivalia Lease Sverige AB;
- a mudança da sede social para Hyllie Boulevard 53, 215 37, Malmö (Suécia);
- o aumento do capital em 2.975.000 SEK para um capital social total de 3.000.000 SEK (totalmente realizado), dividido em 60.000 ações.

Portanto, a partir de 8 de abril de 2024, Drivalia S.p.A. detém 100% do capital social da Drivalia Lease Sverige AB.

É de notar que a empresa se dedicará a actividades de locação e de locação operacional e não exercerá actividades bancárias.

BPM LEASE S.A.S.

Em 26 de junho de 2024, a sociedade francesa BPM Lease S.a.s. foi criada em Massy. O capital social, representado por 10.000 ações, está dividido da seguinte forma:

- Drivalia Lease France S.A. detém 5.100 ações com um valor de 10 euros cada, representando 51% do capital social;
- O BPM Group S.a.s. detém 4.900 ações com um valor de 10 euros cada, representando 49% do capital social.

A empresa BPM Lease S.a.s. desenvolverá actividades de promoção dos produtos de aluguer de longa duração ("location longue durée") da Drivalia Lease France sob a marca BPM Lease.

DRIVALIA CZECH REPUBLIC S.R.O.

Em 17 de abril de 2024, a Drivalia S.p.A. estabeleceu a Drivalia Czech Republic s.r.o. na República Checa, com sede em Bucharova 1423/6, Stodůlky, 158 00 Praha 5, com um capital social de 6.000.000 CZK, representado por uma única ação, e registado no Registo de Empresas local sob o número 21484368.

Portanto, a partir de 17 de abril de 2024, Drivalia S.p.A. detém 100% do capital social da Drivalia Czech Republic s.r.o.

Com a entrada no mercado checo de aluguer de automóveis de curta duração, a Drivalia completa a sua carteira de produtos, que inclui agora todas as opções possíveis de tempo de utilização do veículo.

OUTRAS TRANSACÇÕES

SOFINCO AUTO MOTO LOISIRS

No dia 1 de janeiro, o CA Auto Bank, através da sua sucursal em França, adquiriu a unidade de negócio da Sofinco Auto Moto Loisirs por 18,2 milhões de euros. Esta aquisição inclui mais de 350 colaboradores e as respectivas relações contratuais, bem como a exclusividade do negócio de financiamento de automóveis novos em França. A aquisição da Sofinco Auto Motor Loisirs é considerada estratégica e significativa para o Grupo, que tem como objetivo posicionar-se como o segundo maior interveniente no mercado francês de financiamento automóvel e da mobilidade. Em 1 de janeiro, foi reconhecida uma diferença de consolidação de 26,3 milhões de euros nos activos intangíveis.

REUNIÃO CLIENTE EXPECTATIVAS HOJE E NO O FUTURO ATRAVÉS DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

O CA Auto Banco tem respondido de forma consistente à crescente procura de digitalização de processos e de novos canais de distribuição. A transformação digital do Banco, iniciada algum tempo, alcançou um elevado nível de satisfação dos clientes e representou um ativo estratégico na evolução do negócio com novos parceiros. 2024 confirmou-se como o ano em que múltiplos projectos foram consolidados através do desenvolvimento de tecnologias fiáveis para apoiar a experiência digital dos clientes.

Comércio eletrónico

Durante 2024, o Banco continuou a desenvolver a sua plataforma de comércio eletrónico em toda a Europa, melhorando o processo com novas tecnologias. A plataforma permite que os clientes solicitem financiamento para comprar o carro desejado completamente online, em algumas etapas simples. Graças à calculadora financeira, integrada em vários pontos de contacto, é oferecida ao cliente a possibilidade de elaborar de forma autónoma um orçamento personalizado e de solicitar o financiamento online: depois de digitalizar os seus documentos e de os integrar com as poucas informações adicionais necessárias, a plataforma procede à identificação do cliente utilizando tecnologias avançadas de reconhecimento remoto, em conformidade com as melhores práticas locais, permitindo posteriormente a emissão de um certificado de assinatura digital em conformidade com as normas legais e válido para a assinatura do contrato. Em Itália, a solução foi enriquecida com a ligação à Identidade Digital Nacional (SPID) e a possibilidade de os clientes fornecerem dados financeiros com um simples início de sessão na sua conta corrente através da PSD2.

Os pilares da experiência do cliente para o CA Auto Bank são confirmados: experiência de utilizador sem problemas, operações simplificadas para os operadores de Back Office, conformidade com a regulamentação em vigor e segurança dos processos, bem como rastreabilidade.

O método de compra de financiamento online do CA Auto Bank, disponível em Itália desde 2022 e desde 2023 em Espanha, Polónia, Portugal e Alemanha, permitiu o lançamento de novas parcerias europeias com um modelo de venda direta e online, com novas marcas como a Tesla, Vinfast, Lucid e Cadillac.

Durante o ano de 2024, o desenvolvimento de novas funcionalidades continuou a permitir, por um lado, uma jornada mais suave para o cliente e, por outro, a abertura a novos alvos, como a funcionalidade start & stop, através da qual o cliente pode retomar o processo de onboarding num momento posterior, a inclusão de novos produtos financeiros e uma maior atenção e um caminho guiado para a utilização das funcionalidades do Open Banking.

No que se refere aos produtos Cartão e Conto Deposito para o mercado italiano, a plataforma de Onboarding, através da qual os clientes subscrevem os produtos diretamente online, foi também renovada, enriquecendo-a com uma experiência de utilizador mais atual e adaptando os mecanismos de reconhecimento remoto através de SPID e Video Self ID, em conformidade com a regulamentação europeia em matéria de reconhecimento remoto

Banco aberto

A funcionalidade de Acesso à Conta Corrente, aproveitando o potencial do Open Banking para partilhar informações financeiras, revolucionou a forma como os clientes solicitam financiamentos ou empréstimos do CA Auto Bank. Oferece um novo método digital, simples e intuitivo, eliminando a necessidade de fornecer documentação adicional sobre os rendimentos.

O CA Auto Bank lançou a modalidade de Open Banking em 2022, integrando uma plataforma dedicada através de um fornecedor certificado e disponibilizando-a na experiência de compra online de Crédito na Hora, Automóvel na Hora, E-commerce e refinanciamento do valor do Leasing.

Ao longo de 2024, o Banco continuou a alargar a disponibilização desta nova plataforma, já disponível para os canais de venda digitais, também através da rede de concessionários. Deste modo, a sua rede de distribuição passou a dispor de uma ferramenta orientada para a simplicidade e segurança dos clientes, bem como para a qualidade do crédito.

Os clientes responderam positivamente à experiência oferecida pelo Banco, especialmente aqueles que vinham de processos totalmente digitais, mostrando uma taxa de adoção crescente e apreço pela experiência de navegação online.

Integração digital

O projeto Digital Onboarding está estruturado em quatro macro-áreas estreitamente interligadas: desmaterialização de documentos (transição do papel para o digital), assinatura eletrónica (capacidade de assinar documentos digitalmente), aquisição simplificada de documentos (carregamento rápido tanto para o concessionário como para o cliente final, presencialmente ou à distância) e arquivo digital em conformidade com as normas legais.

O Banco atingiu o seu quinto ano consecutivo de renovação contínua, melhorando e digitalizando os seus processos, oferecendo consistentemente ferramentas e soluções de ponta.

Através dos sistemas do CA Auto Bank, os utilizadores e vendedores podem facilmente tirar partido das funcionalidades integradas nativamente com um sistema de assinatura digital refinado, incluindo a assinatura remota, e ferramentas tecnologicamente avançadas como o reconhecimento remoto e a aquisição rápida de dados e documentos do cliente.

Grças a esta evolução contínua de ferramentas e processos, a tendência de adoção digital em 2024 (contratos assinados com assinaturas digitais) confirmou uma taxa de utilização superior a 90%.

Portal do cliente

Através do Portal do Cliente, todos os clientes do banco têm acesso a um centro simples e intuitivo onde podem acompanhar as suas actividades. Todos os empréstimos automóveis, leasings e produtos bancários subscritos no CA Auto Bank estão localizados numa única área e podem ser geridos de forma conveniente e rápida. Tanto o portal como a aplicação, criados pelo CA Auto Bank, baseiam-se numa experiência de utilizador sem falhas, bem como num processo de autenticação robusto: a segurança dos dados dos clientes é um dos pilares fundamentais. São várias as funcionalidades self-service que permitem um bom grau de autonomia no portal: desde a gestão do financiamento automóvel, das prestações mensais, da visualização do plano de amortizações, do pedido de rescisão antecipada de um contrato, passando pela gestão do seu cartão de crédito e da sua conta de depósitos nos mercados que disponibilizam estes serviços. Finalmente, os documentos e formulários disponibilizados pelo banco podem ser descarregados do portal.

Durante o ano de 2024, numa perspectiva de melhoria contínua, foram lançadas novas funcionalidades nos portais do Cliente do Banco e das Agências, de forma a proporcionar maior autonomia e envolvimento aos clientes que operam na plataforma.

As inovações de 2024 foram concebidas para responder às expectativas dos clientes e ao lançamento de novos produtos: no portal italiano do cliente, foram desenvolvidos novos métodos de transação, tais como o código inteligente (o código de identificação para confirmar transacções, de simples e segura), e a nova secção dedicada ao processo de atualização do questionário Customer Due Diligence e ao carregamento do documento de identidade expirado. Além disso, foi estruturada uma campanha de comunicação e informação para os clientes sobre as vantagens de utilizar a área reservada para entrar em contacto com o Banco.

Em 2025, estão previstas actividades nos mercados estrangeiros para exportar as melhores práticas italianas.

ADOÇÃO DE SOLUÇÕES DE PAGAMENTO INOVADORAS E INTRODUÇÃO DE NOVOS CARTÕES DE CRÉDITO

O Grupo CA Auto Bank está a aproximar-se do seu centenário, que será celebrado em 2025: um percurso que viu a evolução da empresa de um banco cativo para um líder financeiro independente na Europa. A missão do Grupo, centrada na "democratização do automóvel", está em constante evolução, com um enfoque crescente na sustentabilidade e na atenção aos impactos ambientais e sociais. Neste contexto, o compromisso com um futuro mais responsável traduz-se em iniciativas que visam oferecer valor acrescentado aos clientes.

Um exemplo é o Clube Eco, o programa de fidelização gratuito destinado aos titulares do Cartão de Crédito CA Auto Bank, que é enriquecido com uma área dedicada à promoção de um estilo de vida mais sustentável. Os titulares do cartão de crédito podem agora comprar diretamente produtos tecnológicos reconicionados, com o duplo benefício de reduzir o impacto ambiental e apoiar uma transição para um consumo mais consciente e responsável.

Durante o ano de 2024, o CA Auto Bank prosseguiu com firmeza o seu percurso de inovação, nomeadamente nos créditos garantidos. Neste domínio, foi relançado o InstantCar, que em 2024 foi ainda enriquecido com inovações importantes: maior flexibilidade, graças à possibilidade de fazer

pagamentos a prestações com cartão de crédito e a possibilidade de combinar serviços de seguros. Este desenvolvimento insere-se numa estratégia que visa estimular a venda de automóveis novos e usados, respondendo às necessidades de uma clientela dinâmica, que procura soluções rápidas, ágeis e personalizáveis.

2024 foi certamente também o ano do Open Banking para a CAAB Italia. Num contexto em que a inovação é uma condição fundamental para satisfazer clientes cada vez mais exigentes, foi decidido aproveitar a experiência adquirida com o produto InstantCar, para dar um impulso decisivo a uma utilização cada vez maior deste novo método de integração de clientes. Um método rápido, simples e seguro. Graças à plataforma Open Banking, simplificámos o processo de pedido de empréstimo ou de crédito, eliminando completamente a necessidade de fornecer provas adicionais de rendimento. As vantagens são muitas: melhores tempos de aprovação do financiamento (em 3 minutos), maior segurança (o processo é baseado na diretiva PSD2) e com a garantia de proteção dos seus dados pessoais.

O GRUPO CA AUTO BANK TEM DADO CONSISTENTEMENTE PRIORIDADE À SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade é um pilar fundamental da estratégia do CA Auto Bank. Este ano, o nosso Grupo continuou a integrar os princípios ambientais, sociais e de governação (ESG) em todas as suas actividades, com o objetivo de gerar valor de uma forma responsável e inclusiva.

Crucial na definição do nosso compromisso foi a apresentação do Plano de Sustentabilidade 2024-2026, um documento estratégico que delineou os nossos objectivos de forma concreta e mensurável, através de quatro pilares: Mobilidade Sustentável, Inovação e Digitalização, Ambiente e Pessoas.

Cada pilar está associado a uma série de objectivos ambiciosos, como o de, até 2026, mais de 50% dos automóveis financiados pelo CA Auto Bank serem eléctricos ou híbridos. Por outro lado, a Drivalia, a nossa empresa de mobilidade, aumentará a sua frota de veículos novos de zero e baixas emissões para 35% do total e alargará a rede de postos de carregamento na Europa em 45% em relação a 2023. A atenção dada ao ambiente também se traduz numa redução da pegada de carbono do Grupo, com uma diminuição de 16% das emissões de CO2 até 2026 (em comparação com 2022). A empresa também lançou as bases para aumentar significativamente as horas de formação dedicadas aos funcionários, com um aumento planeado de 118% em relação a 2023, para apoiar o seu desenvolvimento profissional e pessoal.

A história do nosso compromisso foi descrita no Relatório Voluntário ESG é comunicar às nossas partes interessadas as actividades, compromissos e resultados realizados pelo Grupo em 2023. Além disso, em conformidade com a abordagem do Crédit Agricole, o CA Auto Bank está envolvido na Corporate Sustainability Reporting Directive - CSRD (n. 2022/2464), uma diretiva da UE que exige a apresentação de relatórios sobre os impactos ambientais e sociais e a forma como as acções ESG influenciam o negócio, a fim de ajudar os investidores, trabalhadores, analistas e clientes a avaliar a sustentabilidade das empresas do nosso Grupo.

Igualmente importantes foram as numerosas iniciativas internacionais no domínio da RSE (Responsabilidade Social das Empresas), que promoveram a solidariedade e a sustentabilidade e que contaram com o envolvimento dos colaboradores do CA Auto Bank e da Drivalia. Entre elas, o projeto "Volontari di Valore" do Crédit Agricole Italia, desenvolvido em colaboração com a Save the Children, e o lançamento do "Green Mobility Challenge", em parceria com a Junior Achievement, a principal organização mundial sem fins lucrativos dedicada à educação económica e empresarial dos jovens.

Outras iniciativas incluíram a doação de vestuário à fundação Stiftung Lichtenstern na Alemanha, a participação no programa da Fundación ONCE para treinar cães-guia para invisuais em Espanha e a participação num torneio de rãguebi de toque no Reino Unido para a associação Cardiac Risk in the Young.

Estes projectos testemunham o nosso empenho em construir um futuro melhor, continuando a inovar e a gerar valor para a sociedade e para as gerações futuras.

PERSPECTIVAS PARA 2025

As actividades comerciais registaram um ligeiro declínio durante o ano, em comparação com o ano anterior. Apesar , os resultados financeiros continuam a ser muito significativos, com um resultado líquido de 119,38 milhões de euros.

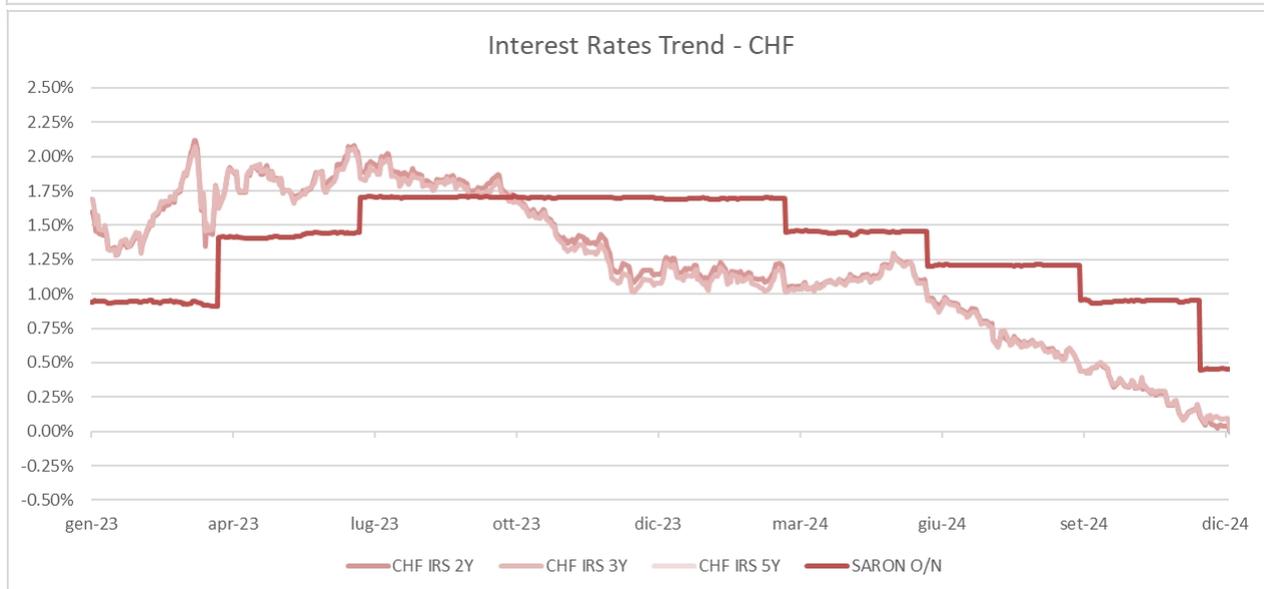
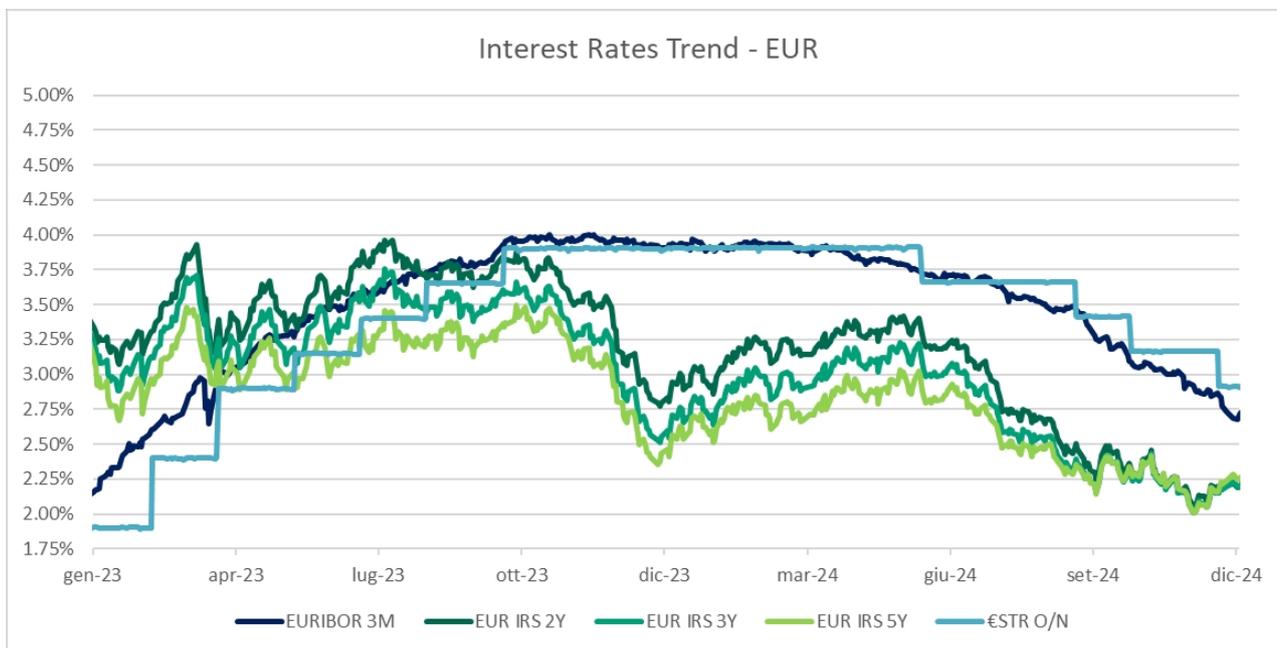
Com a conclusão da definição das novas estruturas societárias, o Grupo CA Auto Bank prosseguirá o desenvolvimento de produtos de financiamento no âmbito dos actuais e futuros Contratos de Marca Branca. Esta transição de "banco cativo" para "banco de marca branca" já está em curso há algum tempo (atualmente, os contratos de locação e de crédito "marca branca" representam 74% da carteira em fim de período), com volumes de produção mensais crescentes.

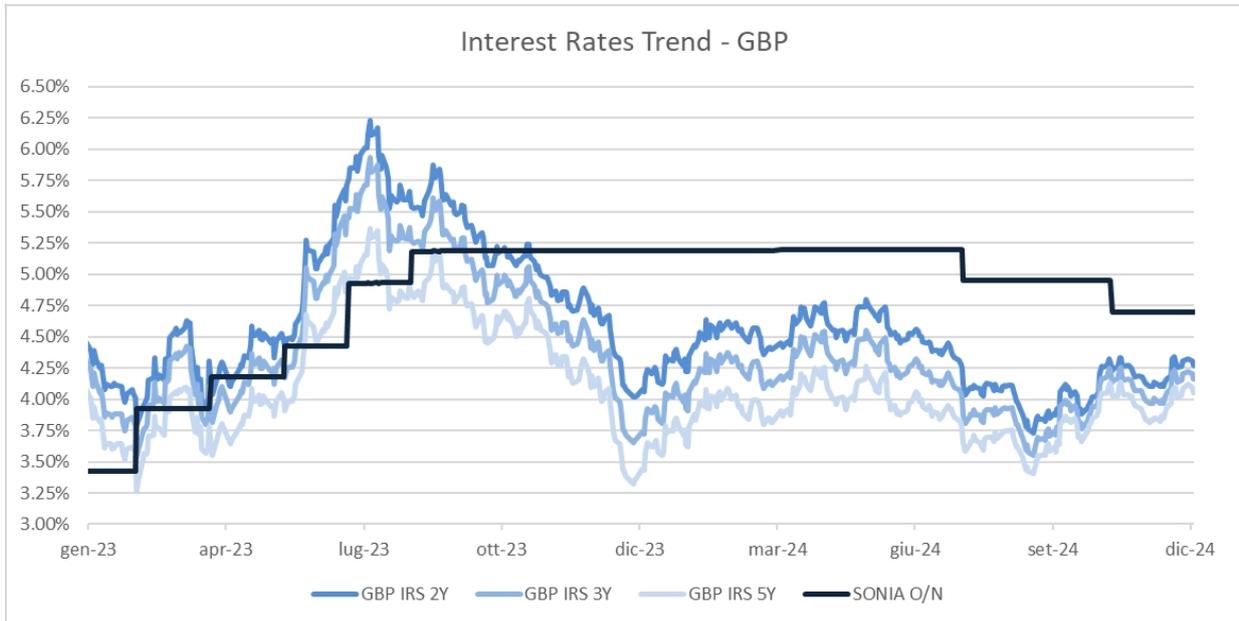
No atual contexto económico, contudo, o regresso a uma situação anterior à crise continua a ser decisivo, mas ainda incerto, sobretudo no que se refere à plena recuperação da produção industrial no sector automóvel.

Neste quadro económico, o Conselho de Administração considera que a sólida estrutura financeira e organizacional do CA Auto Bank permite ao Grupo estar preparado para reagir a qualquer degradação das condições em que opera e , aproveitar as oportunidades que possam surgir.

ESTRATÉGIA FINANCEIRA

TENDÊNCIAS DAS TAXAS DE JURO





O departamento de Tesouraria gere os riscos financeiros e de liquidez do Grupo, em conformidade com as políticas de gestão de riscos definidas pelo Conselho de Administração.

A estratégia de financiamento do Grupo tem por objetivo

- manter uma estrutura de fontes de financiamento estável e diversificada;
- gerir o risco de liquidez;
- minimizar a exposição a riscos de taxa de juro, cambiais e de contraparte, dentro de limites baixos e pré-estabelecidos, e de acordo com as leis e regulamentos, quando aplicável.

Em 2024, as actividades de tesouraria garantiram eficazmente o financiamento necessário para as crescentes necessidades de

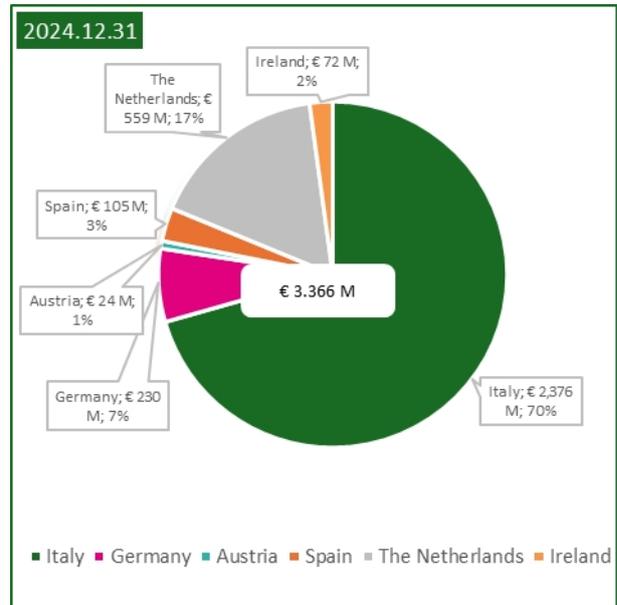
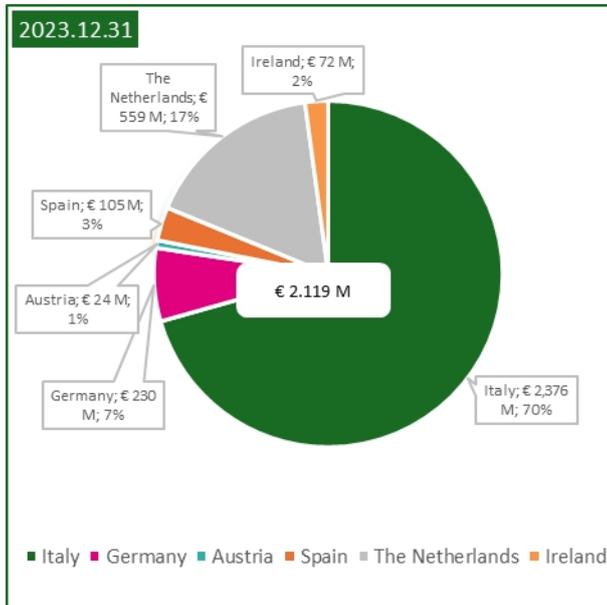
financiamento do Grupo. As actividades mais importantes concluídas em 2024 foram as seguintes

- Três emissões obrigacionistas públicas ao abrigo do programa EMTN em euros, cotadas pelo CA Auto Bank S.p.A. (através da sua sucursal irlandesa) em janeiro, abril e julho de 2024, respetivamente, num montante total de 1 900 milhões de euros, com vencimentos em janeiro de 2026, abril de 2027 e julho de 2027;
- Realização de duas operações AT1, sob a forma de empréstimos, totalmente subscritas pelo Crédit Agricole Personal Finance & Mobility em março e dezembro de 2024, num montante total de 600 milhões de euros. Estes instrumentos permitem ao CA Auto Bank reforçar ainda mais o seu rácio Tier 1;
- Realização de uma operação de nível 2, igualmente sob a forma de empréstimo, totalmente subscrita pelo acionista direto em dezembro de 2024 por um montante de 250 milhões de euros, com uma duração de 12 anos e a possibilidade de reembolso antecipado após 5 anos. Ao mesmo ,

O CA Auto Bank reembolsou antecipadamente um anterior empréstimo Tier 2 ao Crédit Agricole Personal Finance & Mobility, que tinha sido subscrito em

junho de 2017, por um montante de 126 milhões de euros. Esta operação permite ao CA Auto Bank reforçar ainda mais o seu rácio de capital total;

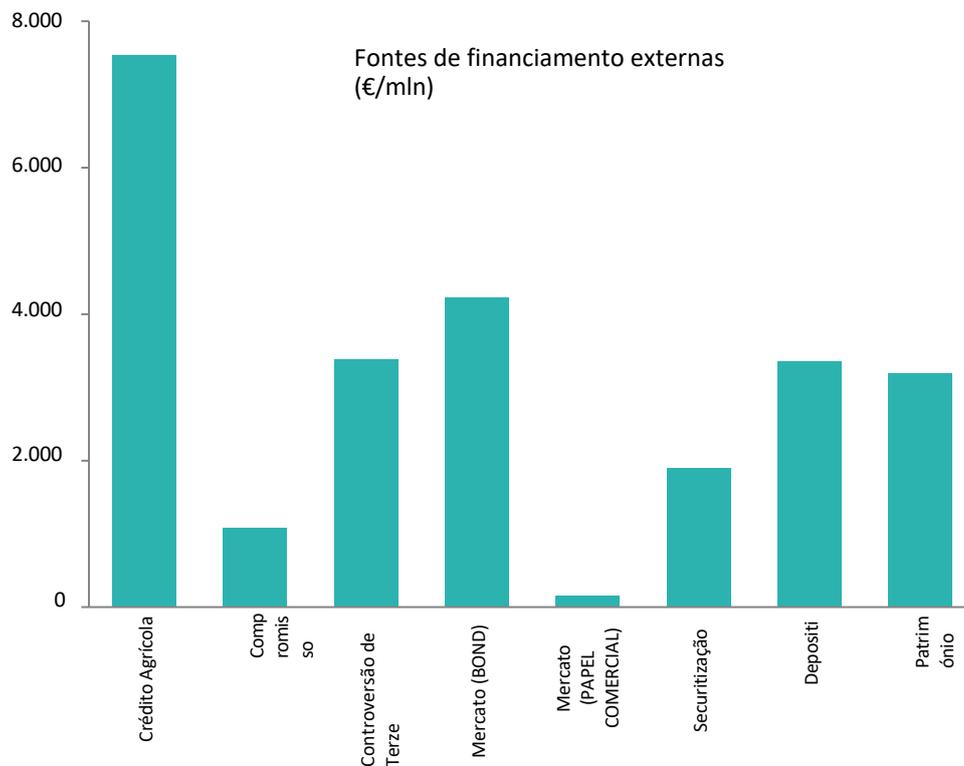
- Colocação privada de três emissões de obrigações sénior não preferenciais em junho, julho e dezembro de 2024, num montante total de 700 milhões de euros, totalmente subscritas pelo Crédit Agricole Personal Finance & Mobility e com vencimentos em 2026, 2027 e 2028. Estas operações permitem ao CA Auto Bank beneficiar de um passivo adicional elegível para efeitos de bail-in, a fim de proteger os seus credores privilegiados;
- Colocação de "Euro Commercial Paper" emitido pelo CA Auto Bank S.p.A. (através da sua sucursal na Irlanda) num montante total de 151 milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2024, o montante em dívida do Euro Commercial Paper era de 151,5 milhões de euros;
- A estruturação pelo CA Auto Bank S.p.A., em julho de 2024, dos títulos A-Best Twenty-Four (com base nas carteiras de crédito italianas), cujos títulos das classes A e B, num montante total de 483 milhões de euros, foram refinanciados através de operações de recompra a médio e curto prazo (Repo);
- A estruturação e a colocação pública pelo CA Auto Bank S.p.A. dos títulos A-Best Twenty-Three (originados como uma auto-securitização pela sua sucursal alemã) em novembro de 2024. O montante total dos títulos emitidos nesta colocação foi de 498 milhões de euros;
- A estruturação e a colocação pública, pelo CA Auto Bank S.p.A., dos títulos A-Best Twenty-Five (com base no crédito italiano) carteiras) em dezembro de 2024, num total de títulos de 403 milhões de euros;
- O saneamento em junho de 2024 do A-Best Seventeen, uma operação de titularização originada em 2019 e garantida por empréstimos originados em Itália pelo CA Auto Bank S.p.A;
- O rollover de acordos de recompra de médio e curto prazo (Repos) garantidos por ABS mezzanine originados no Grupo por um montante total de aproximadamente 347 milhões de euros;
- O reembolso total das operações de política monetária TLTRO-III;
- A renovação ou a criação de novas linhas de crédito junto de bancos terceiros (com exceção do grupo Crédit Agricole) num montante total de no montante aproximado de€ 1,9 mil milhões;
- O aumento dos depósitos de retalho do CA Auto Bank S.p.A., com um montante total de depósitos a 31 de dezembro de 2024 de cerca de 3,4 mil milhões de euros. Durante o ano, o financiamento de depósitos foi expandido através da plataforma parceira Raisin, para a Áustria, Irlanda, Países Baixos e Espanha, que foram adicionados aos canais de financiamento direto já existentes na Itália e na Alemanha.



ESTRUTURA FINANCEIRA E FONTES DE FINANCIAMENTO

A estrutura das fontes de financiamento e dos passivos em 31 de dezembro de 2024 é a seguinte

- financiamentos concedidos pelo acionista bancário CA Consumer Finance e por outras sociedades do grupo Crédit Agricole (Credit Agricole Italia e Crédit Agricole CIB), que representam 30 %;
- acordos de recompra, que representam 4%;
- financiamentos junto de instituições financeiras e de crédito de terceiros, que representam 14%;
- obrigações de curto e médio-longo prazo emitidas pela sucursal irlandesa, que representam 18%;
- títulos emitidos no âmbito de operações de titularização e subscritos por investidores terceiros, que representam 8%;
- financiamento através do produto "Conto Deposito", que representa 14%;
- O capital próprio contribui com 13% do total das fontes de financiamento.



Na mesma data, as transacções entre o Banco e as suas filiais incluíam

- Empréstimos concedidos num montante total de € 4 275 milhões, tal como detalhado nos quadros "Activos/Passivos com partes relacionadas e filiais" na "Parte H" das Notas às Demonstrações Financeiras;
- Garantias emitidas a favor de terceiros mutuantes, num montante total de cerca de 392 milhões de euros, e a linha de compromisso alargada à empresa do Grupo Drivalia Lease France S.A., no montante de 5 milhões de euros, incluída no quadro "Outros compromissos e garantias concedidos";
- Um valor nominal total de contratos de derivados de taxa de juro negociados pela Empresa no mercado para fins de cobertura de carteiras activas detidas pelas suas próprias Subsidiárias, no montante de €2,537 milhões.

GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

As políticas de gestão do risco de taxa de juro, concebidas para proteger a margem financeira do impacto das flutuações das taxas de juro, prevêm o alinhamento do perfil de maturidade dos passivos com o perfil de maturidade da carteira de activos (determinado com base na taxa de juro

data de repricing). É de salientar que as políticas de gestão de risco do grupo permitem a utilização de derivados de taxa de juro apenas para efeitos de cobertura.

O alinhamento dos perfis de maturidade das taxas de juro é conseguido através da utilização de instrumentos derivados de elevada liquidez, como os Swaps de Taxa de Juro; são também utilizados ocasionalmente Contratos a Prazo de Taxa de Juro. É de salientar que as políticas de gestão de risco do grupo não a utilização de derivados exóticos, mas apenas de instrumentos "plain vanilla".

A estratégia seguida ao longo do ano tem resultado numa cobertura consistente, sempre dentro dos limites impostos pelas políticas de cobertura de risco em causa, neutralizando praticamente os efeitos da volatilidade das taxas de juro de mercado.

No que respeita ao risco cambial, a política do grupo não prevê a assunção de posições cambiais. Assim, a carteira em moedas diferentes do euro é normalmente financiada na moeda correspondente; quando tal não é possível, a redução do risco é conseguida através da utilização de Swaps Cambiais. Salienta-se que as políticas de gestão de risco do grupo permitem a utilização de transacções cambiais exclusivamente para fins de cobertura.

A exposição ao risco de contraparte é minimizada, de acordo com os critérios definidos pelas políticas de gestão de risco do grupo, através da gestão dos excessos de liquidez através da manutenção de fundos na conta corrente aberta no banco central, e através de operações em conta corrente repartidas por várias contrapartes bancárias de primeira ; a utilização limitada de instrumentos de investimento de muito curto prazo é essencialmente atribuível a depósitos de curto prazo e acordos de recompra com subjacentes apenas títulos do Estado; no que respeita às transacções de derivados de taxa de juro (celebradas apenas ao abrigo de contratos standard ISDA), o risco de contraparte é gerido através de mecanismos de compensação em conformidade com a regulamentação EMIR.

PROGRAMAS E QUESTÕES DO BANCO AUTOMÓVEL DA CA

A gestão das emissões obrigacionistas do Grupo CA Auto Bank é efectuada, como indicado no quadro seguinte, através de

- o programa Euro Medium Term Note (EMTN), com o CA Auto Bank S.p.A. como emitente (através da sua sucursal irlandesa). Em 31 de dezembro de 2024, o valor nominal máximo agregado do programa é de 12 mil milhões de euros, enquanto o das emissões obrigacionistas em curso é de aproximadamente 3,7 mil milhões de euros, para as obrigações denominadas em euros, mais os 400 milhões de libras emitidos em dezembro de 2023. A Moody's e a Fitch atribuíram às obrigações e ao programa a notação de longo prazo do CA Auto Bank S.p.A.;
- o programa de papel comercial de curto prazo em euros com o CA Auto Bank S.p.A. como emitente (através da sua sucursal irlandesa). Em 31 de dezembro de 2024, o programa tinha um montante nominal máximo agregado de 1 250 milhões de euros, utilizado para 151,5 milhões de euros. A Moody's atribuiu ao programa a notação de curto prazo do CA Auto Bank S.p.A.;

- quatro emissões obrigacionistas sénior não preferenciais no valor de 1.150 milhões de euros, totalmente subscritas pelo Crédito Agricole Personal Finance & Mobility e com vencimento em 2026, 2027, 2028 e 2029, que permitem ao CA Auto Bank beneficiar de uma almofada adicional de passivos elegíveis para bail-in, protegendo os seus credores sénior;
- duas emissões de notas indexadas ao crédito no âmbito de duas operações de titularização sintética em abril de 2023, relativas a locações e empréstimos a particulares e a locações e empréstimos a PME originados em diferentes jurisdições europeias, num montante total de 335,1 milhões de euros, menos 203,2 milhões de euros do que em 31 de dezembro de 2023.

Emissor	Instrumento	ISIN	Mercado	Dados de liquidação	Dados de maturidade	Montante (milhões)
CA Auto Bank S.p.A. - Sucursal na Irlanda	Público	XS2633552026	€	08-Jun-23	08-Jun-26	600
CA Auto Bank S.p.A. - Sucursal na Irlanda	Público	XS2648672231	€	12-Jul-23	13-Jan-25	350
CA Auto Bank S.p.A. - Sucursal na Irlanda	Privado	XS2700264604	€	05-Out-23	19-Dic-25	140
CA Auto Bank S.p.A. - Sucursal na Irlanda	Público	XS2708354811	€	25-Out-23	25-Jan-27	650
CA Auto Bank S.p.A. - Sucursal na Irlanda	Público	XS2729355649	GBP	06-Dic-23	06-Dic-26	400
CA Auto Bank S.p.A. - Sucursal na Irlanda	Privado	XS2734143121	€	14-Dic-23	17-Jun-25	100
CA Auto Bank S.p.A. - Sucursal na Irlanda	Público	XS2752874821	€	26-Jan-24	26-Jan-26	900
CA Auto Bank S.p.A. - Sucursal na Irlanda	Público	XS2800653581	€	12-Abr-24	12-Abr-27	500
CA Auto Bank S.p.A. - Sucursal na Irlanda	Público	XS2843011615	€	18-Jul-24	18-Jul-27	500
CA Auto Bank S.p.A. - Sucursal na Irlanda	Privado	XS2772091281	€	20-Fev-24	18-Fev-25	11
CA Auto Bank S.p.A. - Sucursal na Irlanda	Privado	XS2772091281	€	20-Fev-24	18-Fev-25	30
CA Auto Bank S.p.A. - Sucursal na Irlanda	Privado	XS2796453673	€	26-Mar-24	25-Mar-25	47
CA Auto Bank S.p.A. - Sucursal na Irlanda	Privado	XS2901998083	€	11-Set-24	10-Set-25	12.5
CA Auto Bank S.p.A. - Sucursal na Irlanda	Privado	XS2943720917	€	15-Nov-24	17-Fev-25	30
CA Auto Bank S.p.A. - Sucursal na Irlanda	Privado	XS2964500149	€	13-Dic-24	13-Mar-25	21
CA Auto Bank S.p.A.	Privado	IT0005566473	€	29-Set-23	29-Set-29	450
CA Auto Bank S.p.A.	Privado	IT0005602286	€	28-Jun-24	28-Set-26	250

CA Auto Bank S.p.A.	Privado	IT0005602633	€	05-Jul-24	05-Out-27	250
CA Auto Bank S.p.A.	Privado	IT0005627978	€	17-Dic-24	17-Mar-28	200
CA Auto Bank S.p.A.	Privado	XS2608628124	€	06-Abr-23	27-Out-31	251
CA Auto Bank S.p.A.	Privado	XS2608629445	€	06-Abr-23	27-Out-31	84

CLASSIFICAÇÃO

Em julho de 2024, tendo em conta a internacionalização gradual dos empréstimos, a Fitch melhorou a perspetiva do rating do CA Auto Bank de estável para positiva.

Em 7 de novembro de 2024, na sequência dos bons resultados obtidos ao estabelecer-se como um interveniente independente no mercado do financiamento relacionado com a mobilidade, a Moody's também melhorou a perspetiva do rating do CA Auto Bank de negativa para estável.

As notações atribuídas ao CA Auto Bank a 31 de dezembro de 2024 são as seguintes

Entidade	Longo - classific ação a prazo	Perspectivas	Curto- classificaã o a prazo	Longa depósito a prazo classificação	Perspectivas
Moody's Investors Service	Baa1	Estável	P-2	Baa1	Estável
Classificações Fitch	A-	Positivo	F1	-	-

TLTRO-III

Desde a sua introdução, as Operações de Refinanciamento de Prazo Alargado Direcionadas (ORPA direcionadas) têm vindo a oferecer às instituições de crédito financiamento de longo prazo em euros, com o objetivo de melhorar os mecanismos de transmissão da política monetária e estimular a concessão de crédito bancário à economia real.

Em março de 2019, o Conselho do Banco Central Europeu anunciou uma terceira série de operações de refinanciamento de prazo alargado trimestrais (ou seja, ORPA direcionadas III), cada uma com um prazo de três anos, com início em setembro de 2019 e fim em março de 2021, e eventualmente prolongada até dezembro de 2021, com base numa decisão do BCE de 10 de dezembro de 2020.

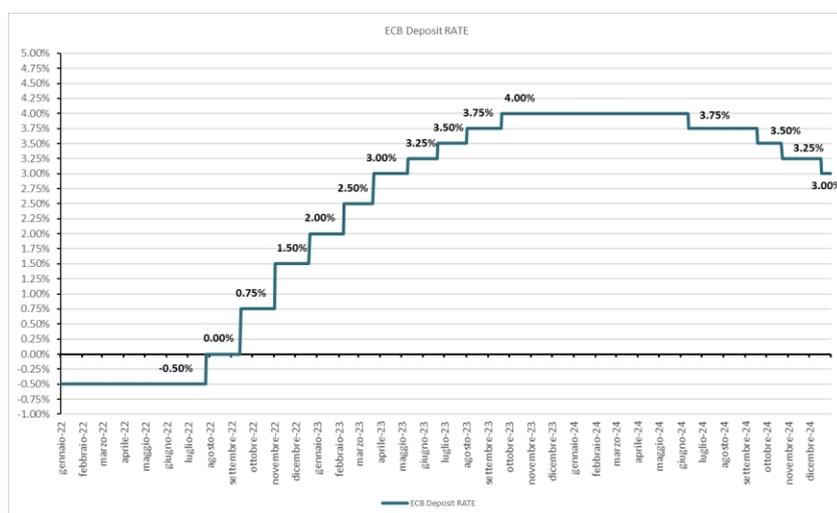
Em 2020, a partir de março, à luz da emergência da Covid-19, o Conselho do BCE introduziu também condições mais favoráveis para as operações em questão, que seriam aplicadas primeiro entre 24 de junho de 2020 e 23 de junho de 2021 e depois prorrogadas, com a decisão do BCE de 10 de dezembro de 2020, até junho de 2022.

No início do programa TLTRO-III, essas condições favoráveis, iguais à taxa de juro da facilidade de depósito junto do BCE prevalecente durante a vida da operação, foram oferecidas aos mutuários cuja capacidade líquida de financiamento elegível entre 31 de março de 2019 e 31 de março de 2021 excedesse em 2,5% a sua capacidade líquida de financiamento de referência. Posteriormente, em março de 2020, devido aos impactos da pandemia de Covid-19, esta condição foi revista (reduzindo a percentagem para 1.15%) e foi introduzida uma nova condição, mais favorável (que, se cumprida, substitui a anterior), segundo a qual às contrapartes cujo crédito líquido elegível, entre 1 de março de 2020 e 31 de março de 2021, tenha sido pelo menos igual ao respetivo crédito líquido de referência, será cobrada uma taxa de juro mais baixa, que pode ser tão baixa como a da facilidade de depósito junto do BCE em vigor durante o prazo da respetiva operação, exceto no período entre 24 de junho de 2020 e 23 de junho de 2021. De facto, neste período de "especial", a taxa de juro será reduzida em mais 50 pontos base, não podendo a taxa de juro resultante ser superior a menos 100 pontos base.

Com a decisão do BCE de 10 de dezembro de 2020, esta redução foi alargada também ao período entre 24 de junho de 2021 e 23 de junho de 2022, para as contrapartes cujos empréstimos líquidos elegíveis entre 1 de outubro de 2020 e 31 de dezembro de 2021 sejam, pelo menos, iguais aos respetivos empréstimos líquidos de referência.

A partir de 24 de junho de 2022, data em que terminou o chamado "período de juro especial", a taxa aplicada pelo BCE em cada operação de refinanciamento passou a ser igual à média da taxa da facilidade permanente de depósito, calculada a partir da data de cada operação.

Em 27 de outubro de 2022, o Conselho do BCE decidiu recalibrar as condições aplicadas às ORPA direcionadas III para assegurar a coerência com o processo de normalização da política monetária, ajudando a fazer face à subida inesperada e extraordinária da inflação; por conseguinte, a partir de 23 de novembro de 2022, a taxa de juro das ORPA direcionadas III foi indexada à taxa de juro de referência aplicável, nomeadamente a taxa da facilidade permanente de depósito, que foi aumentada nos últimos meses:



Durante 2024, os empréstimos TLTRO-III ainda pendentes em 31 de dezembro de 2023, no montante de 1300 milhões de euros, foram totalmente reembolsados.

ESTRATÉGIA DE CRÉDITO

Em 2024, o enfoque do Banco na concessão de crédito, aliado à consolidação das actividades de acompanhamento e controlo dos clientes de Retalho e Empresas, permitiu ao Banco manter uma excelente qualidade da carteira.

No processo de avaliação da solvabilidade das contrapartes de retalho na fase de aceitação, o CA Auto Bank utiliza scorecards, que se baseiam em modelos estatísticos, como motor de decisão.

A utilização de modelos estatísticos garante uma avaliação objetiva, transparente, estruturada e coerente de todas as informações relativas aos clientes e aos financiamentos solicitados. A avaliação da solvabilidade baseia-se essencialmente no resultado dos scorecards e na aplicação das regras de concessão de crédito (como o controlo de eventos negativos externos, o estado de risco interno, etc.); concretamente, são utilizados para estimar a probabilidade de incumprimento associada ao cliente/contrato e a subsequente classificação, através da aplicação de cut-offs, na área de rejeição ou aprovação. Nos casos em que é necessária a intervenção de um analista de crédito, o resultado da estratégia pode ser confirmado ou revisto em circunstâncias justificadas. Os scorecards são revistos periodicamente para garantir a sua atualização e capacidade discriminatória.

A avaliação das contrapartes do Corporate recorre a uma sofisticada utilização combinada de dois sistemas. O primeiro, denominado SES, tem como principal objetivo avaliar o perfil de activos da contraparte. O segundo, denominado ANADEFI, centra-se na avaliação do perfil de rendimento e da probabilidade de incumprimento.

Durante 2024, o CA Auto Bank continuou também a investir na disseminação das suas soluções digitais, para tornar a experiência de compra dos seus produtos não só simples e única para o cliente, mas também mais fácil e rápida para o concessionário, consolidando ainda mais o seu posicionamento como Banco digital.

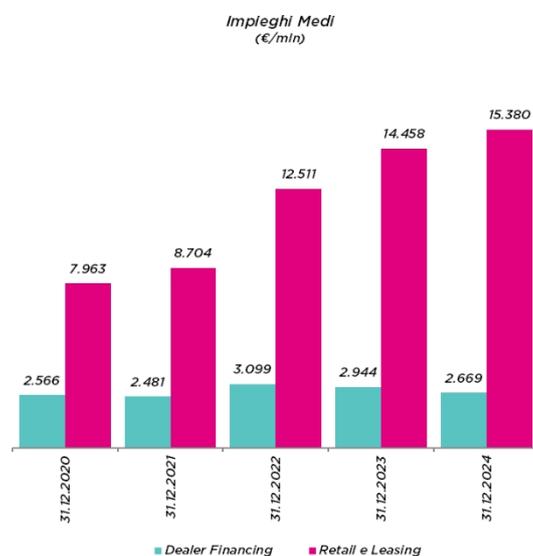
ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

O CA Auto Bank S.p.A. exerce a sua atividade principalmente através da prestação de serviços:

- Empréstimos ao consumo e locação financeira aos compradores de veículos comerciais parceiros;
- Financiamento às redes de vendas dos referidos parceiros comerciais.

Além disso, o Banco actua como sociedade gestora de participações sociais através da detenção e controlo de participações em empresas do CA Auto Bank Group em Itália e na Europa, emite obrigações através da sua sucursal irlandesa e presta apoio financeiro às suas filiais através da concessão de empréstimos e da emissão de garantias a favor de terceiros credores.

O quadro seguinte apresenta uma panorâmica dos montantes médios em dívida relativos ao crédito ao consumo, à locação financeira e ao financiamento da rede de vendas.



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
CONDENSADA

(€/000)

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
30. Margem de juros líquida	362,317	397,930
60. Honorários e comissões líquidos	438,942	93,910
120. Margem de intermediação	475,038	475,038
130. Imparidade/reintegração líquida do risco de crédito:		
a) activos financeiros ao custo amortizado	(103,785)	(83,150)
150. Resultado líquido das actividades financeiras	335,157	391,888
210. Custos de funcionamento	(186,910)	(14,782)
260. Total dos lucros (perdas) antes de impostos das operações em continuação	148,247	500,590
280. Total dos lucros (perdas) após impostos das operações em continuação	119,381	388,317
300. Lucro (perda) do ano	119,381	388,317

Para assegurar uma interpretação coerente da variação entre as demonstrações financeiras actuais e os valores comunicados em 2023, que o resultado líquido do período que termina em 31 de dezembro de 2023 incluía duas rubricas extraordinárias:

1. O ganho de 123 milhões de euros, antes de impostos, resultante da alienação das participações detidas na Drivalia Lease España S.A.U. (anteriormente FCA Dealer Services Espana SA), na Drivalia Lease UK Ltd (anteriormente FCA Dealer Services UK Ltd) e na Drivalia Lease Polska Sp. z o.o. (anteriormente FCA LEASING POLSKA Sp. Z o.o.), vendidas à subsidiária Drivalia S.p.A;
2. Receitas decorrentes da cessação da parceria com a Stellantis, que ocorreu em 3 de abril de 2023, no montante de 135 milhões de euros.

A margem financeira do período, no montante de 362,3 milhões de euros, diminuiu 35,61 milhões de euros em comparação com o valor registado no final de 2023, principalmente devido ao aumento dos custos de financiamento.

A diminuição das comissões líquidas em relação ao ano anterior deve-se à evolução da carteira de empréstimos e, por conseguinte, ao impacto na conta de resultados das comissões recebidas das seguradoras e dos parceiros industriais.

O produto bancário líquido é de 438,9 milhões de euros, refletindo uma diminuição de 36 milhões de euros em comparação com 2023. A variação é principalmente atribuível à diminuição da margem financeira, como ilustrado anteriormente.

O custo do risco no final de dezembro ascende a 103,8 milhões de euros, com um aumento de 20,7 milhões de euros em relação ao ano anterior, devido ao diferente mix de produtos que ocorreu durante o ano de 2024, bem como ao aumento da carteira de Leasing e Wholesale.

Relativamente ao total das despesas operacionais, no valor de 186,91 milhões de euros, regista-se um aumento significativo (172 milhões de euros), conforme ilustrado anteriormente, uma vez que em 31 de dezembro de 2023 existia um efeito extraordinário positivo decorrente da dissolução da parceria com a Stellantis. O resultado antes de impostos em 31 de dezembro de 2024 é de 148,2 milhões de euros. A diminuição mais significativa é atribuível aos efeitos extraordinários positivos decorrentes da dissolução da parceria com a Stellantis e das mais-valias geradas pelas alienações dos investimentos detidos em 31 de dezembro de 2023.

Globalmente, o resultado líquido do exercício ascende a 119,38 milhões de euros.

No que diz respeito à demonstração da posição financeira, o total do ativo ascendeu a 25,9 mil milhões de euros, um aumento de 1,6 mil milhões de euros em comparação com o total do ativo no final de 2023 (24,3 mil milhões de euros).

Os empréstimos e contas a receber de clientes totalizaram 22,7 mil milhões de euros, reflectindo um aumento de 1,7 mil milhões de euros em relação ao ano anterior. Este crescimento deve-se essencialmente ao aumento dos empréstimos às filiais, que aumentaram 1 091 milhões de euros, ao aumento dos financiamentos à rede de concessionários, que aumentaram 366 milhões de euros, e ao aumento de 192 milhões de euros dos financiamentos à locação financeira, devido principalmente ao crescimento da sucursal francesa. Além disso, os empréstimos gerados pelo produto Factoring registaram um aumento de 260 milhões de euros. Em contrapartida, a carteira de crédito ao consumo registou uma diminuição de 326 milhões de euros.

Os empréstimos e contas a receber de bancos, juntamente com a caixa e equivalentes de caixa, ascenderam a 1,62 mil milhões de euros, o que representa um aumento de 15,67 milhões de euros em comparação com 31 de dezembro de 2023. Este montante inclui 22 milhões de euros em saldos detidos em bancos centrais, 45 milhões de euros em reservas obrigatórias depositadas nos bancos centrais de Itália, Irlanda e Alemanha e 1 024 milhões de euros em ativos líquidos de elevada qualidade de nível 1 (HQLA). O total inclui também

109 milhões de euros em saldos de caixa detidos em contas correntes junto das principais instituições de crédito e 21 milhões de euros relacionados com acordos de recompra.

Os investimentos da Empresa registaram uma variação devido a um aumento do valor das suas participações. Especificamente, o investimento na subsidiária Drivalia S.p.A. aumentou na sequência de um pagamento em dinheiro de 125 milhões de euros em outubro de 2024. Além disso, o investimento na CA Auto Finance UK Ltd. aumentou devido a um pagamento em numerário de 45 milhões de GBP (53 167 607,93 €) efectuado em junho de 2024.

No que se refere aos contratos de derivados pela Empresa, a diminuição relacionada com as rubricas do ativo e do passivo que incluem os justos valores dos derivados de cobertura é atribuível a alterações nas taxas de juro e nas taxas de câmbio durante o período. A diminuição líquida de 141 milhões de euros nas rubricas "Derivados de cobertura" são principalmente atribuíveis ao justo valor dos contratos celebrados para cobrir o risco de taxa de juro das carteiras de retalho e de locação financeira e de crédito do CA Auto Bank S.p.A.

Em 31 de dezembro de 2024, está registado um saldo significativo, que reflecte o justo valor dos activos e passivos derivados, principalmente juros Swaps de taxa utilizados para cobrir o risco de taxa de juro das filiais.

As principais alterações nos passivos em comparação com 31 de dezembro de 2023 estão principalmente ligadas à composição da rubrica "Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado". Em particular, a componente "Depósitos a prazo" registou um aumento de 1,3 mil milhões de euros, devido sobretudo aos depósitos a prazo fixo captados através do produto Conto Deposito no mercado italiano.

O financiamento recebido do banco central ao abrigo do programa TLTRO III foi totalmente reembolsado durante o ano. Entretanto, as responsabilidades para com os bancos aumentaram, em particular devido a um financiamento adicional de 1,3 mil milhões de euros recebido de bancos terceiros. Em 31 de dezembro de 2024, os contratos de empréstimos subordinados de nível 2 incluem uma transação de 204 milhões de euros iniciada em 2017 e uma emissão de nível 2 recentemente subscrita de 250 milhões de euros, totalmente subscrita pelo acionista direto em dezembro de 2024. A nova emissão tem um prazo de 12 anos, com a opção de reembolso antecipado após cinco anos. Além disso, em 2024, o CA Auto Bank pagou antecipadamente um empréstimo Tier 2 existente do Crédit Agricole Consumer Finance, originalmente subscrito em junho de 2017 por 126 milhões de euros.

A rubrica "Acordos de revenda", que registou um aumento de 214 milhões de euros, refere-se a operações em curso realizadas pelo CA Auto Bank e pelas suas filiais estrangeiras em Espanha e na Alemanha, com as contrapartes bancárias Natixis, Crédit Agricole Corporate & Investment Bank e Intesa Sanpaolo S.p.A.

A captação de depósitos através do produto "Conto Deposito" manteve-se significativa este ano. No final do período, a exposição relacionada com os "Depósitos a prazo" registou um aumento de cerca de €1,29 mil milhões em relação ao ano anterior, devido sobretudo aos depósitos a prazo fixo captados através do produto "Conto Deposito" no mercado italiano.

A rubrica "Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado - Títulos em emissão" diminuiu em comparação com o ano anterior devido a reembolsos de obrigações pela sucursal irlandesa de obrigações (902 milhões de euros) e de Credit-Linked Notes (203 milhões de euros). No entanto, em 2024, as novas emissões de obrigações sénior não preferenciais totalizaram 700 milhões de euros.

No Capital Próprio, a rubrica "130. Instrumentos de capital" inclui duas emissões de instrumentos elegíveis como próprios complementares de nível 1, ambas com uma duração perpétua e uma opção de reembolso de cinco anos sujeita a aprovação regulamentar. Trata-se de uma emissão de 500 milhões de euros colocada em março de 2024 e de uma emissão de 100 milhões de euros colocada em dezembro de 2024.

ORGANIZAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

Em 31 de dezembro de 2024, a força de trabalho da Empresa totalizava 1.360 funcionários, dos quais 877 estavam dedicados às sete filiais na Bélgica, França, Alemanha, Irlanda, Polónia, Portugal e Espanha, representando um aumento de 327 funcionários em relação a 31 de dezembro,

2022. Esta variação é atribuída ao aumento de efectivos na sequência da integração da atividade automóvel da Sofinco na sucursal francesa do CA Auto Bank.

No final de 2024, a componente feminina representava 56,6% da força de trabalho total, a idade média dos trabalhadores era de 45,9 anos e o tempo médio de permanência na empresa era de 14,8 anos. O emprego a tempo parcial representava 8,1% da força de trabalho.

No que diz respeito às Relações Laborais, a participação no Acordo Coletivo de Trabalho Específico (CCSL) para o período 2023-2026 continuou em 2024, confirmando a lógica participativa dos trabalhadores nos resultados da empresa através do elemento de remuneração anual medido pela eficiência e a continuação de iniciativas relacionadas com o bem-estar empresarial e o trabalho remoto.

Os seguintes desenvolvimentos organizacionais e de gestão foram particularmente significativos:

- a integração da atividade automóvel da Sofinco na sucursal francesa do CA Auto Bank e a reafecção do mercado francês sob a responsabilidade direta do CEO;
- a atribuição de responsabilidades de desenvolvimento comercial ao departamento de vendas e marketing;
- a criação do departamento de Comunicação & ESG (Environmental Social Governance) que depende diretamente do CEO;
- a extinção - no seio da Holding - do departamento de Corporate Affairs & Process Governance e a subsequente atribuição das responsabilidades de Corporate Affairs ao departamento de Legal & Procurement - que passou a designar-se Legal, Corporate Affairs & Procurement - e das responsabilidades de Process Governance ao departamento de Human Resources, que passou a designar-se Human Resources & Process Governance;
- o reforço da governação em matéria de controlo através de
 - Na Holding, o departamento de Conformidade, Relações com os Supervisores e Proteção de Dados e o departamento de Risco e Controlo Permanente têm um duplo reporte hierárquico para os respectivos departamentos CA Personal Finance e Mobilidade, para além do reporte existente para o CEO;
 - Nas filiais, a dupla hierarquia de reporte ao respetivo departamento da Holding, para além do reporte existente ao Country Manager;
 - Nas sucursais, a passagem do reporte hierárquico do Diretor da Sucursal (substituído por um reporte funcional) para o respetivo departamento da Holding;
- a reafecção do mercado alemão sob a direção do diretor-geral.

Através do processo "PLM", o Grupo CA Auto Bank assegura o alinhamento da conduta individual com os objectivos anuais e de longo prazo da empresa e dos Acionistas. Visa estabelecer uma comunicação transparente e bilateral com os indivíduos para definir a forma como podem contribuir para os resultados organizacionais e como estão a trabalhar eficazmente para atingir os objectivos acordados e, finalmente, fornecer-lhes o apoio adequado para a sua melhoria e desenvolvimento.

A metodologia "Performance & Leadership Management" baseia-se em duas dimensões, centrando-se nos objectivos e resultados associados e nas atitudes e comportamentos individuais, de modo a responsabilizar os indivíduos, envolvendo-os diretamente no seu desenvolvimento.

Em 2024, o Presidente do Conselho de Administração e o Diretor-Geral, bem como todos os responsáveis pelos riscos materiais, participaram no PLM, tal como o resto da população da empresa, a fim de alinhar os objectivos estratégicos com os individuais.

No que respeita à comunicação interna, prosseguiu a distribuição da Revista do CA Auto Banco, distribuída online a todos os colaboradores do grupo. Todas as empresas do grupo cumprem rigorosamente as normas legais relacionadas com a segurança no trabalho.

O CA Auto Bank S.p.A., no mercado italiano, gere os riscos para a saúde e a segurança dos trabalhadores nas seguintes fases

- Avaliação dos riscos;
- Identificação e preparação de medidas e procedimentos de prevenção e proteção;

- Definição de um plano de intervenção no âmbito de um programa para garantir a melhoria contínua dos níveis de segurança;
- Implementação das intervenções planeadas no âmbito do programa;
- Definição de programas de informação e formação para os trabalhadores;
- Gestão do risco residual.

O CA Auto Bank S.p.A. em Itália (na qualidade de empregador), com a colaboração do Chefe do Serviço de Prevenção e Proteção e dos Médicos Competentes, após consulta dos Representantes dos Trabalhadores para a Segurança, elabora e mantém atualizado o documento de avaliação dos riscos. A última atualização do documento foi efectuada em 31 de agosto de 2023.

A avaliação e o respetivo documento são actualizados sempre que se verificam alterações significativas na organização da empresa que afectem a exposição dos trabalhadores aos riscos e na sequência da avaliação bienal do risco de stress relacionado com o trabalho.

STRESS RELACIONADO COM O TRABALHO

O CA Auto Bank S.p.A., em Itália, avalia o stress relacionado com o trabalho numa base bienal, a menos que haja alterações significativas no processo de produção e na organização do trabalho que afectem a saúde e a segurança dos trabalhadores. A última atualização é de julho de 2023 e coloca o nível de risco na área verde (risco não significativo).

Formação dos trabalhadores do CA AUTO BANK em Itália em matéria de saúde e segurança

Todos os indivíduos (Diretores, Supervisores, Representantes de Segurança, Representantes de Saúde e Segurança (HSR), Pessoal de Emergência e de Primeiros Socorros) envolvidos, a qualquer título, no sistema de gestão de segurança preventiva e contínua recebem formação adequada à sua função. Os cursos de base, específicos e de atualização são ministrados a gestores, supervisores, empregados e HSR através de e-learning, enquanto o pessoal de primeiros socorros e evacuação recebe formação presencial com instrutores externos. A formação é ministrada durante as horas de trabalho remuneradas e é avaliada através de um teste final. Foi ministrado um total de 170 dias de formação.

Todos os documentos relativos à formação (registos de presença, provas finais e certificados) são arquivados eletronicamente pelo Serviço de Prevenção e Proteção.

Formação dos trabalhadores

No total, em 2024, foram ministrados cerca de 2.390 dias de formação no CA Auto Bank Itália e nas suas sucursais, com acções de formação que envolveram todos os colaboradores. As actividades de formação do pessoal, como sempre, deram grande ênfase ao desenvolvimento de competências técnicas e de gestão, bem como à utilização dos sistemas de gestão, dos procedimentos e dos processos da empresa.

Por último, tal como em anos anteriores, foram ministradas a todos os trabalhadores, em 2024, acções de formação em linha sobre temas legalmente exigidos (privacidade, combate ao branqueamento de capitais, etc.). A empresa respeita e trabalha para garantir o direito à diversidade e à igualdade de oportunidades para todos os trabalhadores.

BEM-ESTAR, EMPREGO E DIÁLOGO COM OS PARCEIROS SOCIAIS

As informações relativas ao Bem-estar, Emprego e Diálogo com os Parceiros Sociais são fornecidas ao nível do Grupo e divulgadas na secção do Relatório Consolidado de Sustentabilidade das Demonstrações Financeiras Consolidadas publicadas, disponível no seguinte link: <https://www.ca-autobank.com/>.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A área das Tecnologias de Informação e Comunicação continuou a operar, mesmo na segunda parte de 2024, a fim de consolidar a sua estratégia de digitalização e diversificação de produtos:

- consolidação e alargamento a novos clientes da plataforma de comércio eletrónico, que permite a gestão dinâmica e integrada do processo relacionado com a elaboração da componente contratual, através da aplicação Calculadora Financeira 3.0, e o on-boarding remoto do cliente, através da aplicação que gere o "Remote Upload" de documentos, o Reconhecimento Remoto do cliente, através de vídeo-self, e a Assinatura Remota. Com plataforma, o CA Auto Bank consegue disponibilizar aos seus clientes uma solução totalmente utilizável a partir de qualquer dispositivo e localização, permitindo um cálculo mais eficaz e imediato da proposta de financiamento da empresa para a aquisição de viaturas e a finalização da mesma;
- Consolidação e alargamento dos produtos da plataforma Payment Gateway que permitem ao CA Auto Bank suportar pagamentos digitais e oferecer soluções de pagamento inovadoras como o Instant Credit e o Buy Now Pay Later, agora também no mercado alemão;
- consolidação e extensão ao mercado francês da solução para a utilização da PSD2, no âmbito dos processos de avaliação de crédito dos clientes, em diversos produtos e canais financeiros (online e em loja). Solução já amplamente utilizada também nos mercados italiano, alemão, dinamarquês e britânico;
- continuação da implementação da plataforma Salesforce CRM nos restantes mercados europeus do CA Auto Bank. Os próximos mercados a serem lançados serão a Alemanha e a Áustria. Está também em curso o projeto de transição do Customer Care do mercado italiano da plataforma CRM Dynamics para o CRM Salesforce. O projeto estará concluído no primeiro trimestre de 2025.

Todos os mercados europeus estão a trabalhar em sinergia com a sede do CA Auto Bank em projectos de comércio eletrónico, gateway de pagamento e CRM.

No segundo semestre de 2024, prosseguiram também as actividades relacionadas com a melhoria da comunicação de informações aos acionistas, para fins regulamentares, para o acompanhamento do desempenho e o calendário das actividades de encerramento mensal.

Em alguns mercados estrangeiros, prosseguiu a estratégia de renovação e de consolidação dos sistemas de gestão e de contabilidade; em especial, está em curso a implantação do sistema "Triton" nos novos mercados da Suécia e da Finlândia, prevista para o primeiro trimestre de 2025.

No que diz respeito ao serviço CRFS AMS, a fim de reforçar a solução e melhorá-la, em 2024 foi concluído o respetivo concurso e realizado o projeto de transição do anterior prestador para os novos cessionários.

No domínio das infraestruturas, no quarto trimestre de 2024, foi realizada com êxito a migração da plataforma CRFS para um ambiente de nuvem, a fim de a tornar ainda mais resiliente e flexível. Estão também em curso iniciativas para implementar a cisão entre o CA Auto Bank e a Stellantis, com foco em questões de infraestrutura, rede e autenticação de clientes.

No que diz respeito ao perímetro Drivalia, foi lançada no mercado italiano, no final de maio, a primeira versão da plataforma Planet pan-europeia para a gestão dos processos de Car Sharing, Aluguer de Curta/Média Duração e Assinaturas, que inclui todos os componentes de gestão, Web e APP para a gestão de clientes, bem como uma aplicação de Reporting.

Em 2024, a Drivalia deu passos importantes no seu percurso de transformação digital, consolidando a sua posição como líder em mobilidade sustentável e inovadora. A introdução do Planet, o novo sistema de gestão pan-europeu, representa um marco. Inaugurado em Itália, juntamente com o lançamento do renovado sítio Web da empresa e da nova aplicação Drivalia, o Planet lançou as bases para uma identidade tecnológica unificada em todos os mercados europeus, garantindo aos clientes serviços digitais avançados e sem fronteiras. O projeto continuará em 2025 com o lançamento em França, seguido de Espanha e Portugal em 2026. Este sistema integrado otimizará os processos, melhorará a eficiência operacional e oferecerá aos clientes uma experiência sem descontinuidades, como a possibilidade de alugar um veículo num país e devolvê-lo noutro.

De acordo com esta estratégia, a Drivalia também se dotou de uma plataforma CRM pan-europeia integrada com o back end Planet para a gestão do atendimento ao cliente, campanhas de marketing e gestão de contactos do Portal do Cliente. O CRM da Drivalia foi lançado no final de julho de 2024 na Noruega e em dezembro na Irlanda, antes de ser lançado durante 2025 nos mesmos mercados que o Planet, França, Espanha e Portugal.

Como parte da nossa estratégia de mobilidade, introduzimos a Future, uma plataforma avançada de remarketing concebida para maximizar o valor de "segunda vida" dos veículos. Já operacional em Itália, Irlanda, Noruega, Reino Unido e Bélgica, a Future redefiniu os processos de remarketing através da utilização de tecnologias inovadoras. Em 2025, o plano prevê a integração de soluções de comércio eletrónico dedicadas a clientes privados e a extensão do sistema de leilões digitais a outros mercados europeus, começando pelo mercado espanhol e continuando com a França, Alemanha, Dinamarca, Portugal e Polónia.

Em 2024, o caminho para uma locação operacional mais eficiente e integrada começou com o desenvolvimento de uma plataforma tecnológica de ponta. O projeto arrancou em Itália com a implementação de uma ferramenta de cotação avançada e será alargado a França, Espanha, Portugal e Polónia em 2025. O objetivo é a implementação de um sistema de gestão totalmente integrado baseado no SAP S/4HANA, capaz de otimizar os serviços de leasing operacional e melhorar a experiência do cliente com soluções simples, rápidas e personalizadas.

Graças a estas iniciativas, a Drivalia reforça o seu compromisso com a mobilidade digital, sustentável e cada vez mais orientada para o cliente, consolidando as bases para um crescimento sólido e duradouro nos mercados europeus.

Também na área de RPA (Robotic Process Automation), o caminho de automatização de processos em perímetro no mundo CA Auto Bank e Drivalia é continuado e alargado, confirmando o plano estratégico de automatização de actividades repetitivas em muitas Áreas Operacionais, permitindo assim a otimização dos próprios processos e a realocação de recursos de negócio para actividades de maior valor acrescentado.

O SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

Para garantir uma gestão sã e prudente, o Grupo CA Auto Bank integra perfeitamente a rendibilidade, a tomada de riscos informada e a ética empresarial.

Para tal, o Grupo estabeleceu um sistema de controlo interno eficaz, que identifica, avalia e reduz continuamente os riscos associados às suas operações. Este sistema envolve os órgãos sociais, as funções de controlo, os comités, o Conselho de Fiscalização, a direcção e todo o pessoal.

Para supervisionar os controlos internos de forma abrangente, o Grupo conta com uma supervisão centralizada liderada por departamentos dedicados, nomeadamente Auditoria Interna, Risco e Controlo Permanente, Conformidade e Relações de Supervisão e Protecção de Dados. Estes departamentos funcionam independentemente uns dos outros em termos organizacionais, mas mantêm fortes ligações com as unidades correspondentes nas filiais. Nomeadamente, os departamentos "Conformidade, Relações de Supervisão e Protecção de Dados" e "Risco e Controlo Permanente" reportam directamente ao CEO e ao Diretor-Geral (CEO&GM), enquanto o departamento de Auditoria Interna reporta directamente ao Conselho de Administração. A fim de garantir a autonomia e a independência das funções de controlo de segundo nível, os departamentos "Conformidade, Vigilância e Protecção de Dados" e "Risco e Controlo Permanente" respondem directamente ao Diretor Geral e ao Administrador Delegado (CEO&GM), bem como aos responsáveis correspondentes das funções de controlo da Sociedade-mãe, Crédit Agricole Personal Finance & Mobility. O serviço de Auditoria Interna responde directamente ao Conselho de Administração.

Em termos operacionais, o Grupo CA Auto Bank implementa três tipos de controlos:

- Controlos de primeiro nível, que incidem sobre as operações quotidianas e as transacções individuais, verificando a sua correta realização. Estão integrados nos procedimentos informáticos ou são efectuados por estruturas operacionais;
- Os controlos de segundo nível, que se destinam a assegurar a definição e a aplicação adequadas do processo de gestão do risco, a conformidade das operações comerciais com a regulamentação em vigor e a eficácia, segurança e coerência das actividades operacionais, bem como o cumprimento das regras e regulamentos internos e externos. Estes controlos são geridos por

departamentos como "Risco e Controlo Permanente" e "Conformidade, Relações de Supervisão e Proteção de Dados", que estão separados das unidades operacionais;

- Controlos de terceiro nível, realizados pelo departamento de auditoria interna para identificar tendências anormais, detetar violações de procedimentos e regulamentos e avaliar o funcionamento do sistema global de controlo interno.

FUNÇÃO DE CONTROLO

AUDITORIA INTERNA

O departamento de Auditoria Interna é responsável pelos controlos de terceiro nível. Com base num plano anual apresentado ao Conselho de Administração para aprovação, verifica a adequação do sistema de controlo interno e fornece ao Conselho de Administração e à Direção uma avaliação profissional e imparcial da eficácia dos controlos internos.

O chefe da auditoria interna é responsável por

- preparar o plano de auditoria anual, elaborado com base numa avaliação periódica dos riscos, com o objetivo de cobrir o universo de auditoria num ciclo de cinco anos;
- para coordenar as actividades de auditoria;
- informar periodicamente o Conselho de , o Comité de Risco e Auditoria, o Comité de Controlo Interno e o Conselho Fiscal¹ sobre os resultados e a evolução do plano de auditoria e sobre o seguimento das recomendações emitidas;
- realizar a revisão interna, pelo menos anualmente, dos processos ICAAP e ILAAP no que diz respeito à sua correta execução e adequação às disposições regulamentares, e realizar a verificação periódica da avaliação de risco individual.

O processo de auditoria envolve o mapeamento anual de riscos ao nível de cada empresa, utilizando uma metodologia padronizada emitida pela empresa-mãe. A monitorização dos resultados da atividade de auditoria em cada empresa envolve o reporte trimestral aos órgãos de controlo - incluindo o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e os comités internos do Conselho - que inclui:

- progressos do plano de auditoria e explicações para eventuais desvios;
- relatórios de auditoria publicados no trimestre em causa que apresentavam uma classificação global de "fraco" ou "crítico" num resumo;
- estado de implementação das recomendações emitidas e dos respectivos planos de ação.

RISCO E CONTROLO PERMANENTE

A missão do departamento é identificar, medir e gerir os riscos, bem supervisionar a implementação das orientações do Grupo em termos de gestão de riscos, gerindo também diretamente os controlos permanentes de segundo nível.

As actividades de Risco e Controlo Permanente (R&PC) destinam-se a

- desenvolver e estabelecer as orientações do Grupo em matéria de gestão dos riscos e de controlo permanente;
- Promover uma forte cultura de risco a todos os níveis da organização;
- identificar e avaliar vários tipos de risco, com exceção dos riscos de conformidade, que são tratados por um departamento de controlo específico;
- monitorizar a exposição do Grupo a diferentes tipos de risco (RAF - Risk Appetite Framework);
- colaborar com outros departamentos envolvidos no processo de gestão do ICAAP (Internal Capital Adequacy Assessment Process), do ILAAP (Internal Liquidity Adequacy Assessment Process) e do Plano de Financiamento de Contingência;
- assegurar uma comunicação eficaz das informações relacionadas com o risco a outras funções da empresa, aos órgãos sociais e à direção;
- colaborar com os outros serviços de controlo do Grupo (Conformidade e Auditoria Interna) para assegurar um acompanhamento exaustivo de todo o âmbito do controlo interno;
- emitir pareceres independentes sobre transacções importantes;
- coordenar a estratégia de risco do Grupo, emitindo pareceres próprios e verificando a sua aplicação efectiva.

O diretor do departamento de R&PC é igualmente responsável pelo plano de continuidade das actividades. O departamento de R&PC é representado em cada empresa do Grupo pela sua própria pessoa de contacto local.

A supervisão das empresas do Grupo é efectuada por:

- fornecer orientações a nível do Grupo sobre a gestão dos riscos e os controlos de segundo nível;
- monitorizar a eficácia dos planos de controlo locais e o perfil de risco local (RAF);
- supervisionar o processo de elaboração do orçamento anual, assegurando o alinhamento com a apetência pelo risco do Grupo.

Os resultados dos controlos de segundo nível efectuados pelo Risco e Controlo Permanente são apresentados trimestralmente durante o Comité de Controlo Interno (CCI) e comunicados anualmente no Relatório de Controlo Interno (RCI).

Em contrapartida, o perfil de risco do Banco é apresentado no Comité de Risco Interno do Grupo (GIRC).

CONFORMIDADE, RELAÇÕES DE SUPERVISÃO E PROTECÇÃO DE DADOS

A função de Conformidade, Relações de Supervisão e Protecção de Dados (CSR&DP) funciona como uma função de controlo de segundo nível, orientada por princípios de independência, autoridade, autonomia e adequação dos seus recursos. A função engloba as seguintes áreas-chave de especialização:

- Conformidade: A RSE e a PD concentram-se na supervisão do risco de incumprimento, que envolve potenciais sanções legais ou administrativas, perdas financeiras ou danos à reputação decorrentes de infracções às leis ou às disposições de autorregulação. Esta dedicação à protecção do Banco contra potenciais sanções garante que o Banco cumpre diligentemente as regras aplicáveis e os princípios de autorregulação descritos no código de conduta. Ao defender o cumprimento das normas, a RSE&DP dá prioridade aos interesses dos clientes e visa preservar o inestimável ativo da confiança, atenuando simultaneamente os riscos para a reputação;
- Relações de controlo: Nesta área, a CSR&DP dedica-se a gerir eficazmente as relações com as autoridades de supervisão italianas e supranacionais. Através de reuniões periódicas e relatórios abrangentes, assegura a comunicação transparente das iniciativas e projectos do Grupo. Além disso, desempenha um papel vital na coordenação das interações com as Autoridades de Supervisão locais, monitorizando e reportando diligentemente as inspecções, bem como implementando quaisquer planos de ação necessários;
- A protecção de dados, neste domínio, centra-se na salvaguarda dos dados pessoais e na garantia da sua protecção adequada. A equipa define funções e responsabilidades claras para facilitar a gestão adequada dos dados, de acordo com as necessidades específicas e as características únicas da Empresa.

O chefe do departamento é também o responsável pela luta contra o branqueamento de capitais, o responsável pela denúncia de irregularidades, o responsável pela conformidade antitrust e foi nomeado responsável pela protecção de dados (DPO); é também responsável pela comunicação de transacções suspeitas e é membro do Conselho de Fiscalização da empresa.

A CSR&DP efectua um levantamento anual dos riscos de conformidade para identificar potenciais riscos de não conformidade, seguido de um acompanhamento diligente através de um plano de actividades e controlos. Este plano abrangente inclui:

- controlos destinados a verificar a eficácia dos processos e procedimentos existentes em conformidade com a regulamentação local e as Políticas do Grupo; em particular, os controlos dividem-se em dois tipos principais: controlos permanentes destinados à criação e avaliação contínua de indicadores de risco (KRI) e à produção de dados representativos de potenciais comportamentos não conformes, e controlos realizados em relação aos resultados do Perímetro de Conformidade, ou seja, o mapeamento anual de riscos. Estes controlos são realizados através da "auditoria" de uma Área de Regulamentação, para a qual podem ser definidos e delineados pontos de controlo específicos com base em análises e entrevistas realizadas pelo Responsável Local pela Conformidade, e podem incluir verificações documentais de eventos de natureza extraordinária ou análises de amostras de dados;
- actividades destinadas a identificar e programar o envolvimento da função em cada projeto, atividade ou iniciativa, nova ou já em curso;

- Organizar acções de formação para inculcar uma cultura de risco coesa e abrangente entre todos os funcionários e colaboradores.

O resultado dos controlos é adequadamente documentado e partilhado com os responsáveis das áreas em análise, com o objetivo de definir, quando necessário, planos de ação destinados a reforçar o controlo dos riscos de não conformidade a que a empresa está exposta. Os resultados dos controlos são igualmente consolidados ao nível da empresa-mãe e apresentados periodicamente ao Conselho de Administração e às comissões competentes do Conselho, bem como ao Conselho Fiscal, para as devidas avaliações e decisões.

O CA Auto Bank, enquanto Sociedade-mãe, coordena o alinhamento com as metodologias de execução dos controlos de todas as Entidades do Grupo (Sucursais e Filiais), aprova os respectivos planos de actividades e de controlo e supervisiona a sua implementação.

O âmbito de atuação da função de RSC&DP inclui a Sociedade-mãe e, ao nível da coordenação e supervisão, as sucursais e filiais nos mercados estrangeiros e o grupo Drivalia.

COMITÉS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

COMITÉ DE RISCO E AUDITORIA

O Comité de Risco e Auditoria (CCR) desempenha um papel fundamental no apoio ao Conselho de Administração no que diz respeito à gestão do risco, aos controlos internos e ao cumprimento das normas contabilísticas, tanto para as demonstrações financeiras individuais como para as consolidadas, em conformidade com as disposições de supervisão relativas ao governo das sociedades.

Especificamente, é responsável por todas as actividades necessárias para que o Conselho de Administração chegue a uma determinação correta e eficaz do Quadro de Apetência pelo Risco ("RAF") e das políticas de governação do risco.

Este comité foi criado pelo Conselho de Administração em conformidade com os regulamentos de supervisão bancária relativos à governação empresarial (Circular 285 do Banco de Itália e actualizações subsequentes baseadas nas orientações da ABE sobre governação interna).

COMITÉ DE NOMEAÇÃO

A Comissão de Nomeações desempenha as suas funções de acordo com a regulamentação em vigor, apoiando o Conselho de Administração (e, se necessário e quando possível, a Assembleia Geral de Acionistas) no processo de nomeação dos Administradores e das Comissões do Conselho, na atribuição das nomeações e na avaliação da adequação do Conselho como um todo e dos administradores individuais para realizar a autoavaliação e a avaliação da adequação dos responsáveis pelas principais funções corporativas, conforme exigido pela regulamentação.

COMITÉ DE REMUNERAÇÃO

O Comité de Remunerações aconselha e apresenta propostas ao Conselho de Administração sobre as práticas e as políticas de remuneração e de incentivos do Grupo CA Auto Bank. Trata-se de um comité consultivo criado pelo Conselho de Administração em conformidade com a regulamentação de supervisão bancária sobre a matéria (Circular 285 do Banco de Itália e actualizações posteriores de acordo com as Orientações da EBA sobre Políticas de Remuneração Sólidas).

OUTROS COMITÉS ENVOLVIDOS NO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

Para completar e complementar o SCI, o Grupo dispõe, para além das Funções de Controlo e das Comissões do Conselho de Administração, das seguintes comissões

COMITÉ DE CONTROLO INTERNO

A Comissão de Controlo Interno (CCI) desempenha um papel vital na prestação de informações essenciais ao CACF sobre o sistema de controlo interno. Além disso, a Comissão presta apoio ao Presidente do Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal e à Comissão de Risco e Auditoria nas suas respectivas funções relativas ao sistema de controlo interno.

COMITÉ DE RISCO INTERNO DO GRUPO

O Comité Interno de Risco do Grupo (GIRC) é um comité sem poder de decisão, responsável pela supervisão e controlo efetivo de todos os riscos, verificando a sua gestão de acordo com o nível de apetite de risco definido pelo Conselho de Administração do CA Auto Bank.

O Comité também se reúne no caso de uma potencial crise de liquidez que afecte o mercado ou a Empresa (Plano de Financiamento de Contingência) e supervisiona as acções corretivas em conjunto com o Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALM).

Por último, o Comité reúne-se em caso necessidade de ativação dos procedimentos de continuidade da atividade.

CONSELHO FISCAL

Com o objetivo de prevenir a responsabilidade administrativa nos termos do Decreto Legislativo 231/01, foi criado um Conselho de Supervisão (SB) tanto para a Sociedade-mãe como para a sua filial italiana, Drivalia S.p.A. A principal responsabilidade deste conselho é assegurar a implementação efectiva do "Modelo de Organização, Gestão e Controlo" e do Código de Conduta.

O Conselho de Supervisão:

- reúne-se pelo menos trimestralmente e sempre que necessário, apresentando relatórios periódicos ao CEO, ao Diretor-Geral, ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal;
- efectua avaliações regulares da eficácia do Modelo na prevenção de delitos qualificados. Para o efeito, colabora com o Departamento de Compliance, o Departamento de Auditoria Interna e o Departamento de Risco e Controlo Permanente do CA Auto Bank, bem como com outros departamentos internos que possam ser relevantes ocasionalmente.

O PROCESSO DE RELATO FINANCEIRO

Esta secção descreve as "principais características dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno existentes em relação ao processo de informação financeira, nos termos do artigo 123.o -Bis, n.o 2, alínea b), da Lei consolidada das finanças (TUF).

Os Administradores do CA Auto Bank S.p.A. são responsáveis pela manutenção de um sistema de controlo interno em conformidade com os critérios estabelecidos pelo "Internal Control - Integrated Framework" emitido pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission).

O sistema de controlo interno sobre a informação empresarial é um processo que, envolvendo várias funções empresariais, assegura a fiabilidade da informação financeira, a exatidão dos documentos contabilísticos e o cumprimento da regulamentação.

A supervisão dos relatórios contabilísticos e financeiros é exercida pelo Diretor Financeiro do Grupo e baseia-se em

- a adequação dos processos e procedimentos utilizados para a preparação dos documentos contabilísticos da empresa e de todas as outras comunicações financeiras;
- a supervisão das arquiteturas e aplicações informáticas, em especial no que se refere à gestão dos procedimentos de tratamento e das intervenções de desenvolvimento em sistemas sintéticos instrumentais para a informação financeira;
- a exaustividade e a coerência das informações divulgadas ao mercado.

Em 2012, a Empresa iniciou uma revisão abrangente do seu sistema de Controlo Interno sobre o Relato Financeiro (ICFR). Esta revisão foi realizada para garantir a fiabilidade do relato financeiro e a preparação exacta das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ao longo dos anos, o quadro da CIFR foi alargado de modo a abranger os principais processos relacionados com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A conceção e a avaliação dos controlos foram conduzidas de modo a proporcionar uma cobertura adequada dos riscos associados, atenuando assim o potencial de distorções materiais nos relatórios financeiros.

Atualmente, a matriz de controlo de riscos compreende seis grandes processos, totalizando 148 controlos, dos quais 25 estão especificamente relacionados com as demonstrações financeiras consolidadas.

GOVERNAÇÃO EMPRESARIAL

O Grupo CA Auto Bank estabeleceu um conjunto abrangente de regras e procedimentos que definem as responsabilidades dos Órgãos Sociais, com o objetivo de assegurar uma gestão sã e prudente, equilibrando a rentabilidade da empresa com a assunção consciente de riscos e uma conduta operacional ética.

O sistema de controlo interno é concebido para identificar, medir e mitigar continuamente os riscos associados às suas actividades, envolvendo os Órgãos Sociais, as funções e comissões de controlo, o Órgão de Fiscalização, a empresa de auditoria, a direção e todo o pessoal.

OUTRAS INFORMAÇÕES

RISCOS E INCERTEZAS SIGNIFICATIVOS

Os riscos específicos que podem originar obrigações para a Empresa são avaliados aquando da determinação das respectivas provisões e são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, juntamente com os passivos contingentes materiais. Seguidamente referem-se os factores de risco e incertezas essencialmente relacionados com o contexto económico-regulamentar e de mercado que podem influenciar o desempenho da própria Empresa.

A posição financeira, os resultados operacionais e os fluxos de caixa da Empresa são essencialmente influenciados pelos vários factores que compõem o quadro macroeconómico - incluindo o aumento ou diminuição do produto nacional bruto, o nível de confiança dos consumidores e das empresas, a evolução das taxas de juro e de câmbio e a taxa de desemprego - no contexto em que opera.

A atividade do Grupo está predominantemente ligada ao desempenho do sector automóvel, historicamente sujeito a ciclos periódicos; tendo em conta que é difícil prever a extensão e a duração dos vários ciclos económicos, qualquer acontecimento macroeconómico (como um declínio significativo nos principais mercados de vendas, a solvência das contrapartes e a volatilidade dos mercados financeiros e das taxas de juro) pode afetar as perspectivas e os resultados económico-financeiros.

O contexto geopolítico, caracterizado sobretudo pelo conflito Rússia-Ucrânia, para o qual esperávamos um rápido regresso à paz, agravou-se com a eclosão e persistência de uma nova tragédia israelo-palestiniana que teve impacto no ciclo económico do ano e, dado que não se vislumbra a curto prazo o fim das hostilidades, continuará a influenciar 2025, com taxas de crescimento do PIB modestas e taxas de inflação ainda elevadas.

Estas últimas constatações não nos devem levar a um pessimismo desnecessário, mas sim reforçar a nossa determinação em agir mais do que nunca no interesse dos nossos clientes e da empresa no seu conjunto.

O Grupo CA Auto Bank respeita as leis e os regulamentos em vigor nos países onde exerce a sua atividade. A maior parte dos nossos processos judiciais são constituídos por litígios relacionados com a falta de pagamento por parte de clientes e concessionários no decurso da nossa atividade normal.

As nossas políticas de provisionamento para "provisões para riscos e encargos", juntamente com o acompanhamento atento dos processos em curso, permitem-nos considerar atempadamente os possíveis efeitos nas nossas demonstrações financeiras.

DIVERSIDADE, IGUALDADE DE OPORTUNIDADES E DIREITOS HUMANOS

O respeito pelos direitos humanos fundamentais representa um fator importante para o Grupo CA Auto Bank no seu papel de intermediário e na cadeia de valor, envolvendo não só as partes interessadas do Grupo, mas sobretudo os seus colaboradores. Todas as empresas do Grupo respeitam e actuam de forma a garantir o direito à diversidade e à igualdade de oportunidades para todos os colaboradores.

Para o Grupo CA Auto Bank, o Código de Conduta (a seguir designado por "Código") constitui um instrumento essencial destinado a assegurar um ambiente de trabalho que corresponda aos mais elevados padrões éticos de conduta empresarial. O Código inclui uma secção específica dedicada às questões sociais e ambientais, fornecendo orientações para prevenir e condenar o tratamento discriminatório, preservar a diversidade e a igualdade dos géneros e apoiar a luta contra o assédio. Além disso, dois princípios nele contidos são especificamente dedicados a assegurar a implementação de uma estratégia de proteção ambiental e de apoio à comunidade.

O sistema de integridade do CA Auto Bank lança assim as bases da governação empresarial do Grupo e inclui um quadro crítico de princípios, políticas e procedimentos.

O sistema de denúncia de irregularidades permite comunicar violações do Código e de quaisquer outras regras, leis e regulamentos (emitidos a nível nacional e comunitário) aplicáveis às empresas do Grupo (ou seja, filiais e sucursais). Com efeito, em conformidade com as disposições contidas na Circular n.º 285 do Banco de Itália, este sistema permite que os funcionários comuniquem actos ou factos que possam constituir uma violação das regras do banco.

O Código de Conduta do Grupo CA Auto Bank formaliza e estabelece claramente o compromisso de todas as empresas do Grupo em gerir as denúncias do pessoal, assegurando que estas são analisadas com a devida diligência e adequadamente investigadas. O pessoal identificado como responsável pela análise destas denúncias avalia, em primeiro lugar, as alegações expressas de violação do Código, ou de qualquer outra regulamentação aplicável. Além disso, devem também prestar a devida atenção a qualquer outra manifestação de preocupação ou relato de problema levantado pelos funcionários, uma vez que estas circunstâncias devem também ser objeto de uma análise aprofundada adequada. Por último, a análise pode ser efectuada recorrendo, se for considerado necessário, a pessoal qualificado ou a peritos na matéria. Se for detectada e verificada uma conduta ilegal, são aplicadas as medidas corretivas necessárias e adequadas, independentemente do nível ou da posição hierárquica do pessoal envolvido. Todos os casos investigados são acompanhados até à sua resolução final.

A confidencialidade é um princípio fundamental e, com exceção de certas limitações decorrentes da regulamentação local, os relatórios podem ser apresentados de forma anónima. Todas as informações fornecidas e a identidade da pessoa que apresenta o relatório são partilhadas com base no princípio da "necessidade de saber"

com os responsáveis pela avaliação do relatório, pela investigação da potencial violação e com os que têm autoridade para tomar as medidas corretivas pertinentes.

Qualquer forma de retaliação é proibida e não é tolerada: o Grupo CA Auto Bank proíbe expressamente qualquer membro da empresa de se envolver em actos ou atitudes de retaliação ou discriminação contra aqueles que tenham apresentado uma denúncia ou cooperado durante a investigação. Qualquer pessoa que tenha um comportamento de retaliação contra essas pessoas será objeto de medidas disciplinares, incluindo o despedimento. Os princípios fundamentais que inspiram a conduta do Grupo proíbem qualquer forma de despromoção, despedimento, suspensão, ameaça, assédio, coação a acções específicas ou actos intimidatórios contra qualquer funcionário na sequência de uma denúncia de boa fé de uma conduta pouco ética ou da participação numa investigação de factos ou actos contrários ao Código.

O Grupo CA Auto Bank partilha, e o seu Código de Conduta incorpora, os princípios da "Declaração Universal dos Direitos Humanos" das Nações Unidas ("ONU"), as Convenções da Organização Internacional do Trabalho ("OIT") e as Diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico ("OCDE") para as Empresas Multinacionais.

Não foram registados quaisquer casos de discriminação durante o ano.

O Grupo aplica estruturalmente políticas de remuneração que visam a igualdade de oportunidades e a não discriminação (tanto na componente fixa como na variável).

SEGURANÇA, PRIVACIDADE E FIABILIDADE DO SERVIÇO

PROTECÇÃO DE DADOS E CIBERSEGURANÇA

Em linha com os resultados dos exercícios anteriores, o CA Auto Bank continua a dar particular ênfase às questões relacionadas com protecção dos dados pessoais tratados no seio da sua organização e dos seus sistemas de informação, para garantir um nível de segurança adequado em termos de confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação e para proteger os direitos e interesses dos seus clientes e colaboradores.

Em conformidade com os requisitos do Regulamento Geral sobre a Protecção de Dados da UE n.º 2016/679 ("RGPD"), o governo das sociedades prevê para:

- um regulamento que define o modelo organizacional, descrevendo funções e responsabilidades, atribuindo a cada funcionário um papel específico no âmbito da protecção de dados pessoais, a fim de reforçar e garantir uma gestão adequada dos dados pessoais de acordo com as necessidades e peculiaridades específicas da empresa;
- um sistema sólido de políticas e procedimentos;
- uma política de grupo destinada a ilustrar os princípios gerais, as responsabilidades e os principais processos no domínio da protecção e do tratamento dos dados pessoais que o CA Auto Bank S.p.A. e as suas filiais devem para garantir um nível adequado de conformidade com

leis de proteção de dados pessoais e tendo também em conta os regulamentos locais relacionados. Regra geral, o objetivo é garantir que o princípio da proteção de dados é sempre tido em conta desde as primeiras fases de desenvolvimento, de acordo com os princípios da privacidade desde a conceção e por defeito;

- é dada especial atenção à questão da gestão das violações de dados pessoais para prevenir, impedir ou evitar a ocorrência de tais violações, indicando as actividades, funções e responsabilidades para uma gestão adequada, rápida e eficiente.

Uma atenção semelhante é também dedicada ao tema da retenção de dados, regulada a nível do grupo pela Política de Retenção de Dados do Grupo. Esta política, para além de partilhar uma metodologia e boas práticas com as entidades do Grupo CA Auto Bank para a definição dos períodos de retenção de dados, exige a adesão aos seguintes princípios a conservação dos dados de cada titular deve ser justificada em função do serviço prestado; deve ser assegurado o princípio da responsabilização, que passa pela adoção de medidas técnicas e organizativas adequadas para garantir e demonstrar que o tratamento dos dados pessoais cumpre os princípios estabelecidos pelo RGPD; deve ainda ser assegurado o princípio da minimização, que se traduz na necessidade de conciliar este princípio com a necessidade de proteger os direitos do banco dentro dos limites dos direitos de prescrição do titular dos dados.

Além disso, são os seguintes pontos principais:

- Tendo em conta os regulamentos relativos ao Registo Público de Posições (RPO), o Grupo CA Auto Bank actualizou as suas informações sobre o tratamento de dados pessoais, destacando especificamente as novas disposições regulamentares;
- À luz das Cláusulas Contratuais Padrão (CCP) emitidas pela Comissão Europeia, o CA Auto Bank procedeu à atualização da sua informação, verificando e mapeando todas as transferências de dados pessoais para prestadores de serviços que fornecem serviços que envolvem o tratamento (armazenamento, acesso, processamento, etc.) de dados pessoais. O objetivo destas acções é identificar quais desses prestadores processam dados pessoais fora da UE/EEE, exigindo a adoção das medidas previstas no regulamento de referência, com vista a evitar situações de não conformidade;
- foi implementado um plano de formação específico para divulgar, melhorar e aumentar a sensibilização dos funcionários para os temas da proteção de dados. Isto facilita a compreensão destes tópicos e permite que os funcionários integrem os aspectos-chave nas suas rotinas diárias. A formação e a sensibilização são dois conceitos fundamentais e intimamente relacionados: se as pessoas não tiverem consciência do que estão a tratar, também não terão consciência consequências e responsabilidades que podem advir de uma gestão incorrecta dos dados. Em 2024, a abordagem adoptada consistiu em ministrar cursos de formação específicos e distintos: um curso, destinado a todos os colaboradores, contendo conceitos gerais de proteção de dados; um curso, também destinado a todas as filiais do Grupo CA Auto Bank, dedicado a fornecer orientações sobre a utilização correcta do registo de tratamento (Ferramenta RGPD). Além disso, foram realizadas actividades específicas para sensibilizar para o tratamento de dados relacionados com os processos de governação da fraude e de geolocalização, em conformidade com as disposições das Diretrizes 01/2020 sobre o tratamento de dados pessoais no contexto de veículos conectados e aplicações relacionadas com a mobilidade¹ adotadas em 9 de março de 2021 pelo Conselho Europeu para a Proteção de Dados (EDPB);
- instrumentos à disposição das pessoas em causa para garantir a sua capacidade de exercer os seus direitos.

Por fim, salienta-se que a implementação da plataforma (GDPR Tool) está a ser consolidada em todas as sucursais e filiais do Grupo CA Auto Bank para uma gestão mais simplificada dos processos relacionados com o tratamento de dados. Esta plataforma, já em uso no perímetro italiano, visa reforçar e automatizar os processos de proteção dos dados pessoais com base em quatro pilares, respetivamente dedicados a: registo do tratamento, avaliação do impacto da proteção dos dados (DPIA), violação dos dados pessoais (data breach) e controlos. O

O objetivo é dispor de uma ferramenta única de armazenamento, gestão e controlo da proteção de dados, em conformidade com orientações e critérios de avaliação (tais como, mas não limitados a, violação de dados, controlos) comuns e uniformes em todo o Grupo CA Auto Bank.

Além disso, para difundir e sensibilizar para as questões de proteção dos dados pessoais e mitigar os riscos relacionados com a confidencialidade, integridade, disponibilidade e rastreabilidade dos dados, o CA Auto Bank concebeu, implementou e actualizou um sistema robusto de políticas e procedimentos de cibersegurança. Estas políticas, constantemente actualizadas em conformidade com a regulamentação em vigor, incluindo as diretivas mais recentes DORA (Digital Operational Resilience Act) e NIS2 (Network and Information Security), constituem um elemento fundamental da estratégia de segurança da empresa. O sistema inclui uma política geral, que define o quadro geral de segurança, e um conjunto de políticas específicas dedicadas a domínios particulares, incluindo:

- Conceção da arquitetura das TIC;
- Manutenção do sistema TIC;
- Monitorização da segurança;
- Resiliência operacional;
- Gestão das relações com os fornecedores de TIC;
- Segurança dos serviços de pagamento na Internet;
- Gestão da informação;
- Gestão do acesso lógico;
- Gestão de incidentes de segurança;
- Utilização do correio eletrónico e da Internet.

São efectuadas regularmente análises aprofundadas das ameaças emergentes, aplicando as melhores práticas do sector para mitigar os riscos identificados. A este respeito, a Empresa reforçou a sensibilização dos empregados para estas questões através de actividades de formação específicas sobre cibersegurança. Além disso, o CA Auto Bank utiliza ferramentas de Threat Intelligence para monitorizar as ciberameaças na Internet, especialmente tendo em conta os riscos crescentes destacados em relatórios de analistas de segurança internacionais.

No que respeita ao trabalho à distância, foram consolidadas as medidas de segurança conexas, não só a nível técnico, mas também em termos de sensibilização dos trabalhadores.

O Grupo CA Auto Bank não recebeu qualquer reclamação relativa a perda de dados, uma vez que esta circunstância não se verificou; no entanto, recebeu reclamações relacionadas com erros manuais, que foram prontamente tratados para retificar as anomalias identificadas.

Além disso, durante 2024, registou-se um aumento do número de alertas de segurança e, em geral, de ciberameaças, que foram prontamente geridos sem impactos significativos para o Grupo resultantes de ciberataques.

Para identificar e prevenir violações dos procedimentos e regulamentos internos e do sector, a arquitetura do sistema informático e o sistema de controlo interno são continuamente melhorados.

DIVULGAÇÃO DE SUBVENÇÕES PÚBLICAS

A regulamentação relativa à transparência das subvenções públicas foi introduzida pelo artigo 1.º, n.ºs 125-129, da Lei n.º 124/2017, com uma formulação que suscitou numerosas questões interpretativas e de aplicação.

As preocupações expressas pelas associações profissionais (incluindo a Assonime) foram em grande parte resolvidas pelo artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 34/2019 (Decreto de Crescimento), que clarifica questões importantes em muitos casos, com vista a simplificar e racionalizar os regulamentos.

A lei impõe a obrigação de divulgar no anexo às demonstrações financeiras - e no eventual anexo consolidado às demonstrações financeiras - os montantes e as informações relativas a "subsídios, , benefícios, contribuições ou auxílios, em dinheiro ou em espécie, sem carácter geral e sem natureza recíproca, remuneratória ou compensatória, recebidos das administrações públicas e de outras entidades identificadas" (doravante, por brevidade, "subvenções públicas").

O incumprimento destas obrigações implica uma sanção administrativa equivalente a 1% dos montantes recebidos, com um montante mínimo de 2.000 euros, e a sanção acessória de cumprimento da obrigação de publicação. Caso o infrator não cumpra a obrigação de publicação e o pagamento da sanção pecuniária no prazo de 90 dias após a contestação, fica obrigado a devolver integralmente os montantes recebidos às entidades concedentes.

Especifica-se que, durante o ano de 2024, o Banco não recebeu qualquer subvenção.

Além disso, deve ser especificado que, desde agosto de 2017, o Registo Nacional de Auxílios Estatais está ativo na Direção-Geral de Incentivos às Empresas do Ministério do Desenvolvimento Económico, no qual os auxílios estatais

NOVOS REQUISITOS DA ESMA

Para o ano de 2024, o Grupo está sujeito à obrigação de fornecer informações sobre a evolução dos trabalhos e a exposição do Grupo à regulamentação GloBE (aplicação da IAS 12).

A OCDE estabeleceu novas regras de fiscalidade internacional destinadas a sujeitar os grandes grupos internacionais a uma tributação adicional quando a taxa efectiva de imposto (ETR) da jurisdição em que estão estabelecidos é inferior a 15%. O objetivo destas regras é lutar contra a concorrência entre países com base nas taxas de imposto. Estas regras devem ser transpostas pelos diferentes Estados Membros.

Na UE, no final de 2022, foi adoptada uma diretiva europeia (atualmente em processo de transposição nos vários países) que prevê 2024 como o primeiro ano de aplicação das regras GloBE na UE. Nesta fase, após um primeiro cálculo de custos, os montantes estimados para o Grupo não são significativos. Não há encargos adicionais nas contas do Grupo CA Auto Bank.

RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DAS SOCIEDADES E A ESTRUTURA DE PROPRIEDADE

O sistema de governação e a estrutura organizacional adoptados pelo Grupo CA Auto Bank destinam-se a assegurar uma gestão sã e prudente do Grupo, em conformidade com a regulamentação existente, as suas tendências evolutivas e a atividade da empresa

objectivos de desenvolvimento. A estrutura de governo da sociedade compreende um sistema de administração e de controlo assente na existência de um órgão de administração (o Conselho de Administração) e do Conselho Fiscal.

Além disso, em conformidade com o disposto no artigo 123-bis, n.º 5, da Lei das Finanças Consolidadas (TUF), para as sociedades que não emitem acções admitidas à negociação em mercados regulamentados ou em sistemas de negociação multilateral, o Grupo CA Auto Bank comunica as informações previstas no n.º 2, alínea b), do referido artigo na secção "Sistema de controlo interno" do presente relatório de gestão.

ACTIVIDADES DE GESTÃO E COORDENAÇÃO

O CA Auto Bank S.p.A., sociedade unipessoal, está sujeito às actividades de gestão e coordenação do Crédit Agricole Consumer Finance S.A., nos termos do artigo 2497 bis do Código Civil italiano.

Em anexo ao Anexo às Demonstrações Financeiras, é apresentado um quadro recapitulativo dos principais dados das últimas demonstrações financeiras aprovadas (as encerradas em 31 de dezembro de 2023) da entidade que exerce as actividades de gestão e coordenação (Crédit Agricole Consumer Finance S.A.).

As sociedades controladas direta e indiretamente pelo CA Auto Bank S.p.A. estão sujeitas às suas actividades de gestão e coordenação. O CA Auto Bank S.p.A. actua como Sociedade-mãe e, como tal, define e fornece as orientações estratégicas e operacionais gerais para o Grupo, no interesse da sua estabilidade, desenvolvendo as políticas gerais do Grupo, incluindo, mas não se limitando a, gestão de recursos humanos, sustentabilidade do desenvolvimento do negócio, gestão financeira e de crédito, prevenção, mitigação e gestão de riscos e comunicação com as partes interessadas.

Além disso, para as empresas do Grupo pertencentes ao CA Auto Bank Banking Group, a Sociedade-mãe CA Auto Bank S.p.A. também emite provisões em execução das instruções dadas pelas Autoridades de Supervisão Bancária e Financeira, com vista a uma gestão sã e prudente das actividades e dos negócios.

Para permitir a todas as empresas do Grupo a realização de economias de escala, através do recurso a serviços profissionais e especializados de conteúdo qualitativo crescente, respeitando a sua autonomia de gestão e de funcionamento e sem diluir a concentração dos seus recursos na gestão do seu core business, está prevista no seio do Grupo CA Auto Bank a gestão centralizada de determinados serviços e uma ligação estreita entre as próprias empresas e as funções centrais da Sociedade. A sua implementação pode variar ao longo do tempo em função dos resultados do acompanhamento contínuo efectuado pelos órgãos de sistema e de controlo interno e das decisões tomadas pelos órgãos de supervisão estratégica e de gestão da Sociedade-mãe.

DIVIDENDOS E RESERVAS PAGOS

Não foram distribuídos dividendos durante o exercício de 2024.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Na Alemanha, a auditoria fiscal à subsidiária alemã (relativa aos anos de 2017, 2018 e 2019, antes da sua transformação em sucursal do CA Auto Bank S.p.A.) foi concluída com uma notificação de liquidação fiscal datada de 15 de março de 2024, no valor de aproximadamente 12 milhões de euros em impostos e 800 mil euros em juros. Esta liquidação diz respeito a: i) ajustamentos de preços de transferência e ii) retenções na fonte aplicadas pela anterior entidade alemã sobre as comissões de factoring. Foi interposto recurso desta notificação de liquidação, bem como um pedido de suspensão de executoriedade. O pedido de suspensão foi deferido pelas autoridades fiscais alemãs em maio.

Dado que se trata de um ajustamento dos preços de transferência resultante da rejeição, por parte da administração fiscal alemã, do conteúdo da decisão unilateral assinada pelo CA Auto Bank com a Agência Italiana das Receitas, relativa à margem de tesouraria cobrada às filiais sobre os empréstimos que lhes foram concedidos, o Banco e a filial alemã (atualmente uma sucursal) prepararam e apresentaram (tanto em Itália como na Alemanha) um pedido de participação no Procedimento de Acordo Mútuo (MAP) para resolver esta dupla tributação económica. Por conseguinte, não são consideradas necessárias quaisquer provisões enquanto se aguarda o início do procedimento.

Relativamente ao relatório oficial de conclusões datado de 29 de setembro de 2022, em que a Polícia Financeira Italiana contestou o facto de o CA Auto Bank S.p.A. não ter regularizado o IVA sobre as faturas isentas emitidas pelos concessionários para determinadas comissões de intermediação financeira no âmbito de campanhas promocionais, este assunto resolvido. A resolução foi alcançada através de dois acordos assinados com a Agência Italiana de Receitas, o primeiro em setembro de 2023 para os anos de 2017, 2018 e 2019, e o segundo em maio de 2024 para o ano de 2016. Por conseguinte, não existem mais riscos fiscais relativamente a esta questão.

OUTRAS COMUNICAÇÕES OBRIGATÓRIAS

A elaboração das demonstrações financeiras anuais está em conformidade com as instruções para a elaboração das demonstrações financeiras bancárias emitidas pelo Banco de Itália. É de notar que:

- a) A Empresa não se envolveu em actividades significativas de investigação e desenvolvimento durante o ano fiscal;
- b) O CA Auto Bank S.p.A. não detém nem adquiriu e/ou alienou ações ou participações em entidades controladoras durante o exercício.

As informações pormenorizadas relativas a cada um dos países estrangeiros em que o Grupo opera são publicadas, em conformidade com o artigo 89.º da Diretiva 2013/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho (CRD IV), nas Demonstrações Financeiras Consolidadas disponíveis seguinte link: <https://www.ca-autobank.com/>.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Em conformidade com os regulamentos especiais emitidos pelo Banco de Itália, os acontecimentos significativos ocorridos após o período de referência são descritos nas Notas às Demonstrações Financeiras, Parte A, Secção 3.

TRANSACÇÕES ENTRE EMPRESAS E PARTES RELACIONADAS

No que diz respeito às transacções realizadas com partes relacionadas, incluindo as transacções intragrupo, esclarece-se que estas não são atípicas nem invulgares, inserindo-se no decurso normal da atividade das empresas do Grupo. Estas transacções são realizadas em condições de mercado, tendo em conta as características dos bens e serviços fornecidos. As relações entre o CA Auto Bank S.p.A. e as suas filiais são principalmente representadas pelo apoio financeiro prestado pela Sociedade às filiais. Para os aspectos quantitativos, consultar a "Parte H".

Turim, 27 de fevereiro de 2025

Diretor Executivo e Diretor Geral

Giacomo Carelli

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Activos Rubricas (€/000)	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
10. Caixa e equivalentes de caixa	1,133,516,205	1,315,340,093
20. Activos financeiros mensurados ao justo valor através dos lucros ou perdas	43,964,806	87,157,158
a) activos financeiros detidos para negociação	43,964,806	87,157,158
40. Activos financeiros ao custo amortizado	23,194,623,696	21,293,623,047
a) empréstimos e depósitos em bancos	483,837,780	317,686,898
b) empréstimos a clientes	22,710,785,916	20,975,936,149
50. Derivados de cobertura	81,649,426	237,759,890
60. Variações do justo valor dos elementos de cobertura da carteira (+/-)	30,795,249	(135,353,333)
70. Investimentos de capital próprio	613,621,782	435,462,507
80. Activos fixos tangíveis	151,586,141	183,224,772
90. Activos intangíveis	105,654,799	68,034,200
dos quais:		
- goodwill	26,310,410	-
100. Activos fiscais	157,248,531	132,119,788
a) atual	69,965,010	46,147,620
b) diferido	87,283,521	85,972,168
120. Outros activos	425,934,744	724,235,673
Total do ativo	25,938,595,379	24,341,603,795

Rubricas do passivo e do capital próprio (€/000)	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
10. Passivos financeiros ao custo amortizado	21,947,724,985	20,822,578,501
a) depósitos bancários	10,865,393,266	11,005,943,886
b) depósitos de clientes	5,160,060,315	3,543,097,288
c) títulos de dívida em circulação	5,922,271,404	6,273,537,328
20. Passivos financeiros detidos para negociação	43,072,248	86,557,977
40. Derivados de cobertura	114,208,765	129,502,472
60. Obrigações fiscais	109,991,339	145,439,599
a) atual	15,644,046	51,805,925
b) diferido	94,347,293	93,633,674
80. Outros passivos	475,257,577	599,321,309
90. Provisão para indemnizações a empregados	3,056,593	3,119,204
100. Provisões para riscos e encargos	56,587,506	55,701,398
a) compromissos e garantias prestados	380,056	44,078
b) obrigações de benefícios pós-reforma	28,311,604	24,224,020
c) outras provisões para riscos e encargos	27,895,846	31,433,300
110. Reservas de avaliação	(7,355,404)	(7,823,272)
130. Instrumentos de capital próprio	599,985,440	-
140. Reservas	1,583,939,093	1,226,143,314
150. Prémio de emissão de acções	192,745,851	192,745,851
160. Capital social	700,000,000	700,000,000
180. Resultado líquido do exercício (+/-)	119,381,386	388,317,443
Total do passivo e do capital próprio	25,938,595,379	24,341,603,795

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Rubricas (€/000)	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
10. Receitas de juros e receitas similares	1,563,842,741	1,462,457,026
<i>dos quais: juros calculados segundo o método do juro efetivo</i>	<i>1,115,253,947</i>	<i>1,204,855,549</i>
20. Despesas de juros e encargos similares	(1,201,525,444)	(1,064,526,857)
30. Margem de juros líquida	362,317,297	397,930,169
40. Receitas de honorários e comissões	96,849,552	109,711,026
50. Despesas de honorários e comissões	(14,505,059)	(15,800,772)
60. Honorários e comissões líquidos	82,344,493	93,910,254
80. Ganhos (perdas) líquidos em activos e passivos financeiros detidos para negociação	906,531	1,373,099
90. Ganhos (perdas) líquidos da contabilidade de cobertura	(6,487,715)	(16,675,360)
100. Lucros (perdas) na alienação ou recompra de:	(138,256)	(1,500,289)
a) activos financeiros ao custo amortizado	(138,256)	(1,500,289)
120. Margem de intermediação	438,942,350	475,037,873
130. Imparidade/reintegração líquida do risco de crédito:	(103,785,062)	(83,149,655)
a) activos financeiros ao custo amortizado	(103,785,062)	(83,149,655)
150. Resultado líquido das actividades financeiras	335,157,288	391,888,219
160. Custos administrativos:	(204,573,456)	(186,830,065)
a) custos com salários	(128,615,443)	(101,017,983)
b) outros custos administrativos	(75,958,013)	(85,812,082)
170. Provisões líquidas para riscos e encargos	(60,734)	4,648,591
a) compromissos e garantias financeiras prestadas	(336,063)	(15,693)
b) outras provisões líquidas	275,329	4,664,284
180. Imparidade de activos fixos tangíveis	(5,079,356)	(3,749,593)
190. Imparidade dos activos intangíveis	(14,488,058)	(14,866,141)
200. Outros proveitos/despesas operacionais	37,291,548	186,015,140
210. Custos de funcionamento	(186,910,056)	(14,782,068)
220. Ganhos (perdas) de investimentos em acções	-	123,483,786
260. Total de lucros (perdas) antes de impostos das operações em continuação	148,247,232	500,589,937
270. Despesa de imposto relacionada com o Lucro (Perda) das operações contínuas	(28,865,846)	(112,272,494)
280. Total dos lucros (perdas) após impostos das operações em continuação	119,381,386	388,317,443
300. Lucro (perda) do ano	119,381,386	388,317,443

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
10. Lucro (perda) do exercício	119,381,386	388,317,443
<i>Outro rendimento integral (líquido de impostos) não reclassificado para os lucros ou prejuízos</i>	(402,631)	138,661
70. Planos de benefícios definidos	(402,631)	138,661
<i>Outro rendimento integral (líquido de impostos) reclassificado para os lucros ou prejuízos</i>	870,500	318,141
110. Diferenças cambiais	870,500	318,141
170. Total de outro rendimento integral (líquido de impostos)	467,868	456,801
180. Total do rendimento integral (número 10+170)	119,849,254	388,774,244

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

	Saldo final em 31/12/23	Alterações no saldo inicial	Saldo a partir de 01/01/24	Afetação do resultado do exercício anterior		Alterações durante o período							Rendimento integral total para o ano findo 31/12/24	Capital próprio em 31/12/24
				Reservas	Dividendos e outras distribuições	Alterações nas reservas	Transações de capital					Opções sobre ações		
							Emissão de novas ações	Recompra de ações próprias	Dividendos intercalares	Distribuição de dividendos especiais	Alterações nos instrumentos de capital próprio			
Capital social:	700.000.000		700.000.000											700.000.000
a) ações ordinárias	700.000.000		700.000.000											700.000.000
b) outras ações			-											
Reserva de prêmios de emissão	192.745,851		192.745,851											192.745,851
Reservas:			-											
a) resultados transitados	859.107,334		859.107,334	388.317,443		(30.521,663)								1.216.903,114
b) outros	367.035,979		367.035,979											367.035,979
Reserva de reavaliação	(7.823,272)		(7.823,272)									467,868		(7.355,404)
Instrumentos de capital próprio			-							599.985,440				599.985,440
Dividendos intercalares	-		-											-
Ações próprias			-											-
Lucro (perda) do período	388.317,443		388.317,443	(388.317,443)								119.381,386		119.381,386
Patrimônio	2.499.383,335		2.499.383,335	-		(30.521,663)	-	-	-	-	599.985,440	119.849,254		3.188.696,366

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

	Saldo final em 31/12/22	Mudanças no equilíbrio da abertura	Saldo em 01/01/23	Afetação do resultado do exercício anterior		Alterações durante o período							Total do rendimento integral do exercício findo em 31/12/23	Capital próprio em 31/12/23	
				Reservas	Dividendos e outras distribuições	Mudanças nas reservas	Transações de capital					Derivados sobre ações próprias			Opções sobre ações
							Issuance de novos partilhars	Recompra de ações próprias	Dividendos intercalares	Distribuição de dividendos especiais	Alterações nos instrumentos de capital próprio				
Capital social:	700.000,000		700.000,000											700.000,000	
a) ações ordinárias	700.000,000		700.000,000											700.000,000	
a) outras ações			-												
Reserva de prêmios de emissão	192.745,851		192.745,851											192.745,851	
Reservas:			-												
a) resultados transitados	380.576,351		380.576,351	1.263.932,023	(785.426,826)	25,786								859,107,334	
b) outros	681.609,153		681.609,153		(314,573,174)									367,035,979	
Reserva de reavaliação	(8.280,074)		(8.280,074)									456,801		(7,823,272)	
Instrumentos de capital próprio														599,985,440	
Dividendos intercalares	0		0											-	
Ações próprias															
Lucro (perda) do período	1.263,932,023		1.263,932,023	(1.263,932,023)								388,317,443		388,317,443	
Patrimônio	3,210,583,304		3,210,583,304	-	(1,100,000,000)	25,786	-	-	-	-	-	388,774,244		2,499,383,335	

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

MÉTODO DIRECTO

A. ACTIVIDADES OPERACIONAIS	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
1. Operações comerciais	480,309,281	1,304,989,902
- rendimentos de juros (+)	1,811,644,377	2,218,924,230
- despesas com juros (-)	(1,210,779,447)	(895,229,859)
- dividendos e rendimentos similares (+)	-	-
- receitas (despesas) de honorários e comissões (+/-)	81,998,430	91,435,382
- despesas de pessoal (-)	(135,581,856)	(107,102,714)
- outras despesas (-)	(126,567,828)	(137,487,293)
- outras receitas (+)	88,807,893	239,063,450
- impostos e taxas (-)	(29,212,288)	(104,613,294)
- receitas/despesas relacionadas com operações descontinuadas, líquidas de efeito fiscal (+/-)	-	-
2. Fluxos de caixa gerados/absorvidos pelos activos financeiros	(1,870,767,086)	(1,276,884,765)
- activos financeiros detidos para negociação	43,192,353	26,212,487
- activos financeiros mensurados ao justo valor com impacto no rendimento integral	-	-
- activos financeiros ao custo amortizado	(2,343,709,957)	(1,429,102,923)
- outros activos	429,750,518	126,005,671
3. Liquidez gerada/absorvida por passivos financeiros	878,328,028	46,515,902
- Passivos financeiros ao custo amortizado	1,127,021,462	272,459,326
- passivos financeiros detidos para negociação	(43,485,729)	(26,496,365)
- passivos financeiros mensurados pelo justo valor	-	-
- outros passivos	(205,207,705)	(199,447,059)
Fluxos de caixa gerados/absorvidos pelas actividades operacionais	(512,129,777)	74,621,039
B. ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
1. Fluxos de caixa gerados por	25,834,381	187,162,547
- vendas de investimentos	-	176,496,279
- dividendos recebidos de investimentos	-	-
- alienação de activos fixos tangíveis	25,834,381	10,666,268
- alienação de activos intangíveis	-	-
- alienação de unidades de negócio	-	-
2. Fluxos de caixa absorvidos por	(295,513,930)	(301,059,643)
- aquisições de participações	(178,167,608)	(150,000,000)
- aquisições de activos fixos tangíveis	(73,548,023)	(137,728,031)
- compras de activos intangíveis	(25,565,171)	(13,331,612)
- aquisições de filiais e divisões de empresas	(18,233,128)	-
Fluxos de caixa gerados/absorvidos pelas actividades de investimento	(269,679,549)	(113,897,096)
C. ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
- alienação/compra de acções próprias	-	-

- cessão/compra de instrumentos de capital	599,985,440	
- dividendos e outras distribuições	-	(1,100,000,000)
Fluxos de caixa gerados/absorvidos pelas actividades de financiamento	599,985,440	(1,100,000,000)
FLUXOS DE CAIXA GERADOS/ABSORVIDOS DURANTE O ANO	(181,823,888)	(1,139,276,057)

RECONCILIAÇÃO	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1,315,340,093	2,454,616,150
Fluxos de caixa gerados/absorvidos durante o período	(181,823,888)	(1,139,276,057)
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1,133,516,205	1,315,340,093

De acordo com a alteração à IAS 7, introduzida pelo Regulamento 1990 de 6 de novembro de 2017, e aplicada pela primeira vez em 1 de janeiro de 2017, são fornecidas as seguintes informações, conforme exigido pelo parágrafo 44B, para permitir a avaliação das alterações nos passivos decorrentes das actividades de financiamento, quer essas alterações resultem de fluxos de caixa ou de alterações não monetárias.

(unidades de euro)	31 de dezembro de 2023	Fluxos de caixa	Variações não monetárias			31 de dezembro de
			Empresas (combinações /) (Alterações de 2024 perda de controlo de empresas	justo valor	Outros	
Passivos das actividades de financiamento (rubricas do passivo 10, 20 e 40)	21,038,638,950	(2,347,357,850)	-	3,589,471	1,277,401,330	22,105,005,998

No que se refere à divulgação prevista no parágrafo 44 B da IAS 7, especifica-se que as variações dos passivos resultantes das actividades de financiamento ascendem a +878,38 milhões de euros (gerados em numerário) e são atribuíveis a +1,13 mil milhões de euros de fluxos de caixa, -43,49 milhões de euros de variações de justo valor e -205 milhões de euros de outras variações.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARTE A - POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A.1 - Informações gerais

Secção 1 - Declaração de conformidade com as normas internacionais de relato financeiro

Esta demonstração financeira em 31 de dezembro de 2024 foi preparada de acordo com o Artigo 2433-bis e em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), incluindo as interpretações relacionadas do International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), aprovadas pela Comissão Europeia nos termos do Regulamento da União Europeia n.º 1606 de 19 de julho de 2002, e implementadas em Itália pelo Decreto Legislativo n.º 38 de 28 de fevereiro de 2005, tal como em vigor em 31 de dezembro de 2024.

O Banco de Itália, através da Circular n.º 262, de 22 de dezembro de 2005, e actualizações subsequentes, estabeleceu os formatos das Demonstrações Financeiras e das Notas às Demonstrações Financeiras utilizados na preparação deste relatório contabilístico. Em 17 de novembro de 2022, foi emitida a 8ª actualização da referida circular para refletir a nova Norma Internacional de Relato Financeiro (IFRS) 17, "Contratos de Seguro", que substituiu a norma contabilística existente para contratos de seguro, IFRS 4, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2023, e as consequentes alterações introduzidas noutras Normas Internacionais de Contabilidade, incluindo a IAS 1, "Apresentação de Demonstrações Financeiras", e a IFRS 7, "Instrumentos Financeiros: Divulgações". Estas alterações dizem principalmente respeito às demonstrações financeiras consolidadas dos bancos que lideram conglomerados com actividades predominantes no sector bancário, bem como às dos bancos que detêm participações em empresas de seguros consolidadas que não são líderes de conglomerados.

A preparação destas demonstrações financeiras teve igualmente em consideração a comunicação da Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA) de 29 de outubro de 2021, "Prioridades comuns europeias em matéria de execução para os relatórios financeiros anuais de 2021". As principais prioridades de execução são:

- Coerência entre as informações contidas nas demonstrações financeiras de acordo com as IFRS e as informações não financeiras relacionadas com as questões climáticas, consideração dos riscos climáticos, divulgação de juízos significativos e incerteza das estimativas relativamente aos riscos climáticos, com uma avaliação clara da materialidade;
- Maior transparência no que respeita à medição das perdas de crédito esperadas (ECL), nomeadamente em relação a sobreposições de gestão, alterações significativas no risco de crédito, informações prospectivas, alterações nas provisões para perdas, exposições ao risco de crédito e garantias, e o efeito do risco relacionado com o clima na medição das ECL.

Secção 2 - Bases de preparação

As demonstrações financeiras da empresa incluem a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas às Demonstrações Financeiras, e são acompanhadas por um Relatório dos Administradores sobre o desempenho da atividade.

As demonstrações financeiras e as notas às demonstrações financeiras apresentam, para além dos montantes relativos ao período de referência, os valores comparativos correspondentes em 31 de dezembro de 2023.

A preparação das demonstrações financeiras do CA Auto Bank foi efectuada de acordo com os princípios gerais estabelecidos pela IAS 1 e as orientações da Circular do Banco de Itália n.º 262 de 22 de dezembro de 2005, 8ª atualização de 17 de novembro de 2022 e as alterações acima referidas. Especificamente:

- Demonstração da Posição Financeira, Demonstração de Resultados e Notas às Demonstrações Financeiras.
No que respeita aos formatos da Demonstração da Posição Financeira e da Demonstração de Resultados, são omitidas as contas que não apresentem montantes para o período de reporte atual ou anterior.
- Demonstração do Rendimento Integral.
A Demonstração do Rendimento Integral apresenta, para além do resultado do período, outras componentes do rendimento integral, segregadas entre as que não são objeto de ajustamentos de reclassificação e as que são objeto de ajustamentos de reclassificação para a Demonstração dos Resultados.
- Demonstração de alterações no capital próprio. A Demonstração de Alterações no Capital Próprio detalha a composição e os movimentos do capital próprio relativos tanto ao período de relato atual como ao anterior.
- Demonstração dos fluxos de caixa. A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi preparada utilizando o método direto.
- Unidade de conta. Os formatos das demonstrações financeiras são preparados em unidades de euros e as notas às demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de euros, exceto quando especificado em contrário.
- Conversão de moeda de sucursais estrangeiras. Para as sucursais estrangeiras que preparam demonstrações financeiras em moedas que não o euro, os activos e passivos são convertidos à taxa de câmbio em vigor à data da demonstração financeira, enquanto as receitas e despesas são convertidas à taxa de câmbio média do período. A conversão mensal dos dados contabilísticos sucursal polaca resulta no reconhecimento das diferenças de câmbio resultantes da conversão das rubricas de receitas e despesas às taxas médias e da conversão dos activos e passivos à taxa de fecho. As diferenças de câmbio no capital próprio são registadas nas reservas da Demonstração da Posição Financeira e são reclassificadas para a Demonstração de Resultados apenas no período em que o controlo é perdido. As taxas de câmbio utilizadas para a conversão das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 são as seguintes

	À vista 31 de dezembro de 2024	Média 31 de dezembro de 2024	À vista 31 de dezembro de 2023	Média 31 de dezembro, 2023
Zloty polaco (PLN)	4,275	4,305	4,340	4,544

- , base de acréscimo e apresentação consistente.

Relativamente ao pressuposto da continuidade das operações subjacente às demonstrações financeiras, é opinião dos administradores que a Empresa continuará a sua existência operacional num futuro previsível. Consequentemente, as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, aplicando o regime contabilístico do acréscimo e mantendo a consistência dos princípios contabilísticos.

Os administradores não encontraram quaisquer indícios no desempenho operacional da Empresa ou na evolução da sua posição financeira, quando avaliados em relação ao orçamento, que possam pôr em dúvida a capacidade da Empresa para continuar a funcionar normalmente e cumprir os requisitos regulamentares de capital.

Não foram feitos desvios à aplicação das normas contabilísticas IAS/IFRS, tal como aprovadas pela Comissão Europeia.

Riscos e incertezas associados à utilização de estimativas

De acordo com as IAS/IFRS, a gestão da empresa deve efetuar avaliações, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação dos princípios contabilísticos e os montantes de activos, passivos, custos e proveitos reconhecidos nas demonstrações financeiras, bem como as divulgações relativas a potenciais activos e passivos. As estimativas e os respectivos pressupostos na experiência passada e noutros factores considerados razoáveis nas circunstâncias e foram adoptados para determinar o valor contabilístico dos activos e passivos.

Em particular, foram adoptados processos de estimativa para suportar a quantia escriturada de certos elementos de avaliação significativos reconhecidos na Demonstração da Posição Financeira a 31 de dezembro de 2024, conforme exigido pelos princípios contabilísticos e regulamentos de referência acima mencionados. Estes processos baseiam-se, em grande parte, em estimativas de recuperabilidade futura dos valores reconhecidos na demonstração da situação financeira, de acordo com as regras ditadas pela regulamentação em vigor, e foram efectuados tendo em vista a continuidade da atividade.

As estimativas e os pressupostos são regularmente revistos e actualizados periodicamente. No caso de uma evolução diferente dos elementos considerados, os valores reais podem diferir das estimativas originais e exigir uma modificação consistente: nestas circunstâncias, as alterações são reconhecidas na demonstração de resultados do período em que ocorrem ou em períodos subsequentes.

Os principais casos em que a utilização de avaliações subjectivas pela gestão da empresa é mais necessária são

- a avaliação da adequação do valor do goodwill;

- a recuperabilidade do valor das contas a receber e, em geral, de outros activos financeiros e a consequente determinação de qualquer imparidade;
- a determinação do justo valor dos instrumentos financeiros para efeitos do seu reconhecimento, bem como do relato financeiro; em especial, a utilização de modelos de avaliação para o reconhecimento do justo valor dos instrumentos financeiros não cotados em mercados activos;
- a quantificação dos fundos de previdência e dos fundos para riscos e encargos;
- a recuperabilidade dos activos por impostos diferidos.

Secção 3 - Acontecimentos ocorridos após a data de relato

Em 13 de janeiro de 2025, foi efectuado um pagamento de 175 milhões de euros para um eventual futuro aumento de capital da filial Drivalia S.p.A.

O Banco está a acompanhar de perto a evolução de possíveis questões e repercussões económicas relacionadas com os conflitos entre a Rússia e a Ucrânia, bem como no Médio Oriente. Com base nas informações disponíveis e nas análises efectuadas, não existem exposições de crédito a entidades atribuíveis à Rússia, Ucrânia, Bielorrússia, Israel e Palestina. Não existem impactos directos decorrentes do conflito entre a Rússia e a Ucrânia e da situação geopolítica que lhe está associada. Toda a informação disponível em 31 de dezembro de 2024, no que se refere a eventuais impactos indirectos, foi devidamente tida em conta nas demonstrações financeiras da Empresa.

Secção 4 - Outros aspectos

Publicação de demonstrações financeiras em formato eletrónico XHTML

A Diretiva 2013/50/UE - que altera a Diretiva 2004/109/CE (a "Diretiva Transparência") - estabeleceu que, a partir de 1 de janeiro de 2020, todos os relatórios financeiros anuais dos emitentes de valores mobiliários negociados em mercados regulamentados devem ser elaborados formato eletrónico único de comunicação de informações (XHTML).

Tendo em conta as dificuldades que as empresas enfrentaram devido à pandemia de Covid-19, a Diretiva Transparência foi alterada, dando aos Estados-Membros o poder de adiar a referida obrigação. A nível nacional, através do chamado decreto Milleproroghe, esta opção foi utilizada, prevendo que o Regulamento ESEF fosse aplicado, para as empresas italianas, "aos relatórios financeiros relativos aos exercícios financeiros com início a partir de 1 de janeiro de 2021".

O CA Auto Bank pode recorrer à isenção referida no artigo 8.º da Diretiva Transparência, que exclui a aplicabilidade desta disciplina detalhada aos emitentes "que apenas emitam títulos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado cujo valor nominal unitário seja igual ou superior a 100 000 euros".

Por este motivo, as demonstrações financeiras do CA Auto Bank a 31 de dezembro de 2024 não serão publicadas em XHTML, devido à materialização da condição acima descrita.

Prazos de aprovação das demonstrações financeiras anuais

O projeto de demonstrações financeiras anuais foi aprovado pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2025 e será submetido à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas nos termos previstos na lei.

NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE APROVADAS PELA UNIÃO EUROPEIA E QUE ENTRAM EM VIGOR A PARTIR DE 1 DE JANEIRO DE 2024

Tal como exigido pela IAS 8, o quadro seguinte apresenta as novas normas internacionais de contabilidade e as alterações às normas já em vigor, cuja aplicação se tornou obrigatória a partir do exercício de 2024.

Regulamentos de aprovação da UE	Data de publicação	Eficaz para o exercício fiscal Anos de início	Princípio/Alteração Descrição
2024/1317	16 de maio de 2024	1 de janeiro de 2024	<p>Emendas à IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações: Acordos de financiamento de fornecedores.</p> <p>Em 25 de maio de 2023, o International Accounting Standards Board emitiu alterações à IAS 7 "Demonstração dos Fluxos de Caixa" e à IFRS 7 "Instrumentos Financeiros, Divulgações: Acordos de financiamento de fornecedores".</p> <p>As alterações introduzem novos requisitos de divulgação para aumentar a transparência e, conseqüentemente, a utilidade das informações prestadas pelas entidades relativamente aos acordos de financiamento com fornecedores. Estas emendas abordam a apresentação de passivos e respectivos fluxos de caixa decorrentes de acordos de financiamento, bem como as divulgações exigidas para tais acordos. O objetivo é ajudar os utilizadores das demonstrações financeiras a compreender os efeitos que estes acordos têm nas contas a pagar, nos fluxos de caixa e na exposição ao risco de liquidez.</p> <p>As alterações clarificam as características dos acordos de financiamento. Nestes acordos, um ou mais financiadores terceiros pagam montantes devidos pela entidade aos seus fornecedores. A entidade compromete-se a liquidar estes montantes com os financiadores de acordo com os termos e condições dos acordos, quer na mesma data quer numa data posterior àquela em que os financiadores terceiros pagam aos fornecedores da entidade. Conseqüentemente, os acordos financeiros proporcionam à entidade termos de pagamento alargados e aos fornecedores da entidade pagamentos antecipados em comparação com as datas de vencimento originais.</p> <p>São utilizados vários termos para descrever estes acordos, tais como supply chain finance, payables finance e reverse factoring. Os acordos que envolvem garantias financeiras, incluindo cartas de crédito utilizadas como garantias, não são considerados acordos de financiamento de fornecedores. Do mesmo modo, os instrumentos utilizados para liquidar quantias diretamente com um fornecedor, tais como cartões de crédito, não são acordos de financiamento de fornecedores.</p> <p>As alterações são efectivas para os exercícios fiscais com início em ou após 1 de janeiro de 2024.</p>

2023/2579	21 de novembro de 2023	1 de janeiro de 2024	<p>Passivo de locação numa venda e relocação (emendas à IFRS 16).</p> <p>O Regulamento n.º 2579/2023, de 20 de novembro de 2023, altera a IFRS 16 Locações no que diz respeito às alterações relacionadas com o "Passivo de Locação numa Venda e Relocação", publicado pelo IASB em 22 de setembro de 2022.</p> <p>As alterações limitadas introduzidas dizem respeito à contabilização das transacções de venda e relocação pelo locatário-vendedor no caso de pagamentos variáveis e se a transferência do ativo satisfaz os requisitos da IFRS 15 para ser contabilizada como uma venda do ativo.</p> <p>A alteração foi solicitada pelo Comité de Interpretação das IFRS, que identificou uma lacuna regulamentar no que diz respeito ao reconhecimento do ativo de direito de uso e dos passivos de locação em transacções de venda e relocação na presença de pagamentos de locação variáveis. Especificamente, a referência é feita aos pagamentos variáveis da locação que não dependem de um índice ou taxa, tais como os baseados numa percentagem das vendas do locatário-vendedor geradas pelo uso do ativo.</p> <p>As alterações esclarecem que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - No reconhecimento inicial, o locatário-vendedor inclui pagamentos variáveis da locação, incluindo os que não dependem de um índice ou taxa, na mensuração do passivo da locação resultante da relocação. - Após o reconhecimento inicial, o locatário-vendedor aplica os requisitos gerais da IFRS 16 para a mensuração subsequente dos passivos da locação, assegurando que não são reconhecidos quaisquer ganhos ou perdas na parte do ativo de direito de uso retido. <p>O locatário-vendedor pode adotar diferentes abordagens para cumprir os requisitos das novas disposições.</p> <p>Em resposta às reacções recebidas após a publicação do Exposure Draft, o IASB decidiu não introduzir requisitos específicos para a mensuração do passivo da locação decorrente da relocação, deixando às entidades individuais a definição de uma política contabilística.</p> <p>As alterações são obrigatoriamente aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2024, com aplicação retrospectiva de acordo com a IAS 8, às transacções de venda e relocação celebradas após a data de aplicação inicial da IFRS 16, ou seja, a partir de 1 de janeiro de 2019.</p> <p>Não se considera que as emendas à norma tenham um impacto materialmente significativo.</p> <p>impacto significativo na empresa.</p>
-----------	------------------------	----------------------	--

2023/2822	20 de dezembro de 2023	1 de janeiro de 2024	<p>Classificação de Passivos como Correntes ou Não Correntes (Emendas à IAS 1) e Passivos Não Correntes com Acordos (Emendas à IAS 1).</p> <p>Em dezembro de 2023, foi publicado o Regulamento n.º 2822, de 19 de dezembro de 2023, que introduziu alterações limitadas à IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras. As clarificações visam promover a consistência na aplicação da IAS 1 entre as empresas para determinar se, na demonstração da posição financeira, as dívidas e outros passivos com uma data de liquidação incerta devem ser classificados como correntes (devidos ou potencialmente a serem liquidados no prazo de um ano) ou não correntes.</p> <p>Especificamente, a IAS 1 estipula que uma empresa classifica um passivo como não corrente apenas se a empresa puder evitar a liquidação do passivo no prazo de doze meses. No entanto, o direito da entidade de diferir a liquidação de um passivo pode estar sujeito ao cumprimento de condições previstas no acordo de financiamento (o chamado financiamento baseado em acordos). As emendas à IAS 1 especificam que os acordos a serem cumpridos após a data de relato (por exemplo, uma cláusula baseada na posição financeira da entidade seis meses após a data de relato) não afectam a classificação da dívida como corrente ou não corrente à data de relato.</p> <p>Por outro lado, a empresa é obrigada a fornecer informações nas notas às demonstrações financeiras relativamente a tais acordos, permitindo aos utilizadores das demonstrações financeiras compreender o risco de os passivos se tornarem reembolsáveis no prazo de doze meses a contar da data de relato.</p> <p>As alterações limitadas propostas à IAS 1 não são consideradas relevantes para o banco.</p>
-----------	------------------------	----------------------	--

A adoção destes princípios não teve efeitos nas demonstrações financeiras individuais do Banco.

NORMAS CONTABILÍSTICAS IFRS E IFRIC, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES APROVADAS PELA UNIÃO EUROPEIA, MAS AINDA NÃO OBRIGATORIAMENTE APLICÁVEIS E NÃO ADOPTADAS ANTECIPADAMENTE PELO BANCO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024.

Aprovação da CE regulamentação	Data de publicação	Data de aplicação	Descrição norma/alteração
2024/2862	¹³ de novembro de 2023	¹ de janeiro de 2025	Emendas à IAS 21 Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio: Falta de permutabilidade

Em 15 de agosto de 2023, o International Accounting Standards Board (IASB ou Board) publicou Lack of Exchangeability (Emendas à IAS 21 Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio). As emendas à IAS 21 clarificam a forma como uma entidade deve avaliar a taxa de câmbio de uma moeda que tem baixa ou nenhuma permutabilidade.

Em tais cenários, a entidade deve estimar uma taxa de câmbio usada numa transação ordinária entre participantes do mercado nas condições económicas prevalentes.

Quando uma entidade estima a taxa de câmbio, ela deve proporcionar informação sobre a forma como a taxa de câmbio afecta os seus resultados operacionais e a sua posição financeira. Além disso, deve fornecer informações sobre: (i) a incapacidade de trocar uma moeda por outra; (ii) a taxa de câmbio usada; (iii) o processo de estimar a taxa de câmbio; (iv) os riscos a que está exposta pelo facto de a moeda não ser trocável por outra.

Quando a moeda funcional de uma unidade operacional estrangeira não é passível de troca pela moeda de apresentação ou moeda de apresentação não é passível de troca pela moeda funcional de uma unidade operacional estrangeira, a entidade também é obrigada a fornecer as seguintes informações:

- 1) O nome da operação estrangeira e o tipo de controlo;
- 2) Informação financeira resumida sobre a unidade operacional estrangeira;
- 3) Natureza e termos de quaisquer acordos contratuais que possam exigir que a entidade proporcione apoio financeiro à unidade operacional estrangeira.

NORMAS CONTABILÍSTICAS, EMENDAS E INTERPRETAÇÕES IFRS AINDA NÃO APROVADAS PELA UNIÃO EUROPEIA

Princípio/alteração	Data de emissão IASB	Data de aplicação	Descrição norma/alteração
IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	9 de abril de 2024	1 de janeiro de 2027	<p>IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras</p> <p>Em 9 de abril de 2024, o Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (IASB ou Conselho) publicou a nova norma contabilística IFRS 18 "Apresentação e Divulgação de Demonstrações Financeiras", que substituirá a IAS 1 "Apresentação de Demonstrações Financeiras" a partir de 1 de janeiro de 2027. A nova norma introduz novos requisitos para melhorar a comunicação do desempenho financeiro das empresas e proporcionar aos investidores uma melhor base para analisar e comparar mais facilmente o desempenho de diferentes empresas.</p> <p>A IFRS 18 introduz uma melhor comparabilidade na demonstração de resultados, uma maior transparência das medidas de desempenho definidas pela direção e um agrupamento mais útil de informações nas demonstrações financeiras.</p> <p>A nova norma será aplicável aos exercícios financeiros com início em ou após 1 de janeiro de 2027. É permitida a aplicação mais cedo.</p>

IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	9 de maio de 2024	1 de janeiro de 2027	IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações <p data-bbox="871 371 1469 517">Em 9 de maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB ou Board) publicou a nova norma IFRS 19 "Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações", que permite que as filiais apliquem as normas IFRS com um conjunto reduzido de requisitos de divulgação.</p> <p data-bbox="871 544 1469 801">A nova norma proposta aplica-se às filiais sem responsabilidade pública - empresas que não são instituições financeiras ou cotadas numa bolsa de valores - cuja empresa-mãe elabora demonstrações financeiras consolidadas aplicando as normas IFRS. A IFRS 19 permitirá que as subsidiárias mantenham um único conjunto de registos contabilísticos e forneçam um conjunto reduzido de divulgações que satisfaçam as necessidades tanto da empresa-mãe como dos utilizadores das suas demonstrações financeiras.</p>
Alterações ao Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	30 de maio de 2024	1 de janeiro de 2026	Emendas à IFRS 9 e à IFRS 7 Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros" <p data-bbox="871 1061 1469 1144">Em 30 de maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) publicou emendas à IFRS 9 e à IFRS 7: "Emendas à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros".</p> <p data-bbox="871 1171 1469 1373">As alterações clarificam que um passivo financeiro é extinto na data de liquidação e introduzem uma opção para desreconhecer passivos financeiros liquidados através de um sistema de pagamento eletrónico antes da data de liquidação. As entidades que adoptarem a opção devem aplicá-la a todas as liquidações efectuadas através do mesmo sistema de pagamento eletrónico.</p> <p data-bbox="871 1400 1469 1693">As alterações propostas também fornecem orientações sobre a forma como uma entidade pode avaliar se os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro são consistentes com um acordo básico de empréstimo; melhoram a descrição do termo "sem recurso"; clarificam as características que distinguem os instrumentos contratualmente ligados de outros tipos de instrumentos; e introduzem divulgações adicionais para instrumentos financeiros com características contingentes e para instrumentos de capital próprio classificados pelo justo valor através do OCI.</p> <p data-bbox="871 1720 1469 1805">As alterações serão aplicáveis aos exercícios financeiros com início em ou após 1 de janeiro de 2026. A adoção antecipada só é permitida em</p>

no que respeita às alterações relativas a elementos contingentes.

Emendas à IFRS 9 e à IFRS 7: "Contratos que fazem referência Eletricidade dependente da natureza"	¹⁸ de dezembro de 2024	1 de janeiro de 2027	Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 "Contratos que fazem referência a eletricidade dependente da natureza". Em junho de 2023, o Comitê de Interpretação das IFRS (IFRS IC) analisou um pedido relativo à aplicação da IFRS 9 aos contratos de entrega física para a compra de energia renovável. Especificamente, o IFRS IC considerou contratos para a compra de um ativo não financeiro quando esse ativo não pode ser armazenado e deve ser consumido ou vendido num curto período de tempo, de acordo com a estrutura de mercado em que é comprado e vendido.
Emendas à IFRS 10 e à IAS 28, especificamente no que respeita à "Venda ou contribuição de activos entre um Investidor e a sua Associada ou Empresa Comum"	¹¹ de setembro de 2014	Diferido até à conclusão do projeto do IASB sobre o método de equivalência patrimonial	As emendas à IFRS 10 e à IAS 28, "Venda ou contribuição de activos entre um investidor e a sua associada ou empreendimento conjunto", abordam a inconsistência reconhecida entre os requisitos da IFRS 10, Demonstrações Financeiras Consolidadas, e da IAS 28, Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, relativamente à perda de controlo de uma subsidiária que é contribuída para uma associada ou empreendimento conjunto. Especificamente, a IFRS 10 exige que qualquer interesse pela empresa-mãe na antiga subsidiária após a perda de controlo seja mensurado pelo justo valor, com qualquer ganho ou perda resultante reconhecido nos resultados (reconhecimento total de ganhos ou perdas). Inversamente, a IAS 28 estipula que os ganhos e perdas resultantes de transacções a montante e a jusante entre um investidor e a sua associada ou empreendimento conjunto sejam reconhecidos apenas na medida do interesse atribuível aos outros detentores de capital próprio na associada ou empreendimento conjunto (reconhecimento parcial de ganhos ou perdas).

IFRS 14 Contas de diferimento regulamentar	30 de janeiro de 2014	1 de janeiro de 2016	<p>IFRS 14 Contas de diferimento regulamentar</p> <p>O IASB emitiu a IFRS 14, Regulatory Deferral Accounts, que permite aos adoptantes pela primeira vez das IFRS continuar a reconhecer os montantes relacionados com actividades reguladas por taxas de acordo com os seus anteriores princípios contabilísticos geralmente aceites. Dado que a Empresa não é uma empresa que adopta pela primeira vez as IFRS, esta norma não é aplicável.</p>
Melhorias anuais - Vol. 11	julho de 2024	1 de janeiro de 2026	<p>O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu o documento "Annual Improvements to IFRS Accounting Standards-Volume 11", que inclui clarificações, simplificações, correcções e alterações às normas contabilísticas IFRS, com o objetivo de melhorar a sua consistência. As normas contabilísticas afectadas são as seguintes IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações e o respetivo Guia de Implementação da IFRS 7, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa.</p> <p>Estas emendas são aplicáveis aos períodos anuais de relato com início em ou após 1 de janeiro de 2026.</p>

A.2 PRINCIPAIS RUBRICAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Esta secção apresenta os princípios contabilísticos adoptados na elaboração do Relatório Financeiro Consolidado em e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Esta descrição é feita com referência ao reconhecimento, classificação, mensuração e desreconhecimento dos diferentes activos e passivos.

1. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

São reportados nesta rubrica: moedas com curso legal, incluindo notas e moedas estrangeiras; contas correntes e depósitos à ordem junto de bancos centrais, com exceção da reserva obrigatória, bem como empréstimos à ordem (contas correntes e depósitos à ordem) a bancos.

2. ACTIVOS FINANCEIROS PELO JUSTO VALOR ATRAVÉS DOS LUCROS OU PERDAS

Esta categoria inclui activos financeiros que não os classificados como Activos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos e Activos financeiros mensurados ao custo amortizado. Especificamente, esta rubrica inclui:

- Activos financeiros detidos para negociação, essencialmente constituídos por títulos de dívida e de capital e pelo valor positivo dos contratos de derivados detidos para negociação;
- Activos financeiros obrigatoriamente mensurados ao justo valor, representados por activos financeiros que não cumprem os requisitos de mensuração ao custo amortizado ou ao justo valor com impacto no rendimento integral. Trata-se de activos financeiros cujos termos contratuais não prevêem exclusivamente o reembolso do capital e o pagamento de juros sobre o montante do capital a reembolsar (teste SPPI não superado) ou que não são detidos no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo é a detenção de activos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais (modelo de negócio "Hold to Collect") ou cujo objetivo é atingido tanto pela recolha dos fluxos de caixa contratuais como pela venda de activos financeiros (modelo de negócio "Hold to Collect and Sell");
- Activos financeiros designados pelo justo valor, ou seja, activos financeiros assim definidos no reconhecimento inicial e quando as condições se verificam. Neste caso, uma entidade pode designar irrevogavelmente um ativo financeiro como mensurado pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos se, e apenas se, o fizer eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração.

Por conseguinte, são reconhecidos nesta rubrica os seguintes elementos

- títulos de dívida e empréstimos incluídos num modelo de negócio "Outros/Negociação" (portanto, não atribuíveis aos modelos de negócio "Hold to Collect" ou "Hold to Collect and Sell") ou que não passem no teste SPPI, incluindo as partes de empréstimos sindicados subscritos que, desde o início, se à venda e que não são atribuíveis a um modelo de negócio "Hold to Collect and Sell";
- instrumentos de capital próprio - não qualificados como controlo, ligação e controlo conjunto - detidos para fins de negociação ou para os quais não se optou pela designação ao justo valor com impacto no rendimento integral aquando do reconhecimento inicial.

Esta rubrica inclui também os contratos de derivados, reconhecidos como activos financeiros detidos para negociação, que são reportados como activos se o justo valor for positivo e como passivos se o justo valor for negativo. Só é possível compensar os justos valores positivos e negativos resultantes de

operações em curso com a mesma contraparte, se existir um direito legal atual de compensar os montantes reconhecidos contas e se se pretender liquidar as posições compensadas numa base líquida. Os produtos derivados incluem também os que estão integrados em contratos financeiros complexos

- quando o contrato de acolhimento é um passivo financeiro - que tenham sido objeto de reconhecimento separado porque:

- as suas características económicas e riscos não estão intimamente relacionados com as características do contrato subjacente;
- os instrumentos embutidos, mesmo que separados, satisfazem a definição de um derivado;
- os instrumentos híbridos a que pertencem não são mensurados ao justo valor, sendo as respectivas variações reconhecidas na Demonstração de Resultados.

De acordo com as regras gerais da IFRS 9 sobre a reclassificação de activos financeiros (com exceção dos títulos de capital próprio, para os quais não é permitida qualquer reclassificação), as reclassificações para outras categorias de activos financeiros não são permitidas, a menos que a entidade altere o seu modelo de negócio para gerir os activos financeiros. Nesses casos, que se espera que sejam altamente infrequentes, os activos financeiros podem ser reclassificados da categoria mensurada pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos para uma das outras duas categorias da IFRS 9 (Activos Financeiros Mensurados pelo Custo Amortizado ou Activos Financeiros Mensurados pelo Justo Valor através dos Lucros ou Perdas). O valor de transferência é o justo valor no momento da reclassificação e os efeitos da reclassificação operam prospectivamente a partir da data da reclassificação. Neste caso, a taxa de juro efectiva do ativo financeiro reclassificado é determinada com base no seu justo valor à data da reclassificação e esta data é considerada como a data de reconhecimento inicial para a atribuição aos diferentes estádios de risco de crédito (stage assignment) para efeitos de imparidade.

O reconhecimento inicial dos activos financeiros ocorre na data de liquidação para os títulos de dívida e de capital e na data de subscrição para os contratos de derivados. No momento do reconhecimento inicial, os activos detidos para negociação são reconhecidos ao justo valor, que corresponde normalmente à contrapartida paga, sem considerar os custos de transação e os proveitos diretamente atribuíveis ao próprio instrumento.

Após o reconhecimento inicial, os activos e passivos financeiros detidos para negociação são mensurados ao justo valor. Os efeitos da aplicação deste critério de avaliação são reconhecidos na demonstração de resultados, na rubrica 80. "Resultado líquido de transacções".

Para determinar o justo valor dos contratos de derivados cotados num mercado ativo, são utilizados os preços de mercado em vigor no final do período. Na ausência de um mercado ativo, são utilizados métodos de estimativa e modelos de avaliação que têm em conta os factores de risco relacionados com os instrumentos e que se baseiam em dados observáveis no mercado, como as taxas de juro. Os títulos de capital e os instrumentos derivados sobre títulos de capital, que não estejam cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável de acordo com as orientações acima referidas, são contabilizados pelo custo.

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação são desreconhecidos quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa dos activos e passivos expiram ou quando o ativo ou passivo financeiro é vendido, transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios a ele associados.

3. ACTIVOS FINANCIEROS MENSURADOS PELO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL (FVOCI)

Não existiam activos financeiros, quer à data de relato quer durante o período de relato, que fossem designados ou classificados pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos.

4. ACTIVOS FINANCIEROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Esta categoria engloba activos financeiros, nomeadamente empréstimos e títulos de dívida, que satisfazem ambos os critérios seguintes:

- O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo é alcançado através da cobrança dos fluxos de caixa contratuais (modelo de negócio "Hold to Collect");
- Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e de juros sobre o montante de capital em dívida (teste "SPPI" bem sucedido).

Especificamente, são reconhecidos nesta rubrica os seguintes elementos

- A. Colocações em bancos, abrangendo várias formas técnicas;
- B. Estágios com clientes, abrangendo várias formas técnicas;
- C. Títulos de dívida.

Esta categoria inclui também os créditos comerciais relacionados com a prestação de actividades e serviços financeiros, tal como definidos na Lei Bancária Consolidada Italiana (T.U.B.) e na Lei Financeira Consolidada Italiana (T.U.F.), tais como os decorrentes da distribuição de produtos financeiros e das actividades de prestação de serviços.

De acordo com os princípios gerais da IFRS 9 relativos à reclassificação de activos financeiros, não são permitidas reclassificações para outras categorias de activos financeiros, exceto nos casos em que a entidade altere o seu modelo de negócio para gerir activos financeiros. Nesses casos, que se espera que sejam altamente infrequentes, os activos financeiros podem ser reclassificados da categoria de custo amortizado para uma das outras duas categorias prescritas pela IFRS 9 - Activos financeiros mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI) ou Activos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados (FVTPL). O valor de transferência é representado pelo justo valor no momento da reclassificação, e os efeitos da reclassificação são aplicados prospectivamente a partir da data da reclassificação. Os ganhos ou perdas resultantes da diferença entre o custo amortizado do ativo financeiro e o seu justo valor são reconhecidos na demonstração de resultados, no caso de reclassificação para FVTPL, e no capital próprio, na reserva de avaliação apropriada, no caso de reclassificação para FVOCI.

O reconhecimento inicial de um ativo financeiro ocorre na data de liquidação, no caso dos títulos de dívida, e na data de desembolso, no caso dos empréstimos. Após o reconhecimento inicial, os activos são contabilizados pelo justo valor, incluindo os custos de transação ou os proveitos diretamente atribuíveis ao instrumento. Especificamente, no que respeita aos empréstimos, a data de desembolso coincide normalmente com a data de assinatura do contrato. Se esta coincidência não

Quando ocorre um empréstimo, é reconhecido um compromisso de desembolso de fundos aquando da assinatura do contrato, o qual é encerrado na data de desembolso do empréstimo. O reconhecimento do empréstimo é baseado no seu justo valor, equivalente ao montante desembolsado ou ao preço de subscrição, incluindo os custos/proveitos diretamente atribuíveis ao empréstimo individual e determinável no início da transação, mesmo que seja liquidado numa data posterior.

Os custos, apesar de satisfazerem os critérios acima mencionados, são excluídos se estiverem sujeitos a reembolso pela contraparte ou se forem classificados como despesas administrativas internas normais.

Após o reconhecimento inicial, estes activos financeiros são mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efectiva. Assim, o ativo é reconhecido nas demonstrações financeiras por um montante igual à quantia escriturada inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa (calculada utilizando o método da taxa de juro efectiva acima referido) da diferença entre a quantia inicial e a quantia na maturidade (normalmente atribuível a custos/receitas diretamente relacionados com o ativo individual), e ajustado para qualquer provisão para imparidade. A taxa de juro efectiva é determinada calculando a taxa que iguala o valor presente dos fluxos de caixa futuros do ativo, englobando tanto o capital como os juros, à quantia desembolsada incluindo os custos/receitas atribuídos ao próprio ativo financeiro. Esta abordagem contabilística, empregando uma lógica financeira, distribui o impacto económico dos custos/receitas diretamente atribuíveis a um ativo financeiro ao longo da sua vida esperada remanescente. O método do custo amortizado não é aplicado aos activos mensurados ao custo histórico em que a curta duração torna o efeito do desconto negligenciável, aos activos sem maturidade definida ou aos empréstimos revogáveis.

Os critérios de mensuração estão intrinsecamente ligados à classificação destes instrumentos numa das três fases de risco de crédito definidas na IFRS 9. O último estágio (Estágio 3) inclui os activos financeiros em imparidade, enquanto os estágios anteriores (Estágios 1 e 2) englobam os activos financeiros com boa performance.

No que diz respeito à apresentação contabilística destes efeitos de valorização, as correcções de valor relativas a estes activos são reconhecidas na demonstração de resultados:

- No reconhecimento inicial, por uma quantia igual à perda de crédito esperada a 12 meses;
- Aquando da mensuração subsequente, se o risco de crédito não tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, em relação às alterações na quantia das provisões para perdas de crédito esperadas a 12 meses;
- Aquando da mensuração subsequente, se o risco de crédito tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, em relação ao reconhecimento das provisões para perdas de crédito esperadas ao longo da vida;
- Na mensuração subsequente, se - na sequência de um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial - o "significado" deste aumento for subsequentemente revertido, em relação ao ajustamento das provisões por imparidade acumuladas para refletir a transição da perda de crédito esperada ao longo da vida para a perda de crédito esperada a 12 meses.

Se, para além de um aumento significativo do risco de crédito, forem identificados indícios objectivos de imparidade, a perda por imparidade é calculada como a diferença entre o valor contabilístico do ativo - classificado como "em imparidade", juntamente com todas as outras exposições à mesma contraparte - e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva original.

A perda por imparidade, reconhecida na Demonstração de Resultados, é determinada através de um processo de avaliação colectiva para categorias homogéneas e depois atribuída individualmente a cada posição, considerando informações prospectivas e potenciais cenários alternativos de recuperação. Os activos depreciados incluem instrumentos financeiros classificados como empréstimos não produtivos, exposições de pagamento improvável, ou vencidos/em excesso há mais de 90 dias, de acordo com os regulamentos do Banco de Itália, consistentes com as IAS/IFRS e os requisitos de supervisão europeus. Os fluxos de caixa projectados têm em conta os prazos de recuperação previstos e o valor provável de realização de quaisquer garantias. O valor original

A taxa de juro efectiva de cada ativo mantém-se constante ao longo do tempo, mesmo que uma reestruturação da relação resulte numa alteração da taxa de juro contratual ou que a relação deixe efetivamente de acumular juros contratuais. Se as razões para a imparidade forem revertidas devido a um evento subsequente ao reconhecimento da perda por imparidade, as reversões de imparidade são reconhecidas na Demonstração de Resultados. A reversão da imparidade não pode exceder o custo amortizado que o instrumento financeiro teria na ausência de perdas por imparidade anteriores. As reversões de imparidade relacionadas com o tempo são reconhecidas na margem financeira. Em certos casos, durante a vida destes activos financeiros, nomeadamente empréstimos, os termos contratuais originais são posteriormente modificados por acordo entre as partes.

Quando os termos contratuais são modificados durante a vida de um instrumento, é necessário determinar se o ativo original deve continuar a ser reconhecido nas demonstrações financeiras ou se, pelo contrário, o instrumento original deve ser desreconhecido e um novo instrumento financeiro reconhecido. Em geral, as modificações a um ativo financeiro resultam no desreconhecimento e no reconhecimento de um novo ativo quando são "substanciais".

Créditos securitizados

O CA Auto Bank (incluindo as suas sucursais) participa em programas de securitização e transferência de créditos, actuando quer como originador quer como subscritor dos títulos resultantes destas operações. A Sociedade actua como Servicer destas operações, recebendo remuneração das entidades instrumentais (SPVs) em condições normais de mercado.

As operações de titularização envolvem a venda efectiva de uma carteira de créditos a um SPV. O SPV financia a compra destas contas a receber através da emissão de títulos garantidos por activos (ABS), que são títulos cujo reembolso e fluxos de juros estão dependentes fluxos de caixa gerados pela carteira de contas a receber subjacente.

Estes instrumentos de dívida titularizados são estruturados em tranches com diferentes graus de antiguidade e notações de crédito. As tranches sénior são normalmente colocadas no mercado e subscritas por investidores externos. As tranches júnior, que estão subordinadas às tranches sénior em termos de reembolso, são subscritas pelo CA Auto Bank.

Consequentemente, dada a subscrição pela Empresa das tranches júnior dos títulos emitidos pelos SPV, as regras de desreconhecimento estipuladas pela IFRS 9 foram aplicadas às contas a receber titularizadas.

Especificamente, o princípio de "reversão do desreconhecimento" ao abrigo da IFRS 9 exige que, nas demonstrações financeiras separadas, os valores a receber titularizados sejam apresentados no balanço do originador como se os valores a receber transferidos tivessem sido recomprados.

A aplicação destas regras deu origem a:

O "novo reconhecimento" dos activos securitizados transferidos, classificados como créditos de clientes (como activos transferidos mas não desreconhecidos), pelo montante residual em 31 de dezembro de 2024 dos créditos transferidos pelo CA Auto Bank e respectivas sucursais. O reconhecimento de um passivo correspondente perante instituições financeiras, representando a obrigação para com os veículos de titularização, líquido dos títulos júnior e sénior subscritos.

O impacto económico é refletido nas demonstrações financeiras da seguinte forma:

- Os encargos financeiros englobam os encargos agregados atribuíveis ao período, incluindo os encargos com juros relacionados com os passivos reconhecidos para os veículos de titularização, líquidos dos proveitos não relacionados com juros da carteira;
- Os rendimentos de juros e receitas similares decorrentes das contas a receber re-reconhecidas securitizadas são apresentados em rendimentos de juros de contas a receber de clientes.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte do mesmo, uma parte de um grupo de activos financeiros, ou uma parte de um grupo de activos financeiros semelhantes) é desreconhecido (i.e., removido da demonstração da posição financeira do grupo) quando

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou
- o grupo transfere os direitos contratuais de receber os fluxos de caixa do ativo para uma terceira parte ou assume uma obrigação contratual de os pagar na totalidade e sem demora, e ou (a) transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, ou (b) nem transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transfere o controlo do ativo.

5. OPERAÇÕES DE COBERTURA

O Grupo contabiliza as operações de cobertura em conformidade com as disposições da IFRS 9.

As operações de cobertura destinam-se a neutralizar perdas potenciais num item específico ou num grupo de itens, atribuíveis a um determinado risco, caso esse risco venha efetivamente a ocorrer. O CA Auto Bank cobre a sua exposição ao risco de taxa de juro associado aos valores a receber decorrentes de empréstimos a prestações e obrigações emitidas a taxa fixa com derivados designados como cobertura de justo valor.

Os instrumentos derivados contratados para cobrir o risco de taxa de juro variável associado à dívida das empresas de aluguer de longa duração são designados como cobertura de fluxos de caixa.

Só os produtos derivados contratados com uma contraparte não pertencente ao Banco podem ser considerados como

instrumentos de cobertura. Os produtos derivados de cobertura são registados pelo seu justo valor. Especificamente:

- no caso de coberturas de fluxos de caixa, os derivados são reconhecidos pelo seu justo valor, qualquer alteração no justo valor da parte efectiva da cobertura é reconhecida através de outro rendimento integral (OCI), na rubrica 110. "Reserva de reavaliação", enquanto qualquer alteração no justo valor da parte ineficaz da cobertura é reconhecida em resultados na rubrica 90. "Resultado líquido da atividade de cobertura";

- No caso de coberturas de justo valor, qualquer alteração no justo valor do instrumento de cobertura é reconhecida nos lucros ou prejuízos na rubrica 90. "Resultado líquido da atividade de cobertura". Qualquer variação do justo valor do elemento coberto, atribuível ao risco coberto com o instrumento derivado, é reconhecida nos resultados como contrapartida da variação da quantia escriturada do elemento coberto ou em rubrica específica para a macro-cobertura.

O justo valor dos instrumentos derivados é calculado com base nas taxas de juro e de câmbio cotadas no mercado, tendo em conta a fiabilidade creditícia das contrapartes e reflecte o valor atual dos fluxos de caixa futuros gerados pelos contratos individuais.

Os ganhos ou perdas em derivados de cobertura do risco de taxa de juro são afectados à rubrica 10. "Juros e rendimentos similares" ou na rubrica 20. "Juros e despesas equiparadas", consoante caso.

Um contrato derivado é designado para actividades de cobertura se existir um documento formal da relação entre o instrumento coberto e o instrumento de cobertura e se a cobertura for eficaz desde o início e, prospectivamente, ao longo da sua vida.

Uma cobertura é eficaz, num intervalo entre 80% e 125%, quando as alterações no justo valor (ou nos fluxos de caixa) do instrumento financeiro de cobertura compensam quase inteiramente as alterações no item coberto no que diz respeito ao risco coberto.

A eficácia é avaliada no final de cada ano ou na data do relatório intercalar, utilizando

- testes prospectivos, para demonstrar uma expectativa de eficácia a fim de se qualificar para a contabilidade de cobertura;
- testes retrospectivos, para garantir que a relação de cobertura foi altamente eficaz ao longo do período de reporte, medindo a medida em que a cobertura atingida se desvia de uma cobertura perfeita.

Se os testes não demonstrarem a eficácia da cobertura, a contabilidade de cobertura, tal como indicado acima, é descontinuada e o contrato derivado é reclassificado para activos financeiros ou passivos financeiros detidos para negociação, sendo por isso mensurado de forma consistente com a sua classificação.

Se os testes não demonstrarem a eficácia da cobertura, a contabilidade de cobertura, tal como indicado acima, é descontinuada e o contrato derivado é reclassificado para activos financeiros ou passivos financeiros detidos para negociação, sendo por isso mensurado de forma consistente com a sua classificação.

No caso da cobertura macro, a IAS 39 permite o estabelecimento de uma cobertura de justo valor para a exposição ao risco de taxa de juro de uma quantia designada de activos ou passivos financeiros, de modo a que um grupo de contratos de derivados possa ser utilizado para compensar as alterações no justo valor itens cobertos à medida que as taxas de juro variam.

As coberturas macro não podem ser aplicadas a uma posição líquida que seja a diferença entre activos e passivos financeiros.

A cobertura macro é considerada altamente eficaz se, no início e em períodos subsequentes, as alterações no justo valor do montante coberto forem compensadas pelas alterações no justo valor dos derivados de cobertura no intervalo de 80% a 125%.

6. INVESTIMENTOS EM ACÇÕES

As participações de capital são reconhecidas na data de liquidação. No reconhecimento inicial, as participações são registadas ao custo, incluindo os custos ou proveitos diretamente atribuíveis à transação.

As filiais são definidas como entidades em que a , direta ou indiretamente, detém mais de metade dos direitos de voto, ou em que, apesar de deter uma proporção inferior de direitos de voto, a empresa-mãe tem o poder de nomear a maioria dos administradores da empresa participada ou de determinar as suas políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios das suas actividades.

As participações de capital são avaliadas ao custo de aquisição, ajustado por eventuais perdas por imparidade. Se houver indícios de que o valor de um investimento em acções possa ter sofrido uma redução, é efectuada uma estimativa do valor recuperável do investimento, considerando o valor dos fluxos de caixa futuros que se espera que o investimento gere, incluindo o valor de alienação terminal do investimento.

Se a quantia recuperável for inferior à quantia escriturada, a diferença resultante é reconhecida na Demonstração de Resultados.

Se as razões para a perda por imparidade forem eliminadas na sequência de um evento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, as reversões de imparidade são reconhecidas na Demonstração de Resultados.

Os investimentos em capital próprio são desreconhecidos quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa dos activos expiram, ou quando o investimento é alienado, transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios a ele associados.

7. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Esta rubrica inclui mobiliário, instalações, equipamento técnico e outros equipamentos e activos relacionados com a atividade de locação financeira.

Estas imobilizações corpóreas são utilizadas para fornecer bens e serviços, para serem alugadas a terceiros ou para fins administrativos e prevê-se que sejam utilizadas durante mais de um período.

O item está dividido nas seguintes categorias:

- activos para utilização na empresa;
- activos detidos para fins de investimento.

Os activos detidos para uso na empresa são utilizados para fornecer bens e serviços, bem como para fins administrativos, e espera-se que sejam utilizados durante mais do que um período. Normalmente, esta categoria inclui também activos detidos para serem alugados ao abrigo de acordos de locação financeira.

Esta rubrica inclui igualmente activos fornecidos pelo Grupo na sua qualidade de locador de contratos de locação operacional.

Os activos em locação financeira incluem veículos fornecidos ao abrigo de contratos de locação operacional pelas empresas de aluguer de automóveis de longo e curto prazo do Grupo. Os créditos comerciais a cobrar no âmbito dos procedimentos de cobrança à locação operacional são classificados na rubrica 120. "Outros activos". Os contratos de locação operacional com cláusula de recompra são igualmente incluídos na rubrica 120. "Outros activos".

Os activos fixos tangíveis compreendem também as benfeitorias em imóveis arrendados, sempre que tais despesas sejam geradoras de valor acrescentado em relação a activos identificáveis e separáveis. Neste caso, a classificação é feita nas sub-rubricas específicas de referência em relação ao ativo.

Os activos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição, incluindo o preço de compra e todos os encargos acessórios incorridos diretamente com a compra e a entrada em funcionamento do ativo. Os custos incorridos após a compra só são capitalizados se conduzirem a um aumento dos benefícios económicos futuros decorrentes do ativo a que se referem. Todos os outros custos são registados na demonstração de resultados quando incorridos.

Subsequentemente, os activos fixos tangíveis são reconhecidos ao custo, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, tendo em conta a vida útil remanescente e o valor do bem.

Em cada data de relato, se houver alguma evidência de que um ativo possa estar em imparidade, o valor contabilístico do ativo é comparado com o seu valor realizável - igual ao maior entre o justo valor, líquido de quaisquer custos de venda, e o valor de uso do ativo, definido como o valor atual líquido dos fluxos de caixa futuros gerados pelo ativo. As perdas e ajustamentos por imparidade são registados na demonstração dos resultados, na rubrica 180. "Imparidade/reintegração de activos tangíveis".

Se as razões que deram origem à imparidade já não se aplicarem, então a perda é revertida pela quantia que reporia o ativo ao valor que teria na ausência de qualquer imparidade, menos a depreciação acumulada.

Os custos diretos iniciais incorridos na negociação e execução de um acordo de exploração são adicionados aos activos locados em parcelas iguais, com base na duração do acordo.

Os activos fixos tangíveis são desreconhecidos aquando da sua alienação ou quando são retirados da produção e não se esperam mais benefícios económicos dos mesmos. Qualquer diferença entre o preço de venda ou o valor realizável e a quantia escriturada é reconhecida nos resultados, rubrica 250. "Ganhos (perdas) com a venda de investimentos".

8. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os activos incorpóreos são activos não monetários a longo prazo, identificáveis apesar de serem intangíveis, controlados pelo Grupo e que são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros.

Os activos intangíveis incluem principalmente goodwill, software, marcas registadas e patentes.

O goodwill representa a diferença positiva entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos adquiridos no âmbito de concentrações de actividades empresariais.

No caso do software gerado internamente, os custos incorridos com o desenvolvimento do projeto são reconhecidos como activos intangíveis, desde que se as seguintes condições: viabilidade técnica, intenção de conclusão, utilidade futura, disponibilidade de recursos técnicos e financeiros suficientes e capacidade de medir com fiabilidade os custos do projeto.

Os activos intangíveis são reconhecidos se forem identificáveis e tiverem origem em direitos legais ou contratuais.

Os activos intangíveis adquiridos separadamente e/ou gerados internamente são inicialmente reconhecidos ao custo e, com exceção do goodwill, são amortizados linearmente ao longo da sua vida útil remanescente.

Subsequentemente, são mensurados ao custo deduzido da amortização acumulada e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas. A vida útil dos activos intangíveis é definida ou indefinida.

Os activos incorpóreos de vida definida são amortizados durante a sua vida útil e estão sujeitos a uma verificação da adequação do seu valor sempre que existam indicações de uma possível perda de valor. O período de amortização de um ativo intangível de vida definida é revisto pelo menos uma vez por ano, no final do exercício. Alterações na vida útil em que os benefícios económicos futuros relacionados com o ativo se materializarão resultam em alterações no período de amortização e são consideradas como alterações nas estimativas. A amortização dos activos intangíveis de vida útil definida é reconhecida na demonstração de resultados na categoria de custos consistente com a função do ativo intangível.

Os activos intangíveis de vida indefinida, incluindo o goodwill, não são amortizados, mas são testados todos os anos para verificar se existem perdas por imparidade, tanto individualmente como ao nível das unidades geradoras de caixa (UGC). Todos os anos (ou sempre que existam indícios de imparidade) o goodwill é testado para efeitos de imparidade. Para o efeito, é identificada a unidade geradora de caixa à qual o goodwill deve ser atribuído. O montante de qualquer imparidade é calculado como a diferença entre a quantia escriturada do goodwill e o seu valor recuperável, se este for inferior. O valor recuperável é igual ao maior entre o justo valor da unidade geradora de caixa, deduzido de eventuais custos de venda, e o respetivo valor de uso.

Os eventuais ajustamentos são reconhecidos na demonstração de resultados, rubrica 240. "Imparidade do goodwill". Não é permitida a reversão da imparidade do goodwill.

Os activos intangíveis são desreconhecidos aquando da sua alienação ou quando não se esperam mais benefícios económicos dos mesmos. Qualquer diferença entre o preço de venda ou o valor realizável e a quantia escriturada é reconhecida nos resultados, rubrica 250. "Ganhos (perdas) com a venda de investimentos".

9. ACTIVOS NÃO CORRENTES E GRUPOS PARA ALIENAÇÃO

Esta rubrica não é valorizada para efeitos das demonstrações financeiras.

10. IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

Os activos e passivos fiscais são reconhecidos na demonstração consolidada da posição financeira na rubrica 100. "Activos fiscais" no lado do ativo e na rubrica 60. "Passivos fiscais" no lado do passivo.

De acordo com o "Método do Balanço", os impostos correntes e diferidos são contabilizados da seguinte forma:

- activos fiscais correntes, ou seja, pagamentos que excedem os impostos devidos ao abrigo da legislação fiscal nacional aplicável;
- passivos fiscais correntes, ou impostos a pagar ao abrigo das leis fiscais nacionais aplicáveis;
- activos por impostos diferidos, ou seja, impostos sobre o rendimento recuperáveis em anos futuros e relacionados com
- diferenças temporais dedutíveis;
- reporte de prejuízos fiscais não utilizados, e
- créditos fiscais não utilizados ;
- passivos por impostos diferidos, ou seja, montantes de imposto sobre o rendimento a pagar em anos futuros devido ao excesso do rendimento em relação ao rendimento tributável devido a diferenças temporais.

Os activos e passivos por impostos correntes e diferidos são calculados aplicando as leis fiscais nacionais em vigor e são contabilizados como uma despesa (rendimento) de acordo com o mesmo regime contabilístico de acréscimo aplicável aos custos e receitas que os geraram.

Geralmente, os activos e passivos por impostos diferidos surgem nos casos em que a dedutibilidade de um custo ou a taxabilidade de um rédito é diferida com respeito ao seu reconhecimento.

Os activos e passivos por impostos diferidos são reconhecidos com base taxada de imposto que, à data do balanço, se espera que sejam aplicáveis no ano em que o ativo será realizado ou o passivo extinto, com base na legislação fiscal em vigor, e são revistos periodicamente para ter em conta qualquer alteração na legislação.

Além disso, os activos por impostos diferidos são reconhecidos apenas na medida em que a sua recuperação esteja prevista através da produção de rendimentos tributáveis suficientes pela entidade. De acordo com a IAS 12, a probabilidade de existir um rendimento tributável suficiente no futuro deve ser verificada periodicamente. Se a análise revelar que não existe rendimento futuro suficiente, os activos por impostos diferidos são reduzidos em conformidade.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos na demonstração de resultados, rubrica 270. "Imposto sobre o rendimento das operações em continuação", com exceção dos impostos relacionados com itens reconhecidos, no exercício corrente ou em outro exercício, diretamente através do capital próprio, tais como os relacionados com ganhos ou perdas em activos financeiros disponíveis para venda e os relacionados com alterações no justo valor de coberturas de fluxos de caixa, cujas alterações de valor são reconhecidas, impostos, diretamente na demonstração do rendimento integral na "Reserva de avaliação".

Os activos por impostos correntes são apresentados no balanço líquidos de passivos por impostos correntes sempre que se verificarem as seguintes condições

- existência de um direito executável para compensar as quantias reconhecidas, e
- as partes pretendem liquidar os activos e passivos num único pagamento numa base líquida ou realizar o ativo e simultaneamente extinguir o passivo.

Os activos por impostos diferidos são reportados na Demonstração da posição financeira líquidos de passivos por impostos diferidos sempre que as seguintes condições sejam :

- existência de um direito de compensar os activos por impostos correntes subjacentes com passivos por impostos correntes, e
- os activos e passivos por impostos diferidos relacionam-se com impostos sobre o rendimento aplicados pela mesma jurisdição fiscal sobre a mesma entidade tributável ou sobre diferentes entidades tributáveis que pretendem liquidar os activos e passivos por impostos correntes numa base líquida (tipicamente na presença de um acordo de consolidação fiscal).

11. PROVISÃO PARA RISCOS E ENCARGOS

Fundos de pensões e obrigações semelhantes

Os benefícios pós-emprego, ou seja, as provisões relativas aos benefícios dos empregados a serem pagos após a cessação da relação de trabalho, são estabelecidos de acordo com acordos laborais e são qualificados como planos de benefícios definidos.

As responsabilidades associadas aos planos de benefícios definidos dos empregados e os custos de pensões relevantes associados ao emprego atual são reconhecidos com base em estimativas actuariais, aplicando o "Projected Unit Credit Method". Os ganhos/perdas actuariais resultantes da avaliação das responsabilidades do plano de benefícios definidos são reconhecidos através de outro rendimento integral (OCI) na "Reserva de avaliação".

A taxa de desconto utilizada para calcular o valor atual das obrigações associadas aos benefícios pós-emprego varia em função do país/moeda em que o passivo está denominado e é fixada com base nos rendimentos, à data do balanço, de obrigações emitidas por empresas de primeira linha com uma maturidade média consistente com a do passivo.

Outras disposições

As outras provisões para riscos e encargos referem-se a custos e encargos de natureza específica e existência certa ou provável, mas cujo montante ou data de pagamento é incerto à data do balanço.

As provisões para riscos e encargos são efectuadas apenas quando:

- existe uma obrigação atual (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;

- o cumprimento desta obrigação é suscetível de ser oneroso;
- a quantia do passivo pode ser estimada de forma fiável.

Quando o valor temporal do dinheiro é significativo, a quantia de uma provisão é calculada como o valor presente dos gastos que supostamente serão incorridos para extinguir a obrigação.

Esta rubrica inclui também as prestações a longo prazo aos empregados, cujos encargos são determinados com os mesmos critérios actuariais que os dos planos de prestações definidas. Os ganhos ou perdas actuariais são todos reconhecidos como incorridos através dos resultados.

Passivos e passivos contingentes

A Empresa reconhece um passivo para litígios pendentes e processos judiciais quando é provável que ocorra um exfluxo financeiro e quando o montante das perdas resultantes possa ser razoavelmente estimado. Quando um exfluxo financeiro se torna possível mas o montante não pode ser determinado, este facto é divulgado no anexo às demonstrações financeiras. Além disso, as reclamações e litígios contra a Empresa resultam frequentemente de questões jurídicas complexas e difíceis, que estão sujeitas a vários graus de incerteza. Estas incertezas incluem os factos e as circunstâncias pertinentes a cada caso, a jurisdição e as diversas leis aplicáveis, todas elas sujeitas a uma análise minuciosa.

12. PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

As sub-rubricas Depósitos de bancos, Depósitos de clientes e Responsabilidades representadas por títulos incluem os instrumentos financeiros (com exceção dos passivos financeiros detidos para negociação e reconhecidos pelo seu justo valor) emitidos para obter fundos de fontes externas. Em particular, os títulos de dívida em circulação reflectem as obrigações emitidas pelo Banco e os títulos emitidos pelas SPE no âmbito de operações de titularização de créditos.

Estes passivos financeiros são reconhecidos na data de liquidação pelo seu justo valor, que é normalmente o montante cobrado ou o preço de emissão, deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis ao passivo financeiro. Subsequentemente, estes instrumentos são reconhecidos pelo seu custo amortizado, com base no método do juro efetivo. A única exceção são as obrigações a curto prazo, dado que o valor temporal do dinheiro é negligenciável, que continuam a ser reconhecidas com base no montante cobrado.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando atingem a maturidade ou são extintos. O desreconhecimento ocorre também na presença de uma recompra de títulos previamente emitidos. A diferença entre a quantia escriturada do passivo e o preço pago para o recomprar é reconhecida nos , rubrica 100.c) "Ganhos (perdas) na recompra de passivos financeiros".

Distinção de passivos

A distinção entre instrumentos de dívida e de capital baseia-se numa análise da substância económica das disposições contratuais.

Um passivo financeiro é um instrumento de dívida se incluir uma obrigação contratual de:

- para entregar dinheiro, outro ativo financeiro ou um número variável de instrumentos de capital próprio a outra entidade;
- trocar activos financeiros e passivos financeiros com outra entidade em termos potencialmente desfavoráveis.

Um instrumento de capital próprio é um instrumento financeiro não remível que proporciona um retorno discricionário sob a forma de um interesse residual numa entidade depois de todos os seus passivos (activos líquidos) terem sido liquidados e não se qualifica como um instrumento de dívida.

13. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os passivos financeiros detidos para negociação incluem principalmente contratos de derivados que não são designados como instrumentos de cobertura.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor e subsequentemente até à sua extinção, com exceção dos contratos de derivados a serem liquidados com a entrega de um instrumento de capital próprio não cotado cujo justo valor não pode ser determinado de forma fiável e que, como tal, são reconhecidos ao custo.

14. PASSIVOS FINANCEIROS DE NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica não é mensurada para efeitos das demonstrações financeiras.

15. TRANSAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transacções em moeda estrangeira são inscritas, no reconhecimento inicial, na moeda de referência, aplicando à quantia em moeda estrangeira a taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

Em cada data de relato intercalar e de final de ano, os itens originados numa moeda estrangeira são relatados como se segue:

- Os itens monetários e de caixa são convertidos à taxa de câmbio em vigor à data de relato;
- As rubricas não monetárias, reconhecidas ao custo histórico, são convertidas taxa de câmbio em vigor na data da transacção;

-Os itens não monetários, reconhecidos pelo justo valor, são convertidos à taxa de câmbio em vigor à data de relato.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação de rubricas monetárias e da conversão de rubricas monetárias a taxas de câmbio diferentes das iniciais, ou das utilizadas para converter as contas do ano anterior, são reconhecidas na demonstração de resultados quando incorridas.

Quando um ganho ou uma perda relacionado com um item não monetário é reconhecido através de outro rendimento integral (OCI), a diferença de taxa de câmbio relacionada com esse item também é reconhecida através do OCI. Pelo contrário, quando um ganho ou uma perda é reconhecido através dos lucros ou prejuízos, a diferença de taxa de câmbio relacionada com esse item também é reconhecida através dos lucros ou prejuízos.

16. OUTRAS INFORMAÇÕES

TLTRO-III

Desde a sua criação, os programas de Operações de Refinanciamento de Prazo Alargado Direcionadas (ORPA direcionadas) têm proporcionado às instituições de crédito da área do euro financiamento plurianual, concebido para melhorar o mecanismo de transmissão da política monetária e apoiar a concessão de crédito bancário à economia real.

Em março de 2019, o Conselho do BCE anunciou uma terceira série de operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas (ORPA direcionadas III), com um prazo de 3 anos, realizadas trimestralmente de setembro de 2019 a março de 2021, e posteriormente prorrogadas até dezembro de 2021 pela decisão do BCE de 10 de dezembro de 2020.

Em resposta à emergência da COVID-19, o Conselho do BCE introduziu condições mais favoráveis para estas operações, com efeitos a partir de março de 2020. Estas condições foram inicialmente aplicadas entre 24 de junho de 2020 e 23 de junho de 2021, tendo sido novamente prorrogadas até junho de 2022 pela decisão do BCE de 10 de dezembro de 2020.

No início do programa das ORPA direcionadas III, estas condições mais favoráveis, fixadas à taxa da facilidade permanente de depósito do banco central prevalecente durante a respetiva operação, deveriam ser disponibilizadas às contrapartes cujos empréstimos líquidos elegíveis entre 31 de março de 2019 e 31 de março de 2021 excedessem em 2,5% os respetivos empréstimos líquidos de referência. Posteriormente, em março de 2020, devido aos impactos da pandemia de COVID-19, esta condição foi revista, reduzindo a percentagem para 1,15%. Foi também introduzida uma segunda condição, mais favorável, que substituiu a primeira, caso seja cumprida. Esta condição concedeu uma redução da taxa às contrapartes cujo crédito líquido elegível entre 1 de março de 2020 e 31 de março de 2021 fosse, pelo menos, igual aos respetivos níveis de crédito líquido de referência, reduzindo a taxa para a taxa da facilidade permanente de depósito do banco central em vigor durante a respetiva operação. No entanto, durante o período de 24 de junho de 2020 a 23 de junho de 2021, foi aplicada uma redução adicional de 50 pontos base, não podendo a taxa resultante exceder 100 pontos base negativos (o período de "juros especiais").

A decisão do BCE de 10 de dezembro de 2020 alargou esta redução adicional ao período entre 24 de junho de 2021 e 23 de junho de 2022, para as contrapartes cujos empréstimos líquidos elegíveis entre 1 de outubro de 2020 e 31 de dezembro de 2021 fossem, pelo menos, iguais aos respetivos empréstimos líquidos de referência.

Após a cessação do período de "juros especiais" em 24 de junho de 2022, a taxa aplicada pelo BCE a cada operação de refinanciamento foi fixada na média da taxa da facilidade permanente de depósito, calculada a partir da data de cada operação.

Em 27 de outubro de 2022, o Conselho do BCE decidiu recalibrar as condições aplicadas às ORPA direcionadas III para assegurar a coerência com o processo de normalização da política monetária, contribuindo assim para fazer face ao aumento inesperado e extraordinário da inflação. Consequentemente, a partir de 23 de novembro de 2022, a taxa de juro das ORPA direcionadas III foi indexada à taxa de juro de política aplicável, nomeadamente à taxa da facilidade permanente de depósito, que foi aumentada pelo Banco Central Europeu nos últimos meses.

Em 2024, o financiamento das ORPA direcionadas III em curso em 31 de dezembro de 2023, no montante de 1,3 mil milhões de euros, foi totalmente reembolsado.

TRATAMENTO CONTABILÍSTICO DAS OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO TRADICIONAIS

No âmbito das suas operações de titularização, o CA Auto Bank S.p.A. subscrive títulos Junior. Na sequência destas operações, a Sociedade reconhece a carteira de crédito transferida como um ativo. Este reconhecimento é obrigatório, uma vez que os critérios de desreconhecimento previstos pela IFRS 9 não são cumpridos. Para uma apresentação financeira mais precisa, evitando uma sobreavaliação do ativo e do passivo, a Sociedade apresenta a dívida para com as entidades instrumentais (SPV) líquida dos títulos subscritos pela própria Sociedade, os saldos relativos à reserva de liquidez e as comissões de serviço.

TRATAMENTO DAS OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO SINTÉTICA

Ao contrário da securitização tradicional, os activos individuais ou uma carteira de activos, especificamente isolados e identificados, não são desreconhecidos aquando da securitização. A taxa de juro a pagar pelos títulos emitidos pelo Banco incorpora as perdas potenciais esperadas da carteira subjacente. Consequentemente, o risco de crédito da carteira titularizada é efetivamente transferido para o titular da Credit-Linked Noteholder.

TRATAMENTO DO FACTORING - ENVOLVIMENTO CONTÍNUO

Como resultado deste tipo de transação, que é considerada uma cessão sem recurso, o Banco tem um envolvimento residual no ativo financeiro transferido, uma vez que existem obrigações contratuais inerentes aos créditos transferidos para o fator.

Para efeitos da aplicação das disposições da IFRS 7, na Parte E das presentes Demonstrações Financeiras, são fornecidas informações qualitativas e quantitativas.

INDEMNIZAÇÃO POR DESPEDIMENTO DE TRABALHADOR

O CA Auto Bank mantém várias formas de planos de pensões de benefício definido e de contribuição definida, em conformidade com a regulamentação e as práticas italianas.

Em Itália, a indemnização por cessação de funções (TFR) é classificada como uma "prestação pós-emprego", especificamente:

Um "plano de contribuição definida" para os acréscimos de TFR relativos ao pessoal a partir de 1 de janeiro de 2007 (data de entrada em vigor da reforma do regime complementar de pensões promulgada pelo Decreto Legislativo n.º 252 de 5 de dezembro de 2005), quer os empregados tenham optado por regimes complementares de pensões ou pela afetação ao Fundo do Tesouro no INPS. Para estes acréscimos, o montante reconhecido nas despesas com pessoal é determinado com base nas contribuições devidas, sem a aplicação de metodologias de cálculo atuarial.

Um "plano de prestações definidas", registado pelo seu valor atuarial determinado segundo o método "Projected Unit Credit", para os acréscimos de TFR relativos ao pessoal até 31 de dezembro de 2006. Estes acréscimos são reconhecidos pelo seu valor atuarial, determinado segundo o método "Projected Unit Credit". Para efeitos de desconto, a taxa utilizada é determinada com base no rendimento de mercado de obrigações de empresas de primeira linha, tendo em conta a maturidade residual média ponderada do passivo, ponderada pela percentagem de montantes pagos e antecipados, para cada maturidade, relativamente ao total a pagar e antecipado até à liquidação final da totalidade da obrigação.

Os custos relacionados com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço são reconhecidos na Demonstração de Resultados na rubrica 160a) "Despesas Administrativas: Despesas com Pessoal" e incluem, para a parcela do plano de benefício definido: (i) custos de serviços relacionados a empresas com menos de 50 empregados, (ii) custos de juros acumulados durante o ano, e para a parcela do plano de contribuição definida: (iii) provisões feitas durante o ano e pagas a regimes de Previdência Complementar ou ao Fundo do Tesouro do INPS.

Ao nível do balanço, a rubrica 90 "Indemnização por despedimento de trabalhadores" representa o fundo residual existente em 31 de dezembro de 2006, líquido dos desembolsos efectuados até 31 de dezembro de 2020. A rubrica 80 "Outros passivos" - "Dívidas a instituições de segurança social" reflecte o passivo acumulado à data do balanço relativo a acréscimos de TFR ainda não pagos a fundos de pensões e instituições de segurança social.

Os ganhos e perdas actuariais, definidos como a diferença entre a quantia escriturada do passivo e o valor presente da obrigação no final do período, são reconhecidos em outro rendimento integral sem reciclagem na Demonstração de Resultados (ou seja, no Capital Próprio na Reserva de Avaliação), em conformidade com as disposições da IAS 19 Revista.

RECONHECIMENTO DE RECEITAS

Os proveitos são reconhecidos quando são recebidos ou, caso contrário, quando é provável que deles advenham benefícios futuros e que estes possam ser mensurados com fiabilidade. Em particular, os juros de empréstimos a clientes, as comissões e os juros bancários são classificados na rubrica de juros e proveitos equiparados de empréstimos a bancos e clientes e são reconhecidos ao custo amortizado, utilizando o método do juro efetivo.

As comissões e os juros recebidos ou pagos relativos a instrumentos financeiros são contabilizados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. As taxas e comissões consideradas no custo amortizado para efeitos de determinação da taxa de juro efectiva são excluídas, sendo reconhecidas como proveitos ou custos de juros, consoante o caso.

As receitas de serviços são reconhecidas quando os serviços são prestados.

Os dividendos são reconhecidos no ano em que a sua distribuição é aprovada.

RECONHECIMENTO DE CUSTOS

Os custos são reconhecidos à medida que são incorridos. Os custos diretamente atribuíveis aos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e determináveis desde o início, independentemente do momento em que os respectivos desembolsos, são imputados à demonstração de resultados através da aplicação taxa de juro efectiva.

As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração de resultados quando incorridas.

CONTRATOS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA

As transacções de locação são contabilizadas de acordo com a IFRS 16.

Em particular, o reconhecimento de um acordo de locação como uma transacção de locação baseia-se na substância do acordo sobre o uso de um ou mais activos específicos e se o acordo transfere o direito de usar esse ativo.

Uma locação é uma locação financeira se transferir todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo locado; se não o fizer, então uma locação é uma locação operacional.

Para os contratos de locação financeira em que o CA Auto Bank actua como locador, os activos fornecidos ao abrigo de acordos de locação financeira são apresentados como uma conta a receber na demonstração da posição financeira por um valor contabilístico igual ao investimento líquido no ativo locado, enquanto todos os pagamentos de juros são reconhecidos como receitas de juros (componente financeira nos pagamentos de locação) na demonstração de resultados, enquanto a parte do pagamento da locação relativa à devolução do capital reduz o valor da conta a receber.

PLANOS DE PENSÕES E OUTROS BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Os passivos relativos aos benefícios dos empregados com os respectivos activos, custos e despesas líquidas de juros são medidos numa base atuarial, o que exige a utilização de estimativas e pressupostos para determinar os passivos líquidos ou os activos líquidos.

O método atuarial tem em consideração parâmetros de natureza financeira, tais como a taxa de desconto e a taxa de rendimento esperada a longo prazo dos activos do fundo, a taxa de crescimento dos salários, bem como a probabilidade de acontecimentos futuros potenciais, utilizando pressupostos demográficos, tais como taxas de mortalidade, taxas de despedimento ou de reforma.

Em particular, as taxas de desconto seleccionadas baseiam-se nas curvas de rendimento de obrigações de empresas de alta qualidade no mercado relevante. A rendibilidade esperada dos activos do fundo é determinada com base em diversos dados de uma série de consultores relativos à rendibilidade a longo prazo dos mercados de capitais, à inflação, às taxas de rendibilidade actuais das obrigações e a outras variáveis, ajustadas em função de aspectos específicos da estratégia de investimento dos activos. As taxas de crescimento salarial reflectem as expectativas reais do Banco a longo prazo no mercado de referência e as tendências da inflação.

As alterações em qualquer um destes pressupostos podem ter um efeito nas contribuições futuras para os planos.

INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica inclui a quantia total de instrumentos de capital próprio, que não o capital e as reservas, tal como definido pela IAS 32. reservas, tal como definido pela IAS 32.

A classificação de um instrumento emitido como de capital próprio exige a ausência de obrigações contratuais de efetuar pagamentos sob a forma de reembolso de capital, juros ou outras formas de retorno. Tais instrumentos, que não sejam acções ordinárias ou acções de poupança, são classificados na rubrica "130. Instrumentos de capital" por uma quantia igual ao montante da retribuição recebida pela emissão, menos os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à transação, líquidos de impostos relacionados. Quaisquer cupões pagos são deduzidos da rubrica "140. Reservas", se e na medida em que forem pagos. Em caso de recompra, a diferença entre o montante pago e o valor contabilístico destes instrumentos de capital é reconhecida no capital próprio na rubrica "140. Reservas".

UTILIZAÇÃO DE ESTIMATIVAS

O relato financeiro requer a utilização de estimativas e pressupostos que podem determinar efeitos significativos nos montantes apresentados na demonstração da posição financeira e na demonstração de resultados, bem como a divulgação de activos e passivos contingentes apresentados no balanço.

A preparação destas estimativas implica a utilização da informação disponível e avaliações subjectivas, baseadas na experiência histórica, utilizadas para estabelecer pressupostos razoáveis para registar as transacções.

Pela sua natureza, as estimativas e os pressupostos utilizados podem variar de um ano para o outro e, como tal, também as quantias escrituradas nos anos seguintes podem variar significativamente, em resultado de alterações nas avaliações subjectivas efectuadas.

Os principais casos em que são necessárias avaliações subjectivas incluem:

- a quantificação das perdas em empréstimos e contas a receber, investimentos e, em geral, em activos financeiros;
- avaliação da recuperabilidade do goodwill e de outros activos intangíveis;
- quantificação das provisões para empregados e das provisões para riscos e encargos;
- estimativas e pressupostos sobre a recuperabilidade dos activos por impostos diferidos.

As estimativas e hipóteses utilizadas são actualizadas periódica e regularmente pelo Banco. Em contrapartida, variações nas circunstâncias reais podem requerer que essas estimativas e pressupostos sejam posteriormente ajustados. Os impactos de eventuais alterações de estimativas e pressupostos são reconhecidos diretamente em resultados no período em que as estimativas são revistas, se a revisão tiver impacto apenas nesse período, ou em períodos futuros, se a revisão tiver impacto quer no período corrente quer em períodos futuros.

Seguem-se as principais considerações e pressupostos assumidos pela gestão na aplicação das IFRS e que podem ter um impacto significativo nas quantias reconhecidas nas Demonstrações Financeiras ou em que existe um risco significativo de um ajustamento material das quantias escrituradas de activos e passivos durante um período financeiro subsequente.

RECUPERABILIDADE DOS ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2024, o CA Auto Bank tinha activos por impostos diferidos sobre diferenças temporárias dedutíveis e benefícios fiscais teóricos decorrentes de reporte de prejuízos fiscais. O Banco registou este montante por considerar que é provável a sua recuperação.

Para determinar esta quantia, a direção tomou em consideração os valores dos orçamentos e previsões consistentes com os utilizados para o teste de imparidade e discutidos no parágrafo anterior sobre a quantia recuperável dos activos.

Além disso, considera-se que as contrapartidas reconhecidas são suficientes para proteger contra o risco de uma deterioração adicional dos pressupostos destas previsões, tendo em conta que os activos diferidos líquidos assim reconhecidos dizem respeito a diferenças temporárias e a prejuízos fiscais que, em grande medida, podem ser recuperados durante um período muito longo, sendo, por conseguinte, consistentes com uma situação em que o tempo necessário para sair da crise e para que ocorra uma recuperação económica se estende para além do horizonte implícito nas estimativas acima referidas.

A.3 - Informação sobre transferências entre carteiras de activos financeiros

A Empresa informa que não ocorreram transferências de carteira durante o exercício de 2024.

A.4 - Divulgações do justo valor

Divulgações qualitativas

A.4.1 Justo valor Níveis 2 e 3: Técnicas de avaliação e inputs utilizados

Relativamente às técnicas de avaliação e aos dados utilizados, consultar o parágrafo A.4.3 Hierarquia do justo valor.

A.4.2 Processos de avaliação e análise de sensibilidade

Para uma descrição dos processos e metodologias de avaliação, consultar a secção A.4.3, Hierarquia do justo valor. Dada a natureza das posições em aberto a 31 de dezembro, para as quais o justo valor é classificado como Nível 2, o Banco considera que a sensibilidade das avaliações é limitada, uma vez que os inputs utilizados são direta ou indiretamente observáveis no mercado.

A.4.3 Informações sobre o justo valor

A divulgação sobre a alteração no justo valor exigida pela IFRS 13 aplica-se aos instrumentos financeiros e aos activos e passivos não financeiros que são mensurados pelo justo valor, numa base recorrente ou não recorrente.

Esta norma exige que o justo valor seja determinado de acordo com uma hierarquia de três níveis baseada na importância dos inputs utilizados nessa mensuração:

- Nível 1 (L1): preços cotados (sem ajustamentos) num mercado ativo - tal como definido pela IFRS 9 - para os activos e passivos a serem mensurados;
- Nível 2 (L2): inputs que não sejam preços de mercado cotados incluídos no Nível 1 que sejam observáveis quer diretamente (preços) quer indiretamente (derivados de preços) no mercado;
- Nível 3 (L3): inputs que não são baseados em dados de mercado observáveis.

Os métodos adoptados pela Empresa para determinar o justo valor são ilustrados abaixo.

Os métodos adoptados pela Empresa para determinar o justo valor são ilustrados abaixo.

Os instrumentos financeiros, classificados (L1), cujo justo valor é igual ao seu valor de mercado (instrumentos cotados num mercado ativo) referem-se a

- obrigações emitidas pelo CA Auto Bank S.p.A. através da sucursal na Irlanda e pela filial suíça no âmbito do programa Euro Medium Term Notes e cotadas em mercados regulamentados (rubrica 10. "Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado - c) Títulos de dívida em circulação").

Para os títulos cotados emitidos no âmbito de operações de titularização, é feita referência aos preços cotados pela Bloomberg.

Para as obrigações cotadas emitidas no âmbito de operações de titularização, é feita referência aos preços cotados pela Bloomberg.

Os activos e passivos financeiros classificados como (L2), cujo justo valor é determinado com base em dados que não sejam preços de mercado cotados e que sejam observáveis diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços) no mercado, referem-se a

- derivados de balcão (OTC) de carteira combinada, contratados com as principais instituições de crédito e posteriormente transferidos para as filiais para cobertura das suas carteiras de crédito;
- Derivados OTC executados para cobertura da carteira de empréstimos da Empresa;
- títulos emitidos no âmbito da operação de titularização sintética e obrigações sénior não privilegiadas;
- contas a receber de bancos, para as quais o justo valor é determinado apenas para efeitos de divulgação;
- passivos financeiros perante bancos e instituições financeiras;
- passivos para com entidades financeiras decorrentes da reclassificação - de acordo com a IFRS 9 - da dívida líquida resultante de transacções de titularização.

Carteira de créditos (rubrica 40. "Activos financeiros avaliados ao custo amortizado - b) Empréstimos e contas a receber de clientes"), empréstimos contraídos e outras obrigações emitidas, não cotadas, são classificados em L3; o justo valor para esta rubrica é determinado apenas para efeitos de divulgação.

Os produtos derivados são avaliados através do desconto dos seus fluxos de caixa às taxas indicadas nas curvas de rendimento fornecidas pela Bloomberg.

De acordo com a IFRS 13, para determinar o justo valor, o CA Auto Bank considera o risco de incumprimento, que inclui alterações na qualidade de crédito da entidade e das suas contrapartes.

Nomeadamente:

- um CVA (Credit Value Adjustment) é um montante negativo que tem em conta cenários em que a contraparte falha antes da Empresa e a Empresa tem uma exposição positiva à contraparte. Nestes cenários, a Empresa incorre numa perda igual valor de substituição do derivado;
- O DVA (Debt Value Adjustment) é um montante positivo que tem em conta cenários em que a Empresa falha antes da contraparte e a Empresa tem uma exposição negativa à contraparte. Nestes cenários, a Empresa obtém um ganho por um montante igual ao custo de substituição do derivado.

A avaliação dos títulos de dívida em circulação baseia-se preços publicados na Bloomberg.

Para os títulos cotados e não cotados, é feita referência aos preços cotados, tomando como referência transacções equivalentes.

Para as obrigações cotadas emitidas no âmbito de operações privadas de titularização, a referência é fornecida por bancos de primeira linha activos no mercado, tomando como referência transacções equivalentes ou efectuadas ao valor nominal das obrigações ou ao justo valor atribuído pela contraparte bancária que as subscreveu.

O Grupo utiliza métodos de avaliação (Mark to Model) em conformidade com os métodos geralmente aceites e utilizados pelo mercado. Os modelos de avaliação baseiam-se no desconto dos fluxos de caixa futuros e na estimativa da volatilidade; são revistos no momento da sua elaboração e periodicamente, para garantir a sua total coerência com os objectivos da avaliação.

Estes métodos utilizam dados baseados em preços prevalecentes em transacções recentes sobre o instrumento que está a ser medido e/ou preços/cotações de instrumentos com características semelhantes em termos de perfil de risco.

A.4.4 Outras informações

No que se refere ao parágrafo 93(i) da IFRS 13, verifica-se que o Banco não detém activos não financeiros mensurados ao justo valor numa base recorrente ou não recorrente

Divulgações quantitativas

A.4.5 Hierarquia do justo valor

A.4.5.1 Activos e passivos mensurados pelo justo valor numa base recorrente: discriminação por níveis de justo valor

Activos/Passivos mensurados ao justo valor	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2023		
	L1	L2	L3	L1	L2	L3
1. activos financeiros mensurados ao justo valor através dos lucros ou perdas		43,965			87,157	-
a) Activos financeiros detidos para negociação		43,965			87,157	
b) Activos financeiros designados pelo justo valor						
c) Outros activos financeiros obrigatoriamente mensurados ao justo valor						
2. Activos financeiros mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral						
3. Derivados de cobertura		81,649			237,760	
4. Activos corpóreos						
5. Activos incorpóreos						
Total		125,614			324,917	
1. Passivos financeiros detidos para negociação		43,072			86,558	
2. Passivos financeiros mensurados pelo justo valor						
3. Derivados de cobertura		114,209			129,502	
Total		157,281			216,060	

Legenda:

L1= Nível 1

L2= Nível 2

L3= Nível 3

A.4.5.2 Variações anuais dos activos mensurados pelo justo valor numa base recorrente (Nível 3)

Note-se que não ocorreram transacções envolvendo activos mensurados pelo justo valor numa base recorrente durante o ano fiscal de 2024.

A.4.5.3 Variações anuais dos passivos mensurados pelo justo valor numa base recorrente (Nível 3)

Informa-se que o Banco não detém passivos mensurados ao justo valor de forma recorrente.

A.4.5.4 e Passivos Não Mensurados ao Justo Valor ou Mensurados ao Justo Valor numa Base Não Recorrente: Discriminação do nível de justo valor

De acordo com os requisitos da IFRS 13, parágrafos 93, alíneas (a) e (b), e 97, o seguinte apresenta o nível de hierarquia do justo valor em que as mensurações do justo valor são classificadas na sua totalidade (Nível 1, 2 ou 3):

Activos/passivos não mensurados pelo justo valor ou mensurados pelo justo valor numa base não recorrente	31 de dezembro de 2024				31 de dezembro de 2023			
	VB	L1	L2	L3	VB	L1	L2	L3
1. Activos financeiros mensurados ao custo amortizado	23,194,624	-	492,321	22,768,692	21,293,623	-	322,992	20,847,820
2. Propriedades de investimento								
3. Activos não correntes e grupos para alienação								
Total	23,194,624	-	492,321	22,768,692	21,293,623	-	322,992	20,847,820
1. Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	21,947,725	4,340,260	12,695,890	5,160,069	20,822,579	4,981,282	12,112,783	3,545,127
2. Passivos associados ao grupo de alienação								
Total	21,947,725	4,340,260	12,695,890	5,160,069	20,822,579	4,981,282	12,112,783	3,545,127

Legenda:

VB= Valores de equilíbrio L1 = Nivel 1
L2= Nivel 2
L3= Nivel 3

De acordo com a "Hierarquia do Justo Valor" discutida no parágrafo anterior, a determinação dos justos valores para os activos e passivos acima referidos, que não são mensurados diretamente pelo justo valor, foi efectuada da seguinte forma

- a. Nível 1 (L1): utilizando preços cotados não ajustados de transacções em mercados activos;
- b. Nível 2 (L2): utiliza inputs, excluindo os preços cotados do Nível 1, que são observáveis no mercado, quer diretamente como preços, quer indiretamente como dados derivados de preços, e provenientes de terceiros independentes sem quaisquer ajustamentos;
- c. Nível 3 (L3): baseia-se em dados que não são baseados em dados de mercado observáveis, também obtidos de fontes independentes de terceiros sem ajustamentos.

A.5 INFORMAÇÕES SOBRE "LUCROS/PERDAS NO PRIMEIRO DIA"

O parágrafo 28 da IFRS 7 diz respeito a cenários em que um instrumento financeiro, inicialmente reconhecido pelo justo valor mas não negociado num mercado ativo, pode ter um preço de transação, que geralmente reflecte a melhor estimativa do justo valor do instrumento financeiro, que difere do justo valor determinado pelas técnicas de mensuração da entidade.

Nestes casos, é reconhecido um ganho ou uma perda aquando da aquisição, sendo necessária uma divulgação adequada por classe de instrumento financeiro. É importante referir que em 2024 este caso particular não se aplicava ao Banco.

PARTE B - NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

(montantes em milhares de euros)

ACTIVO

SECÇÃO 1 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - RUBRICA 10	€1,133,516
---	------------

1.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: COMPOSIÇÃO

	Total 31 de dezembro de 2024	Total 31 de dezembro de 2023
a) Dinheiro	3	5
b) Contas correntes e depósitos à ordem nos bancos centrais	1,024,425	975,719
c) Contas correntes e depósitos à ordem em bancos	109,088	339,616
Total	1,133,516	1,315,340

Na sub-rubrica "a) Caixa", estão incluídos os saldos de caixa e equivalentes de caixa mantidos em . Não foi registado qualquer desvio significativo em relação ao valor do exercício anterior.

A sub-rubrica "b) Contas correntes e depósitos à ordem junto de bancos centrais" reflecte os saldos de liquidez em fim de período detidos junto do Banco de Itália e do Deutsche Bundesbank. Esta rubrica exclui as reservas obrigatórias, que estão incluídas na rubrica do ativo 40, "Activos financeiros mensurados ao custo amortizado - empréstimos e contas a receber de bancos". Esta rubrica inclui também depósitos no Banco de Itália, classificados como ativos líquidos de elevada qualidade (HQLA) de nível 1, tal como definido no Regulamento Delegado (UE) 2015/61 da Comissão, no montante de 400 milhões de euros.

A rubrica "c) Contas correntes e depósitos à ordem em bancos" engloba todos os créditos "à ordem", sob as formas técnicas de contas correntes e depósitos, devidos por bancos terceiros, tal como previsto na 7ª atualização da Circular 262.

SECÇÃO 2 - ACTIVOS FINANCEIROS MENSURADOS PELO JUSTO VALOR ATRAVÉS DOS LUCROS OU PREJUÍZOS

ITEM 20

€43,965

A rubrica ascende a 43 965 milhares de euros, refletindo uma diminuição de 43 192 milhares de euros em comparação com o exercício anterior. Esta redução é atribuível à flutuação das taxas de juro, que registaram uma tendência descendente consistente ao longo do exercício de 2024. A rubrica engloba a avaliação positiva dos contratos de derivados de negociação combinados, celebrados com as principais instituições financeiras e transmitidos às filiais para cobrir o risco de taxa de juro.

2.1 ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO: DESAGREGAÇÃO POR PRODUTO

Itens/valores	Total 31 de dezembro de 2024			Total 31 de dezembro de 2023		
	L1	L2	L3	L1	L2	L3
A. Activos líquidos						
1. Títulos de dívida						
1.1 Títulos estruturados						
1.2 Outros títulos de dívida						
2. Títulos de capital						
3. Unidades de UCI						
4. Financiamento						
4.1 Acordos de recompra						
4.2 Outros						
Total A						
B. Instrumentos derivados		43,965			87,157	
1. Derivados financeiros		43,965			87,157	
1.1 negociação		43,965			87,157	
1.2 relacionado com a opção do justo valor						
1.3 outros						
2. Derivados de crédito						
2.1 negociação						
2.2 relacionados com a opção do justo valor						
2.3 outros						
Total (B)		43,965			87,157	
Total (A+B)		43,965			87,157	

Legenda:

L1 = Nível 1

L2 = Nível 2

L3 = Nível 3

2.2 ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO: DESAGREGAÇÃO POR DEVEDOR/EMITENTE/CONTRAPARTE

Itens/valores	Total 31 de dezembro de 2024	Total 31 de dezembro de 2023
A. Ativos líquidos		
1. Títulos de dívida		
a) Bancos centrais		
b) Administrações públicas		
c) Bancos		
d) Outras sociedades financeiras		
Dos quais: companhias de seguros		
e) Sociedades não financeiras		
2. Títulos de capital		
a) Bancos		
b) Outras sociedades financeiras		
Dos quais: companhias de seguros		
c) Sociedades não financeiras		
d) Outros emitentes		
3. Unidades de UCI		
4. Empréstimos		
a) Bancos centrais		
b) Administrações públicas		
c) Bancos		
d) Outras sociedades financeiras		
Dos quais: companhias de seguros		
e) Sociedades não financeiras		
f) Agregados familiares		
Total (A)		
B. Instrumentos derivados		
a) Contrapartes centrais	12,534	26,387
b) Outros	31,431	60,770
Total (B)	43,965	87,157
Total (A+B)	43,965	87,157

SECÇÃO 3 - ACTIVOS FINANCEIROS MENSURADOS PELO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

ITEM 30

0

3.1 ACTIVOS FINANCEIROS MENSURADOS PELO JUSTO VALOR ATRAVÉS DOS LUCROS OU PREJUÍZOS: COMPOSIÇÃO DOS PRODUTOS

À data desta demonstração financeira, não existem Activos Financeiros Mensurados ao Justo Valor Através de .

3.2 ACTIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DOS LUCROS OU PREJUÍZOS: COMPOSIÇÃO POR DEVEDORES/EMISSORES

À data desta demonstração financeira, não existem Activos Financeiros Mensurados ao Justo Valor Através de .

3.3 ACTIVOS FINANCEIROS MENSURADOS PELO JUSTO VALOR ATRAVÉS DOS LUCROS OU PREJUÍZOS: VALOR BRUTO E AJUSTAMENTOS DE VALOR TOTAL

À data desta demonstração financeira, não existem Activos Financeiros Mensurados ao Justo Valor Através de .

SECÇÃO 4 - ACTIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

ITEM 40

23,194,624

um montante de 23.194.624 milhares de euros, o que representa um aumento de 1.901 milhões de euros em relação ao ano anterior.

A repartição destes activos financeiros é a seguinte

4.1 ACTIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO: DISCRIMINAÇÃO POR PRODUTO DE EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A BANCOS

Tipo de transacções/valores	Total 31 de dezembro de 2024						Total 31 de dezembro de 2023					
	Valor contabilístico			Justo valor			Valor contabilístico			Justo valor		
	Primeira e segunda fase	Terceira fase	Imparidade adquirida ou originada	L1	L2	L3	Primeira e segunda fase	Terceira fase	Imparidade adquirida ou originada	L1	L2	L3
A. Contas a receber de bancos centrais	66,661				66,661					38,248		38,248
1. Depósitos a prazo	-			x	x	x	-			x	x	x
2. Reservas obrigatórias	44,831			x	x	x	37,993			x	x	x
3. REPO	-			x	x	x	-			x	x	x
4. Outros	21,829			x	x	x	255			x	x	x
B. Créditos sobre bancos	417,177				425,672		279,439					284,744
1. Empréstimos	417,177				425,672		279,439					284,744
1.1 Contas correntes	-			x	x	x	-			x	x	x
1.2. Depósitos a prazo	-			x	x	x	-			x	x	x
1.3. Outros financiamentos:	417,177			x	x	x	279,439			x	x	x
- REPOs	21,054			x	x	x	23,269			x	x	x
- Locações financeiras	957			x	x	x	1,584			x	x	x
- Outros	395,166			x	x	x	254,586			x	x	x
2. Dividas mobiliárias												
2.1 Títulos estruturados												
2.2 Outros títulos de dívida												
Total	483,838				492,321		317,687					322,992

Legenda:
L1= Nivel 1
L2= Nivel 2
L3 = Nivel 3

Os saldos devidos por Bancos Centrais compreendem reservas obrigatórias depositadas: no Banco de Itália, no montante de 25 217 milhares de euros; no Banco Central da Irlanda, no montante de 15 989 milhares de euros; e, para a parte remanescente de 3 624 milhares de euros, no Deutsche Bundesbank através das suas sucursais operacionais no território.

A rubrica "4 Outros" dos Saldos devidos a Bancos Centrais, no montante de 21 829 milhares de euros, representa depósitos no Banco Nacional da Polónia.

Os saldos devidos por Bancos reflectem um aumento de cerca de € 138 mil euros face ao exercício anterior, essencialmente atribuível categoria "Outros". Esta rubrica, no montante de 395 166 de euros, diz respeito principalmente a financiamentos concedidos à subsidiária austríaca CA Auto Bank GmbH e à sua sucursal, no montante de cerca de 377 500 milhares de euros, o que representa um aumento de cerca de 158,5 milhões de euros face ao ano anterior. Adicionalmente, esta rubrica inclui valores a receber de contrapartes bancárias de primeira linha referentes a contratos de Credit Support Annex (CSA) relativos a contratos de derivados celebrados com as referidas contrapartes.

4.2 ACTIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO: REPARTIÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS A CLIENTES

Tipo de transacções/valores	Total 31 de dezembro de 2024						Total 31 de dezembro de 2023					
	Valor contabilístico			Justo valor			Valor contabilístico			Justo valor		
	Primeira e segunda fase	Terceira fase	Imparidade adquirida ou originada	L1	L2	L3	Primeira e segunda fase	Terceira fase	Imparidade adquirida ou originada	L1	L2	L3
1. Empréstimos	22,297,948	412,838				22,768,692	20,732,682	243,254				20,847,820
1.1. Depósitos de clientes	88,264						91,426	-	X	X		X
1.2. OPPR							-	-	X	X		X
1.3. Mortes							-	-	X	X		X
1.4. Cartões de crédito, empréstimos pessoais e empréstimos com garantia de salário	285,225	29,490					322,090	14,010	X	X		X
1.5. Financiamento por leasing	4,741,025	122,011					4,595,387	75,587	X	X		X
1.6. Factorização	1,150,836	22,838					904,737	8,453	X	X		X
1.7. Outros financiamentos	16,032,597	238,499					14,819,042	145,204	X	X		X
2. Títulos de dívida	-	-				-	-	-				-
2.1. Títulos estruturados												
2.2. Outros títulos de dívida												
Total	22,297,948	412,838				22,768,692	20,732,682	243,254				20,847,820

Legenda:

L1= Nivel 1

L2= Nivel 2

L3= Nivel 3

Os saldos de final de período consistem principalmente em contas a receber de clientes relacionadas com actividades de leasing, factoring e outras actividades de financiamento. Os saldos incluem itens cedidos e posteriormente reconhecidos novamente - de acordo com o IFRS 9 - decorrentes de operações de securitização realizadas pela Companhia e suas filiais.

Esta ascende a 22 711 milhões de euros, o que representa um aumento de 1 735 milhões de euros em relação ao exercício anterior. Este aumento é principalmente atribuível à categoria "Outros financiamentos", como referido anteriormente. Especificamente, esta categoria reflecte:

- aumento do financiamento concedido às filiais, que se traduziu num aumento de 1 091 milhões de euros;
- o reconhecimento de uma contribuição de 40 milhões de libras esterlinas - equivalente a 47,26 milhões de euros - para um futuro aumento de capital, feita em junho à filial CA Auto Finance UK Ltd, convertível no prazo de 24 meses num aumento de capital ou reembolsável ao acionista, CA Auto Bank S.p.A;
- aumento do financiamento concedido à rede de concessionários, registando um crescimento de 366 milhões de euros;
- um aumento de 100 milhões de euros, em comparação com 31 de dezembro de 2023, na exposição à Câmara de Compensação de Londres para margens em contratos de derivados compensados, conforme exigido pelos regulamentos EMIR, e celebrados pelo CA Auto Bank.

A categoria "Outros financiamentos" inclui igualmente os empréstimos a prestações para a aquisição de veículos (com uma diminuição de 326 milhões de euros).

A rubrica 1.4, "Cartões de crédito, empréstimos pessoais e empréstimos com garantia de salário", inclui 6 401 milhares de euros relativos a produtos de cartões de crédito, com a parte restante é exclusivamente imputável aos créditos de empréstimos pessoais não ligados à compra de veículos.

Financiamento de leasing: Trata-se de valores a receber provenientes da locação financeira de veículos produzidos por parceiros comerciais. Esta categoria apresenta um aumento de 192 milhões de euros, principalmente devido ao aumento registado pela sucursal francesa.

A rubrica 1.6, "Factoring", reflecte o montante dos créditos da rede de concessionários, cedidos sem recurso pelo Grupo Erwin Hymer, Ferrari S.p.A., Lotus Plc, Grupo DR, Pilote, Koelliker, Ford Trucks, OMODA&JAECOO, BYD, ÉASIA MOTOR COMPANY e outros parceiros comerciais, com o risco totalmente transferido para o CA Auto Bank. Esta categoria regista um aumento de 260 milhões de euros.

4.3 ACTIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO: DESAGREGAÇÃO POR MUTUÁRIO/EMISSION DE EMPRÉSTIMOS A CLIENTES

Tipo de transacções/valores	Total 31 de dezembro de 2024			Total 31 de dezembro de 2023		
	Primeira e segunda fase	Terceira fase	Imparidade adquirida ou originada	Primeira e segunda fase	Terceira fase	Imparidade adquirida ou originada
1. Títulos de dívida						
a) Administrações públicas						
b) Outras sociedades financeiras						
Das quais: companhias de seguros						
c) Sociedades não financeiras						
2. Empréstimos a:	22,297,948	412,838		20,732,682	243,254	
a) Entidades do sector público	4,590	33		4,123	65	
b) Outras sociedades financeiras	4,108,390	434		2,839,990	2,346	
Das quais: companhias de seguros	433	-		284	-	
c) Sociedades não financeiras	6,400,877	194,932		7,749,369	102,056	
d) Agregados familiares	11,784,092	217,438		10,139,199	138,787	
Total	22,297,948	412,838		20,732,682	243,254	

É de salientar que o principal aumento é observado na rubrica 2, sub-secção (b), empréstimos a outras instituições financeiras, e sub-secção (d), empréstimos às famílias.

Além disso, um aumento do valor do crédito malparado, no montante de 169,59 milhões de euros, com especial impacto no crédito carteira relacionada com as famílias e as sociedades não financeiras.

A incidência de empréstimos não produtivos () aumentou durante 2024. Este crescimento é atribuível à mudança no modelo de negócio, especificamente à adoção de novos canais de vendas e à expansão de ofertas de produtos de maior risco, como os veículos usados. Os factores que contribuem para este aumento incluem também um aumento da atividade fraudulenta associada a estes novos canais e uma utilização reduzida de vendas e anulações de NPL.

É provável que o ambiente macroeconómico adverso, incluindo a incerteza acrescida dos consumidores decorrente dos conflitos internacionais, tenha também contribuído para o aumento dos incumprimentos.

4.4 ACTIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO: VALOR BRUTO E CORRECÇÕES DE VALOR TOTAIS

	Valor bruto					Correcções de valor				Total de saídas parciais (*)
	Primeira fase	dos quais: instrumentos com crédito reduzido risco	Segunda fase	Terceira fase	Imparidade adquirida ou originada	Primeira fase	Segunda fase	Terceira fase	Imparidade adquirida ou originada	
Titulos de divida	-									
Empréstimos	22,102,700	20,511,085	795,980	662,483		79,602	37,292	249,645		658
Total 2024	22,102,700	20,511,085	795,980	662,483		79,602	37,292	249,645		658
Total 2023	20,241,969	18,864,060	934,197	418,379		82,752	43,046	175,125		596

(*) Montante a indicar a título informativo

SECÇÃO 5 - DERIVADOS DE COBERTURA - PONTO 50

81,649

Esta rubrica registou uma diminuição de 156 110 milhares de euros em relação ao período anterior.

A variação é principalmente atribuível à redução das taxas de juro, que apresentaram uma tendência descendente consistente ao longo do exercício de 2024.

A composição deste artigo é apresentada a seguir:

5.1 DERIVADOS DE COBERTURA: DESAGREGAÇÃO POR TIPO E NÍVEL DE COBERTURA

Transacções/Tipo de margem	Justo valor 31 de dezembro de 2024			NV 31 de dezembro, 2024	Justo valor 31 de dezembro de 2023			NV 31 de dezembro, 2023	
	L1	L2	L3		L1	L2	L3		
A) Derivados financeiros	81.649			3.519.620	237.760			6.005.953	
1) Justo valor	81.649			3.519.620	237.760			6.005.953	
2) Fluxos de caixa									
3) Investimentos estrangeiros									
B) Instrumentos derivados de crédito									
1) Justo valor									
2) Fluxos de caixa									
Total	81.649			-	3.519.620	237.760			6.005.953

Legenda:

NV= Valor notional L1
= Nível 1
L2 = Nível 2
L3= Nível 3

O saldo representa a avaliação do justo valor dos instrumentos derivados utilizados na cobertura da exposição à taxa de juro e à moeda estrangeira. Especificamente, abrange sobretudo a avaliação de derivados de taxa de juro concebidos para atenuar o risco nas carteiras de crédito relativas a financiamento de retalho e locação financeira.

5.2 DERIVADOS DE COBERTURA: DESAGREGAÇÃO POR CARTEIRA COBERTA E TIPO DE COBERTURA

Tipo de transação/cobrança	Justo valor						Coberturas de fluxos de caixa			Investimentos líquidos em filiais estrangeiras
	Especificação						Macro-cobertura	Micro-cobertura	Macro-cobertura	
	títulos de dívida e juros taxas	títulos de capital e ações índices	moedas e ouro	crédito	produtos de base	outros				
1. Activos financeiros mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral					x	x	x		x	x
2. Activos financeiros mensurados ao custo amortizado		x	3,262		x	x	x		x	x
3. Portfólio	x	x	x	x	x	x	78,387	x		x
4. Outras transacções							x		x	
Total do ativo			3,262				78,387			
1. Passivos financeiros		x					x		x	x
2. Carteira	x	x	x	x	x	x		x		x
Total do passivo			-							
1. Transacções previstas	x	x	x	x	x	x	x		x	x
2. Carteira de activos financeiros e responsabilidades	x	x	x	x	x	x		x		

SECÇÃO 6 - ALTERAÇÕES NO JUSTO VALOR DOS ELEMENTOS DE COBERTURA DA CARTEIRA

- ITEM 60

€30,795

É registado um saldo positivo de 30 795 milhares de euros, resultante do ajustamento da cobertura de justo valor (macrohedge) aplicada aos valores a receber de clientes. Este saldo registou um aumento substancial de 166 148 milhares de euros em relação ao ano anterior, devido à diminuição persistente das taxas de juro ao longo do período de referência.

6.1 VARIAÇÕES DO JUSTO VALOR DOS ELEMENTOS DE COBERTURA DA CARTEIRA: REPARTIÇÃO POR CARTEIRAS COBERTAS

Variação do justo valor dos elementos cobertos / Valores	Total 31 de dezembro, 2024	Total 31 de dezembro, 2023
1. Mudanças positivas	30,795	
1.1 de carteiras específicas:		
a) activos financeiros mensurados ao custo amortizado		
b) activos financeiros mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral		
1.2 global	30,795	
2. Alterações negativas	-	135,353
2.1 de carteiras específicas:		
a) activos financeiros mensurados ao custo amortizado		
b) activos financeiros mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral		
2.2 global	-	135,353
Total	30,795	135,353

Em 31 de dezembro de 2024, os dados financeiros das empresas participadas abaixo indicadas foram elaborados de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) e têm como fonte os pacotes de relatórios apresentados.

7.1 INVESTIMENTOS EM AÇÕES: INFORMAÇÃO SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Denominações	Residência legal	Residência operacional (*)	Percentagem de ações	Direitos de voto disponíveis %	Tipo de relação
A. Empresas sujeitas a controlo exclusivo					
CA Auto Reinsurance DAC	Dublin, Irlanda		100%		1
CA Auto Finance Danmark A/S	Brøndby, Dinamarca		100%		1
CA Auto Finance Nederland B.V.	Amesterdão, Países Baixos		100%		1
CA Auto Finance Suisse S.A.	Schlieren, Suíça		100%		1
CA Auto Finance UK Ltd.	Slough, Reino Unido		100%		1
Ferrari Financial Services GmbH	Pullach - Alemanha		50,0% +1 Az.		1
CA Auto Bank GmbH	Viena, Áustria		50%		2
CA Auto Insurance Hellas S.A.	Atenas - Grécia		100%		1
Drivalia Lease França S.A.	Massy - França		99.99%		1
Drivalia S.p.A.	Turim, Itália		100%		1
CA Versicherungsservice GmbH	Heilbronn, Alemanha		100%		1
B. Empresas sujeitas a controlo conjunto					
C. Empresas sob influência significativa					
Outras empresas					
CODEFIS SCPA	Turim, Itália		24%		
FCA Security S.c.p.A.	Turim, Itália		0%		

Tipo de relação:

1= Maioria dos direitos de voto na assembleia geral

2= Influência dominante na assembleia geral

(*) Se diferente da residência legal

7.2 INVESTIMENTOS SIGNIFICATIVOS: QUANTIA ESCRITURADA, JUSTO VALOR E DIVIDENDOS RECEBIDOS

Denominações	Valor contabilístico	Justo valor	Dividendos recebido
A. Empresas sujeitas a controlo exclusivo			
CA Auto Reinsurance DAC	10,000	10,000	
CA Auto Finance Danmark A/S	12,109	12,109	
CA Auto Finance Nederland B.V.	17,124	17,124	
CA Auto Finance Suisse S.A.	26,724	26,724	
CA Auto Finance UK Ltd.	146,255	146,255	
Ferrari Financial Services GmbH	20,530	20,530	
CA Auto Bank GmbH	6,600	6,600	
CA Auto Insurance Hellas S.A.	2,330	2,330	
Drivalia Lease França S.A.	68,954	68,954	
Drivalia S.p.A.	301,167	301,167	
CA Versicherungsservice GmbH	1,800	1,800	
B. Empresas sujeitas a controlo conjunto			
C. Empresas sob influência significativa			
Outras empresas			
CODEFIS SCPA	28	28	
FCA Security S.c.p.A.	1	1	
Total das participações de capital	613,622	613,622	

7.3 INVESTIMENTOS SIGNIFICATIVOS: INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA

Denominações	Caixa e equivalentes de caixa	Activos financeiros	Não financeiro financeiros	Activos passivos	Passivos não financeiros	Total receitas	Juro líquido de Margem	Imparidade e reversões sobre o tangível e intangíveis antes de impostos	Lucro (Perda) de operações em curso de impostos	Lucro (Perda) de operações descontinuadas	Lucro (perda) de operações após impostos	Lucro (perda) abrangente (1)	Outros rendimentos após impostos (2)	Total e (3)=(1)+(2)
A. Empresas sujeitas a controlo exclusivo														
CA Versicherungsservice GmbH	4,488		13,716	1,118	15,530	2,887	82	0	1,064	696		696		696
CA Auto Reinsurance DAC	25,190	66	61,711		49,288	18,154	1,739	-	10,500	8,904		8,904		8,904
CA Auto Finance Danmark AS	5,120	328,830	40,439	316,231	24,467	27,910	12,171	441	3,013	(535)		(535)		(535)
Drivalia S.p.A.	24,791	543,539	1,218,554	1,368,951	25,578	244,902	(66,748)	2,347	7,596	3,534		3,534		3,534
CA Auto Finance Nederland B.V.	1,360	556,059	20,742	548,852	3,117	33,437	11,181	966	1,793	1,147		1,147		1,147
CA Auto Finance Suisse S.A.	229	794,117	7,440	703,993	20,293	34,868	21,732	394	10,433	8,260		8,260		8,260
CA Auto Finance UK Ltd	106,915	3,634,537	28,651	3,462,257	69,594	255,324	84,151	583	41,598	30,543		30,543		30,543
Drivalia Lease França S.A.	81,101	106,488	144,472	32	63,640	12,890	7,910	65	14,017	8,511		8,511		8,511
CA Auto Insurance Hellas S.A.	594	3,326	381		865	593	545		524	407		407		407
Ferrari Financial Services GmbH	28,571	1,257,884	13,260	1,125,652	49,022	80,108	28,458	599	23,390	16,918		16,918		16,918
CA Auto Bank GmbH	25,566	419,231	8,111	380,848	5,992	25,594	10,141	444	2,443	1,729		1,729		1,729

Os resultados operacionais e os valores da posição financeira detalhados no quadro acima são atribuíveis à contribuição das Subsidiárias para a Demonstração Consolidada da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2024, preparada de acordo com as IFRS.

7.4 INVESTIMENTOS NÃO SIGNIFICATIVOS: INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA

No total, as participações não significativas estão avaliadas em 28 mil euros.

O quadro seguinte apresenta a repartição e as variações anuais:

7.5 PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL: VARIAÇÕES ANUAIS

	Total 31 de dezembro de 2024	Total 31 de dezembro de 2023
A Saldos iniciais	435,463	338,475
B Aumentos	178,168	150,000
B.1 Compras	-	-
B.2 Reversões de imparidade		
B.3 Reavaliações		
B.4 Outras alterações	178,168	150,000
C Diminuições	8	53,012
C.1 Vendas	8	53,012
C.2 Ajustamentos de imparidade	-	-
C.3 Reduções/imparidades		
C.4 Outras alterações	-	-
D Saldos finais	613,622	435,463
E Total das reavaliações		
F Total de ajustamentos		

Note-se que a rubrica B.4, "Outras alterações", inclui o seguinte:

- Um aumento do valor contabilístico do investimento na subsidiária Drivalia S.p.A., resultante de uma entrada de capital de 125.000.000 euros, executada em outubro de 2024;
- Um aumento do valor contabilístico do investimento na filial CA Auto Finance UK Ltd, resultante de uma contribuição de capital de €45 milhões de euros, equivalentes a 53 167 607,93 euros, executados em junho de 2024.

Além disso, no que diz respeito à estrutura de propriedade, é importante reconhecer os veículos de titularização de créditos (SPV). Estes SPVs não estão incluídos na estrutura acionista do CA Auto Bank S.p.A., uma vez que não são legalmente detidos pelo banco. No entanto, as carteiras transferidas para esses veículos são reconhecidas no balanço do CA Auto Bank, conforme exigido pela IFRS 9.

Apresenta-se de seguida uma lista das empresas acima referidas:

A-Best Nineteen UG	Frankfurt am Main, Alemanha
A-Best Twenty FT	Madrid - Espanha
A-Best Twenty-One UG	Amesterdão, Países Baixos
A-Best Twenty-Two S.r.l.	Conegliano (TV) - Itália
A-Best Twenty-Three S.à.r.l.	Luxemburgo, Luxemburgo

A-Best Twenty-Four S.r.l.

Conegliano (TV) - Itália

A-Best Twenty-Five S.r.l.

Conegliano (TV) - Itália

Por outro lado, durante o exercício, foram iniciados os procedimentos necessários para a liquidação das actividades da seguinte empresa:

A-Best Seventeen S.r.l., Conegliano (TV), Itália, que entrou em liquidação em 13 de junho de 2024.

7.6 COMPROMISSOS RELATIVOS A INTERESSES EM ENTIDADES CONJUNTAMENTE CONTROLADAS

Não existem interesses em entidades conjuntamente controladas.

7.7 COMPROMISSOS RELATIVOS A INTERESSES EM ENTIDADES SUJEITAS A INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA

Não existem interesses em entidades sujeitas a influência significativa.

7.8 RESTRIÇÕES SIGNIFICATIVAS

Não existem restrições ou ónus significativos sobre os interesses.

7.9 OUTRAS INFORMAÇÕES

Não há outras informações a comunicar.

SECÇÃO 8- BENS IMÓVEIS, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTO -

ITEM 80

€151,586

Esta , no montante de 151 586 milhares de euros, registou uma diminuição de 31 639 milhares de euros em relação ao exercício anterior.

Este montante é principalmente atribuível aos activos imobiliários, nomeadamente os relativos a locações financeiras.

A rubrica "e) Outros activos imobiliários" refere-se exclusivamente a activos pendentes de locação e a activos não adquiridos resultantes de operações de locação financeira.

8.1 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS PARA USO NAS OPERAÇÕES: DISCRIMINAÇÃO DOS ACTIVOS MENSURADOS AO CUSTO

ACTIVOS/VALORES	Total 31 de dezembro de 2024	Total 31 de dezembro de 2023
1. Activos próprios	135,036	171,872
(a) Terrenos		
(b) edifícios		
(c) mobiliário	3,732	2,728
(d) Equipamentos electrónicos	-	-
(e) Outros	131,303	169,144
2. Direitos de utilização adquiridos através de leasing	16,550	11,353
(a) Terrenos		
(b) edifícios		
(c) mobiliário	-	-
(d) Equipamentos electrónicos		
(e) Outros	16,550	11,353
Total	151,586	183,225
Dos quais: obtidos através da execução de garantias recebidas		

A quantia escriturada dos activos de direito de uso no final do exercício de 2024, categorizada por classe de ativo subjacente, é apresentada abaixo:

Activos que consistem no direito de uso por classe de ativo subjacente:	Total 31 de dezembro de 2024	Total 31 de dezembro de 2023
a) Escritórios	11,995	7,570
b) Contratos de aluguer de automóveis	4,352	3,514
c) Alojamento utilizado pelos trabalhadores	185	215
d) Material de escritório	5	25
e) Instalações para utilização de garagem na sede para os empregados	14	29
Total	16,550	11,353

No que se refere às actividades relacionadas com a locação financeira, são reconhecidos os seguintes activos, incluindo os veículos em locação financeira e aqueles para os quais não foram exercidas opções de locação:

Tipo	Total 31 de dezembro de 2024 Valor contabilístico	Total 31 de dezembro de 2023 Valor contabilístico
Composição de outros activos		
- bens não adoptados	88,171	58,817
- mercadorias retiradas após resolução	765	240
- outros activos	42,367	110,087
TOTAL	131,303	169,144

8.2 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO: COMPOSIÇÃO DOS ACTIVOS MENSURADOS AO CUSTO

A Empresa não detém propriedades de investimento mensuradas pelo custo.

8.3 ACTIVOS FIXOS : COMPOSIÇÃO DOS ACTIVOS REAVALIADOS

A Empresa não detém activos fixos reavaliados.

8.4 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO: COMPOSIÇÃO DOS ACTIVOS MENSURADOS PELO JUSTO VALOR

A Empresa não detém propriedades de investimento mensuradas pelo justo valor.

8.5 INVENTÁRIOS DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS SEGUNDO A IAS 2: COMPOSIÇÃO

A Empresa não possui inventários de activos fixos tangíveis, tal como definido pela IAS 2.

A seguir, são apresentadas as variações anuais relativas aos activos tangíveis utilizados para fins operacionais:

8.6 ACTIVOS CORPÓREOS PARA UTILIZAÇÃO OPERACIONAL: ALTERAÇÕES ANUAIS

	Terreno	Edifícios	Mobiliário	Equipamento eletrônico	Outros	Total
A. Saldo inicial bruto			21,442	1,332	192,770	215,544
A.1 Total das reduções de valor, líquidas	-	-	(18,714)	(1,332)	(12,273)	(32,319)
A.2 Saldo líquido inicial	-	-	2,728	-	180,497	183,225
B. Aumentos:	-	-	3,214	-	79,250	82,465
B.1 Aquisições			3,176		70,372	73,548
B.2 Despesas de melhoramento capitalizadas			-		-	-
B.3 Reversões de imparidade			-		-	-
B.4 Variações positivas do justo valor reconhecido em			-		-	-
(a) capital próprio			-		-	-
(b) Demonstração de resultados			-		-	-
B.5 Diferenças de câmbio positivas			-	-	-	-
B.6 Transferências de propriedades de investimento			X	X	X	-
B.7 Outras alterações			38	-	8,879	8,917
C. Diminui:			(2,212)	-	(111,893)	(114,105)
C.1 Vendas			(506)		(25,329)	(25,834)
C.2 Depreciação			(1,341)		(3,738)	(5,079)
C.3 Ajustamentos de imparidade reconhecidos em			-		-	-
(a) capital próprio			-		-	-
(b) Demonstração de resultados			-		-	-
C.4 Variações negativas do justo valor reconhecido em			-		-	-
(a) capital próprio			-	-	-	-
(b) Demonstração de resultados			-		-	-
C.5 Diferenças cambiais negativas			-		-	-
C.6 Transferências para:			-		-	-
(a) propriedade de investimento			X	X	X	-
(b) activos não correntes e grupos de activos detidos para venda					-	-
C.7 Outras alterações			(365)		(82,827)	(83,191)
D. Saldo final líquido	-	-	3,732	-	147,854	151,586
D.1 Redução de valor total, líquida	-	-	(20,017)	(1,332)	(7,133)	(28,481)
D.2 Saldo bruto final			23,749	1,332	154,986	180,067
E. Mensuração pelo custo	-	-	-	-	-	-

O montante total apresentado na rubrica C.2, "Amortizações", corresponde exatamente à rubrica 180 da demonstração de resultados.

A categoria "Outros" engloba também os contratos de locação em que o CA Auto Bank S.p.A. actua como locatário, abrangidos pelo âmbito da IFRS 16. Para uma discriminação pormenorizada desta componente, consultar as notas anexas ao quadro 8.1 da secção Ativo, bem como as informações fornecidas na "Parte M - Informações sobre as locações".

8.7 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO: VARIAÇÕES ANUAIS

A empresa não detém qualquer propriedade de investimento.

8.8 INVENTÁRIOS DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS SEGUNDO A IAS 2: ALTERAÇÕES ANUAIS

A Empresa não detém quaisquer existências de activos fixos tangíveis, tal como definido pela IAS 2.

8.9 COMPROMISSOS PARA A AQUISIÇÃO DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2024, o Banco não tem compromissos pendentes para a aquisição de activos fixos tangíveis.

SECÇÃO 9 - ACTIVOS INTANGÍVEIS -

ITEM 90

€105,655

A rubrica reflecte um valor de 105 655 milhares de euros, o que representa um aumento de 37 621 milhares de euros em relação ao exercício anterior.

9.1 ACTIVOS INTANGÍVEIS: COMPOSIÇÃO POR TIPO DE ACTIVO

Ativo/Valores	Total 31 de dezembro de 2024		Total 31 de dezembro de 2023	
	Vida definitiva	Duração indefinida	Vida definitiva	Duração indefinida
A.1 Trespasses	X	26,310	X	-
A.2 Outros activos intangíveis	79,344		68,034	
dos quais: software	61,931		66,140	
A.2.1 Activos mensurados pelo custo:	79,344		68,034	
(a) activos intangíveis gerados internamente				
(b) Outros activos	79,344		68,034	
A.2.2 Activos mensurados pelo justo valor:				
(a) activos intangíveis gerados internamente				
(b) Outros activos				
Total	79,344	26,310	68,034	-

Os activos incorpóreos são avaliados pelo seu custo.

As imobilizações incorpóreas de vida útil indefinida são constituídas exclusivamente por goodwill, enquanto as de vida útil definida compreendem essencialmente licenças e direitos de utilização de propriedade intelectual. Conforme exigido pela 8ª atualização da Circular 262, a rubrica "Outros activos intangíveis", nomeadamente a sub-linha "dos quais software", engloba o software que não constitui parte integrante do hardware, de acordo com a IAS 38.

O saldo do goodwill em 31 de dezembro de 2024 aumentou em relação ao saldo nulo em 31 de dezembro de 2023, devido ao reconhecimento de um goodwill no montante de 26 milhões de euros. Este facto decorreu da aquisição pela sucursal francesa da divisão de negócios "Sofinco Mobilité" do Crédit Agricole Personal Finance & Mobility (anteriormente Crédit Agricole Consumer Finance). A divisão "Sofinco Mobilité" tem por objetivo oferecer soluções de financiamento de equipamentos de mobilidade, incluindo automóveis, motociclos, veículos de recreio e barcos, tanto no mercado de novos como de usados, e inclui as seguintes actividades: venda a crédito, locação com opção de compra e locação financeira de longa duração.

9.2 ACTIVOS INTANGÍVEIS: VARIAÇÕES ANUAIS

	Goodwill	Outros activos intangíveis: gerados internamente		Outros activos intangíveis: outros		Total
		DEF	INDEF	DEF	INDEF	
A. Saldo inicial	-			246,653		246,653
A.1 Total das reduções de valor, líquido	-			(178,619)		(178,619)
A.2 Saldo líquido inicial	-	-	-	68,034	-	68,034
B. Aumentos	26,310	-	-	25,825	-	52,135
B.1 Aquisições	26,310			25,591		51,902
B.2 Aumentos dos activos incorpóreos internos	X	-	-	-	-	
B.3 Reversões de imparidade	X			-		
B.4 Variações positivas no justo valor através de				-		
- ao capital próprio	X			-		
- para a demonstração de resultados	X			-		
B.5 Diferenças cambiais positivas				3		3
B.6 Outras alterações				231		231
C. Diminuições	-	-	-	(14,514)	-	(14,514)
C.1 Vendas				(26)		(26)
C.2 Correções de valor	-			(14,488)		(14,488)
- Amortização	X			(14,488)		(14,488)
- Imparidades						
+ equidade	X					
+ demonstração de resultados	-					-
C.3 Variações negativas do justo valor através de:						
- equidade	X					
- demonstração de resultados	X					

C.4 Transferências para activos não correntes detidos para venda						
C.5 Diferenças cambiais negativas						
C.6 Outras alterações						
D. Saldo final líquido	26,310	-	-	79,345	-	105,655
D.1 Total das correcções de valor líquidas				(193,104)		(193,104)
E. Saldo bruto final	26,310			272,449		298,759
F. Mensuração pelo custo	26,310			272,449		298,759

Teste de imparidade do goodwill

De acordo com a IAS 36, todos os activos intangíveis com vida útil indefinida são sujeitos a testes de imparidade, pelo menos anualmente, e sempre que sejam identificados indicadores de imparidade, para avaliar o seu valor recuperável. Dada a atual conjuntura macroeconómica, marcada por factores como o conflito Rússia-Ucrânia, o aumento das taxas de juro e as perturbações na cadeia de abastecimento, o Grupo considerou prudente realizar um teste de imparidade ao seu goodwill em 31 de dezembro de 2024.

O teste de imparidade efectuado em 31 de dezembro de 2024, teve em consideração o seguinte:

- Os requisitos descritos na Norma Internacional de Contabilidade IAS 36;
- As recomendações formuladas na carta conjunta do Banco de Itália, da Consob e da Ivass, de 3 de março de 2010;
- A orientação fornecida pelo Conselho Italiano de Normas de Avaliação (O.I.V.) no seu documento intitulado "Goodwill Impairment Testing in Financial and Real Crisis Contexts", datado de 14 de junho de 2012, bem como o projeto de exposição do Documento de Discussão n.º 1/2022, "Impairment Testing of Non-Financial Assets (IAS 36) Following the War in Ukraine", datado de 13 de junho de 2022;
- Várias declarações publicadas pela ESMA sobre o assunto, mais recentemente a Declaração Pública datada de 13 de maio de 2022, "Public Statement - Implications of Russia's invasion of Ukraine on half-yearly financial reports" (ESMA32-63- 1277).

Adicionalmente, tal como solicitado pelas referidas Autoridades Reguladoras, os procedimentos de avaliação e os parâmetros para o teste de imparidade do goodwill foram aprovados pelo Conselho de Administração de forma independente e previamente à aprovação da minuta desta Demonstração Financeira.

DEFINIÇÃO DO CGUS

Para testar a imparidade do goodwill, que normalmente se baseia em fluxos de caixa gerados por outras actividades empresariais, é crucial atribuir o goodwill a unidades organizacionais conhecidas como unidades geradoras de caixa (UGC). Estas unidades devem apresentar uma relativa autonomia de gestão e a capacidade de gerar fluxos de caixa independentemente de outras áreas de actividade, embora permaneçam interdependentes dentro da unidade.

A IAS 36 exige que o nível em que o goodwill é testado se alinhe com o nível de relato interno usado pela gerência para monitorizar as alterações no valor do goodwill.

As UGCs identificadas são tipicamente empresas individuais ou sucursais.

A QUANTIA ESCRITURADA DO CGUS

Do ponto de vista de uma entidade bancária, não é possível identificar os fluxos de caixa gerados por uma UGC sem ter em conta os fluxos de caixa dos activos/passivos financeiros, uma vez que estes últimos representam a actividade principal da entidade. Seguindo esta abordagem (o chamado "lado do capital próprio"), a quantia escriturada da UGC pode ser determinada em termos da sua contribuição para o capital próprio consolidado, incluindo a parte atribuível aos interesses que não controlam.

CRITÉRIOS PARA ESTIMAR AS QUANTIAS RECUPERÁVEIS DOS CGUS

De acordo com a IAS 36, o montante de qualquer imparidade é determinado pela diferença entre a quantia escriturada da UGC, identificada com base nos critérios acima descritos, e a sua quantia recuperável, consoante o que for mais baixo. A quantia recuperável é definida como o maior dos seguintes valores

- Valor de uso, ou seja, o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera obter do uso continuado de um ativo ou UGC específico;
- Justo valor, menos o custo de venda, ou seja, a quantia a obter da venda de um ativo numa transacção em que não exista relacionamento entre partes conhecedoras e dispostas a isso.

O Valor de Uso das UGCs foi determinado através da estimativa do valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera que sejam gerados pelas UGCs ao longo de um horizonte de cinco anos. O fluxo de caixa do último ano analítico previsto foi projetado na perpetuidade (através da utilização da fórmula da anuidade da perpetuidade, com uma taxa de crescimento apropriada "g" para chegar a um "Valor Terminal". A taxa "g" foi determinada assumindo a taxa de inflação a médio prazo da zona euro como fator de crescimento e constante ao longo do tempo).

No contexto de uma empresa bancária, a identificação dos fluxos de caixa gerados por uma UGC requer a consideração dos fluxos de caixa dos activos e passivos financeiros, que constituem a atividade principal da empresa. Como tal, a quantia recuperável das UGC é influenciada por estes fluxos de caixa e deve englobar os activos e passivos financeiros apropriadamente alocados às UGC relevantes.

Por conseguinte, é razoável aproximar os fluxos de caixa da rentabilidade expressa por cada UGC/empresa. Por conseguinte, partiu-se do princípio de que o Free Cash Flow (FCF) corresponde ao resultado líquido da UGC que está a ser avaliada.

DETERMINAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Os fluxos de caixa foram determinados com base no último plano a médio prazo disponível, atualizado com os fluxos de caixa constantes das projecções orçamentais para 2024.

DETERMINAÇÃO DA TAXA DE DESCONTO

Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa foram descontados a uma taxa que reflecte a situação atual do mercado, o valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo.

A taxa de desconto utilizada, uma vez que se trata de uma empresa financeira, foi estimada na perspetiva "equity side", ou seja, considerando apenas o custo do capital próprio (Ke), em coerência com a forma como são determinados os fluxos de caixa, que, como já referido, incluem os fluxos de caixa de activos e passivos financeiros.

O custo do capital foi então determinado utilizando o "Capital Asset Pricing Model" (CAPM). Com base neste modelo, o custo de capital é determinado como a soma do rendimento de investimentos sem risco e de um prémio de risco, que, por sua vez, depende do risco específico do ativo (ou seja, tanto o risco do segmento operacional como o risco geográfico representado pelo chamado "risco país").

Especificamente, estes parâmetros foram determinados da seguinte forma:

- taxa sem risco: 2,36%, que representa o rendimento médio dos últimos meses do BUND de referência a 10 anos;
- beta: 0,91, que corresponde ao beta de 2 anos da CA.SA;
- prémio de risco: 5,84%, determinado como média ponderada dos "prémios de risco acionista" para os países em que o CA Auto Bank opera, cujo peso é representado pelas exposições brutas em fim de período de cada país.

Para efeitos de cálculo do valor terminal, foi utilizada uma taxa de crescimento de 1,94%, calculada como a média das previsões de inflação de acordo com o IHPC ("Índice Harmonizado de Preços no Consumidor").

RESULTADOS DO TESTE DE IMPARIDADE

Na data de referência, na sequência de um teste de imparidade, foi determinado que o goodwill não sofreu qualquer imparidade.

As quantias recuperáveis das UGCs/Empresas são detalhadas abaixo:

UGC/Empresa -€ mln	Fundo de comércio	Quantia escriturada	Quantia recuperável	Excesso sobre a quantia escriturada
Fonds de Commerce Sofinco	26.3	26.3	539.0	512.70

Para mais pormenores sobre as operações durante 2024, consultar a Parte G do presente relatório anual.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Uma vez que o valor de uso é determinado com base em estimativas e pressupostos que podem apresentar elementos de incerteza, foram efectuadas análises de sensibilidade, conforme exigido pelas IFRS, de forma a verificar a sensibilidade dos resultados obtidos a alterações de determinados parâmetros. Em particular, foi testado o impacto no valor de uso de uma para cima nas taxas de desconto e de uma alteração para baixo na taxa de crescimento utilizada para efeitos de cálculo do valor terminal.

Os quadros seguintes apresentam as análises de sensibilidade do valor de uso das diferentes empresas à variação da taxa de desconto (+ / - 50 pontos de base) ou da taxa de crescimento "g" (+ / - 75 pontos de base):

CA Auto Bank (sucursal França) unidade de negócio Sofinco						
	Ke	6,68%	7,18%	7,68%	8,18%	8,68%
G. Taxa	0,44%	494,0	452,5	416,8	385,8	358,5
	1,19%	554,3	502,8	459,2	421,9	389,6
	1,94%	633,9	567,5	512,7	466,8	427,7
	2,69%	743,3	653,8	582,3	523,9	475,2
	3,44%	903,5	774,8	676,6	599,1	536,4

9.3 ACTIVOS INTANGÍVEIS: MAIS INFORMAÇÕES

Não existem compromissos relativamente à aquisição de activos intangíveis.

SECÇÃO 10 - ACTIVOS E PASSIVOS FISCAIS - RUBRICA 100 DO ACTIVO E RUBRICA 60 DO PASSIVO

A rubrica 100 do Ativo, "Activos Fiscais", no montante de €157.249 mil, inclui Activos Fiscais Correntes de €69.965 mil e Activos Fiscais Diferidos de Activos Fiscais no valor de 87 284 de euros, com o seguinte detalhe.

Os "Activos por Impostos Correntes" representam principalmente valores a receber da Autoridade Tributária Italiana por pagamentos antecipados relativos a impostos do período corrente, num total de 48 811 milhares de euros, e exposições às autoridades fiscais locais nas sucursais de França, Portugal, Alemanha e Polónia, num total de 18 578 milhares de euros. O saldo remanescente refere-se essencialmente a retenções na fonte sobre juros e comissões cobradas em Itália.

A rubrica 60 do Passivo, "Obrigações Fiscais", totaliza 109 991 milhares de euros, reflectindo uma diminuição de 35 449 milhares de euros em relação ao exercício anterior.

A sua composição é a seguinte:

- Passivos por impostos correntes: 15 644 milhares de euros;
- Passivos por Impostos Diferidos: 94.347 milhares de euros, conforme detalhado no quadro seguinte.

Os "Passivos por Impostos Correntes", no montante de 15 644 milhares de euros, consistem principalmente em passivos por impostos do período corrente atribuíveis às sucursais do CA Auto Bank S.p.A. na Bélgica, Espanha, Polónia e Alemanha.

10.1 ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS: COMPOSIÇÃO

Ativo/Valores	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
A) Activos por impostos diferidos	87,284	85,972
- Equilíbrio com os resultados	79,668	81,772
- Equilíbrio em relação ao capital próprio líquido	7,616	4,200
Total	87,284	85,972

10.2 PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS: COMPOSIÇÃO

	Total 31 de dezembro de 2024	Total 31 de dezembro de 2023
a)Passivos por impostos diferidos	94,347	93,634
- Equilíbrio com os resultados	94,347	93,634
- Equilíbrio em relação ao capital próprio líquido	-	-
Total	94,347	93,634

10.3 VARIAÇÕES DOS ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS (IMPACTO NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS)

	Total 31 de dezembro de 2024	Total 31 de dezembro de 2023
1. Saldo inicial	81,772	102,973
2. Aumentos	41,784	12,821
2.1 Activos por impostos diferidos reconhecidos no exercício	41,784	11,491
(a) Relativos a exercícios orçamentais anteriores	207	-
(b) devido a alterações nas políticas contabilísticas		
(c) reversões de imparidade		
(d) Outros	41,576	11,491
2.2 Novos impostos ou aumentos das taxas de imposto		
2.3 Outros aumentos		1,330
3. Diminuições	43,888	34,022
3.1 Activos por impostos diferidos desreconhecidos durante o exercício	41,428	34,022
(a) Reversões	41,428	34,022
(b) imparidades por irrecuperabilidade superveniente	-	-
(c) devido a alterações nas políticas contabilísticas	-	-
(d) Outros	-	-
3.2 Reduções das taxas de imposto	-	-
3.3 Outras reduções	2,460	-
(a) transformação em créditos fiscais ao abrigo da Lei 214/2011	-	-
b) outros	2,460	-
4. Saldo final	79,668	81,772

31 de dezembro de 2024, o saldo inclui activos por impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias entre as quantias escrituradas e as bases fiscais, principalmente relacionadas com

- ajustamentos de avaliação das contas a receber (no montante de 11,6 milhões de euros);
- provisões para riscos e outros encargos (5,3 milhões de euros);
- avaliações no final do exercício (10,96 milhões de euros).

No que se refere às sucursais situadas em França e na Alemanha, os activos por impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias são principalmente atribuíveis ao tratamento divergente dos produtos de locação e das provisões para riscos. O saldo no final do exercício para estas sucursais é de 32,2 milhões de euros.

10.3 BIS ALTERAÇÕES NOS ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS DE ACORDO COM A LEI 214/2011

Em 31 de dezembro de 2024, não existem activos por impostos diferidos nos termos da Lei 214/2011.

10.4 ALTERAÇÕES NOS PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS (RECONHECIDOS NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS)

	Total 31 de dezembro de 2024	Total 31 de dezembro de 2023
1. Saldo inicial	93,634	106,686
2. Aumentos	13,108	10,351
2.1 Activos por impostos diferidos reconhecidos no exercício	13,108	7,765
(a) Relativos a exercícios orçamentais anteriores		
(b) devido a alterações nas políticas contabilísticas		
c) outros	13,108	7,765
2.2 Novos impostos ou aumentos das taxas de imposto		
2.3 Outros aumentos		2,586
3. Diminuições	12,395	23,403
3.1 Activos por impostos diferidos desreconhecidos durante o exercício	12,316	23,403
a) estornos	12,316	23,403
b) devido a alterações nas políticas contabilísticas		
c) outros		
3.2 Reduções das taxas de imposto		
3.3 Outras reduções		
4. Saldo final	94,347	93,634

Os passivos por impostos diferidos resultam principalmente de diferenças temporais entre contabilidade e impostos, incluindo ajustamentos de avaliação no valor de 11,3 milhões de euros e o tratamento do produto de locação financeira na sucursal alemã, que representa 77 milhões de euros.

10.5 ALTERAÇÕES NOS ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS (DEBITADOS/CREDITADOS NO CAPITAL PRÓPRIO)

	Total 31 de dezembro de 2024	Total 31 de dezembro de 2023
1. Saldo inicial	4,200	4,987
2. Aumentos	4,202	-
2.1 Activos por impostos diferidos reconhecidos no exercício	1,704	-
(a) Relativos a exercícios orçamentais anteriores	-	-
(b) devido a alterações nas políticas contabilísticas	-	-
(c) Outros	1,704	-
2.2 Novos impostos ou aumentos das taxas de imposto	-	-
2.3 Outros aumentos	2,498	-
3. Diminuições	(786)	(787)
3.1 Activos por impostos diferidos desreconhecidos durante o exercício	(786)	(786)
(a) Reversões	(786)	(786)
(b) imparidades por irrecuperabilidade superveniente	-	-
(c) devido a alterações nas políticas contabilísticas	-	-
(d) Outros	-	-
3.2 Diminuição das taxas de imposto	-	-
3.3 Outras reduções	-	(1)
4. Saldo final	7,616	4,200

O saldo final, registado em 7 616 milhares de euros, é principalmente atribuível às consequências fiscais decorrentes da aplicação inicial da IFRS 9.

10.6 ALTERAÇÕES NOS IMPOSTOS DIFERIDOS (COMPENSAÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO)

Na data desta demonstração financeira, não existem activos ou passivos por impostos diferidos reconhecidos diretamente no capital próprio.

10.7 OUTRAS INFORMAÇÕES

Na sequência da alteração da estrutura acionista do CA Auto Bank, os requisitos de percentagem de participação e, por conseguinte, a eficácia da opção pelo regime de transparência fiscal nos termos do artigo 115.º do Decreto Presidencial n.º 917 de 22 de dezembro de 1986, cessaram com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2023.

SECÇÃO 11 - ACTIVOS NÃO CORRENTES E GRUPOS PARA ALIENAÇÃO E PASSIVOS RELACIONADOS - RUBRICA 110 DO ACTIVO E RUBRICA 70 DO PASSIVO

11.1 ACTIVOS NÃO CORRENTES E GRUPOS PARA ALIENAÇÃO: COMPOSIÇÃO POR TIPO DE ACTIVO

À data destas demonstrações financeiras, não existem activos ou grupos de activos detidos para alienação.

SECÇÃO 12 - TOTAL DO ACTIVO - NÚMERO 120

€425,935

A rubrica totaliza 425 935 milhares de euros, o que reflecte uma diminuição de 298 301 milhares de euros em relação ao ano anterior.

12.1 OUTRAS ACTIVIDADES: REPARTIÇÃO

Repartição	TOTAL 31 de dezembro, 2024	TOTAL 31 de dezembro, 2023
Contas a receber por serviços prestados	49,375	29,844
Contas a receber de companhias de seguros	15,819	14,945
Outras contas a receber	150,525	158,013
Dívidas dos empregados	935	806
Rumo às instituições de segurança social	1,685	1,879
Rubricas fiscais que não as imputadas à rubrica "Activos fiscais"	207,596	518,749
TOTAL	425,935	724,236

A rubrica "Créditos por serviços prestados" engloba principalmente as contribuições e comissões devidas pelos parceiros comerciais, bem como os serviços prestados à Leasys e às empresas do seu grupo.

As "Contas a receber de companhias de seguros" são principalmente atribuíveis a corretagem e comissões resultantes de actividades de retalho e de locação.

A rubrica "Outras contas a receber" inclui os movimentos pendentes de crédito da rede de vendas, as despesas e comissões pagas antecipadamente, os adiantamentos a fornecedores e as rubricas em fase de cobrança aos clientes, estas últimas essencialmente relacionadas com produtos de locação financeira.

As rubricas fiscais, distintas das afectadas aos "Activos Fiscais", são essencialmente compostas por valores a receber da Autoridade Tributária relativos ao IVA consolidado no montante de 150 milhões de euros, posições periódicas de IVA no montante de 46 milhões de euros e 11 milhões de euros de pagamentos antecipados de imposto de selo. A diminuição das "rubricas fiscais" em comparação com o final do exercício anterior deve-se principalmente ao reembolso do IVA concedido pela Agência Tributária durante 2024.

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO

SECÇÃO 1 - PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO

ITEM 10

€21,947,724

Esta rubrica ascendeu a 21 948 milhões de euros, reflectindo um aumento de 1 125 milhões de euros em relação ao ano anterior. A repartição dos vários elementos que contribuíram para esta rubrica é apresentada a seguir:

1.1 PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO: DESAGREGAÇÃO POR PRODUTO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Tipo de transação/Valores	Total 31 de dezembro de 2024				Total 31 de dezembro de 2023			
	BV	Justo valor			BV	Justo valor		
		L1	L2	L3		L1	L2	L3
1. Depósitos de bancos centrais	-	X	X	X	1,333,969	X	X	X
2. Depósitos em bancos	10,865,393	X	X	X	9,671,975	X	X	X
2.1 Contas correntes e depósitos à ordem	27,189	X	X	X	59,250	X	X	X
2.2 Depósitos a prazo	-	X	X	X	-	X	X	X
2.3 Empréstimos	10,838,174	X	X	X	9,612,725	X	X	X
2.3.1 Acordos de recompra	1,090,231	X	X	X	875,817	X	X	X
2.3.2 Outros	9,747,944	X	X	X	8,736,908	X	X	X
2.4 Contas a pagar por compromissos de recompra de ações próprias	-	X	X	X	-	X	X	X
2.5 Passivos de locação	-	X	X	X	-	X	X	X
2.6 Outras contas a pagar	30	X	X	X	-	X	X	X
Total	10,865,393		11,064,314		11,005,944		10,761,907	

Legenda:

BV= Valor contabilístico L1= Nível 1 L2= Nível 2 L3= Nível 3

A rubrica "Depósitos em bancos centrais" diminuiu aproximadamente 1,3 mil milhões de euros em comparação com o exercício anterior. Esta redução é diretamente atribuível ao reembolso total das operações de política monetária ORPA direccionadas II durante 2024.

A principal variação na rubrica "Outros empréstimos" resulta de um aumento de 1 300 milhões de euros dos financiamentos recebidos de bancos terceiros. Esta categoria inclui igualmente os financiamentos concedidos pelo Crédit Agricole Consumer Finance, bem como os contratos de empréstimos subordinados de nível 2, também com o Crédit Agricole Consumer Finance.

Especificamente, os contratos de empréstimo subordinado de nível 2 pendentes em 31 de dezembro de 2024 dizem respeito à transação de 2017, no montante de

204 milhões de euros, e a operação Tier 2 totalmente subscrita pelo acionista direto em dezembro de 2024, no valor de 250 milhões de euros, com um prazo de 12 anos e uma opção de compra exercível após 5 anos. Simultaneamente, durante 2024, o CA Auto Bank executou um reembolso antecipado ao Crédit Agricole Consumer Finance de um empréstimo Tier 2 existente, originalmente subscrito em junho de 2017, no valor de 126 milhões de euros.

Além disso, registou-se uma diminuição de cerca de 32 milhões de euros nos saldos em fim de período das contas à ordem detidas junto das principais instituições de crédito.

A rubrica Acordos de recompra reflecte as operações em curso pelo CA Auto Bank e pelas suas filiais estrangeiras (situadas em Espanha e na Alemanha) com as contrapartes bancárias Natixis, Crédit Agricole - Corporate Investment Bank e Intesa Sanpaolo S.p.A

1.2 PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO: DESAGREGAÇÃO DE DEPÓSITOS DE CLIENTES

Tipo de transação/Valores	Total 31 de dezembro de 2024				Total 31 de dezembro de 2023			
	BV	Justo valor			BV	Justo valor		
		L1	L2	L3		L1	L2	L3
1. Contas correntes e depósitos à ordem	130,601	X	X	X	107,407	X	X	X
2. Depósitos a prazo	3,312,320	X	X	X	2,018,986	X	X	X
3. Empréstimos	143,669	X	X	X	90,851	X	X	X
3.1 Acordos de recompra	-	X	X	X	-	X	X	X
3.2 Outros	143,669	X	X	X	90,851	X	X	X
4. Responsabilidades por compromissos de recompra de instrumentos de capital próprio detidos	-	X	X	X	-	X	X	X
5. Passivos de locação	14,486	X	X	X	10,363	X	X	X
6. Outras contas a pagar	1,558,985	X	X	X	1,315,490	X	X	X
Total	5,160,060			5,160,069	3,543,097			3,545,127

Legenda: BV= Valor contabilístico L1= Nível 1 L2= Nível 2 L3= Nível 3

Esta rubrica ascende a 5.160.160 de euros, o que representa um aumento de 1,6 mil milhões de euros em relação ao exercício anterior.

O aumento de €1,3 mil milhões na rubrica "Depósitos a prazo" deve-se sobretudo aos depósitos a prazo fixo captados através do produto Conto Deposito no mercado italiano.

No que se refere a "Empréstimos - Outros", que também registou um aumento de 52,8 milhões de euros em relação ao período anterior, 140 milhões de euros referem-se a responsabilidades em conta corrente da sucursal irlandesa junto das filiais do Banco. Um montante adicional de 3,2 milhões de euros diz respeito a um empréstimo recebido de uma contraparte não bancária. Na rubrica "Outras contas a pagar", a variação mais significativa deve-se ao novo reconhecimento - segundo os princípios da IFRS 9 - da dívida líquida decorrente das operações de titularização existentes em 31 de dezembro de 2024, num total de 1,41 mil milhões de euros. Este valor compara com 1,13 mil milhões de euros ano anterior. A variação deve-se, em grande parte, às novas operações de titularização, A-Best Twenty-Five S.r.l. e A-Best Twenty-Three S.à.r.l. Esta rubrica engloba ainda as exposições no final do período à Câmara de Compensação de Londres, que representam as margens dos contratos de derivados compensados executados pela sucursal alemã, em conformidade com os regulamentos EMIR, bem como os depósitos de garantia recebidos da rede de vendas.

Os passivos de locação, resultantes da adoção da IFRS 16, reflectem predominantemente contratos de locação de veículos e alojamento de empregados, bem como de instalações de escritórios.

1.3 PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO: DESAGREGAÇÃO DOS TÍTULOS EM CIRCULAÇÃO

Tipo de títulos / Valores	Total 31 de dezembro de 2024				Total 31 de dezembro de 2023			
	BV	Justo valor			BV	Justo valor		
		L1	L2	L3		L1	L2	L3
A. Dívidas mobiliárias								
1. Obrigações	5,921,694	4,340,260	1,630,998		6,272,959	4,981,282	1,350,299	
1.1 estruturado	-				-			
1.2 outros	5,921,694	4,340,260	1,630,998		6,272,959	4,981,282	1,350,299	
2. Outros títulos	578		578		578		578	
2.1 estruturado	-				-			
2.2 outros	578		578		578		578	
Total	5,922,272	4,340,260	1,631,576		6,273,537	4,981,282	1,350,877	

Legenda: BV= Valor contabilístico L1= Nivel 1 L2= Nivel 2 L3= Nivel 3

A rubrica "1. Obrigações", tal como apresentada no quadro, reflecte o custo amortizado das seguintes participações em obrigações:

1. Valores mobiliários emitidos pela sucursal irlandesa do CA Auto Bank S.p.A., tal como indicado no relatório de gestão, num total de 4 438 milhões de euros. Estas emissões são geridas através do programa Euro Medium Term Note (EMTN), tendo sido emitidos 151,5 milhões de euros no âmbito do programa Euro Commercial Paper;
2. Credit-Linked Notes no valor de 330,5 milhões de euros, emitidos no contexto da operação de titularização sintética;
3. Obrigações sénior não privilegiadas no montante total de 1 153 milhões de euros, subscritas pela sociedade-mãe, Crédit Agricole Consumer Finance S.A.

O valor dos títulos apresentado na rubrica "2. Outros títulos" representa o montante residual das Obrigações de Poupança Sava-Fiat, que se venceram há mais de dez anos.

1.4 DESAGREGAÇÃO DA DÍVIDA SUBORDINADA/TÍTULOS

Tipo de transação/Valores	Total 31 de dezembro de 2024	Total 31 de dezembro de 2023
A.1 Dívidas subordinadas	455,634	331,573
- bancos	455,634	331,573
- clientes		
B.1 Títulos subordinados	1,152,942	450,138
- bancos	1,152,942	450,138
- clientes		

A rubrica A.1 inclui os contratos de empréstimos subordinados (Tier 2), integralmente fornecidos pelo Crédit Agricole Consumer Finance. Especificamente:

- Uma fração de 204 milhões de euros foi desembolsada em 20 de novembro de 2017, com um prazo de vencimento de 10 anos;
- Em 20 de dezembro de 2024, o CA Auto Bank S.p.A. celebrou um contrato de empréstimo subordinado (Tier 2), totalmente fornecido pelo Crédit Agricole
Financiamento ao consumo, no montante de 250 milhões de euros, com um prazo de vencimento de 12 anos.

O saldo da rubrica supramencionada em 31 de dezembro de 2023 incluía uma parcela de 126 milhões de euros, totalmente assegurada pelo Crédit Agricole

Consumer Finance em 28 de junho de 2017, com uma maturidade de 10 anos, que foi posteriormente extinta antecipadamente em dezembro de 2024.

A rubrica B.1 reflecte o valor dos títulos sénior não privilegiados emitidos pelo CA Auto Bank e subscritos pela empresa-mãe.

Para além dos passivos financeiros mensurados ao custo amortizado acima referidos, a rubrica do balanço "130. Instrumentos de capital" inclui duas emissões de instrumentos elegíveis para fundos próprios complementares de nível 1, ambos com duração perpétua e uma opção de compra a cinco anos sujeita a aprovação regulamentar:

- 500 milhões de euros, emitidos em março de 2024;
- 100 milhões de euros, emitidos em dezembro de 2024.

1.5 PORMENORES SOBRE A DÍVIDA ESTRUTURADA

Esta tabela não é apresentada, uma vez que o Banco não tinha passivos de dívida estruturada em curso durante o ano corrente ou comparativo.

1.6 PASSIVOS DE LOCAÇÃO

Os passivos de locação, no montante de 14 485 de euros, decorrem exclusivamente da aplicação da IFRS 16 e dizem respeito a contratos de locação de veículos, residências de colaboradores, escritórios e garagens e equipamento de escritório.

Conforme exigido pelo parágrafo 53(g) desta Norma, os exfluxos de caixa relacionados com as categorias de locação acima mencionadas durante 2024 totalizaram

4.425 milhares de euros, e são afectados da seguinte forma:

Saídas de caixa	2024
a) Escritórios	2,041
b) contratos de aluguer de automóveis	2,264
c) Alojamento utilizado pelos trabalhadores	88
d) Material de escritório	18
e) instalações para garagem na sede para os empregados	14
Total	4,425

Conforme exigido pelo parágrafo 58 da referida norma, apresenta-se de seguida a decomposição dos passivos de locação de acordo com as suas maturidades contratuais remanescentes:

Resumo por vencimentos contratuais	Montante
2025	4.482
2026	3.445
2027	2.421
2028	2.180
2029	1.009
2030	627
2031	189
2032	132
Total	14.486

SECÇÃO 2 - PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO - RUBRICA 20

€43,072

Esta rubrica totaliza 43 072 milhares de euros, registando uma redução de 43 488 milhares de euros em relação ao período anterior. Esta variação está diretamente relacionada com descida das taxas de juro, um padrão consistente observado durante todo o exercício de 2024.

O valor registado incorpora o justo valor negativo dos contratos de derivados de negociação combinados. Estes contratos foram estabelecidos com as principais instituições de crédito e depois atribuídos às filiais para mitigar o risco de taxa de juro.

2.1 PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO: DESAGREGAÇÃO POR TIPO

Tipo de transação/Valores	Total 31 de dezembro de 2024					Total 31 de dezembro de 2023				
	NV	Justo valor			Justo valor*	NV	Justo valor			Justo valor*
		L1	L2	L3			L1	L2	L3	
A. Dívidas a curto prazo										
1. Dívidas a bancos										
2. Devido aos clientes										
3. Títulos de dívida										
3.1 Obrigações										
3.1.1 Estruturado				X					X	
3.1.2 Outras obrigações				X					X	
3.2 Outros títulos										
3.2.1 Estruturado				X					X	
3.2.2 Outros				X					X	
Total A										
B. Instrumentos derivativos										
1. Derivados financeiros		-	43,072				86,558			
1.1 Comércio	X	-	43,072	X	X		86,558		X	
1.2 Ligado à opção do justo valor	X	-	-	X	X		-		X	
1.3 Outros	X	-	-	X	X		-		X	
2. Derivados de crédito		-	-				-			
2.1 Comércio	X			X	X				X	
2.2 Ligado à opção do justo valor	X			X	X				X	
2.3 Outros	X			X	X				X	
Total B	X	-	43,072	X	X		86,558		X	
Total (A+B)	X	-	43,072	X	X		86,558		X	

Legenda: NV= Valor nominal L1= Nível 1 L2= Nível 2 L3= Nível 3

Justo valor*= Justo valor calculado excluindo as variações de valor devidas a alterações na fiabilidade creditícia do emitente desde a data de emissão

2.2 PORMENOR DOS PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO: PASSIVOS SUBORDINADOS

Em 31 de dezembro de 2024, e no exercício anterior, a Empresa não tinha Passivos Financeiros subordinados detidos para negociação.

2.3 PORMENOR DOS PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO: DÍVIDA ESTRUTURADA

O Banco não emitiu dívida estruturada classificada na carteira de negociação.

SECÇÃO 4 - DERIVADOS DE COBERTURA -

ITEM 40

€114,209

A rubrica ascende a 114 209 milhares de euros, reflectindo uma diminuição de 15 293 milhares de euros em relação ao ano anterior. Esta redução é em parte atribuível ao vencimento natural em 2024 dos derivados de cobertura de taxa de juro, subscritos contra obrigações emitidas pela sucursal irlandesa.

4.1 DERIVADOS DE COBERTURA: DISCRIMINAÇÃO POR TIPO DE COBERTURA E HIERARQUIA DE JUSTO VALOR

	Justo valor 31 de dezembro de 2024			NV 31 de dezembro de 2024	Justo valor 31 de dezembro de 2023			NV 31 de dezembro de 2023
	L1	L2	L3		L1	L2	L3	
A. Derivados financeiros	114,209			6,598,494	129,502			8,374,259
1) Justo valor					129,502			8,374,259
2) Fluxos financeiros	114,209			6,598,494				
3) Investimentos estrangeiros								
B. Derivados de crédito								
1) Justo valor								
2) Fluxos financeiros								
Total	114,209			6,598,494	129,502			8,374,259

Legenda: N V= Valor nominal L1= Nível1 L2= Nível2 L3= Nível3

Esta rubrica reflecte o justo valor dos contratos de derivados designados para cobertura do risco de taxa de juro, incorporando os juros acumulados à data de relato.

O ajustamento correspondente da metodologia de cobertura de justo valor é apresentado na Demonstração de Resultados na rubrica 90 - Resultado líquido das actividades de cobertura.

4.2 DERIVADOS DE COBERTURA: DESAGREGAÇÃO POR CARTEIRA COBERTA E TIPO DE COBERTURA

Transacções/Tipo de cobertura	Justo valor						Fluxos de caixa			Investimen tos estrangeiros
	Dívidas títulos e taxas de juro	Instrumentos de capital e ações índices	Específico				Genéricos	Específico	Genéricos	
			Currenci es e ouro	Crédito	Mercadoria s	Outros				
1. Activos financeiros mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral						X	X	X	X	X
2. Activos financeiros mensurados ao custo amortizado		X	16,110			X	X	X	X	X
3. Carteira	X	X	X	X	X	X	X	98,099	X	X
4. Outras transacções								X	X	
Total do ativo			16,110					98,099		
1. Passivos financeiros	-	X						X	-	X
2. Carteira	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Total do passivo	-							-		
1. Transacções previstas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2. Carteira de activos financeiros e responsabilidades	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

O valor de cobertura geral da carteira diz respeito à cobertura da carteira "crédito ao consumo", de acordo com a metodologia do Fair Value (macrohedge). Trata-se de uma tradução direta e precisa.

SECÇÃO 6 - OBRIGAÇÕES FISCAIS - NÚMERO 60

No que se refere aos dados deste segmento, remete-se para as informações detalhadas na Secção 10 do Ativo.

SECÇÃO 8 - OUTRAS DÍVIDAS - NÚMERO 80

€475,258

Esta rubrica ascendeu a 475.258 milhares de euros, reflectindo um decréscimo de 124.063 milhares de euros face ao período anterior.

8.1 OUTROS PASSIVOS: COMPOSIÇÃO

REPARTIÇÃO	TOTAL 31 de dezembro de 2024	TOTAL 31 de dezembro de 2023
1. Contas a pagar	166,970	222,360
2. Outras contas a pagar:	308,287	376,961
- para o pessoal	8,581	3,482
- para as instituições de segurança social	8,505	4,159
- itens fiscais que não os imputados à rubrica "Passivos fiscais"	33,890	9,137
- contas a pagar por serviços de seguros	26,558	40,873
- outros passivos	230,753	319,310
Total	475,258	599,321

Na rubrica "", 73 272 milhares de euros representam montantes devidos a concessionários por comissões de vendas. O saldo remanescente refere-se principalmente a contas a pagar a outros fornecedores por facturas pendentes, principalmente de tecnologias da informação e outros serviços profissionais.

A rubrica "Outras contas a pagar", que totaliza 230,75 milhões de euros, é em grande parte imputável ao passivo decorrente da contribuição consolidada para o IVA,

no montante de 157,32 milhões de euros, bem como as contas a pagar à rede de concessionários e as rubricas pendentes de afetação.

Esta rubrica ascende a 3.057 milhares de euros, o que representa uma redução de 62 milhares de euros em relação ao período anterior.

9.1 PROVISÃO PARA INDEMNIZAÇÕES A EMPREGADOS: VARIAÇÕES ANUAIS

	Total 31 de dezembro de 2024	Total 31 de dezembro de 2023
A. Saldo inicial	3,119	5,810
B. Aumentos	316	393
B.1 Provisões do exercício	106	128
B.2 Outras alterações	210	265
C. Diminuições	(378)	(3,084)
C.1 Indemnizações por despedimento	(378)	(58)
C.2 Outras alterações	-	(3,026)
D. Saldo final	3,057	3,119
Total	3,057	3,119

Os outros aumentos e diminuições reflectem os impactos actuariais decorrentes da reserva de avaliação associada aos ganhos ou perdas actuariais dos planos de benefícios definidos.

9.2 OUTRAS INFORMAÇÕES

Alterações durante o ano nos passivos (activos) líquidos de benefícios definidos e direitos de remição (IAS 19, parágrafos 140 e 141)

Obrigações de prestações definidas a partir de 01.01.2024	3,119
a. Custo do serviço	
b. Custo dos juros	106
c. Redução	-
d. Outros custos	-
e. Contribuição da entidade patronal	-
f. Rendimento de juros sobre os activos do fundo	-
g.1 Ganho/perda atuarial resultante de alterações nos pressupostos financeiros	0
g.2 Ganhos/perdas actuariais resultantes de alterações nos pressupostos demográficos	3
g.3 (Ganho)/perda atuarial líquida: outros	207
h. Contribuições dos participantes no plano (458)	(378)
i. Custos/(proveitos) de serviços passados e (ganhos) e perdas de corte	
l. Transacções entre empresas	
m. Outras alterações	-
Total das obrigações de benefícios definidos a partir de 31.12.2024	3,057

O impacto no passivo resultante de uma alteração de +/- 100 pontos de base na taxa de desconto utilizada para efeitos de avaliação é descrito a seguir.

Impacto na obrigação de benefícios definidos (DBO) resultante de flutuações da taxa de desconto

O quadro seguinte apresenta os efeitos sobre o DBO decorrentes da alteração da taxa de desconto aplicada ao plano de pensões e de prémio de fidelidade do pessoal sediado em Itália:

	0.5%	-0.5%
PROVISÃO PARA INDEMNIZAÇÕES POR DESPEDIMENTO DE TRABALHADORES	85	(81)

	0.5%	-0.5%
BÓNUS DE FIDELIDADE	75	(70)

O quadro seguinte apresenta os efeitos sobre a Obrigação de Prestações Definidas (DBO) resultantes da alteração da taxa de desconto aplicada ao plano de pensões da sucursal belga:

	0.1%	-0.1%
PLANOS DE PENSÕES	14	(14)

O quadro seguinte apresenta os efeitos na Obrigação de Benefícios Definidos (DBO) resultantes de alterações na taxa de desconto aplicada ao plano de pensões da sucursal polaca:

	0.1%	-0.1%
OUTROS PLANOS DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	1	(1)

A tabela abaixo detalha os efeitos na Obrigação de Benefício Definido (DBO) resultantes de mudanças na taxa de desconto aplicada ao plano de pensão para o ramo Franquia:

	0.1%	-0.1%
OUTROS PLANOS DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	56	(51)

O quadro seguinte apresenta os efeitos sobre a Obrigação de Benefícios Definidos (DBO) resultantes de alterações na taxa de desconto aplicada ao plano de pensões da sucursal alemã:

	0.1%	-0.1%
PLANOS DE PENSÕES	99	(98)

Esta rubrica ascende a 56.588 milhares de euros, o que representa um aumento de 886 milhares de euros em relação ao ano anterior.

10.1 PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS: REPARTIÇÃO

Itens/Componentes	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
1. Provisões para riscos de crédito relacionados com compromissos e garantias financeiras emitido	380	44
2. Provisões para outros compromissos e outras garantias emitidas	-	-
3. Provisões para fundos de pensões de empresas	28,312	24,224
4. Outras provisões para riscos e encargos	27,896	31,433
4.1 litígios jurídicos e fiscais	1,225	917
4.2 encargos com o pessoal	8,308	9,390
4.3 outros	18,363	21,126
Total	56,588	55,701

A rubrica 4.3, "Outros", diz respeito a encargos potenciais relacionados com categorias de produtos específicas, incluindo os encargos relevantes para as sucursais que operam na região europeia. A seguir, detalham-se as alterações registradas durante o exercício.

10.2 PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS: ALTERAÇÕES ANUAIS

	Disposições para outros compromissos e outras garantias prestadas	Obrigações em matéria de pensões e outros benefícios pós-reforma	Outras provisões para riscos e encargos	Total
A. Saldo inicial	44	24,224	31,434	55,701
B. Aumentos	336	6,403	5,189	11,928
B.1 Provisões do exercício	336	1,515	5,176	7,027
B.2 Alterações devidas à passagem do tempo	-	-	-	-
B.3 Alterações devidas à modificação da taxa de desconto	-	63	-	63
B.4 Outras alterações	-	4,825	13	4,837
C. Diminuições	-	2,315	8,727	11,042
C.1 Utilização durante o ano	-	2,015	8,727	10,741
C.2 Alterações devidas à modificação da taxa de desconto	-	189	-	189
C.3 Outras alterações	-	111	-	111
D. Saldo final	380	28,312	27,896	56,588

A provisão para Fundos de Reforma é apresentada na rubrica 160A da Demonstração de Resultados e detalhada no Quadro 10.1, secção f).

A rubrica "Provisão do exercício" dentro de "Outras provisões para riscos e encargos", no montante de 5.491 milhares de euros, é principalmente atribuível ao seguinte:

- Rendimento de 275 mil euros, de acordo com a rubrica 170 da Demonstração de Resultados, Quadro 11.3;
- Despesas de 5 451 milhares de euros, conforme rubrica 160.a) da Demonstração de Resultados, Quadro 10.1, especificamente relacionadas com "outros benefícios aos empregados" na alínea i).

As diminuições devidas à utilização, no montante de 10 741 milhares de euros, reflectem em grande medida despesas relacionadas com o pessoal anteriormente provisionadas e outras rubricas relativas a afectações anteriores destinadas a cobrir potenciais responsabilidades associadas a tipos de produtos específicos.

As rubricas "Outras variações" da rubrica "Fundos de Pensões" englobam principalmente o impacto da aquisição do ramo de atividade da sucursal francesa da atividade "Sofinco Mobilité" e dos activos do Crédit Agricole Personal Finance & Mobility (anteriormente Crédit Agricole Consumer Finance), tal como indicado no relatório de gestão da presente ficha financeira.

10.3 PROVISÕES PARA RISCOS DE CRÉDITO RELACIONADOS COM COMPROMISSOS E GARANTIAS FINANCEIRAS EMITIDAS

A 31 de dezembro de 2024, estão constituídas provisões para riscos de crédito relativamente a compromissos e garantias financeiras emitidas. Mais especificamente, estas provisões dizem respeito aos produtos de cartões de crédito e aos compromissos do Banco para com a sua rede comercial.

Provisões para riscos de crédito relacionados com compromissos e garantias financeiras emitidas					
	Primeira fase	Segunda fase	Terceira fase	Imparidade adquirida e/ou originada	Total
Compromissos de desembolso de fundos	378	1	1		380
Garantias financeiras prestadas					
Total	378	1	1		380

10.4 PROVISÕES PARA OUTROS COMPROMISSOS E GARANTIAS EMITIDAS

Em 31 de dezembro de 2024, não existiam provisões para outros compromissos e garantias emitidos.

10.5 PROVISÃO PARA FUNDOS DE PENSÕES DE EMPRESAS COM PRESTAÇÕES DEFINIDAS

10.5.1 DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DA PRESTAÇÃO E DO RISCO ASSOCIADO

Os Fundos de Pensões e Obrigações Similares da Empresa, no valor de 28,31 milhões de euros, englobam quer os benefícios complementares de reforma, quer o fundo especial de prémio de antiguidade. No âmbito deste fundo, o trabalhador com um tempo de serviço mínimo pré-definido recebe, no momento da cessação do contrato de trabalho, um prémio de fidelidade, calculado como um múltiplo do seu salário mensal.

10.5.2 ALTERAÇÕES NO ANO DOS PASSIVOS (ACTIVOS) LÍQUIDOS COM BENEFÍCIOS DEFINIDOS E DIREITOS DE REMIÇÃO

Alterações na obrigação de benefícios definidos	31 de dezembro de 2024
Obrigação de benefícios definidos a partir do ano anterior e da data	24,224
a. Custo do serviço	755
b. Custo dos juros	760
c. Redução	
d. Outros custos	
e. Contribuição da entidade patronal	(180)
f. Rendimento de juros sobre os activos do fundo	(11)
g.1 Ganhos/perdas actuariais resultantes de alterações nos pressupostos financeiros	111
g.2 Ganhos/perdas actuariais resultantes de alterações nos pressupostos demográficos	(19)
g.3 (Ganho)/perda actuarial líquida: outros	223
h. Contribuições dos participantes no plano	(1,835)
i. Custos/(proveitos) de serviços passados e (ganhos) e perdas de corte	-
l. Transacções entre empresas	4,328
m. Outras alterações	(45)
Obrigação total de benefícios definidos a partir de 31 de dezembro de 2024	28,311

O saldo no final do ano dos passivos líquidos de benefícios definidos refere-se principalmente a planos internos.

No que se refere aos fundos complementares de pensões de benefício definido, as avaliações actuariais exigidas pela aplicação da IAS 19, "Benefícios dos Empregados", são realizadas por um actuário independente. É utilizado o "Projected Unit Credit Method", conforme detalhado na Parte A, Políticas contabilísticas. A tabela seguinte apresenta os principais pressupostos actuariais utilizados pelos vários fundos, classificados por país ("Itália" e "Outros países").

10.5.3 INFORMAÇÃO SOBRE O JUSTO VALOR DOS ACTIVOS DO PLANO (IAS 19, PARÁGRAFOS 142 E 143)

Este ponto não é aplicável, uma vez que não existem actividades dedicadas à cobertura do fundo de indemnização por despedimento de trabalhadores (TFR).

10.5.4 DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS ACTUARIAIS

Principais pressupostos actuariais	ITÁLIA		OUTROS PAÍSES		
	Outros planos de benefícios pós-emprego	Outros benefícios a longo prazo dos empregados	Planos de pensões	Outros planos de benefícios pós-emprego	Outros benefícios a longo prazo dos empregados
Taxa de desconto	3.44%	3.44%	2.37%	4.32%	4.26%
Taxa prevista de aumento salarial	2.39%	2.39%	3.13%	3.08%	3.75%
Taxa de inflação prevista	2.00%	2.00%	1.00%	2.25%	2.50%
			MR-5 / FR-5		
Tabelas de mortalidade	SI 2019 (modificado em histórico dados)	SI 2019 (modificado em histórico dados)	BVG 2020 / GT RT 2018 G	TH/TF 2000-2002 GUS 2022	RT 2018 G GUS 2022
			TH/TF 2000-2002		
Média das saídas anuais de trabalhadores por conta de outrem	6.63%	6.63%	4.00%	N/A	N/A

10.5.5 INFORMAÇÃO SOBRE A QUANTIA, A TEMPESTIVIDADE E A INCERTEZA DOS FLUXOS DE CAIXA

Para informações detalhadas, consultar a Secção 10, ponto 10.5.2, "Alterações no período das responsabilidades (activos) líquidas de benefícios definidos e direitos de reembolso".

10.6 PROVISÃO PARA RISCOS E ENCARGOS: OUTRAS PROVISÕES

As "Outras provisões" são classificadas da seguinte forma:

- Litígios judiciais: Esta rubrica engloba a provisão constituída principalmente para fazer face a exfluxos antecipados relacionados com responsabilidades legais.
- Encargos com pessoal: Esta provisão inclui encargos com incentivos à força de vendas, Gestão da Liderança do Desempenho (PLM), bónus de antiguidade e bónus baseados no desempenho.
- Outras categorias: Dizem respeito a potenciais encargos associados a tipos de produtos específicos.

O capital social da empresa, totalmente subscrito e realizado, é representado por 700.000.000 ações ordinárias com um valor nominal de um euro por ação, e manteve-se constante durante o período de referência em relação ao ano anterior.

12.1 " CAPITAL SOCIAL" E "ACÇÕES PRÓPRIAS": REPARTIÇÃO

Típos	TOTAL 31 de dezembro de 2024	TOTAL 31 de dezembro de 2023
1. Capital social	700,000	700,000
1.1 Acções ordinárias	700,000	700,000
1.2 Outras acções		

12.2 CAPITAL SOCIAL - NÚMERO DE ACÇÕES DETIDAS PELA EMPRESA-MÃE: ALTERAÇÕES ANUAIS

Itens/Tipos	Ordinários	Outros
A. Acções emitidas existentes no início do ano	700,000,000	
- totalmente realizado	700,000,000	
- não totalmente realizado		
A.1 Acções próprias (-)		
A.2 Acções em circulação: saldo inicial	700,000,000	
B. Aumentos		
B.1 Novas edições		
- para apreciação:		
- transacções de combinação de negócios		
- conversão de obrigações		
- exercício do warrant		
- outros		
- gratuitamente:		
- aos trabalhadores		
- aos diretores		
- outros		
B.2 Venda de acções próprias		
B.3 Outras alterações		
C. Diminuições		
C.1 Cancelamento		
C.2 Recompra de acções próprias		
C.3 Transferências de empresas		
C.4 Outras alterações		
D. Acções em circulação: saldo final	700,000,000	
D.1 Acções próprias (+)		
D.2 Acções em circulação no final do ano	700,000,000	
- totalmente realizado	700,000,000	
- não totalmente realizado		

12.3 CAPITAL SOCIAL: OUTRAS INFORMAÇÕES

Não são comunicáveis outras informações para além das já divulgadas nos pontos anteriores da presente secção.

12.4 RESERVAS DE LUCROS RETIDOS: INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Demonstração das reservas distribuíveis - Nos termos do artigo 2427, parágrafo 1, n.º 7 bis) do Código Civil italiano. O quadro seguinte apresenta um resumo dos componentes patrimoniais, categorizados por origem, com indicação da sua capacidade de utilização e de distribuição.

NATUREZA/DESCRIÇÃO	MONTANTE	UTILIZAÇÃO POSSÍVEL	MONTANTE DISPONÍVEL	RESUMO DAS UTILIZAÇÕES DURANTE OS TRÊS ANOS ANTERIORES:	
				PARA COBRIR PERDAS	POR OUTRAS RAZÕES
Capital social	700,000,000				
Instrumentos de capital próprio	599,985,440				
Reserva de capital:					
Reserva para acções próprias					
Reserva para stocks e acções da empresa-mãe					
Reserva de prémios de acções	192,745,851	A B C	192,745,851		
Reserva para conversão de obrigações					
Resultados transitados:					
Reserva legal*	140,000,001	B	---		
dos quais: suspensão de impostos para realinhamento de goodwill	47,385,064				
Acções próprias					
Reserva para juros sobre instrumentos de nível 1 adicional	(30.521.664)	A B C	(30.521.664)		
Reserva para ganhos cambiais líquidos					
Reserva para avaliação de investimentos pelo método da equivalência patrimonial					
Reserva para derrogações nos termos do n.º 4 do artigo 2423.					
Reserva de reavaliação	(7,355,404)		---		
Reserva não disponível para regulamentos fiscais de países estrangeiros balcões**	1,714,270		---		
Reserva de excedente de fusão	367,035,980	A B C	367,035,980		
Resultados transitados e outras reservas***	1,105,710,506	A B C	1,105,710,506		
TOTAL	3,069,314,980		1,634,970,672		
Montante não disponível			79,344,389		
Ação residual disponível			1,555,626,283		

Legenda:

A: para aumento de capital

B: para cobrir perdas

C: distribuição aos acionistas

(*) A reserva legal inclui uma limitação de 47.385.064 euros, com suspensão de impostos, relativa ao reajustamento do goodwill, conforme estipulado pelo artigo

110, n.º 7, do Decreto Legislativo italiano n.º 104/2020.

(**) A parte disponível da reserva é apresentada líquida da reserva constituída durante 2024, que não é distribuível até 2027, em conformidade com a regulamentação fiscal espanhola.

(***) parte disponível da reserva é apresentada líquida dos cupões pagos sobre os instrumentos AT1, no montante de 30,52 milhões de euros.

12.5 INSTRUMENTOS DE CAPITAL: COMPOSIÇÃO E VARIAÇÕES ANUAIS

Em março do corrente exercício, o Banco realizou a sua primeira emissão de instrumentos de fundos próprios complementares de nível 1, no montante de 500 milhões de euros. Posteriormente, em dezembro de 2024, o Banco concluiu uma segunda emissão de instrumentos de fundos próprios complementares de nível 1, no montante total de 100 milhões de euros.

Ambas as emissões são qualificadas como instrumentos de capital ao abrigo da Norma Internacional de Contabilidade 32 (IAS 32). As receitas obtidas com estas emissões, líquidas dos custos de transação diretamente atribuíveis, foram registadas na rubrica "130 Instrumentos de capital", com um valor total de 599,99 milhões de euros.

Em coerência com a natureza destes instrumentos, os cupões de juros pagos foram registados como uma redução do capital próprio (rubrica "140 Reservas").

Consequentemente, no final do ano, o capital próprio foi reduzido em 30 522 milhares de euros devido a estes pagamentos de cupões.

Para mais pormenores sobre o tratamento contabilístico destes instrumentos, consultar a "Parte A - Políticas Contabilísticas" destas Notas para as Demonstrações Financeiras.

12.6 INFORMAÇÕES ADICIONAIS: DISCRIMINAÇÃO DA RUBRICA 130, "RESERVAS DE AVALIAÇÃO".

	ACTIVOS FINANCEIROS MENSURADOS PELO JUSTO VALOR ATRAVÉS DOS LUCROS OU PREJUÍZOS	PROPIEDAD E INSTALACIONES E EQUIPAMEN TOS	ACTIVOS INTANGÍVEI S	FLUXO DE CAIXA COBERTURAS/ DIFERENÇAS CAMBIAIS	REAVALIAÇÃO LEGALMENTE EXIGIDA S	OUTROS (PLANOS DE BENEFÍCI OS DEFINIDO S)	TOTAL
A. Saldo inicial	-	-	-	48	454	(8,325)	(7,823)
B. Aumentos				871		-	871
B.1 Variações positivas do justo valor							-
B.2 Outras variações				871			871
C. Diminuições						403	403
C.1 Variações negativas do justo valor							-
C.2 Outras alterações						403	403
D. Saldo final	-	-	-	919	454	(8,728)	(7,355)

Informações relativas à rubrica 145, "Adiantamentos sobre dividendos":

Não foram distribuídos adiantamentos sobre dividendos aos acionistas durante o exercício de 2024

OUTRAS INFORMAÇÕES

1. COMPROMISSOS FINANCEIROS E GARANTIAS PRESTADAS (EXCEPTO OS DESIGNADOS PELO JUSTO VALOR)

	Valor nominal das autorizações e garantias financeiras prestadas				Total	Total
	Primeira fase	Segunda fase	Terceira fase	Compras com imparidade e/ou originadas	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Compromissos de desembolso de fundos	1,321,696.65	142.37	145.52	-	1,321,984	3,448,732
a) Bancos Centrais	-	-	-	-	-	-
b) Administrações públicas	-	-	-	-	-	-
c) Bancos	-	-	-	-	-	-
d) Outras sociedades financeiras	-	-	-	-	-	-
e) Sociedades não financeiras	1,310,850.97	-	-	-	1,310,851	3,439,190
f) Agregados familiares	10,845.00	142.31	145.52	-	11,133	9,542
Garantias financeiras prestadas	-	-	-	-	-	-
a) Bancos Centrais	-	-	-	-	-	-
b) Administrações públicas	-	-	-	-	-	-
c) Bancos	-	-	-	-	-	-
d) Outras sociedades financeiras	-	-	-	-	-	-
e) Sociedades não financeiras	-	-	-	-	-	-
f) Agregados familiares	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-

A informação apresentada no quadro diz respeito ao valor nominal dos compromissos e garantias emitidos, os quais estão sujeitos às regras de imparidade previstas na IFRS 9. Estes valores referem-se a compromissos estendidos à rede comercial - e) Empresas não financeiras - e a compromissos revogáveis do Banco com titulares de cartões de crédito - f) Particulares. Relativamente à alínea e) Empresas não financeiras, para garantir uma comparação clara com os valores do ano anterior, o montante a 31 de dezembro de 2023 foi reclassificado do quadro "2. Outros Compromissos e Outras Garantias Emitidas" para o quadro atual

2. OUTROS COMPROMISSOS E OUTRAS GARANTIAS EMITIDAS

	Valor nominal	
	Total 31 de dezembro de 2024	Total 31 de dezembro de 2023
1. Outras garantias prestadas	444,569	572,633
Dos quais: empréstimos não produtivos	-	
a) Bancos Centrais	-	
b) Administrações públicas	-	
c) Bancos	-	36,000
d) Outras sociedades financeiras	392,101	484,684
e) Sociedades não financeiras	52,468	51,949
f) Agregados familiares	-	
2. Outros compromissos	75,937	110,654
Dos quais: empréstimos não produtivos	-	47
a) Bancos centrais	-	
b) Administrações públicas	-	
c) Bancos	-	
d) Outras sociedades financeiras	5,000	10,000
e) Sociedades não financeiras	-	893
f) Agregados familiares	70,937	99,761

Os valores apresentados no quadro representam o valor nominal dos Outros Compromissos e Garantias Emitidas que não estão sujeitos às regras de imparidade estipuladas pela IFRS 9.

As "Outras Garantias Emitidas" indicadas na rubrica (d) Outras Sociedades Financeiras consistem principalmente em garantias emitidas para apoiar as linhas de crédito da filial CA Auto Finance Suisse S.A. Em contrapartida, os montantes indicados na rubrica (e) Sociedades Não Financeiras são predominantemente atribuíveis à Leasys S.p.A.

A rubrica "Outros Compromissos - (d) Outras Sociedades Financeiras" diz respeito a uma linha crédito concedida à subsidiária Drivalia Lease França S.A.

3. ACTIVOS UTILIZADOS PARA GARANTIR OS SEUS PRÓPRIOS PASSIVOS E COMPROMISSOS

Carteiras	Total 31 de dezembro de 2024	Total 31 de dezembro de 2023
1) Activos financeiros mensurados pelo justo valor através dos lucros ou perdas		
2) Activos financeiros mensurados pelo justo valor através dos lucros ou perdas		
3) Activos financeiros mensurados ao custo amortizado	2,829,817	5,274,325
4) Activos fixos tangíveis		
Dos quais: existências de activos fixos tangíveis		

Especifica-se que a rubrica 3, "Activos financeiros mensurados ao custo amortizado", reflecte os activos sujeitos a restrições decorrentes de:

- operações de securitização realizadas pela Empresa e suas sucursais;
- valores a receber de contrapartes bancárias de primeira linha relativos a acordos de Anexo de Apoio ao Crédito (CSA) relacionados com contratos de derivados celebrados com as referidas contrapartes;
- valores a receber da Câmara de Compensação de Londres, que representam margens sobre contratos de derivados compensados, tal como exigido pelos regulamentos EMIR.

Além disso, é de notar que o título de classe A, com um valor de cerca de 3,5 milhões de euros, emitido pelo veículo de titularização alemão Abest 19 e subscrito pelo CA Auto Bank, foi dado como garantia junto do Banco de Itália, dada a adesão direta do CA Auto Bank ao módulo de facilidades permanentes Target2.

Adicionalmente, os títulos das classes sénior e mezzanine, provenientes de operações de titularização realizadas pelo CA Auto Bank e respectivas sucursais, com um valor nominal de 1,22 mil milhões de euros, foram dados como garantia de acordos de revenda celebrados com as contrapartes Natixis, Crédit Agricole - Corporate Investment Bank e Intesa Sanpaolo S.p.A.

4. GESTÃO E INTERMEDIAÇÃO DE CONTAS DE TERCEIROS

Durante o período de referência, a Empresa não desenvolveu actividades relacionadas com a gestão ou intermediação de activos para contas de terceiros.

5. ACTIVOS FINANCIEROS SUJEITOS A COMPENSAÇÃO, NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS OU SUJEITOS A ACORDOS-QUADRO DE COMPENSAÇÃO OU ACORDOS SEMELHANTES

Instrumento tipo	Montante bruto de activos financeiros (a)	Montante de responsabilidades compensado nas demonstrações financeiras (b)	Montante líquido de compensação de relatado em o balanço (c=a-b)	Quantias relacionadas não sujeitas a activos		Montante líquido 31 de dezembro de 2024 (f=c-d-e)	Montante líquido 31 de dezembro de 2023
				Instrumentos financeiros (d)	Depósitos em numerário recebidos como garantia (e)		
1. Derivados	12,768		12,768	33	3,997	8,738	10,361
2. Acordos de recompra invertidos	21,054		21,054	21,054		-	-
3. Empréstimo de títulos							-
4. Outros	4,000,000	4,000,000	-			-	-
Total 31 de dezembro de 2024	4,033,822	4,000,000	33,822	21,087	3,997	8,738	X
Total 31 de dezembro de 2023	6,063,584	6,000,000	63,584	23,269	29,954	X	10,361

Os montantes brutos (a) apresentados em "Derivados" no quadro supra estão reflectidos na rubrica 50, "Derivados de cobertura", no valor de 12 768 milhares de euros. Estes dizem respeito a transacções de derivados de taxa de juro para as quais o risco de contraparte é gerido através de mecanismos de compensação em conformidade com os regulamentos EMIR. Os depósitos em numerário recebidos pela nossa sucursal alemã, relacionados com estas transacções, são registados na rubrica 10 b), "Débitos para com clientes", representando pagamentos de margens à Câmara de Compensação de Londres.

Em 31 de dezembro de 2024, os acordos de recompra invertidos, no montante de 21 054 milhares de euros, são garantidos por cauções constituídas por obrigações do Estado do Reino Unido com um valor nominal total de 24 120 milhares de euros e um justo valor de 21 426 milhares de euros.

A rubrica "Outros" do quadro destaca os montantes de activos e passivos sujeitos a compensação no balanço. Esta compensação diz respeito a operações de financiamento e de depósito regidas por acordos de compensação específicos, que, como tal, foram apresentados em conformidade com a IAS 32.

6. PASSIVOS FINANCEIROS SUJEITOS A COMPENSAÇÃO CONTABILÍSTICA OU AO ABRIGO DE ACORDOS-QUADRO DE COMPENSAÇÃO E ACORDOS SEMELHANTES

Instrumento tipo	(Bruto) (montante de finanças passivos (a))	Montante de activos financeiros compensado no balanço financeiro declarações (b)	Montante líquido de passivos financeiros registados no balanço (c=a-b)	Quantias relacionadas não sujeitas a compensação		Montante líquido	Montante líquido
				Instrumentos financeiros (d)	Depósitos em numerário recebidos como garantia (e)	31 de dezembro de 2024 (f=c-d-e)	31 de dezembro de 2023
1. Derivados	126,732	-	126,732	81,128	45,604	-	
2. Acordos de recompra	1,090,231	-	1,090,231	1,084,261		5,970	9,191
3. Empréstimo de títulos							
4. Outros							
Total 31 de dezembro de 2024	1,216,963	-	1,216,963	1,165,389	45,604	5,970	X
Total 31 de dezembro de 2023	134,021		134,021	94,382	39,315	X	9,191

Os montantes brutos (a) apresentados em "Derivados" no quadro supra são reconhecidos na rubrica 20, "Passivos financeiros detidos para negociação", no montante de 14 543 milhares de euros, e na rubrica 40, "Derivados de cobertura", no montante de 112 189 milhares de euros. Estes montantes dizem respeito a transacções de derivados de taxa de juro em que o risco de contraparte é gerido através de mecanismos de compensação de acordo com a regulamentação EMIR e acordos de Credit Support Annex (CSA) estabelecidos com instituições bancárias de primeira linha. Os instrumentos financeiros correspondentes (d) são constituídos por derivados de compensação, registados na rubrica 20, "Activos financeiros detidos para negociação", e na rubrica 50, "Derivados de cobertura".

Os depósitos em numerário efectuados no âmbito destas transacções são reconhecidos na rubrica 40 b), "Depósitos de clientes", representando depósitos de margem na Câmara de Compensação de Londres, enquanto os depósitos subjacentes aos acordos CSA são apresentados na rubrica 40 a), "Depósitos de bancos".

Certifica-se que o CA Auto Bank S.p.A. e as suas sucursais, à data da presente demonstração financeira, têm em curso acordos de revenda no valor total de 1,09 mil milhões de euros. Os activos dados em garantia destes acordos são títulos provenientes de operações de titularização, com um valor nominal de 1,22 mil milhões de euros e um justo valor de 1,10 mil milhões de euros

7. OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMO DE TÍTULOS

No final do ano, não existem operações de empréstimo de títulos pendentes e não foram efectuadas quaisquer operações deste tipo durante o ano de referência.

8. DIVULGAÇÃO RELATIVA A ACTIVOS CONTROLADOS CONJUNTAMENTE

Note-se que o CA Auto Bank S.p.A. não detém quaisquer activos controlados conjuntamente.

PARTE C - INFORMAÇÕES SOBRE A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(montantes em milhares de euros)

SECÇÃO 1 - JUROS - RUBRICAS 10 E 20

€362,317

Esta rubrica ascende a 362.317 milhares de euros, o que representa um decréscimo de 35.613 milhares de euros face ao exercício anterior. Os proveitos englobam essencialmente as receitas provenientes da atividade de retalho, das operações de factoring e dos financiamentos concedidos a concessionários e outros canais de venda, bem como os proveitos de juros provenientes de empréstimos concedidos a empresas subsidiárias.

1.1 JUROS E PROVEITOS EQUIPARADOS: DISCRIMINAÇÃO

Rubricas/Formulários técnicos	Dividas mobiliárias	Financiamentos	Outras operações	Total 31 de dezembro de 2024	Total 31 de dezembro de 2023
1. Activos financeiros avaliados pelo justo valor com impacto nos resultados:					
1.1. Activos financeiros detidos para negociação					
1.2. Activos financeiros designados pelo justo valor					
1.3. Outros activos financeiros obrigatoriamente avaliados pelo justo valor					
2. Activos financeiros avaliados pelo justo valor com impacto na rentabilidade global					
3. Activos financeiros avaliados ao custo amortizado:					
3.1 Créditos sobre bancos		1,363,959		1,363,959	1,242,926
3.2 Créditos sobre clientes		257,119	X	257,119	264,480
		1,106,840	X	1,106,840	978,446
4. Derivados de cobertura	X	X	199,267	199,267	219,162
5. Outros activos	X	X	617	617	369
6. Passivos financeiros	X	X	X	-	-
Total	-	1,363,959	199,884	1,563,843	1,462,457
dos quais: receitas de juros sobre activos financeiros depreciados		11,858		11,858	8,579
dos quais: juros de locações financeiras	X	252,222	X	252,222	174,043

Tal como referido no relatório de gestão, as flutuações observadas em várias rubricas do balanço, nomeadamente em "Juros e proveitos equiparados", devem-se principalmente à expansão da carteira de empréstimos a clientes relacionados com produtos de locação financeira. Este crescimento gerou um aumento de cerca de 78 milhões de euros nas receitas de juros. Além disso, a carteira de crédito relativa aos financiamentos concedidos à rede comercial contribuiu com mais 26 milhões de euros. Apesar do aumento dos empréstimos concedidos às filiais durante o ano de 2024, os juros acumulados sobre esses empréstimos aumentaram 14,93 milhões de euros, em resultado da descida das taxas de juro.

A rubrica "Contas a receber de bancos" engloba principalmente os juros vencidos de um empréstimo concedido à , no montante de aproximadamente 191 milhões de euros, e juros de depósitos à ordem detidos no Banco de Itália, num total de 39 milhões de euros. Esta rubrica reflecte também €15 419 mil em juros provenientes de empréstimos concedidos a filiais bancárias.

A rubrica "Derivados de cobertura" inclui os diferenciais realizados sobre os derivados de macro-hedge utilizados para cobrir a carteira de empréstimos. O impacto da descida das taxas de juro no período resultou numa variação homóloga significativa de 19,89 milhões de euros.

1.2 RENDIMENTOS E RECEITAS DE JUROS: OUTRAS INFORMAÇÕES

Os rendimentos de juros de "Créditos sobre clientes" incluem principalmente

- Receitas das actividades de financiamento a prestações, no montante de 492 234 milhares de euros;
- Receitas provenientes de juros planos de piso, no valor de 82 965 milhares de euros;
- Receitas geradas por operações de locação financeira com clientes, no montante de 252 222 milhares de euros;
- Juros de financiamentos concedidos à rede de vendas, no valor de 122.138 milhares de euros;
- Juros acumulados de empréstimos a filiais, no montante de 156 956 milhares de euros.

1.2.1 RENDIMENTOS DE JUROS SOBRE ACTIVOS FINANCEIROS DENOMINADOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

ITENS	Total 31 de dezembro de 2024	Total 31 de dezembro de 2023
Receitas de juros sobre activos financeiros em moeda estrangeira	152,986	138,570

1.3 DESPESAS COM JUROS E ENCARGOS SIMILARES: REPARTIÇÃO

Rubricas/Formulários técnicos	Dívidas	Títulos	Outras transacções	Total 31 de dezembro de 2024	Total 31 de dezembro de 2023
1. Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	(881,022)	(281,007)		(1,162,029)	(951,999)
1.1 Dívidas aos bancos centrais	(32,402)	X	X	(32,402)	(80,741)
1.2 Dívidas aos bancos	(694,777)	X	X	(694,777)	(595,639)
1.3 Dívidas a clientes	(153,843)	X	X	(153,843)	(89,620)
1.4 Dívidas Títulos em circulação	X	(281,007)	X	(281,007)	(185,999)
2. Passivos financeiros detidos para negociação					
3. Passivos financeiros designados pelo justo valor					
4. Outros passivos e fundos	X	X			
5. Derivados de cobertura	X	X	(39,496)	(39,496)	(112,528)
6. Activos financeiros	X	X	X		
Total	(881,022)	(281,007)	(39,496)	(1,201,525)	(1,064,527)
Dos quais: despesas de juros relacionadas com passivos de locação	(282)	X	X	(282)	(118)

A rubrica "Dívidas a bancos centrais" reflecte uma diminuição em comparação com o ano anterior, uma vez que o reembolso total da operação ORPA direcionada (um empréstimo obtido junto do Banco Central Europeu) ocorreu em 2024.

O aumento registado na rubrica "Dívidas a bancos" é atribuível a 70,35 milhões de euros de encargos financeiros acrescidos relativos a empréstimos contraídos junto de bancos e a 28,79 milhões de euros de encargos decorrentes de acordos de revenda com contrapartes bancárias, tal como descrito na Secção 10 da Demonstração da posição financeira (Passivo).

A rubrica "1.3 Dívidas a clientes" engloba principalmente os juros corridos a pagar sobre os depósitos de clientes em contas à ordem em Itália, Alemanha, Áustria, Irlanda, Países Baixos e Espanha, bem como os encargos agregados gerados pelo endividamento das entidades de titularização. Mais especificamente, o aumento mais significativo, no montante de 62 milhões de euros, está relacionado com os juros pagos aos depositantes em contas à ordem, devido tanto ao aumento dos saldos dos depósitos como às taxas de juro aplicáveis mais elevadas.

A variação registada em "1.4 Dívidas mobiliárias em circulação" deve-se essencialmente ao seguinte:

- Um aumento substancial de 29 milhões de euros dos juros acumulados a pagar ao Crédit Agricole Consumer Finance por emissões de obrigações sénior não preferenciais, subscritas pela mesma entidade em setembro de 2023 e junho, julho e dezembro de 2024;
- Um aumento de 90,5 milhões de euros dos encargos financeiros atribuíveis às obrigações emitidas pela sucursal irlandesa, que, à data de encerramento do balanço, ascendiam a 201,51 milhões de euros, em comparação com 111 milhões de euros em 31 de dezembro de 2023;
- Uma diminuição de 24 milhões de euros resultante de Credit-Linked Notes emitidas em 2023, exclusivamente relacionadas com operações de titularização sintética.

Além disso, a rubrica "Derivados de cobertura" reflecte os diferenciais negativos relacionados com os contratos de derivados de micro-hedge, celebrados para cobrir o risco de taxa de juro e que terminam em 2024, sendo os subjacentes obrigações emitidas pela sucursal irlandesa.

A rubrica "dos quais despesas de juros sobre passivos de locação" apresenta um valor de 282 milhares de euros em 31 de dezembro de 2024, referente à componente de juros dos ativos de direito de uso ao abrigo da IFRS 16.

1.4 DESPESAS COM JUROS E ENCARGOS SEMELHANTES: OUTRAS INFORMAÇÕES

As despesas com juros e encargos similares ascenderam a 1,20 mil milhões de euros, o que representa um aumento de 137 milhões de euros em relação ao exercício anterior. Este montante reflecte sobretudo os encargos com juros relacionados com a dívida financeira contraída para apoiar as operações comerciais.

Além disso, as despesas com juros e encargos similares incorporam as despesas agregadas decorrentes da dívida de entidades de securitização, que foram reclassificadas - de acordo com a IFRS 9 - nas Demonstrações Financeiras do CA Auto Bank S.p.A..

1.4.1 DESPESAS DE JUROS SOBRE PASSIVOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Voci	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Despesas de juros sobre passivos em moeda estrangeira	45,368	41,631

1.5 DIFERENCIAIS RELACIONADOS COM TRANSAÇÕES DE COBERTURA

Artigos	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
A. Diferenciais positivos relacionados com operações de cobertura:	202,203	237,241
B. Diferenciais negativos relacionados com transações de cobertura:	(42,432)	(130,607)
C. Diferença (A-B)	159,771	106,634

Os diferenciais positivos dos derivados de cobertura referem-se principalmente a instrumentos financeiros celebrados para atenuar o risco de taxa de juro da carteira de crédito a particulares e de locação financeira.

Em contrapartida, os diferenciais negativos são essencialmente imputáveis aos contratos de derivados estabelecidos para cobrir o risco de taxa de juro das obrigações

emitidos pela sucursal irlandesa, num montante de 39 milhões de euros.

SECÇÃO 2 - RENDIMENTOS DE HONORÁRIOS E DE COMISSÕES - NÚMEROS 40 E 50

€82,345

Esta rubrica ascende a €82.345 mil, reflectindo uma redução de €11.565 mil face ao valor comparável do ano anterior.

2.1 RECEITAS DE HONORÁRIOS E COMISSÕES: REPARTIÇÃO

Tipos de serviços/Montantes	Total	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
a) Instrumentos financeiros		
1. Colocação de títulos		
1.1 Com um compromisso firme e/ou com base num compromisso irrevogável		
1.2 Sem compromisso irrevogável		
2. Actividades de receção e transmissão de ordens e execução de ordens em nome de clientes		
2.1 Receção e transmissão de ordens para um ou mais instrumentos financeiros		
2.2 Execução de ordens por conta de clientes		
3. Outras comissões associadas a actividades relacionadas com instrumentos financeiros		
Dos quais: negociação por conta própria		
Dos quais: gestão de carteiras individuais		
b) Finanças empresariais		
1. Consultoria em matéria de fusões e aquisições		
2. Serviços de tesouraria		
3. Outras comissões relacionadas com serviços de financiamento de empresas		
c) Actividades de consultoria para investimento		
d) Compensação e liquidação		
e) Custódia e administração		
1. Banco depositário		
2. Outras comissões relacionadas com as actividades de guarda e administração		
f) Serviços administrativos centrais para a gestão colectiva de carteiras		
g) Actividades fiduciárias		
h) Serviços de pagamento	409	272
1. Contas correntes		
2. Cartões de crédito	409	272
3. Cartões de débito e outros cartões de pagamento		
4. Transferências electrónicas e outras ordens de pagamento		
5. Outras comissões relacionadas com os serviços de pagamento		
i) Distribuição de serviços de terceiros	56,571	61,872
1. Gestão colectiva de carteiras		
2. Produtos de seguros	56,571	61,872
3. Outros produtos		
Dos quais: gestão de carteiras individuais		
j) Financiamentos estruturados		
k) Actividades de gestão de operações de titularização		
l) Compromissos de desembolso de fundos		
m) Garantias financeiras prestadas	450	455
dos quais: derivados de crédito		
n) Operações de financiamento	762	8,639
Dos quais: para operações de factoring	762	8,639
o) Negociação de divisas		
p) Produtos de base		
q) Outras receitas de comissões	38,658	38,473
Dos quais: para actividades de gestão de sistemas de comércio multilateral		
Dos quais: para actividades de gestão de sistemas de negociação organizados		
Total	96,850	109,711

A rubrica "Outros rendimentos de comissões" engloba principalmente as comissões de gestão e de cobrança cobradas aos clientes no âmbito de acordos de financiamento relacionados com actividades específicas de retalho e de locação financeira. As comissões sobre produtos de seguros resultam, em grande parte, de contratos de seguros acessórios fornecidos aos clientes em conjunto com acordos de financiamento de retalho e de locação financeira.

2.2 RECEITAS DE TAXAS E COMISSÕES: CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS

CANAIS/QUANTIDADES	Total 31 de dezembro de 2024	Total 31 de dezembro de 2023
a) nas suas próprias sucursais:		
1. gestão de carteiras		
2. colocação de títulos		
3. serviços e produtos de terceiros		
b) oferta fora do local:		
1. gestão de carteiras		
2. colocação de títulos		
3. serviços e produtos de terceiros	56,571	61,872
c) outros canais de distribuição:		
1. gestão de carteiras		
2. colocação de títulos		
3. serviços e produtos de terceiros		

2.3 DESPESAS COM HONORÁRIOS E COMISSÕES: REPARTIÇÃO

Tipos de serviços/ Montantes	Total 31 de dezembro de 2024	Total 31 de dezembro de 2023
a) Instrumentos financeiros		
Dos quais: negociação de instrumentos financeiros		
Dos quais: colocação de instrumentos financeiros		
Dos quais: gestão de carteiras individuais		
- Próprio		
- Delegado a terceiros		
b) Compensação e liquidação		
c) Custódia e administração		
d) Serviços de receção e pagamento	(3,103)	(2,958)
Dos quais: cartões de crédito, cartões de débito e outros cartões de pagamento	(150)	(330)
e) Actividades de gestão de operações de titularização		
f) Compromissos de receção de fundos		
g) Garantias financeiras recebidas	(40)	(18)
Dos quais: derivados de crédito		
h) Oferta de instrumentos, produtos e serviços financeiros fora do local de trabalho		
i) Negociação de divisas		
j) Outras despesas de comissão	(11,362)	(12,825)
Total	(14,505)	(15,801)

As despesas com comissões, que totalizavam 14 505 milhares de euros no final do exercício, são constituídas pelas seguintes componentes:

- Outras despesas com comissões, que representam comissões pagas à rede de vendas relacionadas com actividades de retalho e de locação;
- Serviços de cobrança e pagamento, que representam comissões cobradas por bancos terceiros por serviços de cobrança de créditos (Débito Direto SEPA).

SECÇÃO 3 -DIVIDENDOS E RENDIMENTOS ASSOCIADOS - NÚMERO 70

-

Tal como no período de referência anterior, a Empresa não registou dividendos das suas subsidiárias durante o ano.

SECÇÃO 4 - GANHOS (PERDAS) LÍQUIDOS EM ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

- ITEM 80

€907

Esta rubrica reflecte ganhos no valor de €907 mil, abaixo dos €1.373 mil do valor comparável do ano anterior.

4.1 GANHOS (PERDAS) LÍQUIDOS EM ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO: REPARTIÇÃO

Transacções/itens de lucros e perdas	Mais-valias (A)	Receitas de negociação (B)	Perdas de capital (C)	Perdas de negociação (D)	Ganho líquido (perda) [(A+B) - (C+D)]
1. Activos financeiros detidos para negociação					
1.1 Títulos de dívida					
1.2 Títulos de capital					
1.3 Acções O.I.C.R.					
1.4 Financiamento					
1.5 Outros					
2. Passivos financeiros detidos para negociação					
2.1 Títulos de dívida					
2.2 Dívidas					
2.3 Outros					
3. Activos e passivos financeiros: diferenças de câmbio	X	X	X	X	
4. Instrumentos derivados	42,015	54,909	(41,697)	(54,320)	907
4.1 Derivados financeiros:	42,015	54,909	(41,697)	(54,320)	907
- Sobre títulos de dívida e taxas de juro	42,015	54,909	(41,697)	(54,320)	907
- Sobre títulos de capital e índices de acções					
- Sobre moedas e ouro	X	X	X	X	
- Outros					
4.2 Derivados de crédito					
Dos quais: coberturas naturais relacionadas com a opção de justo valor	X	X	X	X	
Total	42,015	54,909	(41,697)	(54,320)	907

Esta rubrica reflecte o saldo líquido dos ganhos e perdas das transacções classificadas na demonstração da posição financeira como activos e passivos financeiros detidos para negociação, incluindo os resultados da avaliação dessas transacções. Os instrumentos derivados consistem principalmente em Swaps de Taxa de Juro, designados para cobrir o risco de taxa de juro das Empresas Subsidiárias.

SECÇÃO 5 - GANHOS (PERDAS) LÍQUIDOS DA CONTABILIDADE DE COBERTURA

(€6.488)

ITEM 90

No final do exercício, esta rubrica, com um valor negativo de 6.488 milhares de euros, é essencialmente imputável ao resultado financeiro da cobertura do risco cambial das operações de financiamento com as filiais.

5,1 GANHOS (PERDAS) LÍQUIDOS DA CONTABILIDADE DE COBERTURA: REPARTIÇÃO

Itens/montantes de lucros e perdas	Total 31 de dezembro de 2024	Total 31 de dezembro de 2023
Rendimentos relacionados com:		
A.1 Derivados de cobertura do justo valor	166,151	307,560
A.2 Activos financeiros cobertos (justo valor)		
A.3 Passivos financeiros cobertos (justo valor)	34,853	108,799
A.4 Derivados financeiros de cobertura de fluxos de caixa	-	-
A.5 Activos e passivos em moeda estrangeira		
Total dos rendimentos das actividades de cobertura (A)	201,005	416,359
B. Encargos relacionados com:		
B.1 Derivados de cobertura do justo valor	(166,151)	(307,560)
B.2 Activos financeiros cobertos (justo valor)		
B.3 Passivos financeiros cobertos (justo valor)	(37,053)	(107,016)
B.4 Derivados financeiros de cobertura de fluxos de caixa	-	-
B.5 Activos e passivos em moeda estrangeira	(4,288)	(18,459)
Total das despesas das actividades de cobertura (B)	(207,492)	(433,035)
C. Resultado líquido das actividades de cobertura (A-B)	(6,488)	(16,675)
Dos quais: resultado de cobertura de posições líquidas (IFRS 7 24C, lett. b) vi); IFRS9 6.6.4)	-	-

6.1 LUCROS (PERDAS) NA ALIENAÇÃO OU RECOMPRA: DISCRIMINAÇÃO

Rubricas/rubricas de resultados	Total 31 de dezembro de 2024			Total 31 de dezembro de 2023		
	Ganhos	Perdas	Lucro líquido	Ganhos	Perdas	Lucro líquido
A. Activos financeiros						
1. Activos financeiros mensurados ao custo amortizado		(138)	(138)	29	(1,529)	(1,500)
1.1 Recursos de bancos						
1.2 Dívidas de clientes		(138)	(138)	29	(1,529)	(1,500)
2. Activos financeiros mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral						
2.1 Títulos de dívida				-	-	-
2.2 Empréstimos						
Total do ativo (A)		(138)	(138)	29	(1,529)	(1,500)
B. Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado						
1. Dívidas a bancos						
2. Devido aos clientes						
3. Títulos em circulação						
Total do passivo (B)						

Esta rubrica reflecte o impacto financeiro resultante das cessões de créditos não produtivos (NPL) a sociedades de factoring, efectuadas sem recurso (pro-soluto) durante o exercício em curso.

Esta rubrica ascende a 103.785 milhares de euros, representando um aumento de 20.636 milhares de euros face ao exercício anterior. Estes ajustamentos são determinados através de uma avaliação analítica e colectiva dos créditos, recorrendo a metodologias estatísticas aplicadas a posições agregadas em classes homogéneas, de acordo com as políticas de crédito estabelecidas. Reflectem todos os ajustamentos resultantes das recentes alterações regulamentares relativas à nova definição de incumprimento.

8.1 IMPARIDADE LÍQUIDA PARA RISCO DE CRÉDITO RELACIONADO COM ACTIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO: REPARTIÇÃO

Transacções/itens de lucros e perdas	Correcções de valor (1)						Recuperação de valor (2)				Total 31 de dezembro, 2024	Total 31 de dezembro, 2023
	Primeira fase	Segunda fase	Terceira fase		Deficiente adquiridos ou originados		Primeira fase	Segunda fase	Terceira fase	Imparidade adquirida ou originada		
			Anulação	Outros	Anulação	Outros						
A. Empréstimos e depósitos em bancos	-	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	(8)
- Empréstimos		(1)									(1)	(8)
- Títulos de dívida												
B. Locações e empréstimos a clientes	(26,551)	(12,437)	(9,033)	(83,269)	-	3,767	1,765	21,976	-		(103,784)	(83,142)
- Financiamento	(26,551)	(12,437)	(9,033)	(83,269)		3,767	1,765	21,976			(103,784)	(83,142)
- Títulos de dívida												
Total	(26,551)	(12,438)	(9,033)	(83,269)	-	3,767	1,765	21,976	-		(103,785)	(83,150)

As correcções de valor incluem imparidades em empréstimos titularizados, que são apresentados na rubrica do ativo "Activos financeiros mensurados ao custo amortizado - Empréstimos a clientes" no ponto 1.7 "Outros empréstimos".

As correcções de valor e as anulações acima referidas referem-se exclusivamente à categoria "Activos financeiros mensurados ao custo amortizado".

8.2 IMPARIDADE LÍQUIDA PARA RISCO DE CRÉDITO RELACIONADO COM ACTIVOS FINANCEIROS MENSURADOS PELO JUSTO VALOR ATRAVÉS DOS LUCROS OU PREJUÍZOS.

Em 31 de dezembro de 2024, não existem correcções de valor líquidas relacionadas com activos financeiros mensurados ao justo valor com impacto na rentabilidade global.

Esta rubrica ascende a 204 573 milhares de euros, reflectindo um aumento de 17 743 milhares de euros em relação ao exercício anterior. Engloba os gastos com pessoal, os honorários de serviços e os impostos diversos. Os gastos com pessoal, no montante total de €128.615 mil, são detalhados como segue:

10.1 CUSTOS SALARIAIS: REPARTIÇÃO

Tipo de despesas/Montantes	Total 31 de dezembro, 2024	Total 31 de dezembro, 2023
1) Empregados	(118,117)	(92,281)
a) salários e vencimentos	(87,086)	(67,537)
b) encargos com a segurança social	(12,759)	(13,464)
c) indemnizações por despedimento	(1,727)	(1,729)
d) despesas de segurança social		
e) provisão para indemnizações por despedimento de trabalhadores	(106)	(128)
f) provisão para benefícios de reforma e obrigações semelhantes:	(1,515)	(1,646)
- contribuição definida	-	
- benefício definido	(1,515)	(1,646)
g) pagamentos a fundos de pensões externos:	(416)	(394)
- contribuição definida	(416)	(394)
- benefício definido		
h) custos decorrentes de pagamentos com base em acções		
i) outros benefícios dos empregados	(14,508)	(7,383)
2) Outro pessoal no ativo	(9,231)	(7,417)
3) Diretores e revisores oficiais de contas	(1,243)	(1,068)
4) Pessoal reformado		
5) Recuperações de despesas relativas a empregados destacados noutras empresas	364	400
6) Reembolsos de despesas de empregados terceiros destacados na empresa	(388)	(652)
Total	(128,615)	(101,018)

Em comparação com o ano anterior, esta rubrica registou um aumento de 27,6 milhões de euros, principalmente devido à aquisição da unidade de negócio "Sofinco Mobilité" do Crédit Agricole Personal Finance & Mobility pela nossa filial francesa, tal como descrito no relatório de gestão da presente demonstração financeira.

10.2 NÚMERO MÉDIO DE TRABALHADORES POR CATEGORIA

	TOTAL 2024	MÉDIA 2024	MÉDIA 2023
1) Empregados			
a) gestores	47	44	42
b) executivos	274	261	224
c) outros trabalhadores	1,042	1,044	808
2) Outro pessoal			
Total	1,363	1,349	1,074

O número médio de empregados acima indicado inclui o pessoal das sucursais do CA Auto Bank S.p.A. situadas na Irlanda, Bélgica, Polónia, França, Portugal, Espanha e Alemanha.

10.3 FUNDOS DE PENSÕES DE BENEFÍCIO DEFINIDO DA EMPRESA: CUSTOS E RECEITAS

Relativamente aos Fundos de Pensões, consultar os movimentos apresentados na rubrica 100, "Provisões para Riscos e Encargos" do Passivo.

10.4 OUTROS BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Em 31 de dezembro de 2024, esta rubrica ascendia a 14 508 milhares de euros. Inclui principalmente despesas relacionadas com dotações para fundos de pessoal no valor de 5 451 milhares de euros, bem como despesas incorridas com contribuições para a segurança social no valor de 9 057 milhares de euros.

Em seguida, são apresentados pormenores relativos a outras despesas administrativas:

10.5 OUTROS CUSTOS ADMINISTRATIVOS: REPARTIÇÃO

Tipo de despesas/ Montantes	TOTAL 31 de dezembro de 2024	TOTAL 31 de dezembro de 2023
- despesas de bens/serviços (deslocações, vigilância, serviços públicos)	(4,908)	(4,710)
- serviços de consultoria e profissionais	(16,157)	(17,955)
- despesas de publicidade	(2,378)	(3,026)
- Despesas de TI	(27,360)	(31,323)
- Impostos e taxas indirectos	(11,943)	(11,516)
- contribuições para o Fundo de Resolução	-	(8,691)
- contribuições para o Fundo Interbancário de Proteção de Depósitos	(3,181)	(2,244)
- despesas de propriedade/equipamento - rendas e pagamentos de locação	(3,865)	(3,166)
- outros	(6,166)	(3,181)
Total	(75,958)	(85,812)

A rubrica "despesas de propriedade/equipamento - rendas e pagamentos de locação" engloba os contratos com uma duração total igual ou inferior a 12 meses e os contratos relativos a activos subjacentes com um valor, quando novos, igual ou inferior a 5 000 euros ("baixo valor"). Nestes casos, conforme permitido pela IFRS 16, os pagamentos de locação relacionados com tais locações são reconhecidos como despesas numa base linear.

O Conselho Único de Resolução anunciou ao mercado, em 15 de fevereiro de 2024, que não haveria pedidos de contribuições ordinárias em 2024 para o Fundo Único de Resolução, uma vez que a dotação de capital do fundo em 31 de dezembro de 2023 era superior ao nível mínimo de 1% dos depósitos protegidos na mesma data.

SECÇÃO 11 - PROVISÕES LÍQUIDAS PARA RISCOS E ENCARGOS - RUBRICA 170

(€61)

No final do exercício de 2024, as provisões líquidas constituídas para riscos e encargos ascendiam a 61 milhares de euros.

11.1 PROVISÕES LÍQUIDAS PARA RISCOS DE CRÉDITO RELACIONADOS COM COMPROMISSOS DE DESEMBOLSO DE FUNDOS E GARANTIAS FINANCEIRAS EMITIDAS: COMPOSIÇÃO

Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica "Provisões líquidas para riscos de crédito relacionados com compromissos e garantias" ascende a 336 milhares de euros (despesas) e inclui provisões para compromissos com clientes de cartões de crédito e com a rede de vendas.

11.2 PROVISÕES LÍQUIDAS RELATIVAS A OUTROS COMPROMISSOS E OUTRAS GARANTIAS FINANCEIRAS EMITIDAS: COMPOSIÇÃO

No final do ano de referência, não existem provisões relacionadas com compromissos ou outras garantias financeiras emitidas.

11.3 PROVISÕES LÍQUIDAS PARA OUTROS FUNDOS PARA RISCOS E ENCARGOS: COMPOSIÇÃO

Tipo de despesas/Montantes	TOTAL 31 de dezembro de 2024	TOTAL 31 de dezembro de 2023
Litígios judiciais	(639)	(453)
- provisão para fundos de contencioso	(639)	(453)
Outros riscos e encargos	914	5,102
- fundos de provisão para riscos e encargos	914	5,102
- provisão para riscos e encargos fiscais fundos	-	-
Total	275	4,649

Remete-se para o quadro 10.2, que resume a variação do período e é apresentado na rubrica 100, "Provisões para riscos e encargos".

SECÇÃO 12 - IMPARIDADE DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS - RUBRICA 180 (€5,079)

Esta rubrica ascende a 5 079 milhares de euros, registando um aumento de 1 329 milhares de euros em relação ao ano anterior. Incorpora as amortizações de mobiliário e equipamento de escritório, viaturas em leasing, habitações de empregados e edifícios de escritórios, conforme exigido pela IFRS 16.

A soma da coluna das amortizações corresponde exatamente à entrada 80 do quadro 8.6, linha C.2, no ativo.

12.1. IMPARIDADE NOS ACTIVOS FIXOS : REPARTIÇÃO

Ativo/rubrica de resultados	Depreciação	Imparidade	Write-backs	Resultado líquido
	(a)	(b)	(c)	(a+ b - c)
A. Activos fixos tangíveis				
1. Para utilização em operações	(5,079)			(5,079)
- Propriedade	(1,501)			(1,501)
- Direitos de utilização adquiridos através de contratos de locação	(3,578)			(3,578)
2. Detidos para fins de investimento				
- Propriedade				
- Direitos de utilização adquiridos através de contratos de locação				
3. Inventários	X			
Total	(5,079)			(5,079)

SECÇÃO 13 - IMPARIDADE DE ACTIVOS INTANGÍVEIS - RUBRICA 190 (14.488)

A rubrica ascende a 14.488 milhares de euros, o que representa uma diminuição de 378 milhares de euros em relação ao ano anterior. Esta despesa de amortização é atribuível à parte do período atual dos custos relacionados com a utilização da propriedade intelectual e das licenças de software.

13.1 IMPARIDADE DE ACTIVOS INTANGÍVEIS: REPARTIÇÃO

Activos/rubricas de resultados	Depreciação	Imparidade	Reversões	Resultado líquido
	(a)	(b)	(c)	(a+ b - c)
A. Activos intangíveis				
Dos quais: software	(14,333)			(14,333)
A.1 Propriedade	(14,488)	-	-	(14,488)
- Gerado internamente pela empresa				
- Outros	(14,488)			(14,488)
A.2 Direitos de utilização adquiridos através de locações	-			-
Total	(14,488)	-	-	(14,488)

O total da coluna "Amortização" está exatamente de acordo com a rubrica 90, quadro 9.2, linha "C.2 Amortização" do Ativo.

SECÇÃO 14 - OUTROS RENDIMENTOS/ENCARGOS OPERACIONAIS - NÚMERO 200

€37,292

Esta rubrica ascende a 37.292 milhares de euros, refletindo um decréscimo de 148.723 milhares de euros face ao exercício anterior. Esta variação é essencialmente atribuível ao impacto positivo decorrente da alienação do ramo de negócio à Stellantis Financial Services, que ocorreu durante o exercício de 2023 e que se encontra contabilizado no saldo a 31 de dezembro de 2023.

A rubrica de outros gastos ascende a 50.610 de euros, registando um decréscimo de 1.065 milhares de euros face ao ano anterior. A decomposição desta rubrica é a seguinte:

14.1 OUTROS RENDIMENTOS/ENCARGOS OPERACIONAIS: REPARTIÇÃO

Tipo de despesas/Montantes	TOTAL 31 de dezembro de 2024	TOTAL 31 de dezembro de 2023
Despesas de recuperação de créditos	(15,579)	(10,931)
Custos incorridos por conta de terceiros	(14,336)	(19,000)
Custos comerciais	(5,954)	(3,946)
Comunicações com os clientes	(997)	(1,222)
Imposto de selo e registo	(7,650)	(8,519)
Outros encargos	(6,094)	(8,057)
Total	(50,610)	(51,675)

Esta rubrica é coerente com o saldo em 31 de dezembro de 2023. A rubrica "Despesas de recuperação de créditos" diz respeito ao financiamento de clientes nos sectores da locação financeira e do comércio a retalho.

Os outros proveitos, no montante de 87.901 milhares de euros, reflectem um decréscimo de 149.789 milhares de euros face ao exercício anterior e têm a seguinte composição:

14.2 OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS: REPARTIÇÃO

Tipo de despesas/Montante	TOTAL 31 de dezembro de 2024	TOTAL 31 de dezembro de 2023
Cobranças de impostos e taxas	7,518	7,811
Receitas de serviços informáticos prestados	3,688	8,804
Recuperação de despesas	21,237	26,424
Outros rendimentos	55,748	194,651
Total	88,191	237,690

Regista-se uma diminuição significativa em "Outras receitas", principalmente atribuível ao efeito extraordinário presente em 31 de dezembro de 2023, resultante da dissolução da parceria com a Stellantis durante 2023. Uma outra diminuição é registada em "Recuperações de despesas", relacionada com a recuperação de custos junto dos clientes no âmbito da locação financeira e do financiamento a retalho.

SECÇÃO 15 - LUCROS (PERDAS) DE INVESTIMENTOS DE CAPITAL - RUBRICA 220

(0)

15.1 LUCROS (PERDAS) DE INVESTIMENTOS EM ACÇÕES: REPARTIÇÃO

Itens/montantes de lucros e perdas	TOTAL 31 de dezembro de 2024	TOTAL 31 de dezembro, 2023
A. Rendimento	-	124,449
1. Reavaliações		
2. Ganhos com a alienação	-	124,449
3. Write-backs		
4. Outros rendimentos		
B. Despesas	-	(965)
1. Reduções de valor		
2. Ajustamentos de imparidade		
3. Perdas na alienação	-	(965)
4. outras despesas		
Resultado líquido	-	123,484

A rubrica "2. Ganhos com alienações" em 31 de dezembro de 2024 é zero.

O montante reconhecido no final do exercício anterior dizia respeito ao seguinte:

- Um ganho de capital de 100 milhões de euros resultante da alienação da participação na Drivalia Lease España S.A.U. (anteriormente FCA Dealer Services España S.A.), vendida à subsidiária Drivalia S.p.A. em 16 de junho de 2023, por um preço de 126 milhões de euros;
- Uma mais-valia de 24 milhões de euros resultante da alienação da participação na Drivalia Lease UK Ltd (anteriormente FCA Dealer Services UK Ltd), vendida à subsidiária Drivalia S.p.A. em 16 de junho de 2023, por 50 milhões de euros.

SECÇÃO 19 - GASTOS DE IMPOSTOS RELACIONADOS COM O LUCRO (PERDA) DAS UNIDADES OPERACIONAIS EM CONTINUAÇÃO-
ITEM 270

(€28.866)

€O saldo desta rubrica é de 28,866 milhões de euros, o que representa uma redução de 83,406 milhões de euros em relação ao valor do ano anterior.

19.1 GASTO DE IMPOSTO RELACIONADO COM O LUCRO (PERDA) DAS OPERAÇÕES CONTÍNUAS: REPARTIÇÃO

Itens/montantes de lucros e perdas	Total	Total
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
1. Impostos correntes (-)	(28,963)	(110,239)
2. Alterações nos impostos correntes de anos anteriores (+/-)	(250)	6,413
3. Redução dos impostos correntes do exercício (+)		
3. bis Redução dos impostos correntes do exercício para créditos fiscais ao abrigo da Lei n.º 214/2011 (+)		
4. Variação dos activos por impostos diferidos (+/-)	1,139	(24,084)
5. Variação dos passivos por impostos diferidos (+/-)	(792)	15,638
6. Imposto sobre o rendimento do exercício (-) (-1+/-2+3+3bis+/-4+/-5)	(28,866)	(112,272)

A taxa de imposto comunicada para o exercício, com uma análise abrangente fornecida nos quadros abaixo, é de 19,47%, uma diminuição em relação aos 22,43% registados em 31 de dezembro de 2023. A diferença em relação exercício anterior resulta, em grande medida, do impacto dos pagamentos de cupões de instrumentos de capital AT1, que, embora não se reflectam na demonstração de resultados, são contabilizados numa reserva de resultados transitados.

19.2 RECONCILIAÇÃO DO ENCARGO FISCAL TEÓRICO COM O ENCARGO FISCAL EFECTIVO

ITENS	IRES
Resultado do exercício antes de impostos	119,381
Despesas de impostos relacionadas com os lucros ou perdas	28,866
Resultado total antes de impostos	148,247
Carga fiscal efectiva	27.5%
Carga fiscal teórica	40,768
Efeito de diferenças permanentes mais elevadas	3,612
Efeito das diferenças permanentes inferiores	(9,252)
Efeito das variações temporárias sobre a taxa IRES mais elevada	-
Efeito da reversão no exercício dos impostos antecipados relativos a exercícios anteriores	-
Efeito dos impostos diferidos não afectados	-
Efeito do reajustamento fiscal do goodwill	-
Efeito das diferenças nos resultados	-
Efeito da diferença entre a carga fiscal da sucursal e a carga fiscal teórica	1,778
Imposto sobre o rendimento - Carga fiscal efectiva (A)	36,906
Carga fiscal efectiva	24.89%

ITENS	IRAP
Resultado do exercício antes de impostos	119,381
Despesas de impostos relacionadas com os lucros ou perdas	28,866
Resultado total antes de impostos	148,247
Carga fiscal efectiva	5.57%
Carga fiscal teórica	8,257
Efeito de diferenças permanentes mais elevadas	1,230
Efeito das diferenças permanentes inferiores	(2,067)
Efeito dos encargos que não contribuem para a formação da matéria coletável	1,297
Efeito da reversão no exercício dos impostos antecipados relativos a exercícios anteriores	-
Efeito dos impostos diferidos não afectados	-
Efeito do reajustamento fiscal do goodwill	-
Efeito das diferenças nos resultados	-
Efeito da diferença entre a carga fiscal da sucursal e a carga fiscal teórica	(4,062)
Carga fiscal efectiva (B)	4,654
Carga fiscal efectiva	3.14%
Saldo efetivo carga fiscal A+B	41,561
Total Carga fiscal efectiva	28.03%

Ajustamento de impostos de anos anteriores (C)	(12,695)
Impostos pagos no estrangeiro	-
Total Carga fiscal efectiva A+B+C	28,866
Total do encargo fiscal efetivo	19.47%

SECÇÃO 20 - LUCRO (PERDA) LÍQUIDO DE ACTIVIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

Os quadros desta secção não foram , uma vez que as condições relevantes não surgiram nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2023 e a 31 de dezembro de 2024.

SECÇÃO 21 - OUTRAS INFORMAÇÕES

Não são comunicadas mais informações para além já fornecidas nas secções anteriores.

SECÇÃO 22 - RESULTADOS POR ACÇÃO

Para a Secção seguinte, consultar as descrições fornecidas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

PARTE D - DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL		(€/000)	
Vozes	31 de dezembro, 2024	31 de dezembro, 2023	
10. Lucro (perda) do período	119,381,386	388,317,443	
Outro rendimento integral após impostos não reclassificado para os lucros ou prejuízos	(402,631)	138,661	
20. Investimentos designados pelo justo valor através dos lucros ou perdas:			
a) variação do justo valor			
b) transferências para outras componentes do capital próprio líquido			
30. Passivos financeiros designados pelo justo valor com impacto nos resultados (alterações na sua fiabilidade creditícia):			
a) variação do justo valor			
b) transferências para outras componentes do capital próprio líquido			
40. Cobertura de títulos de capital designados pelo justo valor com impacto na rentabilidade global:			
a) alteração no justo valor (do instrumento coberto)			
b) alteração no justo valor (do instrumento de cobertura)			
50. Activos corpóreos			
60. Activos intangíveis			
70. Planos de prestações definidas	(402,631)	138,661	
80. Activos não correntes e grupos de activos detidos para venda			
90. Parte das reservas de avaliação da participação reconhecida pelo método da equivalência patrimonial			
100. Impostos sobre outro rendimento integral sem reclassificação para os lucros ou prejuízos			
Outro rendimento integral após impostos reclassificado para os lucros ou prejuízos	870,500	318,141	
110. Cobertura de um investimento líquido em operações estrangeiras:			
a) variação do justo valor			
b) retorno sobre os lucros ou perdas			
c) outras alterações			
120. Diferenças cambiais			
a) variação do justo valor			
b) retorno sobre os lucros ou perdas			
c) outras alterações	870,500	318,141	
130. Cobertura de fluxos de caixa:			
a) variação do justo valor	-	-	
b) retorno sobre os lucros ou perdas			
c) outras alterações			
dos quais: resultado das posições líquidas			

140.	Instrumentos de cobertura (rubricas não designadas)		
	a)variação do justo valor	-	-
	b) retorno sobre os lucros ou perdas		
	c) outras alterações		
150.	Activos financeiros (que não instrumentos de capital próprio) mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral		
	rendimento:		
	a) variação do justo valor		
	b) retorno sobre os lucros ou perdas		
	- Imparidade/recuperações em relação ao risco de crédito		
	-Ganhos/perdas na alienação de investimentos		
	c) outras alterações	-	-
160.	Activos não correntes e grupos de activos detidos para venda:		
	a) variação do justo valor		
	b) retorno sobre os lucros ou perdas		
	c) outras alterações		
170.	Parte das reservas de avaliação da participação reconhecida pelo método da equivalência patrimonial:		
	a) variação do justo valor		
	b) retorno sobre os lucros ou perdas		
	- deterioração da alteração		
	-Ganhos/perdas na alienação de investimentos		
	c) outras alterações		
180.	Impostos sobre outro rendimento integral com reclassificação para os lucros ou prejuízos		
190.	Total de outro rendimento integral	467,868	456,801
200.	Total de outro rendimento integral após impostos (Voz 10+190)	119,849,254	388,774,244

PARTE E - INFORMAÇÕES SOBRE O RISCO E POLÍTICAS CONEXAS DE GESTÃO DO RISCO E DE COBERTURA

O Grupo CA Auto Bank atribui uma importância significativa à medição, gestão e controlo dos riscos como condições essenciais para assegurar um crescimento sustentável num contexto económico tão complexo e dinâmico como o atual.

O acompanhamento e o controlo dos riscos, destinados a assegurar uma gestão sã e prudente do Grupo, são efectuados através de um sistema de controlo interno a três níveis. No que respeita à organização e às actividades de gestão, bem como aos processos e funções-chave dedicados à prevenção, ao acompanhamento e à avaliação dos riscos, remete-se para a diretiva relativa ao relatório de sustentabilidade das empresas, onde, na secção "O sistema de controlo interno", se descrevem as operações, as áreas e os controlos relacionados com a gestão dos riscos do Banco. A identificação e o mapeamento dos riscos é um processo contínuo, com vista a melhorar a gestão dos riscos e a atualizar o mapa dos riscos a que o Grupo está exposto.

O Grupo CA Auto Bank, na sua qualidade de Banco do Grupo 2, utiliza métodos normalizados para medir todos os seus riscos.

O Grupo CA Auto Bank coloca a tónica na gestão do risco, como condição para assegurar a geração de valor fiável e sustentável num ambiente de risco controlado. A estratégia de gestão de risco visa obter uma visão global e coerente dos riscos, considerando o cenário macroeconómico e o perfil de risco do Grupo, fomentando o desenvolvimento de uma cultura de risco e potenciando uma representação transparente e rigorosa do risco.

As estratégias de subscrição de riscos do Grupo estão resumidas no seu Risk Appetite Framework (RAF), aprovado em 2024 pelo Conselho de Administração. O RAF foi concebido para garantir que os riscos assumidos estão em conformidade com as expectativas dos acionistas, tendo em conta a posição de risco do Grupo e as actuais condições económicas e empresariais. O quadro define os limites de propensão ao risco e os controlos estabelecidos para o perfil de risco global e para os principais riscos específicos.

O RAF é uma abordagem orgânica e estruturada, que se estende da função de Gestão do Risco ao Grupo um todo:

- assegurar que o Conselho de Administração e a direção estejam devidamente envolvidos na gestão dos riscos do Grupo;
- combinar políticas estratégicas e escolhas empresariais com a propensão ao risco;
- garantir criação de valor e de rendimento para os acionistas;
- cumprir todos os requisitos regulamentares;
- ativar uma abordagem estruturada para a gestão, implementação e monitorização do Quadro de Apetência pelo Risco a todos os níveis do Grupo;
- Definir claramente as funções e responsabilidades em caso de violação da apetência pelo risco e facilitar a comunicação entre os respectivos departamentos e a holding do grupo.

Os princípios acima referidos são aplicáveis tanto a nível do Grupo como a nível da unidade de negócio ou da empresa. No caso de crescimento externo, estes princípios gerais serão aplicados tendo em conta as características específicas do mercado e o contexto competitivo em que o crescimento ocorre. Assim, o Quadro de Apetência pelo Risco é o pano de fundo em que o Grupo gere os seus riscos, com a definição da apetência geral pelo risco e a consequente estrutura do processo de gestão do risco, o perfil de risco global e os principais riscos específicos do Grupo. A gestão do perfil de risco global decorre da definição de princípios gerais e é estruturada com base em limites, para garantir que o Grupo cumpre sempre os níveis mínimos de solvabilidade, liquidez e rendibilidade, incluindo em condições de stress severo. Além disso, o Grupo tem por objetivo manter os perfis de risco operacional, reputacional e de conformidade desejados.

A definição do Quadro de Apetência pelo Risco é um processo abrangente conduzido pelo Diretor de Risco, que exige uma cooperação estreita com os Diretores Financeiros e os responsáveis das várias Unidades de Negócio. É desenvolvido em conformidade com processos ICAAP e ILAAP e constitui a referência fundamental para o desenvolvimento do orçamento e do plano de actividades. Desta forma, é estabelecida uma coerência entre a estratégia e a política de subscrição de riscos, por um lado, e o processo de planeamento e orçamentação, por outro.

A definição do Risk Appetite Framework e dos consequentes limites operacionais para os principais riscos específicos, a utilização de ferramentas de medição de risco no contexto dos processos de gestão de crédito e de controlo do risco operacional, a utilização de medidas de capital em risco para reportar o desempenho da Empresa e a avaliação da adequação do capital interno são passos fundamentais no processo operacional de implementação das estratégias de gestão de risco, definidas pelo Conselho de Administração, ao longo de toda a cadeia de decisão do Grupo.

O Capital Interno Total atual e prospetivo é calculado numa base semestral para fins regulamentares - com redeterminações "baseadas em eventos", em caso de alterações organizacionais e/ou estratégicas significativas - e é constantemente monitorizado através de revisões dos planos de capital pelo Risco e Controlo Permanente, com o apoio do departamento Financeiro.

IMPACTOS DECORRENTES DE CENÁRIOS DE CRISE GLOBAL

Nos últimos dois anos, o CA Auto Bank teve ainda de lidar com outros cenários de crise sem precedentes, entre os quais se destacam o conflito russo-ucraniano e as tensões que surgiram no Médio Oriente. Embora não tenham representado riscos diretos para o Grupo, estas crises geraram indirectos, nomeadamente a crise energética, que, por sua vez, contribuiu significativamente para o aumento da inflação e das taxas de juro. Os conflitos também aumentaram o risco de cibercriminalidade e contribuíram para a já atual crise dos produtos de base.

Neste , o CA Auto Bank foi muito rápido a avaliar os novos riscos e a implementar planos de controlo e de acompanhamento para minimizar o seu impacto.

Ao lidar com os novos cenários de crise, o Banco confirmou as suas atitudes de reatividade, adaptação à mudança e resiliência.

SECÇÃO 1 - RISCO DE CRÉDITO

Divulgações qualitativas

1. Visão geral

A atividade principal do CA Auto Bank centra-se essencialmente no apoio às vendas de automóveis, motociclos, veículos comerciais e veículos com mais de 3,5 toneladas, produzidos pelos seus parceiros industriais (Ferrari, Erwin Hymer Group, Tesla, DR Automobiles, Lotus e outros fabricantes de renome). Este apoio é prestado através do desenvolvimento de actividades de crédito ao consumo, assistência financeira à rede de concessionários e facilidades de crédito para a gestão de frotas empresariais.

A procura de produtos financeiros tem origem na rede de vendas dos vários parceiros, que são entidades autónomas, tanto em relação às suas marcas como em relação ao CA Auto Bank S.p.A.

O Grupo CA Auto Bank continua a alargar a sua base de clientes através de uma vasta gama de produtos, incluindo não só soluções financeiras mas também produtos de seguros, para responder adequadamente às necessidades do cliente final.

A oferta comercial do CA Auto Bank S.p.A. está estruturada em torno das seguintes linhas de atividade:

- Financiamento para a aquisição de automóveis, motociclos, veículos comerciais e industriais (Novos ou Usados) com prestações fixas ou a prazo, com variações de prazo e de entrada inicial;
- Operações de locação financeira, também destinadas a conceder a utilização de veículos automóveis e comerciais (Novos ou Usados), com produtos diversificados por duração e valor residual;
- Outras formas de financiamento, incluindo empréstimos pessoais sem afetação específica e pagamento fraccionado;
- Financiamento das redes de vendas dos parceiros comerciais;
- Cartão de crédito CA Auto Bank (emitido no circuito Visa). Este instrumento de pagamento eletrónico caracteriza-se por um processo de adesão totalmente online, desde a aquisição até à gestão, em linha com a vocação digital do CA Auto Bank.

Para além dos produtos puramente financeiros, o CA Auto Bank oferece soluções de seguros, em colaboração com as principais congéneres internacionais, normalmente relacionadas com

- Cobertura do indivíduo (Seguro de Proteção ao Crédito);
- Proteção da segurança e do valor do veículo, como garantias contratuais alargadas, assistência na estrada, cobertura contra roubo e incêndio, seguro global e seguro GAP (Guaranteed Asset Protection) em caso de roubo e danos totais, bem como uma vasta gama de apólices relacionadas com o veículo e os seus componentes.

Nas suas actividades operacionais principais, a Empresa está exposta ao risco de crédito, representado pelo risco de que uma alteração inesperada na qualidade de crédito das suas contrapartes possa levar ao seu incumprimento, resultando em perdas inesperadas.

Os métodos de gestão e as características de granularidade e dimensão das exposições presentes na maior parte da carteira do CA Auto Bank permitem a sua classificação na categoria de retalho.

As tendências de volume em 2024 continuam a ser afetadas pelos efeitos decorrentes da alteração do modelo de negócio, na sequência da transformação numa empresa financeira independente, bem como pela dinâmica dos fatores macroeconómicos. Em particular, os volumes de 2024 foram apoiados pelo segmento de automóveis usados, que representou mais de 50% dos Novos Negócios.

O exposto resultou numa carteira líquida de crédito de aproximadamente 11,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024, uma ligeira diminuição em relação ao ano anterior. A incidência de Non-Performing Loans (Past Due) em 2024 aumentou devido à alteração do modelo de negócio (novos canais de venda e aumento de produtos de maior risco, como veículos usados e camiões), ao aumento da fraude (relacionada com os novos canais abordados) e à redução da utilização de vendas e write-offs de NPL. É provável que o cenário macroeconómico adverso (inflação persistente, elevada incerteza dos consumidores relacionada com conflitos internacionais, etc.) também tenha tido um efeito no aumento dos incumprimentos.

2. Políticas de gestão do risco de crédito

2.1 Aspectos organizacionais

As políticas de crédito do CA Auto Bank essencialmente a favorecer a assunção de riscos que devem ser..:

- controlado;
- razoável;
- contidos em determinados parâmetros.

O CA Auto Bank tem diretrizes de crédito específicas destinadas a:

- apoiar a análise dos responsáveis pelas aprovações de crédito;
- definir e manter a qualidade das normas de crédito;

- satisfazer as necessidades de crédito dos clientes;
- aproveitar as oportunidades comerciais proporcionadas pela possibilidade de desenvolver novos produtos de financiamento nos mercados/balcões e limitar as perdas.

A combinação dos critérios enumerados deve garantir a rentabilidade das operações de financiamento.

Em conformidade com as suas políticas de gestão do crédito, o CA Auto Bank assegura a gestão do risco através de uma atribuição específica de funções e responsabilidades que englobam

- o Conselho de Administração;
- o Comité Executivo de Crédito do Conselho de Administração;
- o Comité Interno de Crédito da Sede (HQICC), que pode incluir, em função da delegação de poderes ou de eventuais questões de crédito, também o parecer do CACF;
- Comités de crédito locais;
- Comité de Validação e Backtesting.

Além disso, do ponto de vista da gestão, as actividades são organizadas de forma a garantir a separação de responsabilidades entre as diferentes funções, comercial, de desembolso e de gestão e controlo do risco de crédito.

No que respeita ao crédito, o **Conselho de Administração** é responsável por

- aprovação das diretrizes de crédito;
- que adopta e aprova o sistema de delegação de competências e as suas eventuais alterações;
- delegar no Comité de Crédito Interno da sede a aprovação do corte dos scorecards no âmbito da sua autoridade delegada;
- tomar decisões sobre os pedidos de autorização de crédito provenientes do Mercado/Balcão, em conformidade com as suas competências e autoridade.

O **Comité Executivo de Crédito do Conselho** de Administração é responsável, de acordo com os poderes que lhe foram conferidos pelo Conselho de Administração, pela aprovação de questões

que sejam da competência do Conselho de Administração e que devam ser tratados com urgência, antes da próxima reunião programada do Conselho de Administração.

O **Comité de Crédito Interno da sede, com base no parecer do CACF**, é responsável por

- propor ao Conselho de Administração diretrizes de crédito (e eventuais variações das mesmas);

-
- definir os poderes de assinatura no âmbito do intervalo fixado periodicamente pelo Conselho de Administração para cada atividade do CA Auto Bank;
 - aprovar as novas grelhas de decisão e o respetivo corte dos scorecards, por delegação do Conselho de Administração;
 - analisar qualquer outra matéria que lhe seja delegada pelo Conselho de Administração;
 - , no âmbito das suas , sobre os pedidos de aprovação de crédito provenientes do Mercado/Balcão e analisar os pedidos que devem ser submetidos ao Conselho de Administração.

O **Comité de Crédito Interno da sede** é responsável por

- , no âmbito das suas , sobre os pedidos de aprovação de crédito provenientes do Mercado/Balcão e analisar os pedidos que devem ser submetidos ao acionista para obtenção do parecer do CA-PFM;
- avaliação de eventuais alterações às políticas de crédito do Grupo;
- Avaliar, aprovar ou submeter aos órgãos competentes os pedidos provenientes do Mercado/Bancos sobre temas únicos de política de crédito, de acordo com a Governação das Linhas de Crédito do Grupo CA Auto Bank;
- aprovar alterações nas estratégias do scorecard de retalho e alugar no âmbito da sua autoridade delegada (limiar LSO, aprovação automática);
- Aprovar, no âmbito dos seus poderes delegados, o corte dos scorecards por delegação do Conselho de Administração;
- analisar os pedidos a submeter ao parecer do CA-PFM para aprovação de alterações de estratégias nos scorecards do Retalho e do Arrendamento (nível de corte).

O **Comité de Crédito Local - Políticas, Quadros de Resultados e Acompanhamento** é responsável por

eEstabelecer políticas e diretrizes gerais para o desembolso de crédito, coerentes e em conformidade com as diretrizes definidas pelo Credit (HQ);

- rever as políticas e regulamentos de crédito existentes à luz de situações contingentes, assegurando que são efectuadas as modificações necessárias para salvaguardar os interesses da Empresa;
- determinar as delegações de autoridade dentro da sua estrutura organizacional, de acordo com a Delegação de Poderes fornecida pelo Credit (HQ);
- avaliar as regras de crédito e os casos específicos relacionados com os processos de cobrança e de fraude;
- aprovar campanhas promocionais locais com implicações de crédito, respeitando as diretrizes de crédito (HQ);

-
- avaliar os efeitos de novos produtos, serviços ou iniciativas e aprovar alterações aos instrumentos existentes, em conformidade com os procedimentos aplicáveis;
 - na sequência da aprovação de novos produtos, serviços ou iniciativas, avaliar eventuais alterações em termos de regras de crédito e de governação;
 - avaliar os pontos de corte, as estratégias do scorecard e analisar os resultados do acompanhamento do scorecard do comércio retalhista;
 - analisar o desempenho do crédito e outras questões de controlo.

O **Comité Local de Crédito - Crédito Empresarial** do CA Auto Bank tem os seguintes objectivos

- para discutir e adjudicar pedidos de facilidades de crédito para Concessionários, Transformadores, Comerciantes, empresas de aluguer de automóveis e outras Partes Afiliadas, ao abrigo da autoridade delegada local;
- aprovar transacções de clientes empresariais e de retalho dentro dos limites dos poderes delegados estabelecidos;
- emitir pareceres de crédito para pedidos de facilidades de crédito apresentados ao Comité de Crédito Interno da sede ou a autoridades superiores;
- autorizar colaborações com novos parceiros;
- para gerir o processo dinâmico de notação de crédito.

O **Comité do Financiamento Grossista**, no âmbito das sessões de "Controlo dos concessionários", tem por missão

- analisar quaisquer questões críticas que os concessionários possam apresentar no exercício das actividades de distribuição, ou seja, no que se refere às relações de financiamento existentes e, se necessário, deliberar sobre quaisquer medidas corretivas a tomar contra os concessionários (por exemplo, bloqueio das actividades de corretagem, bloqueio das actividades relativas a produtos específicos, etc.)
- analisar a lista dos concessionários com os problemas mais críticos;
- rever mensalmente a lista de concessionários críticos;
- deliberar eventuais "Planos de Reembolso" em situações particularmente críticas, que serão depois apresentados para aprovação nos comités de acordo com as procurações definidas;
- acompanhar os concessionários com pagamentos em atraso e as medidas tomadas ou a tomar (casos críticos assinalados pelo CA Auto Bank Wholesales Financing), tais como o bloqueio de linhas e, em situações críticas, a revogação do acordo-quadro (após informação do construtor automóvel);
- monitorizar os concessionários revogados que ainda têm exposições pendentes para uma possível reposição de plafond; quando há concessionários sujeitos a auditoria de stocks, avaliar os resultados e, na presença de casos críticos, definir as medidas adequadas a tomar (bloco rotativo, auditoria física de stocks, outras).

O Comité de Validação e Backtesting:

- valida e aprova novas grelhas de decisão (scorecards). Os scorecards que excedam um determinado limiar de materialidade são submetidos a uma validação bancária conjunta com o CA-PFM;
- revê e analisa o desempenho dos cartões de pontuação de aceitação que são apresentados e analisados durante o V&BC. O comité pode recomendar a revisão dos modelos com desempenho insatisfatório;
- avalia a eficácia e os resultados das validações de modelos utilizados no grupo (por exemplo, modelos de sistemas de aceitação de crédito, modelos de prevenção da fraude, modelos ALM, modelos de gestão da liquidez, modelos de fixação do valor residual, etc.);
- assegura a gestão adequada e eficaz do risco de modelo, através de todas as actividades relacionadas com a validação inicial e o backtesting dos modelos utilizados no grupo, incluindo a preparação de fluxos de informação no âmbito da sua competência para outros intervenientes empresariais e para a empresa-mãe, bem como a produção de relatórios conexos.

2.2 Sistemas de gestão, medição e controlo

A Empresa, operando através de concessionários dos grandes grupos automóveis e de outros parceiros comerciais, promover ofertas que mantenham, ao longo do prazo contratual, uma relação equilibrada entre a exposição residual do cliente e o valor de mercado do bem detido.

Seleção de clientes

Uma parte significativa das operações do CA Auto Bank é facilitada pela Rede de Vendas dos Parceiros Industriais, pelo que a colaboração com os concessionários representa um ponto fulcral da atividade comercial do Banco. O CA Auto Bank criou uma função interna de "Retail & Corporate Underwriting" (R&CU) para a análise dos pedidos e a avaliação das solicitações, organizacionalmente independente das funções de controlo.

Dentro desta estrutura, o Analista de Crédito é o responsável pela análise das candidaturas. Esta entidade actua em todo o CA Auto Bank e, quando aplicável, também na Drivalia, estando organizada em equipas dedicadas ao tipo de clientela a avaliar, nomeadamente:

- Subscrição de retalho;
- Subscrição de alugueres;
- Empresas - Média e Grande Exposição Financiamento por grosso;
- Empresas - Aluguer, Prestação e Leasing de médias e grandes exposições.

Os pedidos de financiamento para a compra de veículos, apresentados ao CA Auto Bank, estão sujeitos a um processo automatizado avançado de avaliação de solvabilidade.

As políticas de crédito definem os requisitos mínimos de "identificação" e de "financiabilidade" dos potenciais clientes, quer se trate de pessoas singulares ou colectivas, e, por conseguinte, a introdução de dados preparatória da avaliação. Um motor de decisão integra nas estratégias todas as regras de crédito susceptíveis de delegação automática e interage com as bases de dados e as grelhas de pontuação.

Os Scorecards são estimados especificamente para cada segmento de negócio e desenvolvidos centralmente pela Sede, utilizando metodologias estatísticas rigorosas e avançadas. Representam um elemento chave de avaliação na fase de aceitação do cliente, com a estimativa de uma probabilidade de incumprimento associada ao cliente/requerimento e a subsequente classificação através da aplicação de cut-offs, dentro da área de rejeição ou aprovação.

O desempenho dos scorecards de aceitação é constantemente monitorizado; os modelos são revistos periodicamente para garantir que se mantêm actualizados ao longo do tempo, de acordo com a evolução do perfil de risco dos clientes e dos produtos financeiros.

Para além dos modelos de previsão do risco de crédito, o CA Auto Bank possui também, desde há muitos anos, um scorecard ad hoc dedicado à previsão do risco de fraude, nomeadamente para o fenómeno dos falsos rendimentos ou documentos de identidade. O scorecard permite a identificação de clientes de alto risco de fraude, permitindo assim a aplicação de controlos ad hoc durante a fase de aceitação sobre uma população específica de alto risco.

O processo de avaliação automatizado termina com vários resultados que implicam actividades diversificadas para os analistas, em termos de verificação de documentos, coerência dos dados introduzidos e avaliações de solvabilidade efectuadas durante a investigação. Os analistas de crédito podem ignorar o resultado de aceitação ou rejeição do pedido de financiamento proposto pelo motor de decisão, desde que justifiquem adequadamente a exceção.

Todo o processo de aceitação é regido por níveis de delegação atribuídos em função da função desempenhada na organização e de acordo com as lógicas expressas pelas Políticas, com base na exposição total do cliente, no nível de pontuação e nos controlos de crédito. O motor de decisão aplica as lógicas definidas, estabelecendo e orientando os níveis de assinatura em cada pedido de aceitação.

O CA Auto Bank S.p.A. garante uma cultura de risco de crédito como parte da cultura de risco global através de procedimentos e formação do pessoal, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelas orientações da EBA.

Os procedimentos garantem que o crédito é concedido a clientes que, tanto quanto se sabe no momento da concessão, poderão cumprir os termos e condições do contrato de crédito, exigindo, quando aplicável, garantias suficientes e adequadas para suportar o crédito.

O CA Auto Bank mantém processos de recrutamento e formação adequados para garantir que o pessoal envolvido na assunção, gestão, acompanhamento e controlo do risco de crédito possui competências e experiência adequadas.

São disponibilizados cursos online a todos os recursos do CA Auto Bank para lhes permitir compreender as alterações regulamentares que afectam o processo de crédito e questões sensíveis como o branqueamento de capitais e a transparência dos clientes. Os RH supervisionam o planeamento e a verificação da participação no programa de formação.

Os procedimentos de crédito promovem ainda uma abordagem proactiva ao acompanhamento da qualidade do crédito, identificando prontamente a deterioração do crédito e gerindo a qualidade global do crédito e o perfil de risco associado à carteira.

2.3 Métodos de mensuração das perdas esperadas

Na sequência da adoção da IFRS 9 nas suas operações de Financiamento por Grosso e de Retalho, o Banco ajustou as suas políticas de provisionamento para determinar as provisões para perdas de crédito com base em perdas esperadas prospectivas, em conjunto com a análise da experiência histórica de perdas.

A perda de crédito esperada (ECL) é calculada da seguinte forma:

$$ECL=PD \times LGD \times EAD$$

- Probabilidade de incumprimento (PD). A probabilidade de uma contraparte ou contrato entrar em incumprimento num horizonte temporal pré-definido;
- Perda em caso de incumprimento (LGD). O montante da perda que o Banco , dadas as probabilidades de uma contraparte ou de um contrato entrar em incumprimento durante um horizonte temporal definido;
- Exposição em caso de incumprimento (EAD). A exposição no momento da ocorrência do incumprimento.

A Carteira está dividida em 3 escalões, com uma classificação dos empréstimos em fases, de acordo com o nível e a variação ao longo do tempo do risco de crédito. A mudança de fase pode assim resultar quer de uma deterioração do risco de crédito, quer de uma melhoria do risco de crédito.

A Empresa efectua uma análise de sensibilidade da perda de crédito esperada como parte do seu Processo Interno de Avaliação da Adequação do Capital (ICAAP).

A metodologia para a realização desta análise de sensibilidade é pormenorizada no manual operacional da Empresa, "12L.28. Stress Test Program handbook", e engloba as várias dimensões do risco de crédito.

Especificamente, as simulações de stress do risco de crédito realizadas no âmbito do ICAAP 2024 identificaram um potencial aumento das provisões para imparidade de crédito, para as quais a Empresa estabeleceu uma absorção de capital ao abrigo do Pilar II.

O CA Auto Bank desenvolveu dois modelos de imparidade para as actividades de Crédito por Grosso e Crédito a Particulares, respetivamente.

Em ambas as actividades, o modelo Loss Given Default (LGD) estima a perda esperada se a contraparte entrar em incumprimento.

Para a atividade de financiamento da venda a retalho, a LGD é igual probabilidade de perda (PL) multiplicada pela perda dada a perda (LGL):

$$LGD=PL \times LGL$$

onde:

O PL representa a probabilidade de um contrato que entrou em incumprimento incorrer numa perda (anulação ou gestão) nos próximos 60 meses:

$$PL = \frac{\text{Todos os contratos em falta 60 meses antes da data de observação e que se tornaram deficitários nos 60 meses seguintes}}{\text{Todos os contratos em incumprimento 60 meses antes da data de observação}}$$

A LGL é a parte prevista da EAD de um contrato que será perdida se um contrato entrar em perda (perda nos últimos 36 meses). A LGL é igual a:

$$= \frac{\begin{aligned} & \text{(Soma das DAE de todos os contratos em situação de incumprimento nos 36 meses anteriores) -} \\ & \text{(Soma de todos os influxos de caixa, descontados no momento do incumprimento, recebidos após o incumprimento para contratos} \\ & \text{em situação de incumprimento durante os 36 meses anteriores)} \end{aligned}}{\text{Soma das DAE de todos os contratos que registaram um desempenho insuficiente nos 36 meses anteriores. Deixe-me explicar os termos}}$$

Para a atividade de Wholesale Financing, a LGD de workout consiste em determinar a Loss Given Default Rate (LGDR) como complementar de 1 da taxa de recuperação a partir da data de incumprimento:

$$\text{LGDR} = 1 - \text{RR}$$

Em que RR é a taxa de recuperação, expressa em percentagem da DAE.

O parâmetro Taxa de recuperação foi calculado para diferentes grupos de macroprodutos com base no total dos dados do contador do parâmetro CA Auto Bank.

Para incorporar o impacto prospetivo nas perdas de crédito esperadas, foram desenvolvidos dois modelos satélite, um para o financiamento a retalho e outro para o financiamento por grosso.

O resultado dos modelos prospetivos é uma "PD calibrada", que considera os aspectos prospetivos com base em dois cenários macroeconómicos: o cenário de base e o cenário adverso.

O Banco prosseguiu a sua atividade de atualização dos parâmetros PD/LGD/EAD através da implementação dos pontos de melhoria identificados durante o processo de validação e incluídos nas actividades anuais de revisão e recalibração, com o objetivo de manter os níveis de qualidade esperados para os modelos em uso.

Nova definição de incumprimento

A partir de 1 de janeiro de 2021, o CA Auto Bank implementou a nova regulamentação europeia relativa à classificação das contrapartes em situação de incumprimento das obrigações para com o banco (o chamado "default"), tal como introduzida pela Autoridade Bancária Europeia (EBA).

Estas novas orientações, conhecidas como a Nova Definição de Incumprimento, estabelecem critérios e métodos de classificação do incumprimento mais rigorosos do que os anteriormente adotados, com o objetivo de harmonizar as regras nos países da União Europeia.

O CA Auto Bank decidiu adotar a nova definição sem desvios significativos. A classificação é efectuada ao nível do cliente, tendo sido implementadas regras de contágio específicas. Na sequência da adoção da Nova Definição de Incumprimento, os procedimentos e processos internos do banco foram actualizados.

Aumento significativo do risco de crédito

A IFRS 9 exige que o Banco identifique a imparidade na qualidade de crédito dos instrumentos financeiros. O modelo de staging, que inclui indicadores quantitativos e qualitativos importantes, capta qualquer deterioração significativa na qualidade de cada exposição.

O escalonamento do CA Auto Bank foi desenvolvido através da combinação de requisitos regulamentares com características comerciais.

Para o financiamento da venda a retalho, a informação sobre os vencimentos é considerada o indicador mais fiável, entre todos os disponíveis, para identificar quando o risco de crédito aumenta significativamente. Existe uma "presunção refutável" quando o risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, especificamente quando uma prestação do contrato está vencida há mais de um dia.

Para o negócio de financiamento por grosso, o sinal de um aumento significativo do risco de crédito baseia-se nos dias de atraso e na presença do cliente na "lista de observação", que monitoriza o comportamento do cliente ao longo da vida do contrato.

Sistema de controlo do risco de crédito

O Banco mantém um sistema de controlo adequado e eficaz para garantir que as informações relacionadas com as suas exposições ao risco de crédito, os mutuários e as garantias são relevantes e actualizadas, e que os relatórios são fiáveis, completos, actuais e oportunos.

Este sistema de controlo permite ao Banco gerir e supervisionar as suas exposições ao risco de crédito em conformidade com a sua apetência pelo risco, a sua estratégia, as suas políticas e os seus procedimentos a nível da carteira e, quando aplicável e pertinente, a nível das posições individuais. O sistema de controlo do risco de crédito está definido e documentado nos arquivos e procedimentos.

O sistema de controlo do risco de crédito abrange os seguintes aspectos:

- comportamento de pagamento do devedor (presença de créditos vencidos, idade dos créditos vencidos, etc.);
- risco de crédito associado tanto ao mutuário como à transação, em relação a
 - grupos de clientes ligados;
 - (por exemplo, venda a retalho de veículos novos e usados, ou financiamento por grosso de veículos novos e usados e peças sobresselentes);
- provisões para perdas com empréstimos, reversões e níveis de cobertura de crédito.

O sistema de monitorização e a infraestrutura de dados são relevantes para apoiar o processo de tomada de decisões de crédito, o que inclui, entre outras coisas, a monitorização e a comunicação de todas as decisões de crédito, excepções às políticas de crédito e escaladas para níveis mais elevados de decisores de crédito (por exemplo, pedidos aprovados, rejeitados e suspensos; número de pedidos aprovados).

FINANCIAMENTO A RETALHO

Em 2024, o custo do risco para a linha de negócio Financiamento da Distribuição situou-se em 0,67% dos empréstimos médios, em linha com o valor de dezembro de 2023.

Dada a diferente composição da nova produção, que regista um crescimento do financiamento de veículos usados (mais arriscados do que os veículos recém-registados), num contexto de inflação generalizada, foram implementados vários planos de ação em todos os mercados, com início no segundo semestre de 2023, incluindo o reforço das regras de aceitação e das atividades de recuperação de crédito, resultando na contenção do custo do risco.

Refira-se ainda que a Companhia, nas suas avaliações, considerou o impacto da atualização dos parâmetros forward-looking com base nos cenários macroeconómicos de setembro de 2024. O impacto, que não foi significativo, resultou numa necessidade adicional de fundos de 267 mil euros.

FINANCIAMENTO POR GROSSO

O custo do risco para a linha de negócio "Financiamento por grosso" é de 0,14%, o que representa um aumento significativo em relação a 2023 (um aumento de 47 pontos de base em relação ao final do ano anterior).

O aumento em relação ao final do ano anterior deve-se em parte ao aumento do volume da carteira, que passou de 2,1 mil milhões em dezembro de 2023 para 2,7 mil milhões em dezembro de 2024.

Com efeito, na sequência da transformação do CA Auto Bank de banco cativo Stellantis em banco independente e multimarca, o volume de negócios relacionado com a nova rede de concessionários aumentou durante 2024 (sendo particularmente notável a integração da antiga rede Sofinco em França).

Durante o ano de 2024, a Companhia levou a cabo um projeto em colaboração com o CA-PFM para adotar o modelo de imparidade grossista da IFRS 9 do CA-SA. Este facto levou ao reconhecimento parcial dos impactos resultantes da aplicação deste futuro modelo a partir de dezembro de 2024, com um efeito positivo no Custo do Risco de 5,1 milhões de euros.

Aplicação dos ajustamentos pós-modelo e das sobreposições de gestão

Para além dos ajustamentos no modelo anteriormente referidos, as demonstrações financeiras de 2024 incorporam a aplicação confirmada de intervenções top-down, nomeadamente ajustamentos pós-modelo/sobreposições de gestão. Estas sobreposições de gestão, que atenuam efetivamente os impactos económicos positivos que, de outro modo, decorreriam da aplicação dos modelos existentes, justificam-se principalmente pela identificação, em 2024, de anomalias no cálculo dos parâmetros do modelo. Estas anomalias resultaram numa subestimação das perdas esperadas. Consequentemente, estas sobreposições servem para compensar todos os factores pertinentes com impacto na determinação das perdas de crédito esperadas em exposições de clientes em situação regular, que não foram adequadamente captadas pelos modelos.

Especificamente, para as exposições acima mencionadas, a implementação destas sobreposições levou ao reconhecimento de correcções de valor acrescidas no total de 9,7 milhões, em comparação com as perdas esperadas quantificadas pelos modelos estabelecidos.

2.4 Medidas de atenuação do risco de crédito

O CA Auto Bank dá particular ênfase às suas políticas de concessão de crédito, que são apoiadas e reforçadas por sistemas de rating/scoring e motores de decisão, assegurando uma qualidade robusta da carteira na originação.

Na estrutura central da Empresa (sede), existe uma função dedicada ao crédito, encarregada de fornecer orientações sobre as políticas de crédito e de coordenar a gestão, o acompanhamento e a atualização dos modelos de pontuação em cada um dos mercados, incluindo a Itália.

Com base nas diretrizes do Comité de Crédito e nas políticas estabelecidas pelo Departamento de Crédito da sede, o Departamento de Crédito do CA Auto Bank - no mercado italiano e em cada sucursal - tem como objetivo definir os procedimentos de crédito e monitorizar a gestão do risco de crédito, propondo os ajustamentos necessários, se for caso disso.

Neste contexto, a estrutura é responsável por:

- definir as diretrizes para as regras e regulamentos relativos ao crédito;
- controlo do cumprimento das regras de crédito, incluindo os limites de crédito e os poderes de decisão delegados;
- analisar e monitorizar o desempenho através de indicadores-chave de risco específicos (KRI) e tendências e, assim, desencadear todas as acções e/ou iniciativas necessárias para uma assunção adequada dos riscos;
- que regem os sistemas de decisão em matéria de crédito e de cobrança;
- gestão do ciclo de recolha.

As ferramentas de gestão e acompanhamento do crédito adoptadas pelo CA Auto Bank permitem a deteção eficaz e atempada de potenciais deteriorações no desempenho do crédito, facilitando a implementação imediata de acções corretivas. Em particular, os relatórios específicos permitem as seguintes áreas de atuação:

- análise da qualidade dos novos negócios na origem (Through The Door Analysis);
- análise da carteira por classes de incumprimento (Resumo do envelhecimento);
- relatórios sobre o fundo de risco de crédito e o custo do risco;
- análises geracionais (SIR, Bad Rate, amortizações administrativas, perdas...);
- análise do valor residual.

As técnicas de mitigação de risco para a carteira de Retalho e Leasing incluem também a aquisição de garantias. É essencial notar que as operações de financiamento do CA Auto Bank são avaliadas, em primeiro lugar, com base na capacidade do candidato para cumprir os compromissos que pretende assumir. Onde

Se necessário, são solicitadas garantias (por exemplo, garantias pessoais, garantias bancárias à primeira solicitação, depósitos de segurança). As técnicas adicionais de atenuação do risco derivam de actividades de controlo que se centram particularmente em:

- análise da geração de "créditos incobráveis";
- definição de limiares-alvo máximos para as anulações em aplicações "abaixo do limiar";
- o sistema de objectivos atribuídos a segmentos/produtos específicos de alto risco.

A avaliação das contrapartes "empresariais" utiliza uma combinação pormenorizada de dois sistemas em toda a carteira de concessionários e clientes empresariais.

O sistema SES foi especificamente concebido para avaliar o perfil económico-financeiro das contrapartes e os respectivos indicadores comerciais e comportamentais, a fim de obter uma classificação individual da contraparte.

O sistema ANADEFI, desenvolvido e utilizado pelo acionista CA.sa, e alimentado por informação do sistema SES, tem como objetivo definir a solvabilidade através de um modelo estatístico que analisa os aspectos económico-financeiros e qualitativos/comportamentais da contraparte, considerando o impacto da probabilidade de incumprimento e de eventuais eventos de incumprimento, bem como a pertença da contraparte a um grupo económico.

Os sistemas de notação SES e ANADEFI para as empresas são regidos pelas Diretrizes de Crédito do Grupo Crédit Agricole Auto Bank aprovadas pelo Conselho de Administração.

É igualmente monitorizada a concentração de riscos nos vários grupos económicos a que os clientes podem

pertencer. As garantias atualmente reconhecidas para as actividades de financiamento por grosso são:

- garantias representadas pelo penhor sobre o veículo;
- garantias reais, bancárias e de seguros;
- depósitos de garantia.

Para a linha de financiamento da rede, o acompanhamento do crédito é efectuado através de uma estrutura dedicada que supervisiona uma carteira de clientes, com visibilidade constante do desempenho dos pagamentos de cada cliente através de um conjunto de indicadores e relatórios, tais como: saldos em dívida, antiguidade do incumprimento, rotação de stocks, concentração de risco do grupo económico e utilização da linha de crédito.

Os regulamentos de supervisão permitem o reconhecimento, para efeitos prudenciais dos bancos, das técnicas de atenuação do risco de crédito (CRM).

Estes são representados por contratos acessórios relacionados com o crédito ou outros instrumentos e técnicas que resultam numa redução do risco de crédito, reconhecidos para efeitos de cálculo dos requisitos de capital. Atualmente, o CA Auto Bank S.p.A. adota os seguintes instrumentos como técnicas prudenciais de redução do risco de crédito:

- operações de margem de derivados - garantia em numerário junto da Câmara de Compensação Central; operações de acordo de recompra - REPO invertido; compensação do balanço.

3 Exposições de crédito:

Critérios de avaliação dos riscos

Os contratos vencidos e não pagos são classificados de acordo com a nova definição de incumprimento prevista no Regulamento Europeu. Especificamente:

Empréstimos não produtivos:

- Crédito malparado (perda): Vencidos continuamente há mais de 240 dias ou com rescisão contratual por proposta com perda, falência, alienação de NPL ou redução de 100%;
- Improvável de pagar (UTP): Vencido há mais de 150 dias ou com um "Concordato Preventivo in Bianco" (Composição com Credores em Branco), "Concordato con Continuità Aziendale" (Composição com Credores com Continuidade de Negócios), ou devido a um crédito contestado;
- Vencimento Imparidade: O devedor tem um atraso superior a 90 dias (em alguns casos, por exemplo, para as administrações públicas, 180 dias) no pagamento de uma obrigação material. Uma dívida vencida é considerada material quando o montante em atraso excede os dois limiares seguintes:
 - 100 euros para as posições em risco sobre a carteira de retalho e 500 euros para as posições em risco não retalhistas (limiar absoluto);
 - 1% da exposição total a uma contraparte (limiar relativo).

Além disso, o Banco considera pouco provável que, sem recorrer a acções como a execução de garantias, o devedor cumpra integralmente a sua obrigação.

Empréstimos em execução:

- Vencido sem imparidade: Vencido com dias de atraso contínuos inferiores ou iguais a 90 dias.
- A atuar: Crédito com zero dias de atraso.

São feitas excepções para casos de fraude reconhecida (excluindo roubo de identidade), processos de insolvência e penhoras de terceiros, para os quais - independentemente do número de dias de atraso e do intervalo de atraso - a classificação (obrigatória) é entre as exposições não produtivas (NPE). A classificação como Non-Performing Exposure (NPE) e Unlikely to Pay (UTP) é aplicada a todas as transacções relativas ao mesmo devedor.

Para os créditos vencidos, não depreciados e em situação regular, o princípio é aplicado por transacção (sem contágio). As políticas de amortização são definidas pelas políticas da empresa e baseiam-se no princípio da prudência.

3.1 Estratégias e políticas de recuperação

A Entidade responsável pelo ciclo de Recuperação de Crédito actua ao nível do crédito a prestações, leasing e arrendamento (quando aplicável) através de equipas especializadas (Cobrança e Contencioso & NPL). As estruturas dedicadas gerem o processo de recuperação em várias fases, divididas em duas áreas principais (Pré-Jurídica e Jurídica), caracterizadas por diferentes níveis de delinquência dos créditos em dívida e por vários tipos de acções intentadas contra os devedores.

A primeira área (Pré-jurídica) é caracterizada por actividades de intervenção junto do cliente em atraso, predominantemente delegadas a empresas externas de cobrança através de actividades de cobrança telefónica domiciliária, coordenadas e integradas pela função "Cobrança", bem como por operadores internos que tratam do Pré-DBT/perda do benefício do prazo de cobrança e da fase inicial do Pós-DBT.

A segunda área de atividade (Pós-DBT/Terminação) envolve, dependendo da recuperabilidade da posição, a gestão através de acção judicial ou cessação de crédito. A atribuição de processos a um escritório de advogados para gestão judicial representa a última etapa do processo de recuperação.

A atividade de "recuperação" é realizada principalmente com um sistema de informação dedicado, que permite a parametrização de uma série de actividades e, em particular:

- Permite a "automatização" das estratégias de recuperação e, conseqüentemente, as atribuições aos respectivos níveis de "Cobrança";
- Fornece todas as informações sobre os clientes em atraso ("historial de cobranças");
- Detecta e monitoriza as intervenções e os resultados alcançados;

- Fornece ferramentas de relatórios operacionais e dados de "recolha" para o sistema de relatórios da empresa.

Além disso, está operacional um "pacote" de controlo específico, utilizado para a avaliação correta do desempenho da cobrança e dos custos das agências de cobrança e dos escritórios de advogados.

Para a linha de financiamento de redes, os procedimentos de recuperação de crédito são essencialmente acionados com a revogação do contrato de concessão e com a comunicação da caducidade do benefício do prazo. Os procedimentos de recuperação são acionados através do exercício da reserva de propriedade (quando aplicável) com a consequente reintegração de posse dos veículos e, quando necessário, com a execução das garantias existentes.

O acompanhamento da situação económica e financeira dos concessionários é efectuado de forma contínua.

3.2 Anulações

O CA Auto Bank define, nas suas Diretrizes de Crédito do Grupo, os critérios para a definição das exposições consideradas irrecuperáveis. Estes critérios incluem, por exemplo, o carácter antieconómico da prossecução de outras acções de recuperação, a não rastreabilidade confirmada do devedor e a confirmação legal da não perseguibilidade do sujeito em caso de insolvência.

A anulação destes créditos exige um desconhecimento contabilístico imediato, que deve ser executado pelos Mercados/Bancos em conformidade com as restrições legais e fiscais locais.

A anulação, se permitida pela regulamentação local, pode ocorrer antes da conclusão completa das acções judiciais contra o cliente para a recuperação da dívida; esta acção não implica a perda do direito legal do banco de prosseguir a recuperação da dívida.

3.3 Activos financeiros adquiridos ou originados com imparidade

Esta secção não é aplicável às presentes demonstrações financeiras.

4 Activos financeiros em renegociação comercial e exposições a concessões.

As políticas de medidas de concessão definem:

- em conformidade com a regulamentação aplicável, os critérios de identificação das posições em risco objeto de concessões;
- as medidas de concessão admissíveis;
- as regras de concessão de medidas de tolerância, tais como os acordos com os clientes, a avaliação da medida mais adequada para o cliente, tendo em conta as suas características específicas, e a análise da contraparte;

- as limitações das medidas de concessão;
- o acompanhamento e as medidas a tomar em caso de pagamentos pendentes;
- a classificação dessas posições em risco como concessionárias ou objeto de imparidade.

Divulgações qualitativas

A. Qualidade do crédito

A.1 EXPOSIÇÃO AO CRÉDITO NÃO PRODUTIVO E PRODUTIVO: MONTANTES, REDUÇÕES DE VALOR, ALTERAÇÕES DISTRIBUIÇÃO POR ACTIVIDADE DE NEGÓCIO

A.1.1 Distribuição dos activos financeiros por carteira e qualidade de crédito (valores contabilísticos)

Carteiras/qualidade	Más exposições provável	& Pouco pagar	Não produtivo vencido exposições	Atuação exposição vencida	Outros exposições efectivas	Total
1. Activos financeiros mensurados ao custo amortizado	148,883	70,986	192,969	287,235	22,494,551	23,194,624
2. Activos financeiros mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral						
3. Activos financeiros designados pelo justo valor						
4. Outros activos financeiros obrigatoriamente mensurados ao justo valor						
5. Activos financeiros detidos para venda						
Total 31/12/2024	148,883	70,986	192,969	287,235	22,494,551	23,194,624
Total 31/12/2023	34,016	40,815	168,423	301,446	20,748,923	21,293,623

A.1.2 Distribuição dos activos financeiros por afetação da carteira e qualidade de crédito (valores brutos e líquidos)

Carteiras/qualidade	Não produtivos				Atuação			Total (exposição líquida)
	Bruto exposição	Total disposições	Exposição líquida	Total de escritas offs*	Exposição bruta	Total disposições	Exposição líquida	
1. Activos financeiros mensurados ao custo amortizado	662,483	249,645	412,838	658	22,898,681	116,894	22,781,786	23,194,624
2. Activos financeiros mensurados ao justo valor através de outros rendimento integral					-		-	
3. Activos financeiros designados pelo justo valor					X	X		
4. Outros activos financeiros obrigatoriamente mensurados ao justo valor					X	X		
5. Activos financeiros detidos para venda								
Total 2024	662,483	249,645	412,838	658	22,898,681	116,894	22,781,786	23,194,624
Total 2023	418,379	175,125	243,254		21,176,166	125,797	21,050,369	21,293,623

Carteiras/qualidade	Activos de baixa qualidade de crédito		Outros activos
	Perdas acumuladas	Exposição líquida	Exposição líquida
1. Activos financeiros detidos para negociação	-	-	43,965
2. Derivados de cobertura	-	-	81,649
Total 2024	-	-	125,614
Total 2023	-	-	324,917

* Nota: Valor apresentado a título informativo.

A.1.3 Afetação dos Activos Financeiros por Faixas de Antiguidade (Valores Contabilísticos)

Carteiras/qualidade	Primeira fase			Segunda fase			Terceira fase			Imparidade adquirida ou originada		
	A partir de 1 dia até 30 dias	De mais de 30 dias até 90 dias	Mais de 90 giorni	A partir de 1 dia até 30 dias	De mais de 30 dias até 90 dias	Mais de 90 giorni	A partir de 1 dia até 30 dias	De mais de 30 dias até 90 dias	Mais de 90 giorni	A partir de 1 dia até 30 dias	De mais de 30 dias até 90 dias	Mais de 90 giorni
1. Activos financeiros mensurados ao custo amortizado	18,933	5,091	19,633	124,009	94,356	14,735	7,010	20,044	304,614			
2. Activos financeiros mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral												
3. Activos financeiros detidos para venda												
Total 2024	18,933	5,091	19,633	124,009	94,356	14,735	7,010	20,044	304,614	-		
Total 2023	43,087	6,890	9,746	114,989	112,084	13,727	7,218	9,946	182,689	-	-	-

A.1.4 Activos financeiros, compromissos de desembolso de fundos e garantias financeiras emitidas: dinâmica do valor total ajustamentos e provisões

Fases de causa/risco	Total das correções de valor														Total das provisões para autorizações de desembolso e garantias financeiras emitidas			Tot.						
	Activos na primeira fase				Activos na segunda fase				Activos na terceira fase				Activos financeiros depreciados adquiridos ou originados											
	Reservatórios e contas a receber	Activos financeiros designados pelo justo valor	Activos financeiros designados ao justo valor com efeitos no rendimento integral	Activos financeiros detidos para venda dos quais: amortizações individuais	dos quais: depreciação colectiva	Reservatórios e contas a receber com Bancos e Bancos Centrais	Activos financeiros designados pelo justo valor	Activos financeiros designados ao justo valor com efeitos no rendimento integral	Activos financeiros detidos para venda dos quais: amortizações individuais	dos quais: depreciação colectiva	Reservatórios e contas a receber de bancos e centrais	Activos financeiros designados pelo justo valor	Activos financeiros designados ao justo valor com efeitos no rendimento integral	Activos financeiros detidos para venda dos quais: amortizações individuais	dos quais: depreciação colectiva	Activos financeiros designados pelo justo valor	Activos financeiros designados ao justo valor com efeitos no rendimento integral	Activos financeiros detidos para venda dos quais: individual depreciação	dos quais: depreciação colectiva	Primeira fase	Segunda fase	Terceira fase	Compromissos de desembolso e garantias financeiras emitidas prejudiciais adquiridas ou originadas	
Ajustes globais iniciais	82,752	-	- 1,886	80,865	-	43,046	-	-	136	42,910	-175,125	-	- 17,656	157,469	-	-	-	-	-	-	-43	- 1	-	-300,966
Variações crescentes de activos financeiros adquiridos ou originados																					X	X X		X
Anulações diferentes da anulação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	315	-	-	-	315	-	-	-	-	-	-	-	-	315
Ajustamentos/recursos líquidos ao risco de crédito (+/-)	22,785	-	-(18)	22,802	-	10,674	-	-(127)	10,801	-	71,457	-	-	623	70,834	-	-	-	-	-	- 334	1 1	-	105,252
Alterações contratuais sem anulações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações metodológicas																								
Anulações reconhecidas directamente no rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-(36,881)	-	-	-(36,881)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-(36,881)
Outras variações	(25,935)	-	-(786)	(25,149)	-	-(16,427)	-	-(28)	(16,400)	-	39,630	-	-(270)	39,900	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2,732)
Ajustamentos finais globais	79,602	-	- 1,083	78,519	-	37,292	-	-(19)	37,311	-249,645	-	- 18,008	231,637	-	-	-	-	-	-	-	- 378	1 1	-	366,920
Recuperações de activos financeiros sujeitos a anulação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Anulações reconhecidas directamente no rendimento integral	79,602	-	- 1,083	78,519	-	37,292	-	-(19)	37,311	-249,645	-	- 18,008	231,637	-	-	-	-	-	-	-	- 378	1 1	-	366,920

A.1.5 Activos financeiros, compromissos de desembolso e garantias financeiras emitidas: transferências entre diferentes fases do risco de crédito (valores brutos e nominais)

Fases das carteiras / riscos	Valores brutos/ nominais					
	Transferência entre a primeira e a segunda fase		Transferência entre a segunda e a terceira fase		Transferência entre a primeira e a terceira fase	
	Da primeira fase à segunda fase	Da segunda fase à primeira fase	Da segunda fase para a terceira fase	Da terceira fase para a segunda fase	Da primeira fase à terceira fase	Da terceira fase à primeira fase
1. Activos financeiros mensurados a custo amortizado	236,606	490,996	84,760	15,038	131,490	83,085
2. Activos financeiros mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral						
3. Activos financeiros detidos para venda						
4. Compromissos de desembolso de fundos e garantias financeiras emitidas	30				17	51
Total 2024	236,636	490,996	84,760	15,038	131,507	83,137
Total 2023	640,384	278,175	72,662	44,971	182,646	13,458

A.1.6 Caixa e posições extrapatrimoniais em risco sobre bancos: valores brutos e nominais

Tipologias exposições /Valores	Posições em risco brutas				Total das correcções de valor e provisões				Exposição líquida	Anulação parcial complessiva *
	Primeira fase	Segunda fase	Terceira fase	Activos financeiros depreciados adquiridos ou originados	Primeira fase	Segunda fase	Terceira fase	Activos financeiros depreciados adquiridos ou originados		
A. RISCOS DE CRÉDITO DE CAIXA										
A.1 Activos expostos	1,133,513	1,133,513							1,133,513	
a) Activos depreciados		X				X				
b) Activos que não sofreram imparidade	1,133,513	1,133,513		X				X	1,133,513	
A.2 Outros	483,846	483,625	220		7	2	6		483,838	
a) Empréstimos não produtivos		X					X			
-dos quais: posições em risco objeto de concessões		X					X			
b) Pouco provável que pague		X					X			
-dos quais: posições em risco objeto de concessões		X					X			
c) Posições em risco vencidas com imparidade		X					X			
-dos quais: posições em risco objeto de concessões		X					X			
d) Posições em risco vencidas e não objeto de imparidade				X				X		
-dos quais: posições em risco objeto de concessões				X				X		
e) Outras posições em risco não objeto de imparidade	483,846	483,625	220	X	7	2	6	X	483,838	
-dos quais: posições em risco objeto de concessões				X				X		
TOTAL (A)	1,617,358	1,617,138	220		7	2	6		1,617,351	
B. RISCOS EXTRAPATRIMONIAIS										
a) Activos depreciados		X				X				
b) Activos que não sofreram imparidade	3,262	-		X				X	3,262	
TOTAL (B)	3,262								3,262	
TOTAL (A+B)	1,620,621	1,617,138	220		7	2	6		1,620,613	

* Valor a ser exposto para efeitos de informação

Em 31 de dezembro, e de forma consistente com o ano fiscal anterior, não existiam exposições de crédito com imparidade para com os bancos.

A.1.7 Posições em risco de caixa e extrapatrimoniais face a clientes: valores brutos e líquidos

Tipologias exposições /Valores	Posições em risco brutas				Total das correções de valor e provisões				Exposição líquida	Compressive partial Write-off *
	Primeira fase	Segunda fase	Terceira fase	Ativos financeiros depreciados adquirida	Primeira fase	Segunda fase	Terceira fase	Ativos financeiros depreciados adquirida		
A. RISCO DE CRÉDITO DE CAIXA										
a) Crédito malparado	259,653	X	-	259,653	110,770	X	-	110,770	148,883	658
-dos quais: exposições sujeito a concessões	1,858	X	-	1,858	696	X	-	696	1,162	-
b) Pouco provável que pague	112,792	X	-	112,792	41,806	X	-	41,806	70,986	
-dos quais: exposições sujeito a exposições de	4,190	X	-	4,190	822	X	-	822	3,368	
c) Imparidade de dívidas vencidas concessões	290,037	X	-	290,037	97,068	X	-	97,068	192,969	
-dos quais: exposições sujeito a exposições de	0	X	-	0	0	X	-	-	-	0
d) Vencidos sem imparidade concessões	305,768	44,427	261,341	X	18,533	827	17,706	X	287,235	
-dos quais: exposições sujeito a exposições de	-	-	-	X	-	-	-	X	-	
e) Outros não depreciados concessões	22,109,067	21,574,648	534,419	X	98,353	78,773	19,581	X	22,010,714	
-dos quais: exposições sujeito a concessões	98	23	76	X	6	3	3	X	93	
TOTAL (A)	23,077,318	21,619,075	795,760	662,483	366,532	79,600	37,287	249,645	22,710,786	658
B. RISCOS EXTRAPATRIMONIAIS										
a) Activos depreciados	141	X	-	141	1	X	-	1	140	
b) Activos que não sofreram imparidade	1,874,280	1,874,138	142	X	379	378	-	X	1,873,902	
TOTAL (B)	1,874,422	1,874,138	142	141	380	378	-	1	1,874,042	
TOTAL (A +B)	24,951,740	23,493,213	795,903	662,624	366,912	79,978	37,287	249,647	24,584,828	

(*) Valor a ser exposto para efeitos de informação

São fornecidas informações pormenorizadas sobre os riscos de crédito com e sem imparidade (créditos não produtivos, riscos com poucas probabilidades de pagamento, riscos com imparidade vencidos) nos quadros "Qualidade do crédito" incluídos na Parte E das notas às demonstrações financeiras. Neste contexto, em conformidade com a regulamentação do Banco de Itália, são igualmente fornecidas informações específicas sobre "Posições em risco objeto de diferimento" (as chamadas "posições em risco diferidas"). As medidas de tolerância referem-se a concessões, em termos de modificação e/ou refinanciamento de um crédito pré-existente, concedidas a um devedor exclusivamente devido a, ou para prevenir, as suas dificuldades financeiras que poderiam afetar negativamente a sua capacidade de cumprir as obrigações contratuais originalmente acordadas, e que não teriam sido concedidas a outro devedor com um perfil de risco semelhante que não se encontrasse em dificuldades financeiras. As concessões devem ser identificadas a nível de cada linha de crédito e podem estar relacionadas com exposições de devedores classificadas como sem imparidade ou com imparidade.

A.1.8 Exposição ao crédito à tesouraria dos bancos: Dinâmica das exposições brutas com imparidade

Em 31 de dezembro de 2024, e no exercício anterior, não existiam exposições de crédito com imparidade a bancos.

A.1.8 bis Exposições de crédito de caixa a bancos: Dinâmica das Exposições Brutas Sujeitas a Concessões por Qualidade de Crédito

No final do exercício, tal como no ano anterior, o Banco não detinha exposições concessionadas a instituições bancárias.

A.1.9 Exposição ao crédito de tesouraria a clientes: Dinâmica das exposições brutas com imparidade

Causal/Categorias	Más exposições	Pouco provável que pague	Imparidade vencida exposições
A. Saldo inicial (montante bruto)	90,290	68,726	259,363
- dos quais venderam posições em risco não canceladas	3,479	2,724	15,372
B. Aumentos	262,247	95,031	292,227
B.1 Transferências de empréstimos em situação regular	72,129	58,360	200,064
B.2 Perda de ativos financeiros depreciados originadas	-	-	-
B.3 Transferências de outras imparidades	96,171	11,135	745
B.4 Alterações contratuais sem cancelamentos	-	-	-
B.5 Outros aumentos	93,946	25,535	91,419
C. Diminuições	(92,883)	(50,965)	(261,553)
C.1 Transferências para empréstimos para financiamento do exercício	(863)	(1,514)	(54,433)
C.2 anulação	(45,501)	-	-
C.3 recuperações	(45,361)	(27,222)	(122,141)
C.4 Produto das vendas	-	-	-
C.5 Perdas com alienações	(315)	-	-
C.6 transferências para outras posições em risco objeto de imparidade	(843)	(22,229)	(84,979)
C.7 Alterações contratuais sem cancelamentos	-	-	-
C.8 Outras reduções	-	-	-
D. Saldo final (montantes brutos)	259,653	112,792	290,037
- Vendidos mas não desreconhecidos	7,043	4,795	18,593

A.1.9 bis Exposições de crédito de tesouraria a clientes: dinâmica das exposições brutas objeto de concessões, por qualidade de crédito

Causas/Qualidade	Forborne transmitidas por não rentável	Exposições via aérea: exposições de execução
A. Saldo inicial (montante bruto)	4,528	459
- dos quais posições em risco não desreconhecidas vendidas	192	98
B. Aumentos	5,230	417
B.1 transferências de posições em risco não reestruturadas eficazes	2,344	383
B.2 transferências de posições em risco cobertas eficazes	54	X
B.3 transferências de exposições reestruturadas não produtivas	X	35
B.4 transferências de posições não produtivas não reestruturadas	1,207	-
B.5 outros aumentos	1,626	-
C. Diminuições	(3,710)	(778)
C.1 transferências para posições em risco não cobertas que sejam eficazes	X	(606)
C.2 transferências para posições em risco a descoberto eficazes	(35)	X
C.3 transferências para exposições reestruturadas não produtivas	X	(54)
C.4 anulações	-	-
C.5 colecções	(3,445)	-
C.6 receitas de vendas	-	-
C.7 perdas com alienações	-	-
C.8 outras reduções	(230)	(118)
D. Saldo final (montantes brutos)	6,049	98
- dos quais venderam posições em risco não desreconhecidas	51	34

A.1.10 Posições de crédito de caixa depreciadas em relação a bancos: dinâmica dos ajustamentos de valor totais

Tal como referido nas secções anteriores, não existem activos depreciados detidos em bancos.

A.1.11 Exposições de crédito de mau desempenho do balanço de caixa a clientes: alterações no total das imparidades acumuladas

Causas/Categorias	Más exposições		Pouco provável que pague		Não produtivos vencidos	
	Total	dos quais: exposições proibidas	Total	dos quais: exposições proibidas	Total	dos quais: exposições proibidas
A. Total de imparidades no início do exercício	56,274	696	27,911	527	90,939	4
- dos quais: posições vendidas não desreconhecido	960	-	523	21	2,427	-
B. Aumentos	97,148	51	26,980	2,254	65,407	-
B.1 amortizações de activos adquiridos ou activos financeiros com imparidade originados	-	-	-	-	-	-
B.2. outras reduções de valor	36,947	29	13,944	1,698	32,377	-
B.3 Perdas na alienação	138	-	-	-	-	-
B.4 transferências de outras categorias de posições em risco não produtivas	39,466	22	3,495	479	183	-
B.5 Alterações contratuais sem desreconhecidas	-	-	-	-	-	-
B.6 Outros aumentos	20,596	-	9,540	77	32,847	-
C. Diminuições	(42,652)	(51)	(13,084)	(1,958)	(59,278)	(4)
C.1. anulação da avaliação	(5,241)	(51)	(1,978)	(426)	(4,593)	-
C.2 write-back de colecções	-	-	-	-	(10,164)	-
C.3 Ganhos na alienação	-	-	-	-	-	-
C.4 anulações	(36,881)	-	-	-	-	-
C.5 Transferências para outras categorias de exposições não produtivas	(331)	-	(10,467)	(22)	(32,347)	-
C.6 Alterações contratuais sem desreconhecimentos	-	-	-	-	-	-
C.7 Outras reduções	(198)	-	(639)	(1,511)	(12,174)	(4)
D. Saldo final no montante global de riscos de redução de valor	110,770	696	41,806	822	97,068	-
- de que: exposições vendidas não desreconhecido	2,888	-	1,814	6	4,163	-

A.2 Classificação dos Activos Financeiros, dos Compromissos de Empréstimo e das Garantias Financeiras Emitidas, com Base em Notações Externas e Internas

Dada a composição da carteira de empréstimos, que consiste principalmente em exposições a clientes privados e concessionários não classificados por agências de notação externas, a distribuição das exposições patrimoniais e extrapatrimoniais por classe de notação externa não é considerada significativa, pelo que não é apresentada sob a forma de quadro.

A.2.1 Distribuição dos activos financeiros, dos compromissos de concessão de empréstimos e das garantias financeiras emitidas: por classes de notação externa (valores brutos)

Exposições	Classes de notação externa						Sem classificação	Total
	Class e 1	Class e 2	Class e 3	Class e 4	Class e 5	Class e 6		
A. Activos financeiros avaliados ao custo amortizado							23,561,163	23,561,163
- Primeira fase							22,102,700	22,102,700
- Segunda fase							795,980	795,980
- Terceira fase							662,483	662,483
- Imparidade adquirida ou originada								
B. Activos financeiros avaliados pelo justo valor com impacto na rentabilidade global								
- Primeira fase								
- Segunda fase								
- Terceira fase								
- Imparidade adquirida ou originada								
C. Activos financeiros detidos para venda								
- Primeira fase								
- Segunda fase								
- Terceira fase								
- Imparidade adquirida ou originada								
Total (A+B+C)							23,561,163	23,561,163
D. Autorizações e garantias financeiras prestadas							1,321,985	1,321,985
- Primeira fase							1,321,697	1,321,697
- Segunda fase							142	142
- Terceira fase							146	146
- Imparidade adquirida ou originada								
Total (D)							1,321,985	1,321,985
Total (A+B+C+D)							24,883,148	24,883,148

A.3 Distribuição das posições em risco de crédito garantidas por tipo de garantia

A.3.1 Exposições de crédito garantidas dentro e fora do balanço a bancos

	Exposição bruta	Líquido exposição	Garantias (1)				Garantias pessoais (2)								Total (1)+(2)	
			Imóveis - hipotecas	Imóveis - locações financeiras	Títulos	Outras garantias	Derivados de crédito				Empréstimos por assinatura					
							CLN	Balço central artimanhas	Bancos	Outras sociedades financeiras	Outras entidades	Entidades do sector público	Bancos	Outras sociedades financeiras		Outras entidades
1. Garantias patrimoniais exposições de crédito do balanço:	22,018	22,011	-	-	21,054	957										22,010
1.1. totalmente seguro	22,018	22,011	-	-	21,054	957										22,010
- de que não rentável																
1.2. parcialmente garantida																
- de que não rentável																
2. Garantias extrapatrimoniais exposições de crédito do balanço:																
2.1. totalmente seguro																
- de que não rentável																
2.2. parcialmente garantido																
- de que não rentável																

A.3.2 Exposições de crédito garantidas, dentro e fora do balanço, a clientes

	Exposição bruta	Exposição líquida	Garantias (1)				Garantias pessoais (2)								Total (1)+(2)	
			Imóveis - hipotecas	Imóveis - locações financeiras	Segurança	Outras garantias	Derivados de crédito				Empréstimos por assinatura					
							CLN	Contrapartidas centrais	Bancos	Outras sociedades financeiras	Outras entidades	Entidades do sector público	Bancos	Outras sociedades financeiras		Outras entidades
1. Garantias patrimoniais exposições de crédito do balanço:	5,720,026	5,590,495	19,014			4,884,828						8,189	173	589,858		5,502,062
1.1. totalmente seguro	5,508,923	5,385,354	19,014			4,877,740						6,978	173	446,874		5,350,779
- dos quais não atuação	204,628	133,976	1,763			106,621						82		25,834		134,300
1.2. parcialmente garantida	211,103	205,141				7,087						1,212		142,984		151,283
- dos quais não atuação	7,727	4,155				192						58		3,730		3,980
2. Garantias extrapatrimoniais exposições de crédito do balanço:	50,208	50,208				50,208										50,208
2.1. totalmente seguro	50,208	50,208				50,208										50,208
- dos quais não atuação																
2.2. parcialmente garantido																
- dos quais não atuação																

Em conformidade com as disposições da Circular Banca d'Italia n.o 262, 8.a atualização, as colunas "garantias reais" e "garantias pessoais" reflectem o justo valor das garantias, tal como avaliado à data do balanço. Quando os dados relativos ao justo valor não são acessíveis, é indicado o valor contratual.

B. Distribuição e concentração de posições em risco de crédito

B.1 Repartição por sector das posições de crédito patrimoniais e extrapatrimoniais sobre clientes

Exposições/Contrapartes	Administração pública		Empresas financeiras		Sociedades financeiras (das quais: companhias de seguros)		Sociedades não financeiras		Agregados familiares	
	Exposição líquida	Total das reduções de valor	Exposição líquida	Total das reduções de valor	Exposição líquida	Total das reduções de valor	Exposição líquida	Total das reduções de valor	Exposição líquida	Total das reduções de valor
A. Créditos patrimoniais exposições										
A.1 Empréstimos não produtivos	-	-	90	80	-	-	72,345	41,990	76,448	68,701
- dos quais: exposições transmitidas por via aérea	-	-	-	-	-	-	86	696	1,076	-
A.2 Pouco provável que pague	-	-	32	32	-	-	33,390	15,996	37,564	25,779
- dos quais: exposições transmitidas por via aérea	-	-	-	-	-	-	3,035	704	317	118
A.3 Posições de risco vencidas com imparidade	33	2	312	151	-	-	116,901	44,388	75,722	52,528
- dos quais: exposições transmitidas por via aérea	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0
A.4 Exposições não depreciadas	4,590	31	4,108,390	487	433	3	6,373,172	48,450	11,811,797	67,918
- dos quais: exposições transmitidas por via aérea	-	-	-	-	-	-	42	2	51	4
Total A	4,623	33	4,108,824	749	433	3	6,595,809	150,823	12,001,530	214,926
B. Crédito extrapatrimonial exposições										
B.1 Posições em risco não produtivas									211	2
B.2 Realização de exposições			428,700				1,363,325		81,806	52
Total B			428,700	-	-	-	1,363,325	-	82,017	54
Total (A+B) 31/12/2024	4,623	33	4,537,524	749	433	3	7,959,134	150,894	12,083,547	214,910
Total (A+B) 31/12/2023	4,188	32	3,434,461	519	284	1	7,903,408	125,928	10,387,250	174,476

B.2 Distribuição geográfica dos riscos de crédito patrimoniais e extrapatrimoniais sobre os clientes

Exposições/zonas geográficas	Itália		Outros países europeus		Estados Unidos		Ásia		Resto do mundo	
	Exposição líquida	Total das reduções de valor	Exposição líquida	Total das reduções de valor	Exposição líquida	Total das reduções de valor	Exposição líquida	Total das reduções de valor	Exposição líquida	Total das reduções de valor
A. Posições em risco de crédito no balanço										
A.1 Empréstimos não produtivos	123,515	97,347	25,368	13,423	-	-	-	-	-	-
A.2 Pouco provável que pague	57,907	35,555	13,079	6,252	-	-	-	-	-	-
A.3 Posições de risco vencidas com imparidade	105,179	57,918	87,790	39,080	-	-	-	-	-	-
A.4 Realização de exposições	10,027,048	53,059	12,270,882	63,898	3	-	-	-	16	-
Total A	10,313,649	243,878	12,397,118	122,653	3	-	-	-	16	-
B. Posições de risco de crédito extrapatrimoniais										
B.1 Posições em risco não produtivas	164	2	47	-	-	-	-	-	-	-
B.2 Realização de exposições	1,374,234	85	447,286	293	-	-	-	-	52,311	-
Total B	1,374,398	87	447,333	293	-	-	-	-	52,311	-
Total (A+B) 31/12/2024	11,688,047	243,966	12,844,451	122,946	3	-	-	-	52,327	-
Total (A+B) 31/12/2023	11,126,003	199,558	10,552,975	101,383	-	-	-	-	50,329	-

B.2.1 Distribuição geográfica dos riscos de crédito patrimoniais e extrapatrimoniais sobre os clientes

Exposições/zonas geográficas	Noroeste de Itália		Nordeste de Itália		Itália Central		Sul de Itália e Ilhas	
	Exposição líquida	Total amortizações	Exposição líquida	Total amortizações	Exposição líquida	Total amortizações	Exposição líquida	Total das reduções de valor
A. Posições em risco de crédito no balanço								
A.1 Empréstimos não produtivos	25,101	24,902	13,647	14,172	17,383	17,237	67,385	41,036
A.2 Pouco provável que pague	12,922	10,081	4,512	3,335	12,955	7,569	27,517	14,570
A.3 Posições de risco vencidas com imparidade	29,320	16,345	13,792	7,602	21,022	11,763	41,046	22,208
A.4 Realização de exposições	3,761,696	15,369	1,427,320	11,229	2,261,266	9,928	2,576,766	16,533
Total A	3,829,039	66,697	1,459,271	36,337	2,312,626	46,497	2,712,713	94,347
B. Posições de risco de crédito extrapatrimoniais								
B.1 Posições em risco não produtivas	60	-	23	-	31	1	51	1
B.2 Realização de exposições	1,367,556	53	1,658	8	1,918	9	3,101	16
Total B	1,367,616	53	1,681	8	1,949	9	3,152	17
Total (A+B) 31/12/2024	5,196,656	66,750	1,460,951	36,345	2,314,575	46,506	2,715,865	94,364
Total (A+B) 31/12/2023	3,977,218	64,663	1,661,924	29,573	2,554,407	39,871	2,932,454	65,451

B.3 Distribuição geográfica das exposições de crédito patrimoniais e extrapatrimoniais aos bancos

Exposições/zonas geográficas	Itália		Outros países europeus		Estados Unidos		Ásia		Resto do mundo	
	Exposição líquida	Total amortizações	Exposição líquida	Total amortizações	Exposição líquida	Total amortizações	Exposição líquida	Total amortizações	Exposição líquida	Total amortizações
A. Posições em risco de crédito no balanço										
A.1 Empréstimos não produtivos										
A.2 Pouco provável que pague										
A.3 Posições de risco vencidas com imparidade										
A.4 Realização de exposições	1,066,206	4	551,145	4	-	-	-	-	-	-
Total A	1,066,206	4	551,145	4	-	-	-	-	-	-
B. Posições de risco de crédito extrapatrimoniais										
B.1 Posições em risco não produtivas										
B.2 Realização de exposições	-	-	3,262	-	-	-	-	-	-	-
Total B			3,262							
Total (A+B) 31/12/2024	1,066,206	4	554,407	4	-	-	-	-	-	-
Total (A+B) 31/12/2023	1,113,865	2	555,303	4	-	-	-	-	-	-

B.4 Grandes riscos

GRANDES RISCOS	Total 31/12/2024	Total 31/12/2023
A. Montante (valor contabilístico)	6,433,064	4,441,355
B. Montante (valor ponderado)	-	257,932
C. Número	9	7

De acordo com as actuais disposições regulamentares, o número de grandes riscos apresentado no quadro é determinado por referência a "riscos" não ponderados que excedam 10% dos fundos próprios principais de nível 1, tal como definido pelo Regulamento (UE) n.º 575/2013 (CRR) e alterações subsequentes. As "posições em risco" são definidas como a soma dos activos de risco patrimoniais e dos elementos extrapatrimoniais (excluindo os deduzidos dos fundos próprios principais de nível 1) face a um cliente, ou a um grupo de clientes ligados entre si, sem a aplicação de factores de ponderação.

Estes critérios de exposição conduzem à inclusão no quadro do balanço dos grandes riscos das entidades que - mesmo com uma ponderação de 0% ou isenções ao abrigo do artigo 400.º do CRR - apresentam uma exposição não ponderada superior a 10% dos fundos próprios principais de nível 1 para efeitos de grandes riscos.

C. OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO

Divulgações qualitativas

Estratégias e processos subjacentes às operações de titularização

O CA Auto Bank realiza operações de titularização com o objetivo de atingir quatro objectivos fundamentais:

- diversificação das fontes de financiamento: as titularizações são uma fonte de financiamento alternativa significativa aos depósitos de clientes para a Empresa;
- Melhoria da posição de liquidez: a capacidade potencial da Empresa para titularizar os seus créditos constitui um apoio significativo à sua posição de liquidez. Os excelentes resultados das operações realizadas até à data, juntamente com a reputação das empresas operacionais no papel de servicers, garantem de facto o acesso imediato a este instrumento, em caso de dificuldades nos outros mercados financeiros de referência;
- otimização do custo dos fundos: as estruturas utilizadas para realizar as securitizações e a qualidade dos créditos cedidos permitem, através da obtenção de notações mais elevadas, obter custos de financiamento competitivos;
- melhoria da eficiência dos activos ponderados pelo risco associados à carteira securitizada, através de securitizações tradicionais e sintéticas.

SECURITIZAÇÕES TRADICIONAIS

As operações de securitização atualmente em vigor, realizadas pelo CA Auto Bank ao abrigo da Lei n.º 130/1999, consistem na transferência de carteiras de créditos para Sociedades de Propósito Específico (SPE) constituídas para o efeito, cuja aquisição é financiada através do produto da colocação de Asset-Backed Securities (ABS) emitidos em diferentes classes: Sénior, Mezzanine e Júnior.

Se as condições de mercado o permitirem, os títulos sénior, mas também os títulos mezzanine e júnior, podem ser oferecidos a investidores profissionais europeus ou ser colocados a título privado, no todo ou em parte.

Os títulos sénior podem também ser utilizados para operações de refinanciamento com o Banco Central Europeu, caso em que os títulos são subscritas, e portanto retidas, pelo ordenador (por exemplo, operações de "auto-securitização" ou "retidas").

Quando os títulos sénior e mezzanine são cotados num mercado regulamentado, é-lhes atribuída uma notação por, pelo menos, duas agências de notação. Por outro lado, as colocações privadas não implicam a atribuição de uma notação aos títulos.

A colocação de Mezzanine e Junior Securities é tipicamente efectuada com o objetivo de otimizar os activos ponderados pelo risco associados à carteira titularizada, conforme referido anteriormente.

As operações de titularização podem ser renováveis - em que o cedente pode ceder periodicamente créditos adicionais, de acordo com as restrições previstas no contrato de titularização, durante um período de tempo pré-estabelecido, de modo a manter a carteira existente ao mesmo nível que no momento da emissão - ou amortizáveis, em que o cedente não pode ceder créditos adicionais e a carteira começa a ser amortizada a partir do momento em que os ABS são emitidos.

No final do período de revolving, ou a partir momento em que os ABS são emitidos no caso de a transação ser amortizável, os ABS são reembolsados pela ordem pré-determinada à medida que a carteira é amortizada.

Estrutura rotativa

As transacções com uma estrutura rotativa, tal como acima descrito, podem exigir que a SPE compre, por um período de tempo pré-estabelecido, carteiras de créditos adicionais com a mesma estrutura jurídica e financeira e um perfil de risco semelhante, financiando a compra com os

receitas provenientes da cobrança de créditos em carteira existentes no momento da emissão dos ABS, e previamente cedidos pelo Originador, e com receitas provenientes da colocação de ABS adicionais emitidos dentro dos limites do programa.

No final da fase revolving, os ABS emitidos são reembolsados com um perfil de amortização que segue o dos empréstimos subjacentes. A estrutura revolving permite que os custos fixos da operação sejam amortizados durante um período de tempo mais longo, otimizando assim o custo da operação.

Gestão da liquidez

O cedente pode ser obrigado, dependendo das metodologias de avaliação das agências de notação de risco, em todas as transacções, e de formas que podem diferir formalmente umas das outras, a disponibilizar uma linha de liquidez ou um depósito em numerário à SPE.

O montante é estabelecido por contrato e é de molde a permitir ao veículo fazer face a défices temporários de liquidez (normalmente, nas datas de pagamento) que poderiam ocorrer na aplicação da estrutura de pagamentos em cascata descrita abaixo.

Estrutura em cascata

A cascata de pagamentos identifica prioridades na afetação do dinheiro disponível na SPE.

Normalmente, as transacções de titularização têm uma estrutura em cascata semelhante, que exige que seja seguida uma ordem de pagamento pré-estabelecida.

No caso de transacções originadas por contas a receber de retalho, em que existe tipicamente uma distinção entre o rendimento (por exemplo, o desconto decorrente da cessão da conta a receber) e o capital das contas a receber cobrado pela SPE, a cascata prevê - de forma simplificada - os seguintes tipos de pagamento:

RENDIMENTO

- a) despesas com veículos (principalmente despesas relacionadas com os prestadores de serviços da transacção);
- b) swap (exigido por contrato para cobrir a SPE contra o risco de taxa de juro);
- c) indemnização dos gestores de fundos;
- d) juros sobre os títulos de dívida titularizados;
- e) Reembolso/juros da linha de liquidez;
- f) provisões para contas a receber vencidas;
- g) outros itens.

PRINCIPAL

- a) quaisquer pagamentos exigidos mas não efectuados em relação à cascata de rendimentos acima referida;
- b) compra de créditos (durante o período rotativo);
- c) Reembolso dos títulos de dívida titularizados emitidos (no final de qualquer período de renovação);
- d) outros itens.

No caso de transacções originadas por valores a receber do Financiamento por Grosso, devido às diferentes características da carteira, estão em vigor mecanismos de gestão de tesouraria para que, após o recebimento do seguinte

- a) saldo da balança corrente;
- b) libertação de fundos da estrutura de reserva de caixa;
- c) cobranças a receber;
- d) potencial emissão de novos instrumentos de dívida titularizados;
- e) potencial emissão de novos títulos de dívida titularizados subordinados.

São efectuados os seguintes pagamentos:

- a) despesas com veículos;
- b) juros sobre os títulos de dívida titularizados;
- c) na estrutura da reserva de caixa;
- d) compra de créditos (durante o período rotativo);
- e) potencial reembolso de ABS sénior;
- f) juros sobre os títulos de dívida subordinados;
- g) potencial reembolso dos títulos de dívida titularizados subordinados.

Atividade de manutenção

A entidade gestora das operações de titularização é sempre o ordenador.

O papel de servicer das transacções exige o cumprimento de várias normas qualitativas relacionadas com a gestão adequada dos activos subjacentes às obrigações emitidas pela SPE e uma estrutura organizacional adequada em termos de gestão e de pessoal especializado.

De um ponto de vista operacional, o prestador de serviços:

- gere os contratos existentes de acordo com as suas próprias políticas de crédito e de cobrança e com a lei, em concertação com a SPE e com o fiduciário/representante dos detentores de títulos da transacção, com a obrigação de informar também as agências de notação em caso de acontecimentos significativos;
- regista as cobranças e recuperações, transferindo os montantes relevantes. As cobranças efectuadas pelo servicer das várias transacções são transferidas para a SPE de acordo com um calendário pré-estabelecido em cada transacção (normalmente todos os dias) e são mantidas em contas correntes remuneradas até à data de pagamento seguinte. Os fundos são então utilizados para efetuar pagamentos de acordo com a estrutura em cascata ou, alternativamente, no caso de transacções na fase de armazém ou na fase rotativa de ABS, até ao momento em que podem ser utilizados para pagar a compra de créditos adicionais;
- acompanha, informa e verifica a transacção (as funções de agente pagador/agente de cálculo/banco agente são atribuídas a um banco diferente).

O Servicer recebe compensação da SPE em condições normais de mercado.

Agências de notação

As operações de titularização foram estruturadas de forma a obter, no caso de colocações públicas, pelo menos a notação AA para os títulos de dívida privilegiada emitidos pela SPE. Para todos os ABS seniores e mezzanine negociados publicamente (excluindo os juniores), foram obtidas notações de pelo menos duas das quatro principais agências de notação elegíveis no Eurosistema (Standard&Poor's, Moody's Investor

Service, DBRS e Fitch Ratings). Os ABS colocados a título privado podem ou não receber uma notação (privada), em função das necessidades do investidor.

Desempenho da Securitização

As carteiras de créditos cedidas registaram excelentes desempenhos, tal como indicado nos relatórios elaborados pelo Servicer e relatórios elaborados pelo Agente de Cálculo (para benefício dos investidores, no caso dos ABS negociados publicamente).

Este facto é também atestado, nalguns casos, melhoria das notações atribuídas pelas agências a certos instrumentos de dívida titularizados.

As carteiras estão bem dentro dos limites e cumprem plenamente as restrições estabelecidas nas diferentes transacções, não tendo ocorrido qualquer evento que tenha tornado a carteira não conforme em termos dos factores de desencadeamento monitorizados.

Os gatilhos relacionados à carteira são monitorados, no que se refere às operações originadas de recebíveis de varejo, a cada data de cessão (não é realizado monitoramento para as operações de amortização, pois suas carteiras são estáticas, ou seja, não estão sujeitas a alterações por conta de cessões rotativas, e recebem rating das agências de classificação de risco apenas no início da operação. Por conseguinte, o acompanhamento do desempenho é apenas para fins informativos).

No que se refere às transacções originadas pelos créditos do financiamento por grosso, os factores de desencadeamento e o desempenho da carteira são monitorizados pelo menos uma vez por mês e os créditos atribuídos apresentam um desempenho regular.

SECURITIZAÇÕES SINTÉTICAS

No primeiro semestre de 2023, a Empresa realizou três operações de titularização sintética com o objetivo de racionalizar os activos ponderados pelo risco através da emissão, em 6 de abril de 2023, de três séries de Credit-Linked Notes num montante total de 906,2 milhões de euros.

As três titularizações sintéticas dizem respeito a empréstimos a prestações e locações financeiras a particulares, empréstimos a prestações e locações financeiras a PME e empréstimos a concessionários, originados pelo CA Auto Bank S.p.A. ou pelas suas filiais em diferentes jurisdições europeias (Itália, Alemanha, França e Espanha). Das três transacções, a relacionada com créditos de concessionários foi objeto de uma limpeza em outubro de 2023 devido ao desempenho positivo das cobranças.

Em 31 de dezembro, o valor nominal das notas era de 335,1 milhões de euros.

Riscos associados às securitizações

O CA Auto Bank participa nos programas como originador, prestador de serviços e investidor numa ou mais classes de títulos, sendo responsável pela estruturação das securitizações e pela realização dos controlos e monitorização para o bom desempenho das transacções, bem como pelas actividades de prestação de serviços, incluindo a produção de relatórios periódicos, conforme exigido contratualmente.

A Sociedade realiza operações de titularização tradicionais que envolvem empréstimos para a compra de veículos automóveis (empréstimos ao consumo, ou também "autoloans") ou valores a receber de contratos de locação financeira.

Para essas securitizações, o Departamento do Tesouro formalizou um procedimento para descrever e reger o processo de gestão e controlo.

O risco decorrente das securitizações é que a substância económica das transacções não se reflecta totalmente na avaliação do risco e nas decisões de gestão.

A Empresa considera que o risco associado às securitizações pode surgir se o Banco calcular os fundos próprios com base nas posições de securitização e não nos activos subjacentes. Só neste caso poderia surgir o risco de o requisito de capital não ser suficientemente representativo do risco real da transacção.

O tratamento contabilístico não é relevante para efeitos de reconhecimento prudencial porque, de acordo com a IFRS 9, os activos titularizados continuam a ser apresentados no balanço com base nas seguintes considerações

- a) os riscos e benefícios relacionados com a carteira transferida não são totalmente transferidos para terceiros;
- b) o cedente continua a exercer o controlo sobre a carteira transferida;
- c) o cedente também exerce actividades de prestação de serviços.

No caso de as operações de titularização serem realizadas sem o desreconhecimento dos créditos, em virtude da tomada firme - pelo CA Auto Bank - da tranche de primeira perda (junior notes), este risco é quantificado na afetação do capital interno ao risco de crédito.

Neste caso, dado o duplo papel do originador dos créditos e do subscritor da tranche subordinada títulos, e tendo em conta que (de acordo com as instruções de supervisão sobre securitizações, que estipulam que o valor ponderado pelo risco de todas as posições relacionadas com a mesma securitização não pode ser superior ao valor ponderado pelo risco dos activos securitizados calculados como se estes últimos não tivessem sido securitizados) o requisito de capital é calculado sobre os activos subjacentes e nos termos do Regulamento (UE) n.º 575/2013 (CRR), este risco é quantificado na afetação de capital interno ao risco de crédito. 575/2013 (CRR), este risco é quantificado na afetação de capital interno ao risco de crédito.

Por conseguinte, não existe qualquer incerteza, neste caso, na avaliação da natureza económica das titularizações que são explicitamente classificadas para efeitos de cálculo dos requisitos de fundos próprios.

Por outro lado, nos casos em que as operações de titularização são realizadas com o desreconhecimento dos créditos apenas para fins prudenciais, o CA Auto Bank faz uma avaliação específica do risco decorrente das titularizações no que diz respeito à transferência efectiva do risco de crédito subjacente aos activos titularizados.

A Empresa não tem como objetivo fazer uma avaliação quantitativa (capital interno) para este risco, mas sim avaliar as metodologias e processos implementados para monitorizar e mitigar esse risco.

Assim, as securitizações implementadas pelas empresas apresentam, alternativamente, absorções de capital iguais à absorção relativa aos activos vendidos (em linha com as instruções de supervisão sobre securitizações, que estipulam que o valor ponderado pelo risco de todas as posições relacionadas com a mesma securitização não pode ser superior ao valor ponderado pelo risco dos activos securitizados calculado como se estes últimos não tivessem sido securitizados) ou, no caso em que os créditos são desreconhecidos apenas para fins prudenciais, como no caso da operação A-Best Twenty-Three S.à.r.l. e A-Best Twenty-Five S.r.l. ou das operações de titularização sintética realizadas durante o ano de 2023, as absorções de capital são iguais às determinadas com base nas posições detidas pelo Banco nessas titularizações.

Quanto ao risco decorrente das securitizações - ou seja, o risco de a substância económica da operação de securitização não estar totalmente refletida na avaliação do risco e nas decisões de gestão, uma vez que a transferência significativa do risco é alcançada em conformidade com o Regulamento (UE) 2017/2401, através da realização de uma avaliação específica do risco decorrente das securitizações e das metodologias e processos implementados para monitorizar e mitigar o próprio risco - não se considera que exista qualquer risco decorrente das securitizações.

O Grupo considera, portanto, que não existe incerteza na avaliação da natureza económica das titularizações, que são explicitamente classificadas para efeitos de cálculo dos requisitos de capital.

Estrutura organizacional

A fim de fazer face aos riscos de titularização, o CA Auto Bank tem:

- um modelo organizacional estruturado;

- um processo de identificação, controlo e atenuação dos riscos de titularização formalizado em procedimentos internos adequados.

Cada nova operação de titularização, estruturada pela unidade de Titularização e Transferência de Riscos do departamento de Tesouraria, validada pelo Diretor Financeiro do Grupo e submetida à aprovação do Comité NPA, presidido pelo Diretor-Geral e pelo Diretor Geral, pelos seus subordinados diretos e pelas funções de controlo interno de segundo nível.

As actas de aprovação e os eventuais pareceres emitidos pelas funções de controlo de segundo nível da empresa são transmitidos, juntamente com o conceito do produto, ao Conselho de Administração para aprovação final.

A Securitização e Transferência de Riscos, uma unidade do departamento do Tesouro, é responsável por:

- a estruturação de todas as operações do Grupo e a gestão direta (em Itália) e a supervisão (no estrangeiro) das actividades de serviço das operações de titularização realizadas, bem como a gestão das relações com as agências de notação e os investidores;
- a execução dos controlos de nível 2.1. Os controlos de nível 1, por outro lado, são efectuados diretamente pelos mercados estrangeiros.

O Departamento de Risco e Controlo Permanente define e desenvolve as metodologias, políticas e procedimentos para a deteção, avaliação, monitorização, medição e mitigação dos riscos de securitização de segundo nível, pronunciando-se também no âmbito do Comité NPA. A Auditoria Interna efectua, pelo menos uma vez a cada três anos, uma análise do grau de adequação do sistema de controlo interno e a verificação do cumprimento das normas relativas à gestão das operações de titularização e das actividades de servicing realizadas pelo CA Auto Bank S.p.A.

As ferramentas de controlo disponibilizadas pela Empresa incluem os seguintes processos:

- análise do quadro documental e contratual global da transação pela unidade Tesouraria - Titularização e Transferência de Riscos, em cooperação com os advogados internos e os escritórios de advogados externos;
- verificação da equidade e da adequação económica da operação no seu conjunto pela unidade Tesouraria - Titularização e Transferência de Riscos;
- O Risco e Controlo Permanente é também diretamente responsável pelos controlos permanentes de segundo nível das operações de titularização.

De referir ainda que todas as operações realizadas até à data têm tido um desempenho em linha com as expectativas, quer em termos de adequação dos fluxos de caixa - face às previsões efectuadas no início da titularização - quer em termos de cumprimento dos principais indicadores (triggers) relacionados com a carteira.

Confirma-se que não são aplicadas técnicas de apoio implícito às operações, que não existem cláusulas de "clean-up call" para valores superiores a 10% da emissão inicial, nem mecanismos de resgate antecipado automático associados a níveis de "excesso de spread", de acordo com os procedimentos da empresa.

Operações de titularização em curso

O quadro seguinte apresenta um resumo dos pormenores relativos às operações de titularização tradicionais em vigor a 31 de dezembro de 2024, iniciadas pelo CA Auto Bank S.p.A. e efectuadas sobre carteiras de crédito pertencentes ao CA Auto Bank S.p.A.

(€/000)

31 de dezembro de 2024	A-BEST NOVENTA	A-BEST TWENTY	A-MELHOR VINTE E UM	A-BEST VINTE E DOIS	A-MELHOR VINTE E TRÊS*	A-BEST TWENTYFOUR**	A-BEST TWENTYFIVE***
Valor nominal de créditos	-	-	-	-	626,314	685,086	502,685
Preço de compra	-	-	-	-	538,360	507,748	419,452
Colações	157,863	71,301	179,945	384,443	37,080	57,016	19,989

*= data de início da operação: outubro de 2024

**= data de início da ação: julho de 2024

Durante o ano de 2024, foram constituídas as novas entidades instrumentais de titularização A-Best Twenty-Three S.à.r.l., A-Best Twenty-Four S.r.l. e A-Best Twenty- Five S.r.l., e a entidade instrumental A-Best Seventeen S.r.l. foi objeto de uma limpeza.

Divulgações quantitativas

€/000	A-MELHOR DEZANOVE UG			A-MELHOR VINTE PÉS		
Data de início	novembro-20			setembro-21		
Tipo de transação	Público			Público		
Autor	CA Auto Bank S.p.A. (alemão Filial)			CA Auto Bank S.p.A. (sucursal em Espanha)		
Servidor	CA Auto Bank S.p.A. (alemão Filial)			CA Auto Bank S.p.A. (sucursal em Espanha)		
Arranjador	Banca IMI / Unicredit / Crédit Agricole - CIB			Unicredit /Crédit Agricole - CIB / Santander		
Gestor principal conjunto	Banca IMI / Unicredit / Crédit Agricole - CIB			Unicredit /Crédit Agricole - CIB / Santander		
Activos subjacentes	AutoLoans alemão			Auto-empréstimos espanhóis		
Moeda (CCY)	EUR			EUR		
Transferência de colecções (frequência)	diário			diário		
Programa Montante CCY/000	NA			NA		
Notas em circulação	Montante	%	Cupão (bps)	Montante	%	Cupão (bps)
Classe A (Sénior)	73,183	48.30%	1M E+70	3,485	7.80%	0
Classe B (Mezzanine)	19,500	12.90%	65	16,900	37.90%	62.5
Classe C (Mezzanine)	18,200	12.00%	125	-	0.00%	-
Classe D (Mezzanine)	10,300	6.80%	198	-	0.00%	-
Classe E (Mezzanine)	10,700	7.10%	350	-	0.00%	-
Classe M (Júnior)	19,600	12.90%	650	24,200	54.30%	230
Classe X	-	0.00%	-	-	0.00%	-
Classificação atual	Fitch	Moody's		Fitch	DBRS	
Classe A (Sénior)	AAA	Aaa		AA+	AAA	
Classe B (Mezzanine)	AAA	Aaa		AA+	AAA	
Classe C (Mezzanine)	AAA	Aaa		NA	NA	
Classe D (Mezzanine)	AA+	Aa1		NA	NA	
Classe E (Mezzanine)	A+	Aa2		NA	NA	
Classe M (Júnior)	Sem classificação			Sem classificação		
Classe X	NA			NA		

e/000	A-BEST VINTE E UM UG			A-BEST TWENTYTWO S.r.l.		
Data de início	agosto-21			outubro-23		
Tipo de transação	Público			Público		
Autor	CA Auto Bank S.p.A. (alemão Filial)			CA Auto Bank S.p.A.		
Servidor	CA Auto Bank S.p.A. (alemão Filial)			CA Auto Bank S.p.A.		
Arranjador	Unicredit / Crédit Agricole - CIB			Crédit Agricole-CIB / Unicredit		
Gestor principal conjunto	Unicredit / Crédit Agricole - CIB			NA		
Activos subjacentes	Alemão AutoLoans e Leasing			Italiano AutoLoans		
Moeda (CCY)	EUR			EUR		
Transferência de colecções (frequência)	diário			diário		
Programa Montante CCY/000	NA			NA		
Notas em circulação	Montante	%	Cupão (bps)	Montante	%	Cupão (bps)
Classe A (Sénior)	149,224	63.30%	1ME+70	893,589	79.50%	1M E+100
Classe B (Mezzanine)	20,700	8.80%	65	79,300	7.10%	475
Classe C (Mezzanine)	20,200	8.60%	125	64,900	5.80%	490
Classe D (Mezzanine)	15,500	6.60%	198	28,900	2.60%	500
Classe E (Mezzanine)	12,700	5.40%	350	14,400	1.30%	525
Classe M (Júnior)	17,500	7.40%	650	43,000	3.80%	600
Classe X	-	0.00%	-	-	0.00%	-
Classificação atual	Fitch	Moody's		S&P	Fitch	
Classe A (Sénior)	AAA	Aaa		AA	AA	
Classe B (Mezzanine)	AAA	Aaa		A	AA	
Classe C (Mezzanine)	AA+	Aaa		BBB	A+	
Classe D (Mezzanine)	A+	Aa1		BBB-	A-	
Classe E (Mezzanine)	BBB	Aa3		BB+	BBB+	
Classe M (Júnior)	Sem classificação			Sem classificação		
Classe X	NA			NA		

€/000	A-BEST TWENTY-THREE S.a r.l.			A-BEST TWENTY-FOUR S.R.L.			A-BEST TWENTY-FIVE S.R.L.		
Data de início	novembro-2024			julho-2024			dezembro-2024		
Tipo de transação	Público			Público			Público		
Autor	CA Auto Bank S.p.A. Niederlassung Alemanha			CA Auto Bank S.p.A.			CA Auto Bank S.p.A.		
Servidor	CA Auto Bank S.p.A. Niederlassung Alemanha			CA Auto Bank S.p.A.			CA Auto Bank S.p.A.		
Arranjador	Crédito Agricola-CIB			Crédito Agricola-CIB			Crédito Agricola-CIB		
Gestor principal conjunto	Crédito Agricola-CIB UNICREDIT BANK GMBH BANCO SANTANDER, S.A.			NA			BofA Securities Europe S.A. Crédit Agricole-CIB UniCredit Bank GmbH		
Activos subjacentes	AutoLoans alemão			Italiano AutoLoans			Italiano AutoLoans		
Moeda (CCY)	EUR			EUR			EUR		
Transferência de coleções (frequência)	diário			diário			diário		
Programa Montante CCY/000	NA			NA			NA		
Notas em circulação	Montante	%	Cupão (bps)	Montante	%	Cupão (bps)	Montante	%	Cupão (bps)
Classe A (Sénior)	428,000	81.50%	1M E +63	425,843	88.30%	1M E +85	353,700	83.40%	1M E +82
Classe B (Mezzanine)	26,500	5.00%	1M E +130	27,700	5.70%	1M E +130	28,300	6.70%	1M E +125
Classe C (Mezzanine)	21,800	4.10%	1M E +160	8,600	1.80%	1M E +220	11,000	2.60%	1M E +160
Classe D (Mezzanine)	14,600	2.80%	1M E +190	7,000	1.50%	1M E +270	10,000	2.40%	1M E +250
Classe E (Mezzanine)	14,000	2.70%	1M E +240	8,600	1.80%	1M E +425	11,000	2.60%	1M E +400
Classe M (Júnior)	15,600	3.00%	1M E +620	1,000	0.20%	1M E +850	5,500	1.30%	1M E +614
Classe X	4,855	0.90%	1M E +495	3,673	0.80%	1M E +850	4,600	1.10%	1M E +535
Classificação atual	Fitch	Moody's		DBRS	Fitch		DBRS	Fitch	
Classe A (Sénior)	AAA	Aaa		AAA	AA		AAA	AA	
Classe B (Mezzanine)	AA+	Aa1		AA-	A		AA-	A+	
Classe C (Mezzanine)	AA-	Aa2		A+	A-		A	A-	
Classe D (Mezzanine)	A	A 1		A	BBB+		BBB+	BBB-	
Classe E (Mezzanine)	BBB+	Baa1		A	BBB		BBB-	BB+	
Classe M (Júnior)	Sem classificação	B2		Sem classificação			CCC	Sem taxa	
Classe X	BB+	Caa2		Sem classificação			BB-	BB+	

NOTA

(1) Limite do programa financiado por terceiros NA =

Não aplicável

VR = Retorno Variável 1M

E= Euribor 1 mês

Cupão (bps)= taxa de base+ spread

Operações de titularização sintética em curso

O quadro em anexo resume as informações relativas às operações de titularização sintética em curso a 31 de dezembro de 2024, originadas pelo CA Auto Bank S.p.A. e realizadas sobre as carteiras de crédito do próprio CA Auto Bank S.p.A.

Durante o mês de abril de 2023, foram executadas três operações de titularização sintética, denominadas Perseverance I, II e III. A

titularização Perseverance III foi objeto de uma limpeza em outubro de 2023.

No final de 2024, o montante em dívida das Credit-Linked Notes é igual a 335,1 milhões de euros.

e/000	SÉRIE PERSEVERANÇA I			SÉRIE PERSEVERANÇA II		
Data de início	abril-23			abril-23		
Tipo de transação	Privado			Privado		
Autor	CA Auto Bank S.p.A.			CA Auto Bank S.p.A.		
	CA Auto Bank S.p.A. (alemão Filial)			CA Auto Bank S.p.A. (sucursal alemã)		
	CA Auto Bank S.p.A. (Francês Filial)			CA Auto Bank S.p.A. (Sucursal em França)		
	CA Auto Bank S.p.A. (Espanhol Filial)			CA Auto Bank S.p.A. (sucursal em Espanha)		
Servidor	CA Auto Bank S.p.A.			CA Auto Bank S.p.A.		
Arranjador	Crédito Agrícola-CIB			Crédito Agrícola-CIB		
Activos subjacentes	Empréstimo/arrendamento automóvel			Empréstimo/arrendamento automóvel		
Moeda (CCY)	EUR			EUR		
Transferência de colecções (frequência)	NA			NA		
Programa Montante CCY/000	NA			NA		
Notas em circulação	Montante	%	Cupão (bps)	Montante	%	Cupão (bps)
Tranche sénior	2,029,599	89.00%	NA	759,677	90.10%	NA
Tranche Júnior	251,436	11.00%	NA	83,631	9.90%	NA
Classificação atual (privado)						
Tranche sénior	Sem classificação			Sem classificação		
Tranche Júnior	Sem classificação			Sem classificação		

C.1 Posições em risco das principais operações de titularização próprias, repartidas por tipo de activos titularizados e por tipo de posição em risco

Tipos de activos/exposições titularizados	Posições em risco no balanço						Garantias prestadas						Facilidades de crédito					
	Sénior		Mezzanine		Júnior		Sénior		Mezzanine		Júnior		Sénior		Mezzanine		Júnior	
	Exposição líquida	Anulações/retrocessos	Exposição líquida	Anulações/retrocessos	Exposição líquida	Anulações/retrocessos	Exposição líquida	Anulações/retrocessos	Exposição líquida	Anulações/retrocessos	Exposição líquida	Anulações/retrocessos	Exposição líquida	Anulações/retrocessos	Exposição líquida	Anulações/retrocessos	Exposição líquida	Anulações/retrocessos
C. Não desreconhecido do balanço																		
A-Melhor UG de vinte e um	-		69,125		17,667													
A-Best Tw enty-five S.r.l.	17,700		3,015		3,503													
A-Best Dezanove UG	3,666		58,721		16,715													
A-Best Tw enty-tw o S.r.l.	446,396		187,500		46,160													
A-Best Tw enty-three S.A.R.L.	21,416		4,004		11,762													

À data das presentes demonstrações financeiras, não existem operações de titularização sujeitas a desreconhecimento total ou parcial do balanço.

C.2 Posições em risco resultantes das principais operações de titularização realizadas por terceiros, discriminadas por tipo de activos titularizados e tipo de posição em risco

À data desta demonstração financeira, não existem operações de titularização de "terceiros".

C.3 Veículos de titularização

Nome da titularização/ Nome do veículo	País de constituição da sociedade	Consolidação (*)	Activos			Passivo		
			Créditos	Dívidas títulos	Outros	Sénior	Mezzanine	Júnior
A-Best Twenty-five S.r.l.	Conegliano (TV) - Itália	NÃO	401,843	-	27,542	353,700	60,300	10,100
A-Best Dezanove UG	Francoforte sul Meno - Alemão	NÃO	140,971	-	13,951	73,183	58,700	19,600
A-Best Vinte e um UG	Amesterdão - Holanda	NÃO	221,662	-	20,733	149,224	69,100	17,500
A-Best Twenty-two S.r.l.	Conegliano (TV) - Itália	NÃO	1,070,505	-	70,036	893,589	187,500	43,000
A-Best Vinte e três S.A.R.L.	Luxemburgo	NÃO	509,495	-	22,033	428,000	76,900	20,455

(*) Os activos securitizados continuam a ser apresentados no balanço de acordo com a IFRS 9

C.4 Entidades de finalidade especial (SPE) de titularização não consolidadas

Esta informação é omitida, uma vez que é fornecida nas notas consolidadas às demonstrações financeiras.

D - Divulgação de entidades estruturadas não consolidadas (exceto entidades com finalidade especial de titularização)

data da presente demonstração financeira, não existem entidades estruturadas.

E - OPERAÇÕES DE CESSÃO

A. ACTIVOS FINANCEIROS VENDIDOS E NÃO TOTALMENTE DESRECONHECIDOS

Divulgações qualitativas

Para além do que já foi descrito no ponto "C. Operações de titularização", para o qual se , o CA Auto Bank participa, de forma limitada, em vendas que são efectuadas para atingir dois resultados:

- melhoria da situação de liquidez;
- desconsolidação de certos activos, no caso de a venda ser feita "sem recurso".

Tipo de transacções

As transacções são principalmente de dois tipos:

- operações de factoring renováveis;
- operações de factoring não renováveis.

Operações de factoring renováveis

Nestas transacções, o comprador (Fator) adquire as contas a receber com uma frequência especificada, durante um período de tempo pré-definido. O Originador pode vender, periodicamente, novos créditos de acordo com os termos e condições do contrato de venda. A compra dessas carteiras de créditos é financiada pelo Fator. No final do período de venda, a carteira começa a ser amortizada e os fundos emprestados são reembolsados.

Operações de factoring não renováveis

Nestas transacções, o Fator compra os valores a receber oferecidos pelo vendedor. A compra destes créditos é financiada Fator, com base nos empréstimos concedidos aos mutuários individuais vendidos.

Em dezembro de 2024, foi concluída uma transferência de créditos pro-soluto das NIC não renováveis no valor de aproximadamente 263 milhões de euros.

Divulgações quantitativas

E.1 Activos financeiros vendidos totalmente reconhecidos e passivos financeiros associados: valores contabilísticos

	Activos financeiros vendidos totalmente reconhecidos				Passivos financeiros associados		
	Valor contabilístico	Dos quais: securitizados	dos quais: sujeito a contratos de venda com cláusulas de recompra	Dos quais: sem desempenho	Valor contabilístico	Dos quais: securitizados	dos quais: objeto de contratos de venda com cláusula de recompra
A. Activos financeiros detidos para comercial							
1. Títulos de dívida							
2. Títulos de capital							
3. Empréstimos							
4. Derivados							
B. Outros activos financeiros obrigatoriamente mensurados pelo justo valor							
1. Títulos de dívida							
2. Títulos de capital							
3. Empréstimos							
C. Activos financeiros designados pelo justo valor							
1. Títulos de dívida							
2. Empréstimos							
D. Activos financeiros mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral							
1. Títulos de dívida							
2. Títulos de capital							
3. Empréstimos							
E. Activos financeiros mensurados ao custo amortizado							
1. Títulos de dívida							
2. Empréstimos	3,513,197	2,344,477	1,168,721	21,535	2,527,357	1,437,126	1,090,231
TOTAL 31/12/2024	3,513,197	2,344,477	1,168,721	21,535	2,527,357	1,437,126	1,090,231
TOTAL 31/12/2023	3,111,714	2,167,000	944,715	17,658	2,015,740	1,139,922	875,817

O montante indicado na rubrica "Activos financeiros desreconhecidos na totalidade" inclui a carteira resultante das operações de titularização A-best Nineteen UG, A-Best Twenty-one UG e A-Best Twenty-Two S.r.l., que foram desreconhecidas para efeitos prudenciais mas não para efeitos contabilísticos, num montante de 2 344 milhões de euros.

E.2 Activos Financeiros Transferidos com Desreconhecimento Parcial e Passivos Financeiros Associados: Valores contabilísticos

À data desta demonstração financeira, não existem activos financeiros transferidos parcialmente reconhecidos.

E.3 Vendas com passivos que recorrem exclusivamente aos activos vendidos e não totalmente desreconhecidos: justo valor

	Totalmente reconhecido	Parcialmente reconhecido	Total	
			2024	2023
A. Activos financeiros detidos para negociação				
1. Títulos de dívida				
2. Títulos de capital				
3. Empréstimos				
4. Derivados				
B. Outros activos financeiros obrigatoriamente mensurados ao justo valor				
1. Títulos de dívida				
2. Títulos de capital				
3. Empréstimos				
C. Activos financeiros designados pelo justo valor				
1. Títulos de dívida				
2. Empréstimos				
D. Activos financeiros mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral				
1. Títulos de dívida				
2. Títulos de capital				
3. Empréstimos				
E. Activos financeiros mensurados ao custo amortizado				
1. Títulos de dívida				
2. Empréstimos	3,513,197			
Total de activos financeiros	3,513,197			
Total de passivos financeiros associados	2,527,357		X	X
Valor líquido 2024	985,839		985,839	X
Valor líquido 2023	1,095,974		1,095,974	X

O valor apresentado no ponto E, "2. Empréstimos", representa o produto das titularizações próprias retidas, integralmente reconhecido como ativo no balanço do Banco. O passivo correspondente de € 2 500 milhões, que inclui os acordos de revenda, inclui a parte dos títulos transferidos para contrapartes no mercado através destas titularizações. O recurso dos credores a este passivo está limitado aos fluxos de caixa dos activos securitizados subjacentes.

B. ACTIVOS FINANCIEROS VENDIDOS E DESRECONHECIDOS NA TOTALIDADE COM RECONHECIMENTO DE ENVOLVIMENTO CONTINUADO

Divulgações qualitativas

Em dezembro de 2024, foi concluída uma operação de factoring pro-soluto com envolvimento contínuo. O valor nominal da Os créditos transferidos foram de aproximadamente 263 milhões de euros.

Tal como exigido pela IFRS 7, especifica-se que as rubricas "Activos financeiros mensurados ao custo amortizado" e "Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado" da Demonstração da posição financeira nestas demonstrações financeiras incluem o montante máximo de juros a pagar ao cessionário como garantia até 90 dias para além da data de vencimento das contas a receber cedidas.

Divulgações quantitativas

As informações seguintes são fornecidas de acordo com a IFRS 7:

- o montante máximo dos encargos a reconhecer pelo cessionário como garantia 90 dias após a data de vencimento do crédito transferido, 31 de dezembro de 2024, é de 19,4 milhões de euros;
- Na rubrica "Juros e equiparados" da demonstração de resultados do exercício corrente, estão registados os juros vencidos em 31 de dezembro de 2024 e relacionados com o crédito cedido, no montante de 311 milhares de euros. Estes juros foram calculados sobre o montante da exposição adiantada ao cessionário.

D. Transacções de obrigações cobertas

No final do exercício, não existiam quaisquer transacções de "obrigações cobertas" em curso.

F - Modelos de medição do risco de crédito

É feita referência à Secção 1 - Risco de crédito da Parte "E" das Notas Explicativas.

SECÇÃO 2 - RISCO DE MERCADO

O modelo de governação estabelecido pelo Banco para o Grupo implica procedimentos específicos de gestão e controlo do risco de mercado, implementados em diferentes níveis da hierarquia organizacional:

- **Conselho de Administração:** desempenha um papel diretivo, fornecendo orientações e verificando a conformidade e a adequação da estrutura de governação do risco;
- **Comissão de Finanças e Controlo:** tem por objetivo acompanhar a posição da Empresa e do Grupo em matéria de risco de mercado e definir estratégias de cobertura dos riscos relevantes;
- **Comité de Risco Interno do Grupo:** tem a função de fornecer orientação e acompanhamento com vista a assegurar o bom funcionamento do Sistema de Controlo Interno e pode ser convocado extraordinariamente em caso de uma potencial situação de crise.

O **Comité Interno (C.I.) da ALM** desempenha o papel de:

- acompanhar e controlar os riscos financeiros, nomeadamente assegurando a coerência entre as operações de cobertura de risco de taxa de juro e de câmbio aprovadas e as realizadas mensalmente;
- apoiar o Diretor Financeiro na aprovação das operações de cobertura do risco de mercado a executar;

- avaliação das operações financeiras extraordinárias e da evolução do passivo, bem como dos encargos financeiros;
- avaliar e controlar o nível de capitalização.

A função de **Tesouraria** tem o papel de:

- execução de operações de cobertura aprovadas pelo Diretor Financeiro;
- controlar o processo de negociação;
- definir a estratégia de cobertura dentro dos limites estabelecidos pelo Comité Interno ALM, em conjunto com a função ALM;
- realização contínua de controlos de primeiro nível. Estes são efectuados diretamente pelo pessoal operacional da entidade atividade de monitorização e cobertura dos riscos de taxa de juro, de câmbio e de posição.

A função **ALM** tem o papel de:

- Monitorizar o risco de taxa de juro e de câmbio das divisas em que a Sociedade e o Grupo operam;
- acompanhamento do risco de posição e do risco de liquidez, em particular dos rácios regulamentares LCR e NSFR, tanto retrospectivamente como prospectivamente;
- definir a estratégia de cobertura dentro dos limites estabelecidos pelo Comité Interno ALM, em conjunto com a função de Tesouraria;
- realização contínua de controlos de primeiro nível. Estes são efectuados diretamente pelo pessoal operacional da entidade atividade de monitorização e cobertura do risco de taxa de juro, de câmbio e de liquidez;
- realização dos testes de resistência exigidos;
- realizar actividades intermédias em transacções executadas pelo Tesouro;
- preparação de relatórios para o Comité Interno ALM.

A função **Risco e Controlo Permanente** efectua controlos sistemáticos da correta aplicação dos procedimentos de Tesouraria/ALM.

2.1. RISCO DE TAXA DE JURO E RISCO DE PREÇO - CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO REGULAMENTAR

Divulgações qualitativas

A. Visão geral

O risco de mercado é definido como o risco de perda decorrente de actividades de negociação envolvendo instrumentos financeiros (carteira de negociação para efeitos de supervisão), divisas e mercadorias, devido a flutuações nos factores de mercado ou condições específicas do emitente. A atual exposição do CA Auto Bank ao risco de mercado está limitada ao risco cambial.

O risco cambial tem origem em financiamentos concedidos a filiais estrangeiras em países que utilizam moedas diferentes do euro, ou em financiamentos obtidos em moedas diferentes das das carteiras financiadas. A 31 de dezembro de 2024, este risco não é considerado significativo, uma vez que a posição cambial líquida aberta da Sociedade se mantém abaixo do limiar mínimo de materialidade (2% dos fundos próprios totais do Banco).

É importante sublinhar que o Banco não exerce actividades de trading, pelo que não está exposto a riscos de mercado em sentido estrito.

De acordo com a definição de "Trading Book" prevista no Regulamento (UE) n.º 575/2013 (CRR), os instrumentos financeiros derivados detidos pelo Banco não se enquadram nesta categoria, uma vez que não cumprem o critério de intenção de negociação. Estes contratos são celebrados apenas com o objetivo de cobertura do risco de taxa de juro no âmbito de operações de titularização, respeitando os critérios aplicados pelas agências de rating, que exigem estes contratos derivados para atribuir uma notação de rating aos títulos emitidos.

Consequentemente, estes instrumentos financeiros derivados não são incluídos no cálculo do requisito de fundos próprios para o risco de mercado (Pilar I), de acordo com os regulamentos de reporte da supervisão prudencial, sendo antes classificados na "Carteira Bancária", a carteira que engloba os instrumentos financeiros sujeitos a requisitos de fundos próprios para os riscos de crédito e de contraparte, tal como definido no referido quadro de supervisão

B. Processo de gestão e métodos de medição do risco de taxa de juro e do risco de preço

Considerando a informação prestada no parágrafo anterior, a sociedade não aplica processos de gestão e métodos de medição do risco de taxa de juro e do risco de preço relativamente à sua carteira de negociação regulamentar.

Divulgação quantitativa

Tal como indicado no parágrafo "A. Aspectos Gerais", o Banco não detém, no final do exercício, instrumentos financeiros susceptíveis de serem classificados na carteira regulamentar de negociação.

2.2. RISCO DE TAXA DE JURO E RISCO DE PREÇO - CARTEIRA BANCÁRIA

Divulgações qualitativas

A. Aspectos gerais, processos de gestão e métodos de medição do risco de taxa de juro e do risco de preço

Para o Grupo CA Auto Bank, o risco de taxa de juro é representado pela exposição da margem financeira às flutuações das taxas de juro do mercado. Mais concretamente, reside no potencial desfasamento temporal ("mismatch") entre as datas de refixação das taxas (a data em que a taxa é fixada: para as operações a taxa fixa, coincide com a data de vencimento; para as operações a taxa variável, coincide com o fim do período de juros) no ativo e as datas de refixação das taxas no passivo.

No que diz respeito à gestão do risco de taxa de juro, o departamento central de Tesouraria do CA Auto Bank, não agindo como um centro de lucro, prossegue exclusivamente objectivos de cobertura de risco e, por conseguinte, de minimização do impacto económico que, de outro modo, resultaria da volatilidade das taxas de juro do mercado.

Esta atividade é igualmente desenvolvida para as Sucursais e Filiais do Grupo. A mitigação do risco é efectuada através de operações de derivados, baseadas exclusivamente em contratos standard de mercado (ISDA, International Swaps and Derivatives Association).

São utilizadas as seguintes metodologias para calcular a exposição ao risco de taxa de juro:

- Metodologia de correspondência do Grupo Credit Agricole SA: esta metodologia tem por objetivo identificar a exposição média líquida entre o Ativo e o Passivo (incluindo o Capital Próprio) de acordo com as datas de reposição das taxas, devidamente agregadas em intervalos de tempo mensais. O método exige que a exposição média anual líquida respeite limites pré-estabelecidos, destinados a garantir que um potencial choque de taxas de juro de +/-200 pontos de base não comprometa a Demonstração de Resultados e os Capitais Próprios para além de determinados limiares;
- Análise de Duração: esta metodologia visa identificar a diferença entre a duração financeira média dos activos e a dos passivos, analisados por data de refixação de taxa. Especificamente, os activos com refixação num determinado mês são somados e descontados utilizando o fator de desconto adequado, calculado com base nas taxas de juro de mercado observadas no final do mês de análise. A soma de todos os activos descontados, ponderada pela sua duração residual efectiva em meses, dividida pela soma de todos os activos descontados, é definida como Duração dos Activos. Os passivos com reinício num determinado mês são somados e descontados utilizando o fator de desconto apropriado, calculado com base nas taxas de juro do mercado. A soma de todos os passivos descontados, ponderada pela sua duração residual efectiva em meses, dividida pela soma de todos os passivos descontados, é definida como Duração do Passivo. A diferença entre a Duração do Ativo e a Duração do Passivo, relativamente à Duração do Ativo, é definida como o Índice de Diferencial de Duração.

Para garantir o cumprimento dos limites impostos a nível consolidado pela "Política de Activos e Passivos", e impostos pelo regulamento europeu sobre "Risco de Taxa de Juro na Carteira Bancária" a partir de 30/09/2024, a Tesouraria utiliza derivados, quase exclusivamente Swaps de Taxa de Juro, para modificar adequadamente os desfasamentos acima ilustrados, uniformizando os perfis de reposição de taxas dos activos e passivos.

Divulgações quantitativas

1. Carteira bancária: repartição por prazo de vencimento residual contratual (por data de reavaliação) dos activos e passivos financeiros

Moeda de denominação: 242 - EURO

Tipo/ vencimento residual	A pedido	Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Maturidade não especificada
1. Activos de tesouraria	1,344,218	3,748,104	1,097,033	2,122,017	10,660,784	1,767,868	49,529	-
1.1 Títulos de dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
- com opção de reembolso antecipado	-	-	-	-	-	-	-	-
- outros	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2 Empréstimos bancários	1,088,663	278,051	9	8,553	154,290	54	-	-
1.3 Empréstimos a clientes	255,555	3,470,054	1,097,023	2,113,463	10,506,494	1,767,813	49,529	-
- contas correntes	88,264	-	-	-	-	-	-	-
- outros empréstimos	167,290	3,470,054	1,097,023	2,113,463	10,506,494	1,767,813	49,529	-
- com opção de reembolso antecipado	-	-	-	-	-	-	-	-
- outros	167,290	3,470,054	1,097,023	2,113,463	10,506,494	1,767,813	49,529	-
2. Passivos de caixa	401,428	14,216,938	715,686	954,291	2,992,648	1,492,655	-	-
2.1 Responsabilidades dos clientes	271,043	1,008,806	572,462	751,728	1,088,456	1,412,221	-	-
- contas correntes	130,601	-	-	-	-	-	-	-
- outras dívidas	140,443	1,008,806	572,462	751,728	1,088,456	1,412,221	-	-
- com opção de reembolso antecipado	-	-	-	-	-	-	-	-
- outros	140,443	1,008,806	572,462	751,728	1,088,456	1,412,221	-	-
2.2 Passivos bancários	129,807	9,725,226	143,224	50,179	100,639	80,435	-	-
- contas correntes	16,454	-	-	-	-	-	-	-
- outras dívidas	113,353	9,725,226	143,224	50,179	100,639	80,435	-	-
2.3 Títulos de dívida	578	3,482,905	-	152,383	1,803,552	-	-	-
- com opção de reembolso antecipado	-	1,986,599	-	-	1,803,552	-	-	-
- outros	578	1,496,306	-	152,383	-	-	-	-
2.4 Outros passivos	-	-	-	-	-	-	-	-
- com opção de reembolso antecipado	-	-	-	-	-	-	-	-
- outros	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Derivados financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
3.1 Com título subjacente	-	-	-	-	-	-	-	-
- Opções	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Posições longas	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Posições curtas	-	-	-	-	-	-	-	-
- Outros derivados	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Posições longas	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Posições curtas	-	-	-	-	-	-	-	-
3.2 Sem título subjacente	-	-	-	-	-	-	-	-
- Opções	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Posições longas	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Posições curtas	-	-	-	-	-	-	-	-
- Outros derivados	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Posições longas	-	11,610,036	555,763	230,727	288,000	747,763	-	-
+ Posições curtas	-	3,373,791	257,800	434,500	8,173,800	650,000	-	-
4. Transacções extrapatrimoniais	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Posições longas	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Posições curtas	-	-	-	-	-	-	-	-

Moeda de denominação: 002 - LIBRA ESTERLINA

Tipo/ vencimento residual	A pedido	Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Maturidade não especificada
1. Activos de tesouraria	41,315	1,530,285	72,533	24,133	537,443			
1.1 Títulos de dívida								
- com opção de reembolso antecipado								
- outros								
1.2 Empréstimos bancários	31,531	21,054						
1.3 Empréstimos a clientes	9,784	1,509,231	72,533	24,133	537,443			
- contas correntes								
- outros empréstimos	9,784	1,509,231	72,533	24,133	537,443			
- com opção de reembolso antecipado								
- outros	9,784	1,509,231	72,533	24,133	537,443			
2. Passivos de caixa	42,087	365,448						
2.1 Responsabilidades dos clientes	42,087							
- contas correntes								
- outras dívidas	42,087							
- com opção de reembolso antecipado								
- outros	42,087							
2.2 Passivos bancários		365,448						
- contas correntes	-							
- outras dívidas		365,448						
2.3 Títulos de dívida							482,854	
- com opção de reembolso antecipado							482,854	
- outros								
2.4 Outros passivos								
- com opção de reembolso antecipado								
- outros								
3. Derivados financeiros								
3.1 Com título subjacente								
- Opções								
+ Posições longas								
+ Posições curtas								
- Outros derivados								
+ Posições longas								
+ Posições curtas								
3.2 Sem título subjacente								
- Opções								
+ Posições longas								
+ Posições curtas								
- Outros derivados								
+ Posições longas	-	4,587,062	603	178,007	1,821,076	2,532,623	-	
+ Posições curtas		5,489,423	386,526	202,127	1,815,046	2,532,623	-	
4. Operações extrapatrimoniais								
+ Posições longas								
+ Posições curtas								

Moeda de denominação: 237 - ZLOTY POLAND

Tipo/ vencimento residual	A pedido	(parcialmente) (para) (3) (6) meses	(para) (entre) (6) meses e 1 ano	Entre 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos especificado	Não maturidade e
1. Activos de tesouraria	6,111	136,551	9,392	54,804	75,727	2,665		
1.1 Títulos de dívida								
- com opção de reembolso antecipado								
- outros								
1.2 Empréstimos bancários	6,111	19,883						
1.3 Empréstimos a clientes		116,668	9,392	54,804	75,727	2,665		
- contas correntes		-						
- outros empréstimos		116,668	9,392	54,804	75,727	2,665		
- com opção de reembolso antecipado		-						
- outros	-	116,668	9,392	54,804	75,727	2,665		
2. Passivos de caixa	8	113,184						
2.1 Responsabilidades dos clientes		1,974						
- contas correntes								
- outras dívidas		1,974						
- com opção de reembolso antecipado								
- outros	-	1,974						
2.2 Passivos bancários	8	111,210			148,488			
- contas correntes	8							
- outras dívidas	-	111,210			148,488			
2.3 Títulos de dívida								
- com opção de reembolso antecipado								
- outros								
2.4 Outros passivos								
- com opção de reembolso antecipado								
- outros								
3. Derivados financeiros								
3.1 Com título subjacente								
- Opções								
+ Posições longas								
+ Posições curtas								
- Outros derivados								
+ Posições longas								
+ Posições curtas								
3.2 Sem título subjacente								
- Opções								
+ Posições longas								
+ Posições curtas								
- Outros derivados								
+ Posições longas		8,187	1,871	351	-	-	-	-
+ Posições curtas		2,690	27,836	1,170	4,678	-	-	-
4. Transações extrapatrimoniais								
+ Posições longas								
+ Posições curtas								

Moeda de denominação: 007 - COROA DINAMARQUESA

Tipo/vencimento residual	Em vista	Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 meses e 1 ano	Entre 1e5 anos	Entre 5e10 anos	Entre mais de 10 anos	Não especificado anos	maturidade
1. Activos de tesouraria	8,650	304,711							
1.1 Títulos de dívida									
- com opção de reembolso antecipado									
- outros									
1.2 Empréstimos bancários	8,650								
1.3 Empréstimos a clientes		304,711							
- contas correntes									
- outros empréstimos		304,711							
- com opção de reembolso antecipado									
- outros		304,711							
2. Passivos de caixa	7,796								
2.1 Responsabilidades dos clientes	7,796								
- contas correntes									
- outras dívidas	7,796								
- com opção de reembolso antecipado									
- outros	7,796								
2.2 Passivos bancários									
- contas correntes									
- outras dívidas									-
2.3 Títulos de dívida									
- com opção de reembolso antecipado									
- outros									
2.4 Outros passivos									
- com opção de reembolso antecipado									
- outros									
3. Derivados financeiros									
3.1 Com título subjacente									
- Opções									
+ Posições longas									
+ Posições curtas									
- Outros derivados									
+ Posições longas									
+ Posições curtas									
3.2 Sem título subjacente									
- Opções									
+ Posições longas									
+ Posições curtas									
- Outros derivados									
+ Posições longas		37,786	536	-					30,545
+ Posições curtas		342,165	536	-					30,545
4. Operações extrapatrimoniais									
+ Posições longas									
+ Posições curtas									

Moeda de denominação: 003 - FRANCO SUÍÇO

Tipo/ vencimento residual	A pedido	Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos e não especificado	Não especificado maturidade e
1. Activos de tesouraria	9,342	550,643		26,674	16,004			
1.1 Títulos de dívida								
- com opção de reembolso antecipado								
- outros								
1.2 Empréstimos bancários								
1.3 Empréstimos a clientes	9,342	550,643		26,674	16,004			
- contas correntes								
- outros empréstimos	9,342	550,643		26,674	16,004			
- com opção de reembolso antecipado								
- outros	9,342	550,643		26,674	16,004			
2. Passivos de caixa	13,651							
2.1 Responsabilidades dos clientes	2,982							
- contas correntes								
- outras dívidas	2,982							
- com opção de reembolso antecipado								
- outros	2,982							
2.2 Passivos bancários	10,670							
- contas correntes	10,670							
- outras dívidas								
2.3 Títulos de dívida								
- com opção de reembolso antecipado								
- outros								
2.4 Outros passivos								
- com opção de reembolso antecipado								
- outros								
3. Derivados financeiros								
3.1 Com título subjacente								
- Opções								
+ Posições longas								
+ Posições curtas								
- Outros derivados								
+ Posições longas								
+ Posições curtas								
3.2 Sem título subjacente								
- Opções								
+ Posições longas								
+ Posições curtas								
- Outros derivados								
+ Posições longas		264,556	11,687	30,280	216,213	-	-	-
+ Posições curtas		857,416	11,687	30,280	216,213	-	-	-
4. Transações extrapatrimoniais								
+ Posições longas								
+ Posições curtas								

Moeda de denominação: 009 - COROA SUECA

Tipo/vencimento residual	Em vista	Até a 3 meses	Entre (3) e 6 meses especificado	Entre (6) e 12 meses especificado	Entre (1) e (5) anos	Entre (5) e (10) anos	Mais de 10 anos	Não vencimento
1. Activos de tesouraria	504	131,044						
1.1 Títulos de dívida								
- com opção de reembolso antecipado								
- outros								
1.2 Empréstimos bancários	504							
1.3 Empréstimos a clientes		131,044						
- contas correntes								
- outros empréstimos		131,044						
- com opção de reembolso antecipado								
- outros		131,044						
2. Passivos de caixa	505							
2.1 Responsabilidades dos clientes	505							
- contas correntes								
- outras dívidas	505							
- com opção de reembolso antecipado								
- outros	505							
2.2 Passivos bancários								
- contas correntes								
- outras dívidas								
2.3 Títulos de dívida								
- com opção de reembolso antecipado								
- outros								
2.4 Outros passivos								
- com opção de reembolso antecipado								
- outros								
3. Derivados financeiros								
3.1 Com título subjacente								
- Opções								
+ Posições longas								
+ Posições curtas								
- Outros derivados								
+ Posições longas								
+ Posições curtas								
3.2 Sem título subjacente								
- Opções								
+ Posições longas								
+ Posições curtas								
- Outros derivados								
+ Posições longas								
+ Posições curtas							130,901	
4. Operações extrapatrimoniais								
+ Posições longas								
+ Posições curtas								

Moeda de denominação: 398 - Outras moedas

Tipo/ vencimento residual	Em procura	(paracama) 3 meses	(para) Entre (3) (6) meses	Entre 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos especificado	Não maturidade
1. Activos em numerário	56							
1.1 Títulos de dívida								
- com opção de reembolso antecipado								
- outros								
1.2 Empréstimos bancários								
1.3 Empréstimos a clientes	56							
- contas correntes								
- outros empréstimos	56							
- com opção de reembolso antecipado								
- outros	56							
2. Passivos de caixa	58							
2.1 Dívidas de clientes								
- contas correntes								
- outras dívidas								
- com opção de reembolso antecipado								
- outros								
2.2 Passivos bancários	58							
- contas correntes	58							
- outras dívidas								
2.3 Títulos de dívida								
- com opção de reembolso antecipado								
- outros								
2.4 Outros passivos								
- com opção de reembolso antecipado								
- outros								
3. Derivados financeiros								
3.1 Com título subjacente								
- Opções								
+ Posições longas								
+ Posições curtas								
- Outros derivados								
+ Posições longas								
+ Posições curtas								
3.2 Sem título subjacente								
- Opções								
+ Posições longas								
+ Posições curtas								
- Outros derivados								
+ Posições longas								
+ Posições curtas								
4. Transação extrapatrimonial								
+ Posições longas								
+ Posições curtas								

2.3 - RISCO CAMBIAL

Divulgações qualitativas

A. ASPECTOS GERAIS, PROCESSOS DE GESTÃO E MÉTODOS DE MEDIÇÃO DO RISCO CAMBIAL

Relativamente ao risco cambial, o CA Auto Bank não detém posições cambiais que excedam os limites pré-definidos anualmente pelo Conselho de Administração. Consequentemente, os créditos financeiros denominados em moedas diferentes do Euro são financiados na moeda correspondente ou, em certos casos, através da utilização de instrumentos derivados (Swaps Cambiais) de acordo com a norma ISDA.

O risco cambial em 31 de dezembro de 2024 não é material, uma vez que a posição cambial aberta líquida é inferior ao limiar mínimo de materialidade (2% dos Fundos Próprios Regulamentares).

Divulgações quantitativas

1. Desagregação por moeda dos activos, passivos e derivados

Artigos	CORRENTES					
	GBP LIBRAS	KRONER DINAMA RQUESA	FRANC OS SUÍÇOS	ZLOTY POLAC A	KRONOR SUECA	OUTRAS MOEDAS
A. Activos financeiros	2,205,897	313,361	606,001	285,251	131,548	56
A.1 Títulos de dívida	-	-	-	-	-	-
A.2 Títulos de capital	-	-	-	-	-	-
A.3 Empréstimos a bancos	52,773	8,650	3,337	25,994	504	-
A.4 Empréstimos a clientes	2,153,124	304,711	602,664	259,256	131,044	56
A.5 Outros activos financeiros	-	-	-	-	-	-
B. Outros activos	-	-	-	-	-	-
C. Passivos financeiros	891,921	8,569	13,651	258,543	563	-
C.1 Dívidas a bancos	365,448	773	10,670	258,415	58	-
C.2 Dívidas a clientes	42,087	7,796	2,982	128	505	-
C.3 Títulos de dívida	484,387	-	-	-	-	-
C.4 Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	-
D. Outros passivos	-	-	-	-	-	-
E. Derivados financeiros	-	-	-	-	-	-
- Opções	-	-	-	-	-	-
+ Posições longas	-	-	-	-	-	-
+ Posições curtas	-	-	-	-	-	-
- Outros derivados	-	-	-	-	-	-
+ Posições longas	27,738	6,704	-	-	-	-
+ Posições curtas	1,334,113	311,084	592,860	25,965	130,901	-
Total do ativo	2,233,635	320,065	606,001	285,251	131,548	56
Total do passivo	2,226,035	319,653	606,511	284,508	131,464	-
Desfasamento (+/-)	7,601	412	(511)	743	84	56

SECÇÃO 3 - INSTRUMENTOS DERIVADOS E POLÍTICAS DE COBERTURA

3.1 NEGOCIAÇÃO DE DERIVADOS

A. Derivados financeiros

A.1 Derivados financeiros detidos para negociação: valores nominais de fecho no final do período

Os valores nominais dos instrumentos derivados classificados como instrumentos financeiros de negociação no balanço são apresentados no quadro seguinte.

Activos subjacentes/Tipo de derivados	Total 31/12/2024				Total 31/12/2023			
	Venda livre			Mercados organizados	Venda livre			Mercados organizados
	Contrapartes centrais	Sem contrapartes centrais			Contrapartes centrais	Sem contrapartes centrais		
		Com rede disposições	Sem rede disposições			Com rede disposições	Sem rede disposições	
1. Títulos de dívida e taxas de juro	2,537,385	7,608,660		2,413,788	4,846,818			
a) Opções								
b) Sw ap	2,537,385	7,608,660		2,413,788	4,846,818			
c) Para a frente								
d) Futuros								
e) Outros								
2. títulos de capital e índices de acções								
a) Opções								
b) Sw ap								
c) Para a frente								
d) Futuros								
e) Outros								
3. Moeda estrangeira e ouro								
a) Opções								
b) Sw ap								
c) Para a frente								
d) Futuros								
e) Outros								
4. Produtos de base								
5. Outros								
Total	2,537,385	7,608,660		2,413,788	4,846,818			

Trata-se de instrumentos derivados (swaps de taxa de juro) celebrados no âmbito de operações de titularização e de contratos derivados transmitidos a filiais, que não são designados como cobertura nas demonstrações financeiras individuais.

A.2 Derivados financeiros detidos para negociação: justo valor bruto positivo e negativo - discriminação

Tipo de derivados	Total 31/12/2024				Total 31/12/2023			
	Venda livre			Mercados organizados	Venda livre			Mercados organizados
	Contrapartes centrais	Sem contrapartes centrais			Contrapartes centrais	Sem contrapartes centrais		
		Com acordos de compensação	Sem acordos de compensação			Com acordos de compensação	Sem acordos de compensação	
1. Justo valor positivo								
a) Opções								
b) Swap de taxa de juro	12,534		31,431	26,387			60,771	
c) Swap cambial cruzado								
d) Equivalência patrimonial								
e) Para a frente								
f) Futuros								
e) Outros								
Total	12,534		31,431	26,387			60,771	
2. Justo valor negativo								
a) Opções								
b) Swap de taxa de juro	14,543		28,529	30,159			56,399	
c) Swap cambial cruzado								
d) Equivalência patrimonial								
e) Para a frente								
f) Futuros								
e) Outros								
Total	14,543		28,529	30,159			56,399	

A.3 Derivados financeiros OTC detidos para negociação: valores nominais, justo valor bruto positivo e negativo por contraparte

Activos subjacentes	Contrapartes centrais	Bancos	Outras sociedades financeiras	Outros
Contratos não incluídos em acordos de compensação				
1. Títulos de dívida e taxas de juro				
- valor nominal	X	35,000	7,566,869	8,456
- justo valor positivo	X		31,425	6
- justo valor negativo	X	66	28,386	77
2. Títulos de capital e índices de acções				
- valor nominal	X			
- justo valor positivo	X			
- justo valor negativo	X			
3. Moeda estrangeira e ouro				
- valor nominal	X			
- justo valor positivo	X			
- justo valor negativo	X			
4. Produtos de base				
- valor nominal	X			
- justo valor positivo	X			
- justo valor negativo	X			
5. Outros				
- valor nominal	X			
- justo valor positivo	X			
- justo valor negativo	X			
Contratos incluídos em acordos de compensação				
1. Títulos de dívida e taxas de juro				
- valor nominal	2,537,385			
- justo valor positivo	12,534			
- justo valor negativo	14,543			
2. Títulos de capital e índices de acções				
- valor nominal				
- justo valor positivo				
- justo valor negativo				
3. Moeda estrangeira e ouro				
- valor nominal				
- justo valor positivo				
- justo valor negativo				
4. Produtos de base				
- valor nominal				
- justo valor positivo				
- justo valor negativo				
5. Outros				
- valor nominal				
- justo valor positivo				
- justo valor negativo				

A.4 Duração restante dos derivados financeiros do mercado de balcão: valores nominais

Ativo subjacente/vida residual	Até 1 ano	Mais de 1 ano e até 5 anos	Mais de 5 anos	Total
A1 Derivados financeiros sobre títulos de dívida e taxas de juro	3,067,783	4,545,640	2,532,623	10,146,045
A2 Derivados financeiros sobre títulos de capital e índices de ações				
A3 Derivados financeiros sobre taxas de câmbio e ouro				
A4 Derivados financeiros sobre outros valores				
A5 Outros derivados financeiros				
Total 31/12/2024	3,067,783	4,545,640	2,532,623	10,146,045
Total 31/12/2023	943,404	3,900,770	2,416,432	7,260,606

B. Derivados de crédito

Durante o ano de 2024, tal como no exercício anterior, a Empresa não celebrou quaisquer contratos de derivados de crédito.

3.2 Políticas contabilísticas de cobertura

Divulgações qualitativas

O CA Auto Bank S.p.A. utiliza principalmente Swaps de Taxa de Juro, designados como Coberturas de Justo Valor, para mitigar a exposição ao risco de taxa de juro em empréstimos a prestações, locações financeiras e obrigações emitidas. Especificamente, o risco de taxa de juro relacionado com a carteira de empréstimos é coberto através de Swaps de Taxa de Juro utilizando a metodologia Fair Value Macro Hedge, enquanto as emissões de obrigações podem ser cobertas através de Swaps de Taxa de Juro utilizando a metodologia Fair Value Micro Hedge.

EFICÁCIA DAS COBERTURAS

O CA Auto Bank testa a eficácia da Macro Cobertura de Justo Valor no final de cada período de reporte, quer anual quer intercalar, através de testes prospectivos, o que justifica a contabilidade de cobertura, na medida em que demonstrem a eficácia da cobertura.

O teste prospectivo compara:

- o run-off da carteira de retalho de taxa fixa em circulação à data de observação (instrumento coberto);
- a liquidação de swaps por liquidar à data de observação (valor nominal).

Ambas as execuções são comparadas por intervalo de maturidade. O teste de eficácia é cumprido se, para cada intervalo de maturidade, o valor médio da carteira for superior ao valor médio dos instrumentos derivados.

COBERTURAS DE FLUXOS DE CAIXA, INSTRUMENTOS COBERTOS

O CA Auto Bank utiliza IRS (com opção floor) designados como Micro Coberturas de Fluxos de Caixa para gerir o risco de taxa de juro dos seus passivos financeiros.

A eficácia é medida comparando a variação do justo valor dos swaps de taxa de juro e a variação do justo valor do instrumento coberto.

O teste de eficácia é cumprido se o resultado da cobertura (diferença percentual entre a variação do justo valor dos swaps de taxa de juro e a variação do justo valor do instrumento coberto) se situar entre 80% e 125%.

O teste de eficácia também é cumprido quando o valor do instrumento coberto é superior ao valor do instrumento derivado (em termos absolutos) na data de observação.

Divulgações quantitativas

A. COBERTURA DE DERIVADOS FINANCEIROS

A.1 Derivados financeiros detidos para negociação: valores nominais de fecho no final do período

Activos subjacentes/Tipo de derivados	Total 31/12/2024				Total 31/12/2023			
	Venda livre			Organizar mercados d	Venda livre			Mercados organizados
	Contrapartidas centrais	Sem contrapartes centrais			Contrapartes centrais	Sem contrapartes centrais		
Com acordos de compensação		Sem rede disposições	Com acordos de compensação	Sem rede disposições				
1. Títulos de dívida e taxas de juro	9,848,797				12,134,664		4,609	
a) Opções								
b) Troca	9,848,797				12,134,664		4,609	
c) Avançar								
d) Futuros								
e) Outros								
2. títulos de capital e índices de acções								
a) Opções								
b) Troca								
c) Avançar								
d) Futuros								
e) Outros								
3. Moeda estrangeira e ouro			2,429,366				2,240,939	
a) Opções								
b) Troca								
c) Avançar								
d) Futuros								
e) Outros			2,429,366				2,240,939	
4. Produtos de base								
5. Outros								
Total	9,848,797		2,429,366		12,134,664		2,245,548	

A.2 Derivados financeiros de cobertura: justo valor bruto positivo e negativo - desagregação por produtos

Tipo de derivados	JUSTO VALOR POSITIVO E NEGATIVO							Alteração do valor utilizado para avaliar a eficácia da cobertura	
	Total 31/12/2024				Total 31/12/2023			Total 31/12/2024	Total 31/12/2023
	Venda livre		Mercados organizados	Venda livre		Mercados organizados			
	Contrapartes certas	Sem contrapartes centrais		Ligações da contraparte central	Sem contrapartes centrais				
Com acordos de compensação		Sem acordos de compensação			Com acordos de compensação		Sem acordos de compensação		
1. Justo valor positivo	78,387	3,262		237,614	146				
a) Opções									
b) Swap de taxa de juro	78,387			237,614	23				
c) Swap cambial cruzado									
d) Equivalência patrimonial									
e) Para a frente									
f) Futuros									
g) Outros		3,262			123				
Total	78,387	3,262		237,614	146				
2. Justo valor negativo	98,099	16,110		112,945	16,558				
a) Opções									
b) Swap de taxa de juro	98,099			112,945	-				
c) Swap cambial cruzado									
d) Equivalência patrimonial									
e) Para a frente									
f) Futuros									
g) Outros		16,110			16,558				
Total	98,099	16,110		112,945	16,558				

A.3 Derivados financeiros de cobertura do mercado de balcão - valores nominais, justo valor bruto positivo e negativo por contraparte

Activos subjacentes	Contrapartes centrais	Bancos	Outras sociedades financeiras	Outras partes
Contratos não cobertos por acordos de compensação				
1. Títulos de dívida e taxas de juro				
- valor nominal	X			
- justo valor líquido positivo	X			
- justo valor líquido negativo	X			
2. Instrumentos de capital e índices de acções				
- valor nominal	X			
- justo valor líquido positivo	X			
- justo valor líquido negativo	X			
3. Moedas e ouro				
- valor nominal	X	2,429,366		
- justo valor líquido positivo	X	3,262		
- justo valor líquido negativo	X	16,110		
4. Produtos de base				
- valor nominal	X			
- justo valor líquido positivo	X			
- justo valor líquido negativo	X			
5. Outros				
- valor nominal	X			
- justo valor líquido positivo	X			
- justo valor líquido negativo	X			
Contratos cobertos por acordos de compensação				
1. Títulos de dívida e taxas de juro				
- valor nominal	9,848,797			
- justo valor líquido positivo	78,387			
- justo valor líquido negativo	98,099			
2. Instrumentos de capital e índices de acções				
- valor nominal				
- justo valor líquido positivo				
- justo valor líquido negativo				
3. Moedas e ouro				
- valor nominal				
- justo valor líquido positivo				
- justo valor líquido negativo				
4. Produtos de base				
- valor nominal				
- justo valor líquido positivo				
- justo valor líquido negativo				
5. Outros				
- valor nominal				
- justo valor líquido positivo				
- justo valor líquido negativo				

A.4 Vida útil remanescente dos derivados financeiros de cobertura do mercado de balcão: valores nominais

Subjacente/vida restante	Até 1 ano	1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
A.1 Derivados financeiros sobre títulos de dívida e taxas de juro	1,228,319	7,970,478	650,000	9,848,797
A.2 Derivados financeiros sobre instrumentos de capital e índices de acções				
A.3 Derivados financeiros sobre divisas e ouro	2,429,366	-		2,429,366
A.4 Derivados financeiros sobre mercadorias				
A.5 Outros derivados financeiros				
Total 31/12/2024	3,657,685	7,970,478	650,000	12,278,163
Total 31/12/2023	5,559,124	8,253,087	568,000	14,380,211

B. Coberturas de derivados de crédito

A Empresa não quisquer contratos de cobertura de derivados de crédito durante o ano de 2024.

C. Instrumentos de cobertura não derivados

No final do exercício, não existem instrumentos de cobertura não derivados para além dos anteriormente referidos.

SECÇÃO 4 - RISCO DE LIQUIDEZ

Divulgações qualitativas

A. Aspectos gerais, processos de gestão e métodos de medição do risco de liquidez

O risco de liquidez é representado para a Companhia pela incapacidade de honrar suas obrigações financeiras nas datas de vencimento. Especificamente, o risco está consubstanciado na incapacidade da Empresa de renovar, estender, refinanciar no vencimento, no todo ou em parte, para qualquer data futura no horizonte considerado, parcelas de empréstimos em suas diversas formas, estruturadas ou não.

Para facilitar a identificação e a gestão corretas do risco de liquidez, deve salientar-se que:

- A gestão da liquidez é efectuada de forma centralizada no CA Auto Bank S.p.A., sendo o departamento de Tesouraria da Sociedade-mãe responsável por garantir a correta mobilização dos recursos financeiros de todas as filiais. Além disso, a negociação de todas as operações de financiamento estruturado, eventualmente originadas pelas sucursais e filiais, incluindo as estrangeiras, é coordenada e acompanhada de forma centralizada;
- O CA Auto Bank é a única entidade do Grupo com notações de crédito atribuídas pela Fitch Ratings, Moody's e Standard & Poor's. Como tal, todas as relações bancárias e linhas de crédito daí resultantes são geridas de forma centralizada;

- todas as sucursais e filiais recorrem ao CA Auto Bank S.p.A. (Sociedade-mãe) para a cobertura das suas necessidades de financiamento, através da negociação dos instrumentos de financiamento mais adequados, quer no que diz respeito às fontes de financiamento disponíveis localmente atribuíveis à própria filial, quer no que diz respeito aos empréstimos interempresariais.

Para gerir este risco, o Grupo mantém uma política de adequação entre o perfil de maturidade dos activos e o dos passivos (por montante e maturidade). Isto permite minimizar a exposição da Sociedade e das suas filiais ao risco de liquidez. A condição de liquidez também é medida mensalmente para cada moeda individual em que a Empresa opera (euro, libra esterlina, franco suíço, coroa dinamarquesa, coroa sueca, coroa checa, coroa norueguesa e zloty polaco).

O modelo de gestão do risco de liquidez assenta série de actividades fundamentais, tais como

- gestão da liquidez operacional e estrutural, nomeadamente através de um planeamento financeiro revisto e atualizado mensalmente;
- acompanhamento constante dos movimentos dos fluxos de caixa e adoção de métricas para medir e controlar a exposição ao risco de liquidez (abordagem do desfasamento entre maturidades);
- definição de limites de exposição e de concentração relativamente ao risco de liquidez;
- análise do teste de esforço, a fim de avaliar a exposição ao risco;
- definição do Plano de Financiamento de Contingência destinado a definir papéis e responsabilidades, processos, acções a tomar e a identificação de instrumentos de mitigação de riscos a adotar em caso de crise súbita de liquidez.

A abordagem metodológica adoptada pelo CA Auto Bank para a medição do risco consiste no cálculo, com referência à liquidez operacional e estrutural, da

- Escada de vencimentos, que é utilizada para calcular, acompanhar e controlar qualquer défice de liquidez por escalão de vencimentos;
- Défice de liquidez acumulado, que é utilizado para calcular os fluxos de caixa progressivos e identifica a presença de quaisquer fluxos de caixa negativos que exijam cobertura.

O CA Auto Bank S.p.A., em conformidade com o quadro de Basileia III, calcula:

- o rácio de cobertura de liquidez (LCR) todos os meses;
- o rácio de financiamento estável líquido (NSFR) todos os trimestres.

Da mesma forma, o CA Auto Bank S.p.A. controla o rácio de cobertura de liquidez (LCR).

Relativamente ao indicador de liquidez de curto prazo (LCR), o CA Auto Bank gere a necessidade através de instrumentos que cumprem a "Política de Liquidez".

Os HQLAs necessários para satisfazer o rácio de liquidez a curto prazo são geridos conjuntamente pelos departamentos de ALM e de Tesouraria do CA Auto Bank S.p.A., que também actua como Sociedade-mãe para efeitos de coordenação das filiais estrangeiras sujeitas a obrigações LCR individuais semelhantes por parte das respectivas autoridades de supervisão locais.

Para o efeito, é de referir que, a partir de 16 de novembro de 2018, o CA Auto Bank S.p.A. abriu uma conta direta no Banco de Itália. Como tal, o nível de HQLA necessário para cumprir os objectivos pré-estabelecidos é alcançado através de depósitos no Banco Central e através de transacções de mercado aberto.

RÁCIO DE LIQUIDEZ

Os rácios de liquidez regulamentares exigidos pelos regulamentos de Basileia III retornam os seguintes valores para o CA Auto Bank S.p.A. a nível consolidado em 31 de dezembro de 2024:

- Rácio de cobertura de liquidez (LCR) 148%;
- Rácio de financiamento estável líquido (NSFR) 138%.

Os indicadores acima referidos registaram igualmente valores acima do limiar mínimo regulamentar em todos os inquéritos realizados durante o ano.

Divulgações quantitativas

1. Distribuição temporal dos activos e passivos financeiros por maturidade residual contratual

Moeda de denominação: 242 - Euro

Ítem/vencimento residual	A pedido	Entre 1 e 7 dias	Entre 7 e 15 dias	Entre 15 dias e 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Maturidade não especificada
A. Activos de tesouraria	231,815	229,523	137,793	800,411	1,989,809	4,872,222	3,420,890	10,669,788	1,672,020	44,831
A.1 Obrigações do Estado										
A.2 Outros títulos de dívida										
A.3 Quotas da UCI										
A.4 Empréstimos	231,815	229,523	137,793	800,411	1,989,809	4,872,222	3,420,890	10,669,788	1,672,020	44,831
- Bancos	64,525	849	1,246	401,982	481,024	3,222,931	41,163	302,869	52	44,831
- Clientes	167,290	228,675	136,548	398,429	1,508,785	1,649,291	3,379,727	10,366,919	1,671,967	
B. Passivos de caixa	234,386	95,849	443,428	321,536	1,693,543	2,025,502	5,238,648	13,141,630	2,071,931	
B.1 Depósitos e contas correntes	147,054	63,399	59,783	160,766	633,817	575,515	770,517	1,069,258		
- Bancos	16,454							-		
- Clientes	130,601	63,399	59,783	160,766	633,817	575,515	770,517	1,069,258		
B.2 Títulos de dívida	578	2,658	353,569	55,523	148,867	180,899	213,835	4,300,000	330,513	
B.3 Outros passivos	86,754	29,792	30,077	105,247	910,860	1,269,087	4,254,295	7,772,372	1,741,418	
C. Operações extrapatrimoniais										
C.1 Derivados financeiros com troca de capital										
- Posições longas				1,092,916	859,020	402,463	22,227			
- Posições curtas				34,122						
C.2 Derivados financeiros sem troca de capital										
- Posições longas			138	10,257	12,006	13,103	14,980			
- Posições curtas				1,022	3,703	8,391	27,733	72,564	1,266	
C.3 Depósitos e empréstimos a regularizar										
- Posições longas										
- Posições curtas										
C.4 Compromissos irrevogáveis de concessão de empréstimos fundos										
- Posições longas										
- Posições curtas										
C.5 Garantias financeiras prestadas										
C.6 Garantias financeiras recebidas										
C.7 Derivados de crédito com troca de capital										
- Posições longas										
- Posições curtas										
C.8 Derivados de crédito sem troca de capital										
- Posições longas										
- Posições curtas										

1. Distribuição temporal dos activos e passivos financeiros por maturidade residual contratual

Moeda de denominação: 002 - Libra esterlina

Itens/vencimento residual	A pedido	Entre 1 e 7 dias	Entre 7 e 15 dias	Entre 15 dias e 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Maturidade não especificada
A. Activos de tesouraria	41,315	5,762		30,505	1,510,384	78,467	35,820	530,645		
A.1 Obrigações do Estado										
A.2 Outros títulos de dívida										
A.3 Quotas da UCI										
A.4 Empréstimos	41,315	5,762		30,505	1,510,384	78,467	35,820	530,645		
- Bancos	31,531				21,009					
- Clientes	9,784	5,762		30,505	1,489,375	78,467	35,820	530,645		
B. Passivos de caixa	42,087		1,430	2,408		124,756	29,357	723,606		
B.1 Depósitos e contas correntes										
- Bancos										
- Clientes										
B.2 Títulos de dívida							24,000	482,404		
B.3 Outros passivos	42,087		1,430	2,408		124,756	5,357	241,202		
C. Operações extrapatrimoniais										
C.1 Derivados financeiros com troca de capital										
- Posições longas				27,738						
- Posições curtas				302,709	621,361	385,923	24,120			
C.2 Derivados financeiros sem troca de capital										
- Posições longas				5,274	2,606	3,108	5,709			
- Posições curtas				5,357	2,575	3,079	5,646	7,090		
C.3 Depósitos e empréstimos a regularizar										
- Posições longas										
- Posições curtas										
C.4 Compromissos irrevogáveis de concessão de empréstimos										
Fundos										
- Posições longas										
- Posições curtas										
C.5 Garantias financeiras prestadas										
C.6 Garantias financeiras recebidas										
C.7 Derivados de crédito com troca de capital										
- Posições longas										
- Posições curtas										
C.8 Derivados de crédito sem troca de capital										
- Posições longas										
- Posições curtas										

1. Distribuição temporal dos activos e passivos financeiros por maturidade residual contratual

Moeda de denominação: 237 - zloty polaco

Itens/vencimento residual	A pedido	Entre 1 e 7 dias	Entre 7 e 15 dias	Entre 15 dias e 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Maturidade não especificada
A. Activos de tesouraria	5,825	20,402	1,336	3,334	24,930	49,825	94,704	91,183	3,132	
-A.1 Obrigações de Estado										
-A.2 Outros títulos de dívida										
-A.3 Quotas da UCI										
-A.4 Empréstimos	5,825	20,402	1,336	3,334	24,930	49,825	94,704	91,183	3,132	
- Bancos	5,825	19,907								
- Clientes		494	1,336	3,334	24,930	49,825	94,704	91,183	3,132	
B. Passivos de caixa	8	175,427		93,150	27,283	1	1	120		
-B.1 Depósitos e contas correntes	8									
- Bancos	8									
- Clientes										
-B.2 Títulos de dívida										
-B.3 Outros passivos		175,427		93,150	27,283	1	1	120		
C. Operações extrapatrimoniais										
-C.1 Derivados financeiros com troca de capital										
- Posições longas										
- Posições curtas						25,965				
-C.2 Derivados financeiros sem troca de capital										
- Posições longas					132	129	126			
- Posições curtas					36	36	17			
-C.3 Depósitos e empréstimos a regularizar										
- Posições longas										
- Posições curtas										
-C.4 Compromissos irrevogáveis de concessão de empréstimos fundos										
- Posições longas										
- Posições curtas										
-C.5 Garantias financeiras prestadas										
-C.6 Garantias financeiras recebidas										
-C.7 Derivados de crédito com troca de capital										
- Posições longas										
- Posições curtas										
-C.8 Derivados de crédito sem troca de capital										
- Posições longas										
- Posições curtas										

1. Distribuição temporal dos activos e passivos financeiros por maturidade residual contratual

Moeda de denominação: 007 - Coroa dinamarquesa

Itens/vencimento residual	A pedido	Entre 1 e 7 dias	Entre 7 e 15 dias	Entre 15 dias e 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Maturidade não especificada
A. Activos de tesouraria	8,650			310,977						
A.1 Obrigações do Estado										
A.2 Outros títulos de dívida										
A.3 Quotas da UCI										
A.4 Empréstimos	8,650			310,977						
- Bancos	8,650									
- Clientes				310,977						
B. Passivos de caixa	7,796									
B.1 Depósitos e contas correntes										
- Bancos										
- Clientes										
B.2 Títulos de dívida										
B.3 Outros passivos	7,796									
C. Operações extrapatrimoniais										
C.1 Derivados financeiros com troca de capital										
- Posições longas				6,704						
- Posições curtas				311,084						
C.2 Derivados financeiros sem troca de capital										
- Posições longas				593	718	838	1,409			
- Posições curtas				592	716	836	1,405	3,004		
C.3 Depósitos e empréstimos a regularizar										
- Posições longas										
- Posições curtas										
C.4 Compromissos irrevogáveis de concessão de empréstimos										
fundos										
- Posições longas										
- Posições curtas										
C.5 Garantias financeiras prestadas										
C.6 Garantias financeiras recebidas										
C.7 Derivados de crédito com troca de capital										
- Posições longas										
- Posições curtas										
C.8 Derivados de crédito sem troca de capital										
- Posições longas										
- Posições curtas										

1. Distribuição temporal dos activos e passivos financeiros por maturidade residual contratual

Moeda de denominação: 009 - Coroa sueca

Itens/vencimento residual	A pedido	Entre 1 e 7 dias	Entre 7 e 15 dias	Entre 15 dias e 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Maturidade não especificada
A. Activos de tesouraria	504			135,044						
A.1 Obrigações do Estado										
A.2 Outros títulos de dívida										
A.3 Quotas da UCI										
A.4 Empréstimos	504			135,044						
- Bancos	504									
- Clientes				135,044						
B. Passivos de caixa	505									
B.1 Depósitos e contas correntes										
- Bancos										
- Clientes										
B.2 Títulos de dívida										
B.3 Outros passivos	505									
C. Operações extrapatrimoniais										
C.1 Derivados financeiros com troca de capital										
- Posições longas										
- Posições curtas				130,901						
C.2 Derivados financeiros sem troca de capital										
- Posições longas										
- Posições curtas										
C.3 Depósitos e empréstimos a regularizar										
- Posições longas										
- Posições curtas										
C.4 Compromissos irrevogáveis de concessão de empréstimos										
Fundões										
- Posições longas										
- Posições curtas										
C.5 Garantias financeiras prestadas										
C.6 Garantias financeiras recebidas										
C.7 Derivados de crédito com troca de capital										
- Posições longas										
- Posições curtas										
C.8 Derivados de crédito sem troca de capital										
- Posições longas										
- Posições curtas										

1. Distribuição temporal dos activos e passivos financeiros por maturidade residual contratual

Moeda de denominação: 003 -Franco suíço

Itens / Vencimento residual	A pedido	Entre 1 e 7 dias	Entre 7 e 15 dias	Entre 15 dias e 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Maturidade não especificada
A. Activos de tesouraria	9,342			13,065	431,875	528	78,410	72,248		
-A.1 Obrigações do Estado										
-A.2 Outros títulos de dívida										
-A.3 Quotas da UCI										
-A.4 Empréstimos	9,342			13,065	431,875	528	78,410	72,248		
- Bancos										
- Clientes	9,342			13,065	431,875	528	78,410	72,248		
B. Passivos de caixa	13,651									
-B.1 Depósitos e contas correntes	10,670									
- Bancos	10,670									
- Clientes										
-B.2 Títulos de dívida										
-B.3 Outros passivos	2,982									
C. Operações extrapatrimoniais										
C.1 Derivados financeiros com troca de capital										
- Posições longas										
- Posições curtas				350,616	242,244					
C.2 Derivados financeiros sem troca de capital										
- Posições longas				40	623	589	918			
- Posições curtas				40	628	579	906	2,305		
C.3 Depósitos e empréstimos a regularizar										
- Posições longas										
- Posições curtas										
C.4 Compromissos irrevogáveis de concessão de empréstimos										
Túndos										
- Posições longas										
- Posições curtas										
C.5 Garantias financeiras prestadas										
C.6 Garantias financeiras recebidas										
C.7 Derivados de crédito com troca de capital										
- Posições longas										
- Posições curtas										
C.8 Derivados de crédito sem troca de capital										
- Posições longas										
- Posições curtas										

1. Distribuição temporal dos activos e passivos financeiros por maturidade residual contratual

Moeda de denominação: 398 Outras moedas

Itens/vencimento residual	A pedido	Entre 1 e 7 dias	Entre 7 e 15 dias	Entre 15 dias e 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Maturidade não específica da
A. Activos em numerário	56									
A.1 Obrigações do Tesouro										
A.2 Outros títulos de dívida										
A.3 Quotas da UCI										
A.4 Empréstimos	56									
- Bancos										
- Clientes	56									
B. Passivos de caixa	58									
B.1 Depósitos e contas correntes	58									
- Bancos	58									
- Clientes										
B.2 Títulos de dívida										
B.3 Outros passivos										
C. Operações extrapatrimoniais										
C.1 Derivados financeiros com troca de capital										
- Posições longas										
- Posições curtas										
C.2 Derivados financeiros sem troca de capital										
- Posições longas										
- Posições curtas										
C.3 Depósitos e empréstimos a regularizar										
- Posições longas										
- Posições curtas										
C.4 Compromissos irrevogáveis de empréstimo de fundos										
- Posições longas										
- Posições curtas										
C.5 Garantias financeiras prestadas										
C.6 Garantias financeiras recebidas										
C.7 Derivados de crédito com troca de capital										
- Posições longas										
- Posições curtas										
C.8 Derivados de crédito sem troca de capital										
- Posições longas										
- Posições curtas										

OPERAÇÕES DE AUTO-SECURITIZAÇÃO E OPERAÇÕES DE REFINANCIAMENTO DO BANCO CENTRAL EUROPEU

À data do relatório, para além das outras operações anteriormente descritas, o CA Auto Bank tinha em vigor a operação de titularização A-Best Twenty Fondo de Titulacion e A-Best Twenty-Four S.r.l.

Os activos financeiros subjacentes aos títulos emitidos e relacionados com a auto-securitização acima referida referem-se à carteira de crédito ao consumo

das actividades de retalho. Em 31 de dezembro de 2024, o montante dos activos subjacentes ascendia a cerca de 513 milhões de euros. No que se refere ao tipo de títulos emitidos e à respectiva notação, consultar a secção "C. Operações de titularização" da presente parte das demonstrações financeiras.

Importa igualmente referir que o programa de refinanciamento das ORPA direccionadas foi totalmente reembolsado em 2024.

Por último, em 31 de dezembro de 2024, os acordos de recompra de curto, médio e longo prazo ("REPO") estavam garantidos por títulos de classe sénior/mezzanine emitidos pela A-Best Nineteen, A-Best Twenty, A-Best Twenty-One, A-Best Twenty-Two e A-Best Twenty-Four num total de aproximadamente 1219 milhões de euros.

SECÇÃO 5 - RISCO OPERACIONAL

Divulgações qualitativas

A. ASPECTOS GERAIS, PROCESSOS DE GESTÃO E MÉTODOS DE MEDIÇÃO DO RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é o risco de incorrer em perdas devido a processos internos, pessoas ou sistemas inadequados ou falhados ou devido a acontecimentos externos, incluindo o risco jurídico. O risco operacional abrange também, entre outros, as perdas resultantes de fraudes, erros humanos, perturbações decorrentes de acontecimentos externos, avarias de sistemas, incumprimentos contratuais e catástrofes naturais. O risco operacional inclui o risco jurídico (mas não os riscos estratégicos e de reputação).

Nesta , o risco mais significativo do Banco está associado às perdas decorrentes de fraudes externas.

Para calcular o capital interno necessário para o risco operacional, o CA Auto Bank S.p.A, em conformidade com as disposições da Circular 285/2013 do Banco de Itália para os Bancos de classe 2, utiliza a Abordagem do Indicador Básico (BIA) para calcular os requisitos de capital no âmbito do Pilar I.

O modelo organizacional de gestão do risco operacional implementado ao nível do Grupo prevê a presença dos seguintes intervenientes:

- Risco e Controlo Permanente: que define e desenvolve as metodologias, as políticas e os procedimentos para detetar, avaliar, monitorizar, medir e mitigar os riscos operacionais ao nível do Grupo;
- unidades orgânicas individuais do Banco e das empresas do Grupo que participam ativamente, com diferentes níveis de responsabilidade e envolvimento, nos processos de gestão do risco operacional, através da identificação dos principais riscos (efectivos e potenciais) que podem surgir na atividade corrente e do acompanhamento permanente dos riscos no âmbito das suas funções e responsabilidades.

O Modelo Organizacional de gestão do risco operacional desdobra-se nos seguintes processos:

- mapeamento dos riscos operacionais por processo da Empresa, na sua natureza esperada e inesperada (atualização anual ou na sequência de alterações estruturais do processo);
- inquérito trimestral sobre eventos de perda;
- análise e classificação de eventos de risco e perda e definição, quando necessário, de acções de gestão e mitigação do risco.

Classificação do evento de risco operacional

Os eventos de risco operacional foram classificados ao longo dos anos com base na experiência específica do CA Auto Bank da seguinte forma:

- fraude interna;
- fraude externa;
- relação de trabalho e segurança no trabalho;

- clientes, produtos e práticas profissionais;
- danos em bens imóveis, instalações e equipamentos;
- interrupções de funcionamento e avarias nos sistemas de informação;
- execução e gestão de processos.

O risco operacional diz respeito a todos os produtos, actividades, processos e sistemas e é gerado em todas as áreas de negócio e de apoio.

Por conseguinte, todos os colaboradores são responsáveis pela gestão e controlo dos riscos operacionais decorrentes das suas áreas de responsabilidade. Os colaboradores de cada unidade orgânica do Grupo são também responsáveis pelo risco operacional que aí desenvolve. Como tal, devem ser assegurados níveis adequados de dedicação e formação neste domínio, devendo os planos de incentivos ser concebidos de forma a evitar eventuais conflitos de interesses.

A estrutura organizacional das unidades deve ser adaptada ao perfil de risco mantido, bem como à dimensão, estratégia e modelo de negócio do departamento, aplicando, sempre que necessário, o princípio da proporcionalidade.

O risco operacional deve ser gerido e controlado ao longo de todo o seu ciclo, que inclui: planeamento, processos de identificação e avaliação do risco, monitorização do risco e aplicação de medidas de mitigação, disponibilidade de informação, reporte e comunicação de aspectos relevantes.

Por conseguinte, necessário:

- utilizar e documentar as políticas, os procedimentos e os instrumentos necessários adequados à natureza e ao tipo de riscos, identificando os participantes, os controlos e as provas necessárias;
- assegurar linhas de comunicação e governação adequadas entre o pessoal responsável pelos processos, as funções de controlo especializadas na gestão dos riscos operacionais e a parte responsável pelo controlo;
- comunicar as ocorrências que possam constituir Riscos Operacionais, independentemente de resultarem ou não em perdas para a Empresa, de acordo com as diretrizes estabelecidas periodicamente.

Impactos resultantes da pandemia de Covid-19

Nos últimos dois anos, após o fim da emergência sanitária, o Banco continuou a consolidar e a aperfeiçoar as medidas operacionais implementadas desde 2020. Estas medidas responderam eficazmente aos desafios colocados pela pandemia de Covid-19.

O teletrabalho e a utilização de canais digitais confirmaram a flexibilidade do Banco, garantindo a sua capacidade de manter a continuidade operacional e de monitorizar os riscos operacionais decorrentes de potenciais novos cenários de pandemia no futuro.

LESÕES NO LOCAL DE TRABALHO

Em 2024, foram registados 4 incidentes com ferimentos, dos quais 2 no local de trabalho e 2 trajeto para o trabalho. Todos os quatro incidentes ocorreram na sucursal francesa.

Governança do risco ESG

A informação relativa à governança dos riscos ambientais, sociais e de governança (ESG) é fornecida ao nível do Grupo e detalhada na secção do Relatório Consolidado de Sustentabilidade das Demonstrações Financeiras Consolidadas publicadas, que está disponível ao público no seguinte link: <https://www.ca-autobank.com/>.

PARTE F - INFORMAÇÕES SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Secção 1 - Capital próprio da empresa

A. Divulgações qualitativas

A Empresa adopta as medidas necessárias para manter uma base de capital adequada para suportar a evolução atual e prospetiva do seu negócio e perfil de risco, em conformidade com os requisitos regulamentares de capital.

Especificamente, as necessidades de capital da Empresa são analisadas no âmbito do processo orçamental.

Além disso, em caso de ativação de novas linhas de negócio ou de entrada em novos mercados, e/ou outros eventos excepcionais não incluídos no orçamento, a Empresa verifica os impactos no seu capital.

O Capital Próprio do CA Auto Bank S.p.A. é composto pela agregação do Capital, Prémios de emissão de acções, Reservas, Instrumentos de capital, Reservas de avaliação e Resultado do exercício.

O requisito de capital regulamentar, que cobre os riscos do chamado Primeiro Pilar, é calculado pela Empresa aplicando a abordagem normalizada para a medição do risco de crédito e a abordagem do indicador básico para o risco operacional.

A Empresa está também exposta ao risco de contraparte, associado a produtos derivados de cobertura da carteira da Empresa e das suas subsidiárias. Este risco é mensurado pelo método SA-CCR, e a Companhia utiliza compensação através de contrapartes centrais qualificadas, conforme requerido pela regulamentação EMIR.

No que respeita à adequação de capital (o chamado Segundo Pilar), o seu processo de avaliação interna da adequação de capital (ICAAP) é efectuado anualmente, com uma autoavaliação interna realizada semestralmente ao nível do Grupo Bancário em base consolidada, do qual o Banco é a . O Banco efectua ainda, de forma contínua e trimestral, a verificação do cumprimento dos limites regulamentares presentes no Risk Appetite Framework (RAF).

B. Divulgações quantitativas

B.1 Capital próprio: desagregação

Artigos/Montantes	Valor 31/12/2024	Valor 31/12/2023
1. Capital social	700,000	700,000
2. Reserva de prémios de emissão	192,746	192,746
3. Reservas	1,583,939	1,226,144
- lucros retidos	1,216,903	859,108
a) reserva legal	140,000	140,000
b) reserva estatutária		
c) acções próprias		
d) Outros	1,076,903	719,108
- outros	367,036	367,036
3.5 Dividendo intercalar	-	-
4. Instrumentos de capital próprio	599,985	-
5. (Acções próprias)	-	-
6. Reservas de avaliação	(7,355)	(7,824)
Instrumentos de capital próprio mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral		
Coberturas de instrumentos de capital próprio mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral		
Activos financeiros (que não acções) mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-
Bens e equipamentos		
Activos intangíveis		
Coberturas de investimentos estrangeiros		
Coberturas de fluxos de caixa		
Instrumentos de cobertura (elementos não designados)		
Diferenças cambiais	919	48
Activos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas		
Passivos financeiros designados pelo justo valor através dos lucros ou perdas (alteração da notação de crédito própria)		
Ganhos (perdas) actuariais em planos de benefícios definidos	(8,728)	(8,326)
Parte das reservas de avaliação ligadas aos investimentos registados no capital próprio		
Reavaliações exigidas por lei	454	454
7. Resultado líquido (perda)	119,381	388,317
TOTAL	3,188,696	2,499,384

B.2 Reservas de avaliação de activos financeiros mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral: discriminação

B.3 Reservas de avaliação de activos financeiros mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral: variações anuais

À data desta demonstração financeira, não existem Activos Financeiros Mensurados ao Justo Valor Através de Outro Rendimento Integral.

B.4 Reservas de avaliação relativas a planos de prestações definidas: variações anuais

	TOTAL 2024	TOTAL 2023
A. Saldo inicial	(8,326)	(8,464)
B. Mudanças positivas	-	138
B.1 Aumentos do justo valor		
B.2 Outras alterações		138
C. Alterações negativas	404	-
C.1 Diminuições do justo valor		
C.2 Outras alterações	404	-
D. Saldo final	(8,728)	(8,326)

Secção 2 - Fundos próprios e rácios regulamentares

A divulgação relativa aos fundos próprios e à adequação dos fundos próprios é apresentada no documento "Divulgação ao Público - Pilar 3 a 31 de dezembro de 2024" numa base consolidada, publicado em conjunto com as Demonstrações Financeiras Consolidadas, acessível no seguinte link: <https://www.ca-autobank.com/>.

Os principais indicadores de fim de período são destacados a seguir:

Fundos próprios e índices <i>(Valores em milhares de euros)</i>	31/12/2024	31/12/2023
Fundos Próprios Principais de Nível 1 - CET1	2,486,911	2,449,525
Nível 1 adicional - AT1	599,985	-
Escalão 1 - T1	3,086,897	2,449,525
Escalão 2 - T2	367,752	246,621
Fundos próprios	3,454,649	2,696,146
Activos ponderados pelo risco (RWA)	18,222,821	15,720,967
RÁCIOS REGULAMENTARES		
CET 1	13.65%	15.58%
Rácio de capital total (TCR)	18.96%	17.15%
LCR	148%	152%
NSFR	138%	126%
OUTROS RÁCIOS		
Rácio de alavancagem	12.00%	9.78%
RONE (Resultado Líquido/Património Normativo Médio)	7.32%	17.73%

A redução dos rácios de capital, em comparação com os valores reportados no final de 2023, é atribuível ao aumento dos activos ponderados pelo risco (RWA). Este aumento deve-se essencialmente ao escoamento da carteira subjacente à operação de titularização sintética e aumento do financiamento concedido às filiais estrangeiras do Grupo Bancário CA Auto Bank. Este facto foi parcialmente compensado pelo reforço dos fundos próprios do Banco através da emissão de novos instrumentos de Additional Tier 1 (AT1) e Tier 2.

Relativamente aos indicadores de liquidez, verifica-se que o Rácio de Cobertura de Liquidez (LCR) se situa em 148% e o Rácio de Financiamento Estável Líquido (NSFR) em 138%, ambos significativamente acima dos limites regulamentares.

A rentabilidade dos capitais próprios normativos (RONE), calculada com base num capital próprio normativo de 9,5% dos activos ponderados pelo risco, é de 7,32%.

PARTE G - NEGÓCIOS COMBINAÇÕES QUE ENVOLVAM EMPRESAS OU SUCURSAIS DE EMPRESAS

Secção 1 - Operações efectuadas durante o período

Em 1 de janeiro de 2024, foi concluída a aquisição da unidade de negócio Sofinco Auto Moto Loisirs da empresa-mãe Crédit Agricole Personal Finance & Mobility pelo CA Auto Bank S.p.A. e funcionalmente confiada à articulação da sucursal francesa. Foi registado um goodwill de 26,3 milhões de euros nos activos incorpóreos para esta transação.

A operação insere-se no processo de expansão do grupo, que vê o Banco posicionar-se como o segundo maior interveniente na concessão de crédito automóvel em França, através da rede comercial detida marca Sofinco. O objeto da operação é a cessão de um ramo de atividade ligado ao pessoal do "Fonds de commerce Sofinco".

Embora a unidade de atividade tenha capacidade para produzir, ou seja, ter a sua própria rentabilidade, todas as empresas envolvidas (vendedor-comprador-adquirente) estão sob o controlo comum do grupo Crédit agricole S.A.

Uma vez que a IFRS 3 não regula este tipo de transacções, os activos e passivos transferidos (adquiridos) - incluindo qualquer goodwill existente reconhecido à data da aquisição - devem ser reconhecidos pelo seu valor contabilístico nos livros da empresa, mesmo que o seu justo valor possa ser avaliado de forma fiável. Consequentemente, o adquirente não reconhece qualquer goodwill novo ou adicional ou goodwill negativo, ao contrário tratamento aplicado às aquisições externas.

Secção 2 - Operações efectuadas após o encerramento do exercício

Não são registadas quaisquer operações de agregação após o final do exercício financeiro.

PARTE H - TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

1. INFORMAÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS PRINCIPAIS EXECUTIVOS

Em 2024, foram pagos aos administradores honorários no valor de € 1.025 mil, incluindo segurança social e encargos acessórios.

As remunerações pagas durante o exercício aos membros do Conselho Fiscal do CA Auto Bank S.p.A. ascenderam a € 218 mil.

Não foram concedidos empréstimos ou garantias aos administradores e revisores oficiais de contas.

2. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

No que diz respeito às transacções efectuadas com empresas acionistas, partes relacionadas e filiais, especifica-se que estas não são atípicas nem invulgares e que se enquadram no curso normal das actividades das empresas do Grupo. Estas transacções são realizadas em condições normais de , tendo em conta as características dos bens e serviços fornecidos. As relações entre o CA Auto Bank S.p.A. e as suas investidas são essencialmente representadas pelo apoio financeiro prestado pela Sociedade às suas filiais.

A tabela abaixo apresenta os activos, passivos, custos e receitas a partir de e para o ano findo em 31 de dezembro de 2024 por tipo de parte relacionada.

Activos com partes relacionadas

RUBRICAS DO BALANÇO	ACCIONISTAS DA EMPRESA	SUBSIDIÁRIAS	EMPRESAS RELACIONADAS	OUTRAS PARTES RELACIONADAS	31/12/2024	IMPACTO NAS RUBRICAS DO BALANÇO
10 Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	2,182	2,182	0.19%
20 Activos financeiros mensurados ao justo valor através de lucros ou perdas	-	31,425	-	1,922	33,347	75.85%
a) activos financeiros detidos para negociação	-	31,425	-	1,922	33,347	75.85%
b) activos financeiros designados pelo justo valor	-	-	-	-	-	-
c) outros activos financeiros obrigatoriamente mensurados pelo justo valor	-	-	-	-	-	-
30 integral rendimento	-	-	-	-	-	-
40 Activos financeiros mensurados ao custo amortizado	23	4,274,944	-	4,840	4,279,807	18.45%
a) créditos bancários	23	379,812	-	4,840	384,675	79.50%
b) empréstimos a clientes	-	3,895,132	-	-	3,895,132	17.15%
50 Derivados de cobertura	-	-	-	2,397	2,397	2.94%
70 Investimentos de capital	-	613,594	-	-	613,594	100.00%
120 Outros activos	9,691	4,070	-	475	14,236	3.34%
Total do ativo	9,714	4,924,032	-	11,816	4,945,563	

Passivos com partes relacionadas

RUBRICAS DO BALANÇO	ACCIONISTAS DA EMPRESA	SUBSIDIÁRIAS	EMPRESAS RELACIONADAS	OUTRAS PARTES RELACIONADAS	31/12/2024	IMPACTO NAS RUBRICAS DO BALANÇO
10 Passivos financeiros mensurados a custo amortizado	(6,169,793)	(164,727)	-	(2,232,279)	(8,566,799)	39.03%
a) em relação aos bancos	(5,012,630)	-	-	(2,232,279)	(7,244,910)	66.68%
b) devidos a clientes	-	(164,727)	-	-	(164,727)	3.19%
c) títulos de dívida em circulação	(1,157,162)	-	-	-	(1,157,162)	19.54%
20 Passivos financeiros detidos para negociação	-	(28,452)	-	(4,272)	(32,723)	75.97%
40 Derivados de cobertura	-	-	-	(16,037)	(16,037)	14.04%
80 Outros passivos	(6,433)	(114,529)	-	(485)	(121,447)	25.55%
Total do passivo	(6,176,226)	(307,708)	-	(2,253,072)	(8,737,006)	

Aspectos do rendimento relativos a partes relacionadas e controladas

RUBRICAS DO BALANÇO	ACCIONISTAS DA EMPRESA	SUBSIDIÁRIAS	EMPRESAS RELACIONADAS	OUTRAS PARTES RELACIONADAS	31/12/2024	IMPACTO NAS RUBRICAS DO BALANÇO
10 Juros e rendimentos similares	191,064	172,441	-	23,436	386,941	24.74%
dos quais: juros e proventos equiparados calculados com base no método do juro efetivo método	-	-	-	-	-	-
20 Juros e despesas similares	(481,411)	(3,819)	-	(99,668)	(584,898)	48.68%
40 Receitas de honorários e comissões	-	409	-	3,540	3,949	4.08%
50 Despesas com honorários e comissões	(185)	-	-	-	(185)	1.28%
70 Dividendos e rendimentos similares	-	-	-	-	-	0.00%
80 Ganhos (perdas) líquidos em activos e passivos financeiros detidos para negociação	-	(29,062)	-	4,797	(24,265)	-2676.70%
90 Ganhos (perdas) líquidos da contabilidade de cobertura	-	-	-	-	-	0.00%
160 Despesas administrativas:	(2,541)	(961)	-	(1,147)	(4,649)	2.27%
a) custos com salários	-	(917)	-	(77)	(994)	0.77%
b) outros custos administrativos	(2,541)	(44)	-	(1,070)	(3,655)	4.81%
200 Outros rendimentos/gastos operacionais	6,802	6,295	-	-	13,096	35.12%
220 Ganhos (perdas) de investimentos de capital próprio	-	-	-	-	-	0.00%
Total geral	(286,272)	145,302	-	(69,042)	(210,011)	

PARTE I - ACORDOS DE PAGAMENTO COM BASE EM ACÇÕES E LIQUIDADOS COM CAPITAL PRÓPRIO

Não existem acordos de pagamento com base em acções que envolvam os instrumentos de capital próprio da própria entidade.

PARTE L - RELATO POR SEGMENTOS

De acordo com a IFRS 8, parágrafo 4, informamos que a informação por segmentos é divulgada apenas nas demonstrações financeiras consolidadas.

PARTE M - RELATÓRIOS DE LOCAÇÃO

Secção 1 - Locatário

Divulgações qualitativas

Esta secção apresenta informação adicional suplementar à já divulgada nas secções anteriores do Anexo às Demonstrações Financeiras.

Divulgações quantitativas

De acordo com os requisitos dos parágrafos 51-59 da IFRS 16, são fornecidas as seguintes informações suplementares relativas aos contratos de locação em que o CA Auto Bank S.p.A. é o locatário.

Da análise dos contratos abrangidos pelo âmbito de aplicação da IFRS 16, o Banco identificou os contratos de locação imobiliária como a categoria mais significativa. Estes contratos incluem principalmente instalações para utilização em escritórios, habitações utilizadas pelos empregados e contratos de aluguer de veículos atribuídos aos empregados.

Não existem contratos de subarrendamento.

A quantia escriturada dos activos sob direito de uso, à data do relatório de fim de ano de 2024, é classificada por classe de ativo subjacente na "Parte B" destas demonstrações financeiras, rubrica 80 da Demonstração da Posição Financeira (Ativo) "Activos fixos tangíveis".

Ainda na "Parte B", mas na rubrica 10 da Demonstração da Posição Financeira (Passivo) "Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado", são apresentados os exfluxos de caixa e a repartição dos passivos de locação por maturidade contratual.

A componente de despesa de juros gerada pelos passivos de locação é relatada na "Parte C" destas demonstrações financeiras, Item 20 "Despesas de Juros e Encargos Similares" "dos quais: despesa de juros relativa a passivos de locação.

As despesas de amortização e depreciação dos activos no âmbito da IFRS 16 estão também incluídas na Parte C, rubrica 180 "Perdas/reversões líquidas de imparidade em activos fixos" na rubrica "Activos de direito de uso adquiridos através de locação financeira" do quadro 12.1.

Conforme exigido pelo parágrafo 53 da IFRS 16, é apresentado abaixo um resumo dos gastos de depreciação dos activos de direito de uso, classificados por classe de ativo subjacente:

A. Despesas de depreciação de activos que consistem em direitos de utilização adquiridos por locação financeira

a) Espaços de escritórios	2,008
b) Contratos de aluguer de automóveis	1,484
c) Alojamento utilizado pelos trabalhadores	86

Relativamente à taxa de desconto dos fluxos para a quantificação do Passivo de Locação, na ausência de uma taxa de retorno determinada internamente, o CA Auto Bank utilizou, como alternativa indicada pela própria norma, uma taxa de empréstimo marginal.

O Grupo CA Auto Bank, de acordo com as isenções permitidas pela norma, optou por não aplicar a IFRS 16 a contratos com uma duração global igual ou inferior a 12 meses e a contratos com um valor do ativo subjacente, quando novo, igual ou inferior a 5.000 euros. Nestes casos, os pagamentos relativos a essas locações são reconhecidos como uma despesa - de acordo com a prática anterior.

Secção 2 - Locador

Divulgações qualitativas

O CA Auto Bank propõe contratos de locação financeira destinados a apoiar a atividade automóvel das empresas suas parceiras.

Enquanto locador, a gestão do risco associado aos direitos que o CA Auto Bank detém sobre os activos subjacentes é efectuada através de

- acordos de recompra;
- garantias: , depósitos de segurança;
- garantias de caução: garantias bancárias, garantias de seguros e cauções.

No caso dos contratos em que o CA Auto Bank assume diretamente o risco sobre o valor residual do contrato, devido à ausência de um acordo de recompra com o concessionário ou o construtor, é efectuado um acompanhamento trimestral. Este acompanhamento tem como objetivo verificar qualquer impacto potencial que possa exigir a atribuição de uma reserva de valor residual correspondente.

Divulgações quantitativas

1. Informações sobre a demonstração da posição financeira e a demonstração de resultados

No que diz respeito à locação financeira, consultar os quadros 4.1 e 4.2, "Financiamento por locação financeira", na "Parte B" da presente demonstração financeira, ponto 40 da Demonstração da Posição Financeira Ativa, "Activos financeiros mensurados ao custo amortizado". Como já foi referido, os activos subjacentes aos contratos de locação têm origem exclusivamente na locação financeira de veículos de parceiros comerciais.

A componente de rendimento de juros gerada pelo financiamento de locações financeiras é relatada na "Parte C" da presente demonstração financeira, rubrica 10 "Rendimento de juros e rendimentos similares", especificamente "dos quais: rendimento de juros de locações financeiras". A rubrica 200, "Outras despesas/receitas operacionais", inclui igualmente os custos incorridos por conta dos clientes, como os impostos de registo automóvel, e as respectivas recuperações.

2. CONTRATOS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA

2.1 Classificação por intervalo de tempo dos pagamentos a receber e conciliação com as locações financeiras registadas no ativo

Faixas horárias	Total 31/12/2024	Total 31/12/2023
	Pagamentos a receber	Pagamentos a receber
Até 1 ano	1,864,859	1,623,037
Entre 1 e 2 anos	1,549,836	1,396,721
Entre 2 e 3 anos	1,308,563	1,220,723
Entre 3 e 4 anos	825,809	799,948
Entre 4 e 5 anos	256,910	317,746
Mais de 5 anos	26,048	28,951
Total de pagamentos de locação a receber	5,832,025	5,387,127
Reconciliação com empréstimos		
Ganhos financeiros não acumulados (-)	(860,670)	(640,878)
Valor residual não garantido (-)		
Correcções de valor colectivas (-)	(108,319)	(75,276)
Empréstimos para locação financeira	4,863,036	4,670,974

2.2. Outras informações

Não há mais informações a comunicar no encerramento.

3. Locações operacionais

data de fecho das presentes demonstrações financeiras, o Banco não tem contratos de locação operacional em vigor.

3.2 Outras informações

Não há informações adicionais a comunicar para além das que já foram comunicadas anteriormente.

DADOS DO BALANÇO DO CRÉDIT AGRICOLE CONSUMER FINANCE S.A.

Apresentamos a seguir o balanço e a demonstração de resultados a 31 de dezembro de 2023 do Crédit Agricole Consumer Finance S.A., ao qual o Grupo CA Auto Bank está sujeito, apresentados em conformidade com o artigo 2497-bis do Código Civil.

Para uma compreensão adequada do balanço e da situação financeira, bem como dos resultados das operações realizadas pelo Crédit Agricole Consumer Finance S.A. em 31 de dezembro de 2023, é favor consultar a leitura das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores, disponíveis na forma e nos termos exigidos por lei.

CREDIT AGRICOLE CONSUMER FINANCE S.A.

APRESENTAÇÃO
REGULAMENTAR BALANÇO -
ACTIVOS

<i>(em milhares de euros)</i>	31/12/2023	31/12/2022
Dinheiro, bancos centrais	4.085.491	150.141
Activos financeiros ao justo valor através dos lucros ou perdas	13.819	24.581
<i>Activos financeiros detidos para negociação</i>	9.187	21.581
<i>Outros activos financeiros ao justo valor através dos lucros ou perdas</i>	4.632	3.000
Instrumentos derivados de cobertura	1.054.278	1.417.043
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	138.807	126.416
<i>Instrumentos de dívida ao justo valor através de outros activos globais</i>	9.763	963
<i>rendimentos que podem ser reclassificados para os lucros ou prejuízos</i>		
<i>Instrumentos de capital ao justo valor através de outros</i>	129.044	125.453
<i>rendimento integral que não será reclassificado para os lucros</i>		
<i>ou perda</i>		
Activos financeiros ao custo amortizado	77.415.326	52.002.610
<i>Empréstimos e contas a receber de instituições de crédito</i>	12.240.279	13.415.281
<i>Empréstimos e contas a receber de clientes</i>	65.174.459	38.586.662
<i>Títulos de dívida</i>	588	667
Ajustamento de reavaliação das carteiras cobertas de taxa de juro	(613 128)	(1 326 140)
Activos tributários correntes e diferidos	1.297.316	1.037.718
Contas de regularização, adiantamentos e activos diversos	2.110.969	876.944
Activos não correntes detidos para venda e descontinuados		
operações		
Contratos de seguro emitidos que são activos		
Contratos de resseguro detidos que são activos		
Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial	1.199.231	3.009.314
Propriedades de investimento	781	781
Activos fixos tangíveis	2.816.755	248.049
Activos intangíveis	626.753	566.686
Goodwill	825.642	741.770
TOTAL DO ACTIVO	90.972.041	58.875.913

CREDIT AGRICOLE CONSUMER FINANCE S.A.

APRESENTAÇÃO

REGULAMENTAR BALANÇO -

PASSIVO

(em milhares de euros)	31/12/2023	31/12/2022
Bancos centrais	-	-
Passivos financeiros ao justo valor através dos lucros ou perdas	10 925	21 597
<i>Passivos financeiros detidos para negociação</i>	10 925	21 597
<i>Passivos financeiros designados pelo justo valor através dos lucros ou perdas</i>	-	-
Instrumentos derivados de cobertura	432 074	28 604
Passivos financeiros ao custo amortizado	76 179 137	45 978 281
<i>Dívidas a instituições de crédito</i>	38 882 097	32 191 184
<i>Devido aos clientes</i>	18 234 490	6 826 507
<i>Titulos de dívida</i>	19 062 550	6 960 590
Ajustamento de reavaliação de carteiras cobertas de taxa de juro	572	-
Passivos tributários correntes e diferidos	433 843	72 797
Contas de regularização, proveitos diferidos e passivos diversos	2 577 780	2 260 665
Passivos associados a activos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas	-	-
Contratos de seguro emitidos que são passivos	-	-
Contratos de resseguro detidos que são passivos	-	-
Disposições	314 049	198 064
Dívida subordinada	1 892 340	1 466 122
Total do passivo	81 840 720	50 026 130
Património	9 131 321	8 849 783
Capital próprio - Ação do Grupo	8 598 781	8 351 347
Capital de acções e reservas	5 070 761	5 070 761
Reservas consolidadas	2 849 631	2 649 062
Outro rendimento integral	(17 269)	48 295
Outro rendimento integral dos activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	695 658	583 229
Interesses que não controlam	532 540	498 436
TOTAL DO PASSIVO E DO CAPITAL PRÓPRIO	90 972 041	58 875 913

CREDIT AGRICOLE CONSUMER FINANCE S.A.
DEMONSTRAÇÃO DE
RESULTADOS EM FORMATO
REGULAMENTAR

<i>(em milhares de euros)</i>	31/12/2023	31/12/2022
Juros e rendimentos similares	4 769 225	2 236 642
Juros e despesas similares	(3 037 933)	(632 716)
Receitas de honorários e comissões	700 736	549 571
Despesas de honorários e comissões	(92 629)	(63 948)
Ganhos (perdas) líquidos de instrumentos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos	(23 512)	(648)
<i>Ganhos (perdas) líquidos em activos/passivos detidos para negociação</i>	(10 143)	(524)
<i>Ganhos (perdas) líquidos de outros activos/passivos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos</i>	(13 368)	(124)
Ganhos (perdas) líquidos de instrumentos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	38	(2 232)
<i>Ganhos (perdas) líquidos em instrumentos de dívida pelo justo valor através de outro rendimento integral que podem ser reclassificados posteriormente para os lucros ou prejuízos</i>	414	-
<i>Remuneração de instrumentos de capital próprio mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral rendimentos que não serão posteriormente reclassificados nos lucros ou prejuízos (dividendos)</i>	(376)	(2 232)
Ganhos (perdas) líquidos resultantes do desreconhecimento de activos financeiros ao custo amortizado	(666)	(9 000)
Ganhos (perdas) líquidos resultantes da reclassificação de activos financeiros ao custo amortizado para activos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou perdas	-	-
Ganhos (perdas) líquidos resultantes da reclassificação de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral para activos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos	-	-
Receitas líquidas de seguros	-	-
<i>Receitas de seguros</i>	-	-
<i>Despesas com serviços de seguros</i>	-	-
<i>Receitas ou despesas relacionadas com contratos de resseguro detidos</i>	-	-
<i>Receitas ou despesas de financiamento de seguros</i>	-	-
<i>Rendimentos ou gastos financeiros de seguros relacionados com contratos de resseguro detidos</i>	-	-
<i>Custo do risco de crédito dos investimentos financeiros em seguros</i>	-	-
Receitas de outras actividades	992 542	79 597
Despesas com outras actividades	(428 444)	(34 862)
RECEITAS	2 879 358	2 122 404
Despesas de funcionamento	(1 137 095)	(984 816)
Depreciação, amortização e imparidade de activos fixos tangíveis e intangíveis activos	(145 028)	(93 341)
RENDIMENTO BRUTO DE EXPLORAÇÃO	1 597 234	1 044 247
Custo do risco	(808 116)	(480 416)
RENDIMENTO OPERACIONAL	789 118	563 831
Parte do resultado líquido das entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial	133 999	308 182
Ganhos (perdas) líquidos de outros activos	97 163	(5 657)
Variação do valor do goodwill	11 715	-
RENDIMENTO PRÉ-TAX	1 031 995	866 356
Imposto sobre o rendimento	(261 422)	(179 346)
Resultado líquido das operações descontinuadas	-	-
RENDIMENTO LÍQUIDO	770 573	687 010
Interesses não controlados	74 914	103 780
RESULTADO LÍQUIDO QUOTA DO GRUPO	695 658	583 230
Resultados por ação (em euros) (1)	48,93	41,02
Resultados por ação diluídos (em euros) (1)	48,93	41,02

OUTRAS INFORMAÇÕES

Em conformidade com o artigo 2427º, nº 16-bis, do Código Civil italiano, as informações exigidas relativamente aos honorários pagos à empresa de auditoria são destacadas a seguir:

Tipo de serviços	Prestador de serviços	Destinatário do serviço	Honorários
- Auditoria	PRICEWATERHOUSECOOPERS S.P.A.	CA Auto Bank S.p.A. e Branch Irlanda	287
	PricewaterhouseCoopers Polska spółka z ograniczona odpowiedzialnoscia Audyt sp. k.	Ramo polaco	121
	PricewaterhouseCoopers Bedrijfsrevisoren BV/ PwC Réviseurs d'Entreprises SRL	Sucursal na Bélgica	88
	PricewaterhouseCoopers Audit SA	Ramo francês	77
	PricewaterhouseCoopers SROC	Delegação portuguesa	36
	PricewaterhouseCoopers GmbH Wirtschaftsprüfungsgesellschaft	Ramo alemão	240
	PricewaterhouseCoopers Auditores, S.L	Ramo espanhol	106
- Outros serviços de auditoria	PRICEWATERHOUSECOOPERS S.P.A.	Ramo irlandês	79
		CA Auto Bank S.p.A.	302
	PricewaterhouseCoopers Audit SA	Ramo francês	9
- Outros serviços	PRICEWATERHOUSECOOPERS S.P.A.	CA Auto Bank S.p.A.	56
Total			1402

Os honorários acima referidos são líquidos de indexações, taxas CONSOB, reembolsos de despesas e IVA.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

De acordo com as instruções do Banco de Itália, informa-se que o CA Auto Bank S.p.A., com sede em Turim, Corso Orbassano, 367, é a Sociedade-mãe que elabora as Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Turim, 27 de fevereiro de 2025

Diretor Executivo e Diretor Geral

Giacomo Carelli

**RELATÓRIO DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS RELATÓRIO SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

CA Auto Bank S.p.A.

Sede social em Turim, Corso Orbassano 367
Capital social 700.000.000 euros totalmente
realizado
Registo Comercial de Turim n.º 08349560014
Registado no Registo Bancário com o n.º 5764
Sociedade-mãe do Grupo Bancário "CA Auto Bank", inscrito no
Registo Italiano dos Grupos Bancários com o código 3445
Acionista único CA Consumer Finance S.A.

Relatório do Conselho dos Revisores Oficiais de Contas sobre o exercício fiscal terminado a 31 de dezembro de 2024, nos termos do art. 2429, parágrafo 2, do Código Civil Italiano

À Assembleia Geral de Acionistas do CA Auto Bank S.p.A.

Os deveres do Conselho Fiscal são regidos principalmente pelos Estatutos, pelo Código Civil italiano, pelo Decreto Legislativo n.º 39/2010, pelo Decreto Legislativo n.º 10/2010 e pelo Decreto Legislativo n.º 11/2010, que estabelece as regras de funcionamento do Conselho Fiscal. 39/2010, o Decreto Legislativo n.º 385/1993 e as disposições regulamentares emitidas pelas autoridades de controlo competentes. 385/1993 e pelas disposições regulamentares emitidas pelas autoridades de controlo competentes. Durante o exercício de 2024, o Conselho de Auditoria levou a cabo as actividades de supervisão exigidas pelas disposições regulamentares supramencionadas, tendo também em conta as Regras de Conduta para os Revisores Oficiais de Contas emitidas pelo Consiglio Nazionale dei Dottori Commercialisti e degli Esperti Contabili (CNDCEC) - o órgão de gestão da profissão de contabilista italiana.

Fiscalizámos o cumprimento da lei e dos estatutos, a observância dos princípios da boa administração, a adequação da estrutura organizativa - em especial do sistema de controlo interno - do sistema administrativo e contabilístico adotado pela Sociedade, bem como a fiabilidade deste último na correta apresentação dos negócios sociais.

1. RESULTADOS DO EXERCÍCIO

As Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2024 apresentam 439 milhões de euros de proveitos operacionais, 148 milhões de euros de resultado total antes de impostos e 119 milhões de euros de resultado líquido. Os capitais próprios a 31 de dezembro de 2024 ascendem a 3.189 milhões de euros; os fundos próprios ascendem a 3.455 milhões de euros, reflectindo um rácio de capital total de 18,96%.

2. ACTIVIDADES DO CONSELHO FISCAL

As considerações que se seguem são feitas tendo em conta a forma como o Conselho Fiscal desempenhou as suas funções e tendo em conta as orientações emitidas pela Autoridade de Supervisão e as Regras de Conduta do Conselho Fiscal emitidas pelo CNDCEC.

2.1 Considerações sobre as transacções com maior impacto nos resultados operacionais, na situação financeira e nos fluxos de caixa da Sociedade e a sua conformidade com a lei e os estatutos

As informações obtidas sobre as operações com maior impacto nos resultados de exploração, na situação financeira e nos fluxos de caixa do Banco permitiram-nos verificar a sua conformidade com a lei e os Estatutos, e que foram efectuadas no interesse do Banco: o Conselho Fiscal não tem observações específicas sobre estas operações.

A 1 de janeiro de 2024, a Sociedade-mãe, CA Consumer Finance S.A., transferiu para o CA Auto Bank S.p.A. - Sucursal em França - a unidade de negócio Sofinco Mobilité, que se concentra na oferta de soluções de financiamento para dispositivos de mobilidade, incluindo automóveis, motociclos, veículos recreativos e barcos.

2.2 Indicação da existência de quaisquer transacções atípicas e/ou invulgares, incluindo transacções entre empresas ou com partes relacionadas.

As filiais do CA Auto Bank S.p.A. estão sujeitas à direcção e coordenação do CA Consumer Finance S.A. As filiais do CA Auto Bank S.p.A. estão sujeitas à direcção e coordenação deste último, que actua como Sociedade-mãe.

Durante o exercício, obtivemos informações adequadas sobre as transacções entre empresas e partes relacionadas. Estas transacções estão adequadamente descritas no Relatório de Actividades e no Anexo às Demonstrações Financeiras, em conformidade com o disposto no artigo 2428º, nº 3 do Código Civil italiano. Para o efeito, reconhecemos a sua conformidade com a lei e com os estatutos, a sua correspondência com os interesses da sociedade, bem como a ausência de situações que exijam da nossa parte uma reflexão ou comentário adicional.

Não temos conhecimento de quaisquer transacções atípicas ou invulgares com partes relacionadas ou terceiros.

2.3 Observações sobre o relatório do Auditor Independente sobre a auditoria das Demonstrações Financeiras

A auditoria das demonstrações financeiras é efectuada pela PricewaterhouseCoopers S.p.A.

O Auditor Independente, com o qual mantemos contacto permanente, comunicou-nos sobre os trabalhos de auditoria efectuados, que não identificou incertezas quanto à capacidade da Sociedade e do Grupo se manterem em continuidade, e que não encontrou dificuldades na divulgação das informações necessárias à realização dos trabalhos de auditoria.

Tomámos conhecimento do relatório emitido pelo Auditor Independente em 25 de março de 2025, em conformidade com o artigo 14º do Decreto Legislativo n. 39, de 27 de janeiro de 2010, e do artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, relativo à auditoria das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024. 537/2014, relativo à auditoria das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024; a este respeito, constatamos que o Auditor Independente expressa uma opinião não modificada, e que os principais assuntos de auditoria dizem respeito à mensuração dos empréstimos a clientes registados ao custo amortizado e à mensuração e recuperabilidade da quantia escriturada do goodwill.

2.4 Indicação de quaisquer relatórios nos termos do artigo 2408.o do Código Civil italiano, de quaisquer iniciativas tomadas e dos respectivos resultados

Reconhecemos que, durante o exercício, não foram apresentados relatórios ao Conselho de Auditoria nos termos do artigo 2408º do Código Civil italiano.

2.5 Indicação de eventuais queixas recebidas, iniciativas adoptadas e respectivos resultados

O Conselho Fiscal supervisionou o tratamento adequado de determinadas comunicações, qualificáveis como comunicações à Autoridade de Supervisão, recebidas pelo Banco no âmbito do relacionamento com os clientes, verificando a implementação de medidas corretivas, quando necessário.

2.6 Indicação de quaisquer serviços adicionais prestados pelo Auditor Independente

Reconhecemos que o Auditor Independente e a rede à qual pertence prestaram serviços adicionais à auditoria independente das Demonstrações Financeiras e das Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de dezembro de 2024, principalmente em relação à execução de procedimentos acordados referentes a serviços de asseguração ligados à auditoria e serviços de não auditoria autorizados por nós. A informação sobre estas actividades é fornecida nas Notas às Demonstrações Financeiras.

O Auditor Independente declarou que não prestou quaisquer serviços não relacionados com a auditoria proibidos referidos no artigo 5.º, n.º 1, do Regulamento (UE) n.º 537/2014 e que se manteve independente da Sociedade na realização da revisão legal das contas.

2.7 Indicação da existência de pareceres emitidos em conformidade com a lei durante o ano

Durante o ano, o Conselho Fiscal emitiu o seu parecer sobre diversas matérias, nomeadamente: Relatórios ICAAP e ILAAP, relatórios das Funções de Controlo, Relatório de Combate ao Branqueamento de Capitais, relatório anual sobre a revisão das funções essenciais ou importantes subcontratadas, remuneração dos administradores investidos de funções específicas, nomeação do responsável por uma função de controlo. O Conselho Fiscal aprovou igualmente a resolução relativa à cooptação de um administrador.

2.8 Frequência e número de reuniões do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal assistiu a todas as reuniões do Conselho de Administração, tendo obtido, em conformidade com o artigo 2381º, nº 5, do Código Civil italiano e com os Estatutos, informações oportunas e adequadas sobre o andamento geral das operações e sobre as perspectivas, bem como sobre as operações mais significativas, em termos de dimensão ou de características, efectuadas pelo Banco. Em particular, o processo de tomada de decisões do Conselho de Administração pareceu-nos devidamente inspirado no respeito pelo princípio fundamental de uma atuação informada. O Conselho Fiscal esteve presente na Assembleia Geral Ordinária de 3 de abril de 2024.

Realizámos auditorias e verificações, exercendo as actividades de fiscalização exigidas por lei, através de 28 reuniões, mantendo uma ligação constante e adequada com os departamentos de Auditoria Interna, Risco e Controlo Permanente, e Compliance e Relações de Supervisão, e através de reuniões periódicas com os Gestores das várias Unidades Orgânicas e com o Auditor Independente.

O Conselho Fiscal interagiu com as comissões do Conselho de Administração. Na qualidade de membro sem direito de voto, a Presidente do Conselho Fiscal, ou um membro do mesmo Conselho, participou em todas as reuniões do Comité de Risco e Auditoria.

2.9 Observações sobre cumprimento com correta princípios de administração correta

Tomámos conhecimento e fiscalizámos, na medida das nossas responsabilidades, o cumprimento do critério fundamental de gestão sã e prudente do Banco e do princípio mais geral de diligência, tudo isto com base na nossa participação nas reuniões do Conselho de Administração, na documentação examinada e nas informações oportunamente recebidas dos diversos serviços sobre as operações realizadas pelo Banco, bem como através de reuniões regulares com a Administração de Topo, os Diretores, as Funções de Controlo e o Órgão de Fiscalização.

Também trocámos informações, durante reuniões periódicas, com a Direção e o Conselho de Auditoria da Drivalia S.p.A. Não surgiram dados ou questões significativas que exijam menção neste relatório.

A informação recebida permitiu ao Conselho Fiscal verificar que as acções decididas e implementadas estavam em conformidade com a lei e os da empresa e que não eram manifestamente imprudentes ou arriscadas.

Verificámos que o Banco adoptou uma política adequada de controlo e gestão do risco, que é descrita em pormenor no Relatório de Actividades.

Verificámos, com a ajuda do departamento de Compliance & Supervisory Relations e de reuniões periódicas com os vários departamentos corporativos envolvidos, a adequação substancial das actividades de formação sobre o Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo e sobre os procedimentos em vigor para a identificação de transacções suspeitas, em conformidade com o Decreto Legislativo n.º 231/2007.

Acompanhámos os pontos de atenção assinalados pelos serviços de Auditoria Interna, Risco e Controlo Permanente e Conformidade, no âmbito das suas actividades, e as respectivas acções previstas para corrigir as anomalias detectadas. Supervisionámos o processo de apresentação dos relatórios estatísticos periódicos ao Banco de Itália.

Expressámos, na medida da nossa responsabilidade, uma opinião sobre a adequação global do processo implementado pela Empresa para cumprir os requisitos regulamentares do ICAAP, tal como indicado no nosso relatório de 30 de abril de 2024.

Por último, em conformidade com o regulamento do Banco de Itália emitido em 26 de março de 2019, com a última redação que lhe foi dada, que atribui ao Conselho de Auditoria a tarefa de monitorizar o cumprimento dos regulamentos e a integridade, funcionalidade e adequação do sistema de combate ao branqueamento de capitais, confirmamos que avaliámos a adequação dos procedimentos adotados pela Empresa para a diligência devida dos clientes, para o registo e armazenamento de informações e para a comunicação de transacções suspeitas.

2.10 Observações sobre a adequação da estrutura organizacional

Supervisionámos a definição adequada dos poderes delegados e acompanhámos de perto as alterações introduzidas na estrutura organizacional do Banco, a fim de garantir a sua adequação, bem como o funcionamento dos comités do Conselho de Administração, tais como o Comité de Risco e Auditoria, o Comité de Nomeações e o Comité de Remunerações.

Verificámos a eficácia do acompanhamento, pelo Conselho Fiscal, da adequação, observância e atualização do Modelo Organizativo para efeitos de prevenção dos crimes a que se refere o Decreto Legislativo n.º 231/2001.

2.11 Observações sobre a adequação do sistema de controlo interno

Procedemos à supervisão do sistema de controlo interno. Pela nossa parte, consideramos que os serviços de Auditoria Interna, Risco e Controlo Permanente e Conformidade e Relações de Supervisão cumprem os requisitos de competência, autonomia e independência e que, juntamente com os outros órgãos e serviços aos quais é atribuída uma função de controlo, cooperam entre si trocando todas as informações úteis para a realização das respectivas tarefas.

2.12 Observações sobre a adequação do sistema administrativo e contabilístico e sobre a sua fiabilidade na representação correta dos acontecimentos de gestão

Verificámos, na medida das nossas responsabilidades, a fiabilidade global do sistema administrativo e contabilístico e a sua aptidão para registar e apresentar corretamente as transações, quer através da receção de informações dos responsáveis dos vários serviços, quer através de reuniões periódicas com o Auditor Independente e da análise dos resultados do seu trabalho.

2.13 Observações finais sobre a atividade de supervisão levada a cabo, bem como sobre quaisquer omissões, factos condenáveis e irregularidades detectadas durante a atividade

Reconhecemos que as nossas actividades de supervisão foram levadas a cabo, durante o ano, com um carácter normal e que não surgiram quaisquer acontecimentos significativos que exijam a divulgação neste relatório.

3. COMISSÃO DE CONTROLO INTERNO E AUDITORIA NOS TERMOS DO ART. 19 DO DECRETO LEGISLATIVO n. 39/2010

No que respeita ao papel do Conselho Fiscal, atribuído ao Conselho Fiscal pelo artigo 19. 39/2010, especificamos que o Auditor Independente apresentou ao Comité a seguinte documentação - que foi objeto de análise:

- os relatórios de acordo com o artigo 14, Decreto Legislativo de 27 de janeiro de 2010 n.º 39, e o artigo 10, Regulamento (UE) n.º. 537/2014, relativos à auditoria das Demonstrações Financeiras e das Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de dezembro de 2024. Estes relatórios atestam que as Demonstrações Financeiras e Demonstrações Financeiras Consolidadas dão uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados das suas operações e fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2024;
- o relatório nos termos do artigo 14-bis do Decreto Legislativo 39/2010, onde o Auditor Independente, nomeado para realizar a garantia limitada do Relatório Consolidado de Sustentabilidade, revela que nada chegou ao seu conhecimento que o leve a acreditar que: i) o Relatório de Sustentabilidade Consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não está preparado, em todos os aspetos materiais, de acordo com os critérios de relato adotados pela Comissão Europeia nos termos da Diretiva (UE) 2013/34/UE (European Sustainability Reporting Standards), ii) a informação constante dos parágrafos "Reporting under the UE Taxonomy (Regulation UE 2020/852)" e "Indicators for the Environmental Taxonomy" do relatório de sustentabilidade consolidado não está preparada, em todos os materiais, de acordo com o artigo 8.º do Regulamento (UE) n.º. 852 de 18 de junho de 2020;

- o relatório adicional nos termos do artigo 11.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014. 537/2014, que não revela quaisquer questões críticas ou deficiências significativas;
- a confirmação anual da independência em conformidade com o artigo 6.º, n.º 2, alínea a), do Regulamento (UE) n.º 537/2014 e o parágrafo 17 da Norma Internacional de Auditoria (ISA Itália) 260 537/2014 e do parágrafo 17 da Norma Internacional de Auditoria (ISA Itália) 260;
- o relatório de transparência referido no primeiro parágrafo do artigo 13.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014. 537/2014, a partir de 30 de junho de 2024.

Como membros do Comité, :

- monitorizou o processo de elaboração de relatórios financeiros, o processo de elaboração de relatórios consolidados de sustentabilidade e os procedimentos implementados pela Empresa para cumprir as normas de elaboração de relatórios;
- Verificou a eficácia dos sistemas de controlo interno, de gestão de riscos e de auditoria interna, no que diz respeito à informação financeira e à informação consolidada sobre sustentabilidade;
- acompanhou a auditoria independente das Demonstrações Financeiras e das Demonstrações Financeiras Consolidadas e a atividade desenvolvida para a verificação do Relatório Consolidado de Sustentabilidade;
- Verificou a independência dos auditores externos, especialmente no que respeita à adequação da prestação de serviços que não sejam de auditoria, em conformidade com o artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014.

As nossas actividades de supervisão não deram origem a quaisquer factos significativos dignos de menção.

4. OBSERVAÇÕES E PROPOSTAS RELATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E À SUA APROVAÇÃO

4.1 Demonstrações financeiras

No que respeita à verificação da regularidade da escrituração contabilística e da regularidade das operações inscritas nos registos contabilísticos, bem como à verificação da concordância da informação constante das Demonstrações Financeiras com os registos contabilísticos e da conformidade das Demonstrações Financeiras com a lei, importa referir que estas tarefas estão cometidas ao Auditor Independente. Da nossa parte, supervisionámos a abordagem geral da preparação das Demonstrações Financeiras.

Em particular, tendo verificado previamente, através de reuniões com os responsáveis dos serviços em causa e com o Auditor Independente, a adequação do sistema administrativo e contabilístico para incorporar e apresentar corretamente as transacções e para as traduzir em sistemas de dados fiáveis para efeitos de relatórios externos, reconhecemos que

- as Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com os formatos estabelecidos no Decreto Legislativo n. 38 de 28 de fevereiro de 2005, relativo à adoção das normas internacionais de contabilidade IAS/IFRS e em conformidade com a Circular do Banco de Itália n. 262 de 22 de dezembro de 2005;
- Recolhemos informação sobre o tratamento contabilístico do goodwill de 26 milhões de euros, adquirido a título oneroso, relativo à unidade de negócio Sofinco Mobilité, bem como sobre o processo de teste de imparidade; obtivemos informação adicional do Auditor Independente, que verificou - entre outros - os pressupostos

subjacente ao reconhecimento do goodwill originado no ano de referência e a sua exatidão matemática. Desde que o Auditor Independente não tenha identificado questões a reportar, expressamos o nosso consentimento para o reconhecimento do goodwill nos termos do artigo 2426º, nº 6 do Código Civil Italiano;

- as Demonstrações Financeiras reflectem os factos e informações de que tivemos conhecimento na sequência da nossa participação nas reuniões dos Órgãos Sociais, o que nos permitiu obter informação adequada sobre as transacções com maior impacto nos resultados operacionais, situação financeira e fluxos de caixa da Empresa.

Confirmamos que não houve desvios das políticas contabilísticas devido a circunstâncias excepcionais.

Verificámos que o Relatório de Gestão cumpre a legislação em vigor, bem como as deliberações do Conselho de Administração e a informação disponibilizada ao Conselho Fiscal; somos de opinião que a informação prestada é concordante com as disposições aplicáveis e apresenta uma imagem verdadeira, apropriada e completa da situação do Banco, do seu desempenho e dos resultados das suas operações, assim como uma indicação dos principais riscos a se encontra exposto.

4.2 Demonstrações financeiras consolidadas

As a result of the amendments to article 41 of Legislative Decree no. 127/91, que tornou não obrigatória a elaboração do relatório sobre as demonstrações financeiras consolidadas pelo Conselho Fiscal, por oposição ao Auditor Independente, reconhecemos, ainda que apenas para efeitos de maior divulgação junto do acionista e de terceiros, que o Banco preparou as Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as instruções constantes da Circular n.º 262, de 22 de dezembro de 2005, do Banco de Itália, que regula os formatos e as regras de atuação dos bancos, com base nas normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS), conforme ilustrado nas Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas. 262 de 22 de dezembro de 2005, que regula os formatos e as regras para os bancos, com base nas normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS), conforme ilustrado nas Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Verificámos, com o Auditor Independente, a formação do perímetro de consolidação. As normas e políticas contabilísticas são consistentes com as utilizadas no exercício anterior.

As demonstrações financeiras fornecidas pelas controladas à Controladora para fins de consolidação foram examinadas pelos órgãos e/ou pessoas responsáveis pelo controle das empresas individuais, de acordo com a legislação aplicável, e pelo Auditor Independente como parte dos procedimentos de auditoria das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Na sequência da adoção das IAS/IFRS (em particular das IFRS 10 e IFRS 12), o perímetro de consolidação inclui as entidades de finalidade especial envolvidas na titularização de créditos que, embora não sendo detidas diretamente pelo CA Auto Bank S.p.A., cumprem os requisitos de controlo efetivo.

O perímetro de consolidação ilustrado no Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas contém uma lista das empresas nele incluídas a 31 de dezembro de 2024. Há um total de 42 dessas empresas (incluindo a empresa consolidante e 9 veículos de securitização), incluindo o CA Auto Bank GmbH (Áustria), uma subsidiária detida a 50%, e a Ferrari Financial Services GmbH (Alemanha), uma subsidiária detida a 50,0001%.

O montante do capital próprio consolidado e do resultado líquido atribuível aos interesses que não controlam foram registados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas nas rubricas "Interesses que não controlam" e "Parte minoritária do resultado líquido do exercício", respetivamente.

Os fundos próprios totais ascendem a 3.869 milhões de euros e o resultado líquido consolidado do exercício ascende a 260 milhões de euros.

Como é , a elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas é de responsabilidade do Conselho de Administração da Companhia. É da responsabilidade do Auditor Independente, PricewaterhouseCoopers S.p.A., expressar uma opinião profissional sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas, com base na auditoria efectuada. Este parecer foi emitido em 25 de março de 2025 e expressa uma opinião não modificada.

Com base nas revisões efectuadas, bem como na informação prestada pelo Auditor Independente, consideramos que a definição do perímetro de consolidação, a escolha dos métodos de consolidação e os procedimentos seguidos na sua aplicação, permitiram apresentar com adequada clareza a estrutura financeira e de capital e as rubricas significativas de resultados, à luz dos esquemas da Demonstração da Posição Financeira e da Demonstração de Resultados exigidos pela legislação aplicável.

O Relatório de Actividades e as Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas fornecem informações sobre as empresas consolidadas, o respetivo desempenho operacional e a situação financeira, bem como esclarecimentos sobre o ativo e o passivo, proporcionando uma visão global e clara da situação. São também prestadas informações, tal como nas Demonstrações Financeiras, sobre os principais riscos e incertezas a que o Banco está exposto, assim como sobre os fundos próprios e os rácios de supervisão.

A partir de 31 de dezembro de 2024, para efeitos de consolidação prudencial nos termos do artigo 18º do Capital Requirements Regulation III ("CRR III"), as empresas do Grupo Drivalia (independentemente do aluguer de longa ou curta duração) entraram no âmbito bancário do CA Auto Bank, devido à redefinição da noção de empresa de serviços auxiliares introduzida pelo Regulamento (UE) nº 2024/1623.

O Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas expõe de forma clara os princípios contabilísticos adoptados na determinação dos resultados e da posição financeira; indica adequadamente a composição e as variações do ativo e do passivo e das rubricas da demonstração de resultados, bem como tudo o que é exigido pela regulamentação em vigor.

A aplicação destes critérios, na ausência de qualquer razão para desvios, elaborar corretamente, numa perspetiva global, uma representação da posição financeira e consolidada, bem como dos resultados consolidados.

Relativamente ao Relatório de Sustentabilidade Consolidado a 31 de dezembro de 2024, tomámos conhecimento do conteúdo do relatório do Auditor Independente nos termos do artigo 14-bis do Decreto Legislativo 39/2010, de 25 de março de 2025. Estabelecemos uma troca regular de fluxos de informação com o Auditor Independente e as estruturas nomeadas, e supervisionámos o processo de elaboração do Relatório Consolidado de Sustentabilidade. No decurso da atividade de supervisão do Relatório Consolidado de Sustentabilidade, não nos foram comunicados quaisquer elementos que nos levassem a considerar que os processos e as estruturas dedicadas são inadequados.

4.3 Propostas relativas à aprovação das demonstrações financeiras

Considerando as informações adquiridas através das suas actividades de supervisão - descritas acima, e os resultados da auditoria realizada pelo Auditor Independente, PricewaterhouseCoopers S.p.A., conforme descrito no relatório do Auditor Independente, de acordo com o artigo 14 do Decreto Legislativo de 27 de janeiro de 2010, . 39 e do artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º. 537/2014, o Conselho Fiscal não tem quaisquer outros comentários ou propostas relativamente às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024, não encontra razões para se opor à sua aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas e concorda com a proposta formulada pelo Conselho de Administração relativamente à aplicação do resultado líquido do exercício.

* * * * *

Esta tradução de cortesia não oficial em língua inglesa do relatório original em língua italiana do Conselho de Auditores Estatutários do CA Auto Bank S.p.A., nos termos do artigo 2429, parágrafo 2, do Código Civil italiano, datado de 25 de março de 2025, destina-se apenas a fins informativos e não deve ser invocada. Em caso de inconsistência entre as duas versões, prevalece a versão original em italiano.

Turim, 25 de março de 2025

Maria Ludovica Giovanardi, Presidente do Conselho de Administração

Vincenzo Maurizio Dispinzeri, Revisor Oficial de Contas Permanente

Mauro Ranalli, Revisor Oficial de Contas Permanente

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES RELATÓRIO SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**



Relatório do auditor independente

nos termos do artigo 14.º do Decreto Legislativo n.º 39, de 27 de janeiro de 2010, e do artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Ao único acionista do CA Auto
Bank SpA

Relatório sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Examinámos as demonstrações financeiras do CA Auto Bank SpA (doravante também designado por "Sociedade"), que incluem a demonstração da posição financeira 31 de dezembro de 2024, a demonstração de resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício então findo e as notas às demonstrações financeiras, incluindo informações sobre as políticas contabilísticas relevantes.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras dão uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira da Sociedade em 31 de dezembro de 2024, bem como do resultado das suas operações e dos fluxos de caixa para o exercício então findo, de acordo com as Normas Contabilísticas IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board e adoptadas pela União Europeia, bem como com os regulamentos emitidos para a aplicação do artigo 9.º do Decreto n. 38/05 e do artigo 43. 136/2015.

Base do parecer

A nossa auditoria foi efectuada em conformidade com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA Itália). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas são descritas mais pormenorizadamente na secção "*Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras*" do presente relatório. Somos independentes da Sociedade, nos termos dos regulamentos e normas de ética e independência aplicáveis à auditoria das demonstrações financeiras ao abrigo da legislação italiana. Consideramos que as provas de auditoria que obtivemos são suficientes e adequadas para fundamentar a nossa opinião.

Principais questões de auditoria

As matérias-chave de auditoria são as matérias que, no nosso julgamento profissional, foram de maior importância na nossa auditoria das demonstrações financeiras do período corrente. Estas matérias foram abordadas no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião sobre as mesmas, pelo que não emitimos uma opinião separada sobre estas matérias.

PricewaterhouseCoopers SpA

Sede legale: **Milano** 20145 Piazza Tre Torri 2 Tel. 02 77851 Fax 02 7785240 Capitale Sociale Euro 6.890.000,00 i.v. C.F. e P.IVA e Reg. Imprese Milano Monza Brianza Lodi 12979880155 Iscritta al n° 119644 del Registro dei Revisori Legali - Altri Uffici: **Ancona** 60131 Via Sandro Totti 1 Tel. 071 2132311 - **Bari** 70122 Via Abate Gimma 72 Tel. 080 5640211 - **Bergamo** 24121 Largo Belotti 5 Tel. 035 229691 - **Bologna** 40124 Via Luigi Carlo Farini 12 Tel. 051 6186211 - **Brescia** 25121 Viale Duca d'Aosta 28 Tel. 030 3697501 - **Catania** 95129 Corso Italia 302 Tel. 095 7532311 - **Firenze** 50121 Viale Gramsci 15 Tel. 055 2482811 - **Genova** 16121 Piazza Piccapietra 9 Tel. 010 29041 - **Napoli** 80121 Via dei Mille 16 Tel. 081 36181 - **Padova** 35138 Via Vicenza 4 Tel. 049 873481 - **Palermo** 90141 Via Marchese Ugo 60 Tel. 091 349737 - **Parma** 43121 Viale Tanara 20/A Tel. 0521 275911 - **Pescara** 65127 Piazza Ettore Troilo 8 Tel. 085 4545711 - **Roma** 00154 Largo Fochetti 29 Tel. 06 570251 - **Torino** 10122 Corso Palestro 10 Tel. 011 556771 - **Trento** 38122 Viale della Costituzione 33 Tel. 0461 237004 - **Treviso** 31100 Viale Felissent 90 Tel. 0422 696911 - **Trieste** 34125 Via Cesare Battisti 18 Tel. 040 3480781 - **Udine** 33100 Via Poscolle 43 Tel. 0432 25789 - **Varese** 21100 Via Albuzzi 43 Tel. 0332 285039 - **Verona** 37135 Via Francia 21/C Tel. 045 8263001 - **Vicenza** 36100 Piazza Pontelandolfo 9 Tel. 0444 393311

Principais questões de auditoria

Mensuração dos empréstimos a clientes registados ao custo amortizado

Notas às demonstrações financeiras:

Parte A - Políticas contabilísticas

Parte B - Notas à demonstração da posição financeira, Ativo, Secção 4

Parte C - Informações sobre a demonstração de resultados - Secção 8

Parte E - Informações sobre o risco e políticas conexas de gestão do risco e de cobertura

O crédito a clientes que, em 31 de dezembro de 2024, representava a totalidade da rubrica 40 b) "Activos financeiros ao custo amortizado - Crédito a clientes", apresentava um saldo igual a 22.711 milhões de euros, correspondendo a 88 por cento do total do ativo das demonstrações financeiras consolidadas. As correcções de valor líquidas reconhecidas no exercício ascenderam a 104 milhões de euros e reflectem a melhor estimativa do Conselho de Administração das perdas esperadas à data de reporte, com base nas normas de relato financeiro aplicáveis.

O processo de classificação nas diferentes categorias de risco e os métodos de medição caracterizam-se por um elevado nível de complexidade e exigem a estimativa de numerosas variáveis. A utilização de pressupostos significativos é particularmente importante para a verificação do aumento significativo do risco de crédito (SICR), para a afetação aos vários estádios de risco (staging) e para o desenvolvimento e determinação dos parâmetros de risco subjacentes ao cálculo da perda de crédito esperada (ECL) e, no que se refere à parte residual dos empréstimos sujeitos a avaliação analítica, para a estimativa dos fluxos de caixa futuros esperados, do respetivo calendário de recuperação e do valor realizável das garantias, caso existam.

No exercício em apreço, para além da realização do processo normal de melhoria e atualização dos parâmetros de risco, que implicou a atualização da série histórica e dos cenários macroeconómicos, a Empresa utilizou o pós-ajustes de modelo/sobreposições de gestão em

Procedimentos de auditoria efectuados em resposta às principais questões de

Como parte da nossa auditoria, considerámos o sistema de controlo interno relevante para a elaboração das demonstrações financeiras, a fim de definir os procedimentos de auditoria adequados às circunstâncias. A fim de abordar esta matéria de auditoria fundamental, realizámos as seguintes actividades principais, também com o apoio dos peritos da rede PwC:

- Analisámos a adequação do ambiente informático e verificámos a eficácia operacional dos controlos relevantes sobre sistemas e aplicações informáticas utilizados;
- Compreendemos e avaliámos a conceção dos controlos relevantes para o acompanhamento, a classificação e a avaliação dos empréstimos e verificámos a eficácia operacional desses controlos;
- Efectuámos uma análise crítica dos testes realizados durante o ano de referência pelas funções de controlo, das respectivas conclusões e das medidas corretivas tomadas, caso existam;
- Obtivemos uma compreensão e verificámos os adequação das políticas, procedimentos e modelos utilizados para medir o SICR, para a fase de classificação e para determinar o LCE, numa base colectiva e individual;
- Obtivemos um entendimento e analisámos o método utilizado para a determinação dos parâmetros de risco chave utilizados para determinar a ECL, nomeadamente prestámos atenção à verificação da razoabilidade do processo de atualização dos parâmetros de risco PD (Probability of Default) e LGD (Loss Given Default), bem como das estimativas efectuadas na definição dos cenários macroeconómicos esperados, também através da comparação com fontes externas;

a fim de considerar, por um lado, alguns elementos de risco adicionais que não estavam adequadamente reflectidos nos modelos utilizados e, por outro, os impactos decorrentes da adoção do modelo de avaliação dos empréstimos por grosso do Crédit Agricole SA.

No âmbito da nossa atividade de auditoria, prestámos especial atenção à avaliação desses empréstimos, tendo em conta a importância do seu valor contabilístico, bem como a complexidade dos processos e métodos de avaliação.

- Verificámos a razoabilidade dos pressupostos e das medidas subjacentes aos métodos de gestão dos "ajustamentos pós-modelo/gestão sobreposições";
- O Tribunal verificou a exaustividade e a exatidão das bases de dados utilizadas para cálculo do ECL;
- Verificámos, numa base de amostragem, com referência à parte significativa da carteira de crédito sujeita a medição colectiva, a razoabilidade da classificação entre crédito produtivo e não produtivo (Staging), com base na informação disponível sobre o estado do devedor, bem como a correta atribuição dos parâmetros de risco aplicáveis e a exatidão da fórmula de cálculo das ECL. Relativamente a empréstimos mensurados individualmente, foram efectuadas análises específicas, numa base de amostragem, sobre a razoabilidade dos pressupostos assumidos no que se refere à identificação e quantificação dos fluxos de caixa futuros esperados, à avaliação das garantias, caso existam, que suportam essas exposições e à estimativa do prazo de recuperação;
- a exaustividade e a adequação das informações prestadas nas notas às demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS e o quadro regulamentar aplicável.

Mensuração e recuperabilidade da quantia escriturada de goodwill

Notas às demonstrações financeiras: Parte A - Políticas contabilísticas

Parte B - Notas à demonstração da posição financeira, Ativo, Secção 9

Parte G - Concentrações de actividades empresariais envolvendo sociedades ou sucursais de sociedades

Na sequência da aquisição pela sua sucursal francesa, em 1 de janeiro de 2024, da unidade de negócio "Sofinco Auto Moto Loisirs", a Empresa reconheceu um goodwill de 26 milhões de euros na rubrica 90 "Imobilizações incorpóreas

No âmbito da nossa atividade de auditoria, e a fim de abordar esta questão fundamental de auditoria, as seguintes actividades principais, também com o apoio dos peritos da rede da PwC:

- Obtivemos uma compreensão da transação de aquisição que teve lugar no ano de referência através da obtenção e análise do contrato assinado e de outra documentação de apoio, bem como através de discussões com a administração;
- Verificámos os pressupostos subjacentes ao reconhecimento do goodwill originado em

activos" nas demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

A IAS 36 exige que uma entidade verifique, pelo menos anualmente, se um ativo intangível com vida útil indefinida, tal como o goodwill, está em imparidade, comparando o valor contabilístico com o seu valor recuperável (teste de imparidade).

O modelo utilizado pela Empresa para o teste de imparidade, embora consolidado e comumente utilizado na prática corrente, caracteriza-se pela sua complexidade e requer a estimativa de inúmeras variáveis, baseando-se, entre outros aspectos, em projecções económicas e financeiras desenvolvidas de acordo com pressupostos definidos pelos administradores que podem também depender de eventos fora do seu controlo. O modelo é também muito sensível aos dados de entrada e aos pressupostos utilizados.

Tendo em consideração a subjetividade inerente e a elevada incerteza do processo de estimativa utilizado, bem como a complexidade dos métodos aplicados, prestámos especial atenção à mensuração e recuperabilidade do goodwill, como parte da nossa atividade de auditoria.

o ano de referência e a sua exatidão matemática;

- Obtivemos uma compreensão e avaliámos o processo e o método de realização do teste de imparidade utilizado pelos administradores; especificamente, analisámos o método utilizado e o modelo de avaliação relacionado (método do rendimento), tal como aprovado pelo conselho de administração;
- Verificámos a coerência do método de avaliação adotado com o disposto na norma contabilística aplicável, tendo igualmente em conta a prática profissional;
- Avaliámos a razoabilidade dos dados previsionais utilizados para determinar os fluxos de caixa prospectivos da Unidade Geradora de Caixa (UGC), bem como dos principais pressupostos utilizados pelos administradores para determinar o valor recuperável da UGC identificada (custo de capital, taxa de desconto e taxa de crescimento da perpetuidade), também através da comparação com dados externos, quando disponíveis;
- Avaliámos os resultados da análise de sensibilidade análises efectuadas pelos diretores à medida que os principais dados de entrada utilizados se alteravam;
- Verificámos a exatidão matemática dos cálculos subjacentes ao modelo de avaliação adotado e a correção dos cálculos daí resultantes;
- Verificámos a exaustividade e a adequação das informações prestadas no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com as IFRS e o quadro regulamentar aplicável.

Outros assuntos

A Sociedade, conforme exigido por lei, incluiu no anexo às demonstrações financeiras os índices das últimas demonstrações financeiras da entidade que dirige e coordena as suas actividades. O nosso parecer sobre as demonstrações financeiras do CA Auto Bank SpA não abrange esses dados.

Responsabilidades do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelas demonstrações financeiras

Os administradores são responsáveis pela preparação de demonstrações financeiras que dêem uma imagem verdadeira e apropriada de acordo com as Normas Contabilísticas IFRS, tal como emitidas pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade e adoptadas pela União Europeia, bem como com os regulamentos emitidos para implementar o artigo 9 do Decreto Legislativo n.º 38/05 e o artigo 43 do Decreto Legislativo n.º 136/2015 e, nos termos prescritos por lei, pelo controlo interno que determinem ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais, quer devido a fraude ou erro.

Os administradores são responsáveis pela avaliação da capacidade da Sociedade para se manter em continuidade e, na preparação das demonstrações financeiras, pela aplicação apropriada do princípio contabilístico da continuidade e pela divulgação de questões relacionadas com a continuidade. Na preparação das demonstrações financeiras, os administradores utilizam o princípio contabilístico da continuidade, exceto se pretenderem liquidar a Empresa ou cessar a sua atividade, ou se não tiverem outra alternativa realista que não seja essa.

Compete ao Conselho Fiscal fiscalizar, nos termos da lei, a Processo de informação financeira da empresa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Os nossos objectivos consistem obter uma garantia razoável de que as demonstrações financeiras no seu conjunto estão isentas de distorções materiais, devidas a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria que inclua a nossa opinião. A garantia razoável é um nível elevado de garantia, mas não é uma garantia de que uma auditoria efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA Itália) detectará sempre uma distorção material quando esta existir. As distorções podem ser devidas a fraude ou a erro e são consideradas materiais se, individualmente ou em conjunto, se puder razoavelmente esperar que influenciem as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nas demonstrações financeiras.

No âmbito da nossa auditoria, realizada em conformidade com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA Itália), exercemos o nosso juízo profissional e mantivemos o ceticismo profissional ao longo de toda a auditoria. Além disso:

- Identificámos e avaliámos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro; concebemos e executámos procedimentos de auditoria que respondem a esses riscos; obtivemos provas de auditoria suficientes e adequadas para fundamentar a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material resultante de fraude é mais elevado do que o de uma resultante de erro, uma vez que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, deturpações ou a anulação do controlo interno;
- Obtivemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- Avaliámos a adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações efectuadas pelos administradores;
- Concluimos sobre a adequação da utilização, pelos administradores, do princípio da continuidade contabilidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material

relacionadas com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas quanto à capacidade da Empresa para continuar como uma empresa em atividade. Se concluirmos que existe uma incerteza material, somos é necessário chamar a atenção, no nosso relatório de auditoria, para as informações relacionadas nas demonstrações financeiras ou, se essas informações forem inadequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões baseiam-se na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório de auditoria. Contudo, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa deixe de ser uma empresa em atividade;

- Avaliámos a apresentação global, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de uma forma que permite uma apresentação adequada.

Comunicámos com os responsáveis pela governação, identificados a um nível adequado, tal como exigido pela ISA Itália, no que se refere, entre outros assuntos, ao âmbito e calendário previstos da auditoria e às conclusões significativas da auditoria, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identificámos durante a nossa auditoria.

Também fornecemos aos responsáveis pela governação uma declaração de que cumprimos os regulamentos e as normas de ética e independência aplicáveis ao abrigo da legislação italiana e comunicámos-lhes todas as relações e outras questões que possam ser razoavelmente consideradas como tendo influência na nossa independência e, quando aplicável, as medidas tomadas para eliminar os riscos relacionados ou as salvaguardas aplicadas.

Das matérias comunicadas aos encarregados da governação, determinámos as matérias que foram mais significativas na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são, por conseguinte, as matérias-chave de auditoria. Descrevemos estas matérias no nosso relatório de auditoria.

Divulgações adicionais exigidas pelo artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Em 25 de março de 2020, os acionistas do CA Auto Bank SpA, reunidos em assembleia geral, contrataram-nos para realizar a revisão legal das contas da Sociedade e das demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios que terminam em 31 de dezembro de 2021 a 31 de dezembro de 2029.

Declaramos que não prestámos quaisquer serviços não relacionados com a auditoria proibidos referidos no artigo 5.º, n.º 1, do Regulamento (UE) n.º 537/2014 e que nos mantivemos independentes da Sociedade na realização da revisão legal de contas.

Confirmamos que a opinião sobre as demonstrações financeiras expressa no presente relatório é consistente com o relatório adicional ao Conselho Fiscal, na sua qualidade de comité de auditoria, elaborado nos termos do artigo 11º do referido Regulamento.

Relatório sobre o cumprimento de outras leis e regulamentos

Pareceres e declarações nos termos do artigo 14, n.º 2, alíneas e), e-bis) e e-ter) do Decreto Legislativo n.º 39/10 e do artigo 123-bis, n.º 4, Decreto Legislativo n.º 58/98

Os administradores do CA Auto Bank SpA são responsáveis pela elaboração de um relatório sobre as operações e de um relatório sobre o governo da sociedade e a estrutura de propriedade do CA Auto Bank SpA em 31 de dezembro de 2024, incluindo a sua coerência com as demonstrações financeiras relevantes e a sua conformidade com a lei.



Efectuámos os procedimentos exigidos pela norma de auditoria (SA Italia) n.º 720B com o objetivo de

- exprimir uma opinião sobre a coerência do relatório sobre as actividades e das informações específicas incluídas no relatório sobre o governo da sociedade e a estrutura patrimonial referidas no n.º 4 do artigo 123º-A do Decreto Legislativo n.º 58/98, com as demonstrações financeiras;
- exprimir uma opinião sobre a conformidade com a lei do relatório sobre a atividade e das informações específicas incluídas no relatório sobre o governo da sociedade e a estrutura de propriedade a que se refere o n.º 4 do artigo 123º-bis do Decreto Legislativo n.º 58/98;
- emitir uma declaração sobre eventuais distorções materiais no relatório de actividades e nas informações específicas incluídas no relatório sobre o governo da sociedade e a estrutura de propriedade a que se refere o n.º 4 do artigo 123º-B do Decreto Legislativo n.º 58/98.

Em nossa opinião, o relatório sobre as operações e as informações específicas incluídas no relatório sobre o governo da sociedade e a estrutura de propriedade referidos no artigo 123-bis, parágrafo 4, do Decreto Legislativo n.º 58/98 são consistentes com as demonstrações financeiras do CA Auto Bank SpA em 31 de dezembro de 2024.

Além disso, em nossa opinião, o relatório sobre as actividades e as informações específicas incluídas no relatório sobre o governo da sociedade e a estrutura de propriedade referidos no artigo 123-bis, n.º 4, do Decreto Legislativo n.º 58/98 foram elaborados em conformidade com a lei.

No que diz respeito à declaração referida no artigo 14, n.º 2, alínea e-ter), do Decreto Legislativo n.º 39/10, emitida com base no nosso conhecimento e compreensão da Sociedade e do seu ambiente obtidos no decurso da auditoria, nada temos a comunicar.

Roma, 25 de março de 2025

PricewaterhouseCoopers SpA

Assinado por

Lorenzo Bellilli (Sócio)

Este relatório do auditor independente foi traduzido para a língua inglesa apenas conveniência dos leitores internacionais. Por conseguinte, apenas o texto original em língua italiana tem valor legal.

Não examinámos a tradução das demonstrações financeiras referidas no presente relatório